

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

TANICE ANDREATTA

**BOVINOCULTURA DE CORTE NO RIO GRANDE DO SUL: um estudo a partir do
perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas**

Porto Alegre

2009

TANICE ANDREATTA

BOVINOCULTURA DE CORTE NO RIO GRANDE DO SUL: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Lovois Andrade de Miguel

Co-orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

**Série PGDR – Tese nº 18
Porto Alegre
2009**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

A556b

Andreatta, Tanice

Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul : um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas / Tanice Andreatta. – Porto Alegre, 2009.
241 p.

Orientador: Lovois Andrade de Miguel ; co-orientador: Paulo Dabdab Waquil.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

1. Bovinocultura de corte : Rio Grande do Sul. 2. Pecuária : Rio Grande do Sul. 2. Pecuária de corte : Análise econômica. I. Miguel, Lovois Andrade de. II. Waquil, Paulo Dabdab. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 636.2

TANICE ANDREATTA

BOVINOCULTURA DE CORTE NO RIO GRANDE DO SUL: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de março de 2009.

Prof. Dr. Lovois Andrade de Miguel (Orientador - Presidente)
Departamento de Ciências Econômicas / UFRGS

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil (Co-orientador)
Departamento de Ciências Econômicas / UFRGS

Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado
Departamento de Ciências Econômicas / UFRGS

Prof. Dr. Carlos Nabinger
Departamento de Zootecnia / UFRGS

Prof. Dr. Benedito Silva Neto
Departamento de Estudos Agrários / UNIJUÍ

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Nelson (in memoriam) e Erna. Uma vida dedicada à agricultura, exemplos de força, bravura e superação, e que me ensinaram a lutar e a valorizar a vida.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialmente aos docentes e equipe técnica do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), pela oportunidade de acesso à educação de excelência.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa nos últimos dois anos, o que permitiu a dedicação exclusiva ao doutorado nesse período.

Às instituições SEBRAE, SENAR, FARSUL e IEPE/UFRGS, pela autorização para retrabalhar a base de dados do Diagnóstico dos Sistemas de Produção de Bovinocultura de Corte do Rio Grande do Sul.

Ao professor Lovois, não somente orientador, um amigo, sempre muito preocupado em manter-me motivada, principalmente nos momentos difíceis vividos neste período.

Ao professor Paulo Waquil, que com sua tranquilidade e objetividade sempre se dispôs a me auxiliar, antes mesmo de assumir o papel de co-orientador.

À minha família, especialmente a minha mãe, que mesmo nos momentos difíceis soube entender minha ausência, e ainda manter-me permanentemente motivada durante toda essa jornada.

Às “parceiras de apartamento” principalmente à Carmem, com que estabeleci uma relação praticamente de irmã, que soube compreender o meu jeito de ser, e com quem aprendi muito, principalmente sobre os valores humanos. À Lidiane, minha sobrinha “quase filha”, uma jovem que emana alegria e vivacidade, e que sempre me transmite muitas energias positivas.

A todos os colegas da Turma 2005, em especial aos componentes do “Núcleo Duro da Rua da República”. Grandes companheiros (as) nos momentos de apreensão e nos momentos alegres.

Aos “neurais” (Adriano, Rosani, Marcelo), que assim como eu, advindos das colônias desse Estado, têm sido companhia constante. À Eliane, amiga prestativa, conselheira, que pela convivência adquiriu “visto permanente” para fazer parte desse grupo. Muito mais que amigos, companheiros incondicionais nos debates acadêmicos, e outros nem tanto, que rolavam na Cidade Baixa.

Aos colegas de outras turmas e amigos (as) companheiros de momentos ímpares e que ficarão como parte de minha história nesse período.

À equipe de trabalho do Diagnóstico da Bovinocultura de corte. Cada página dessa tese reflete um pouco daquelas longas discussões, muitas travadas em algum município desse chão rio-grandense. Valeu pelo aprendizado sobre pecuária, sobre trabalho de campo, sobre convivência em equipe, mas principalmente pelas amizades constituídas (especialmente à Raquel, à Carla e à Gisléia).

Aos pecuaristas espalhados nesse Rio Grande de Deus, que fazem da bovinocultura de corte muito mais que uma atividade econômica, especialmente aos que suportaram bravamente o roteiro de entrevistas “gigante” e contribuíram imensamente para a realização desse trabalho.

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar as relações entre o perfil socioeconômico dos pecuaristas criadores de bovinos no estado do Rio Grande do Sul, as possibilidades referentes ao uso dos recursos produtivos e as características das regiões em que eles estão localizados. Assim, investiga-se a existência de relações entre o perfil socioeconômico destes pecuaristas, as possibilidades referentes ao uso dos recursos produtivos e as características específicas de cada região. A base de dados analisada é constituída de 516 entrevistas, realizadas entre os meses de agosto e outubro de 2004, junto a pecuaristas distribuídos em 117 municípios gaúchos. A partir da utilização da Análise Fatorial e da Análise de *Clusters*, identifica-se quatro grandes perfis de pecuaristas. O primeiro, denominado de Pecuaristas Estacionários, representa 48,26% da amostra. O segundo, o dos Pecuaristas Consolidados, corresponde a 31,20% dos casos analisados. Nestes dois perfis, a principal atividade agrícola é a bovinocultura de corte e o sistema de criação predominante é o do tipo cria e ciclo completo. A presença das aposentadorias, das rendas não-agrícolas, e das rendas externas (principalmente na forma de arrendamentos) é expressiva e contribuem significativamente na composição da renda total dos estabelecimentos. O terceiro e o quarto perfil, denominados de Pecuaristas-Lavoureiros Especializados e Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais (9,88% e 10,66% da amostra) desenvolvem a bovinocultura de corte, juntamente com o cultivo de lavouras anuais. O sistema de criação predominante é o do tipo ciclo completo e o de recria/terminação. Nestes dois perfis, verificam-se os melhores índices de produtividade e rendimentos médios relacionados, tanto à bovinocultura de corte, quanto às atividades de lavouras. Essa diferenciação em relação aos pecuaristas em que a bovinocultura é a atividade agrícola principal, em larga medida, ocorre porque as áreas de lavouras no período de verão são ocupadas com pastagens cultivadas. Isso permite a diminuição da lotação animal nas áreas de pastejo, a melhora da quantidade e da qualidade de forragem no período de inverno. Também contribui para essa diferenciação o descompasso entre os preços do gado bovino, bastante deprimidos no período da realização da pesquisa e dos produtos das lavouras anuais de verão (soja e arroz), valorizados. Estes pecuaristas também revelam os melhores níveis de escolaridade e de inserção social na comunidade local e regional. Entre as motivações para atuar na bovinocultura, destacam-se, além da tradição, o lucro e a segurança que a atividade proporciona. Constata-se ainda que estabelecimentos localizados em regiões ou áreas de relevo menos dobrados, condições climáticas e solos favoráveis à implantação de lavouras, têm a possibilidade de diversificar o portfólio de atividades e os ingressos de renda, no que se refere às formas de produção agrícolas. Assim, a distribuição destes estabelecimentos no espaço agrário rio-grandense, não obedece estritamente à tradicional regionalização - Norte Agrícola e Sul Pecuário. Em linhas gerais, as diferentes configurações dos perfis de pecuaristas, da organização dos estabelecimentos, e a distribuição destes no espaço agrário, refletem as diferentes possibilidades no que se refere ao uso e disponibilidade dos recursos produtivos, principalmente em relação à diversificação de formas de uso da terra. Além disso, refletem as diferentes características socioculturais e comportamentais dos pecuaristas.

Palavras-chaves: atividade pecuária, estabelecimentos agrícolas, paisagens agrárias

ABSTRACT

The work aims to analyze the relations among social-economical profiles of beef cattle farmers in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, as well as the possibilities regarding the use of productive resources and the characteristics of the regions where they are located. Thus was carried out an investigation of the relations between social-economical profiles of these beef cattle farmers, the possibilities regarding the use of productive resources and the specific characteristics of each region. The analyzed database was composed of 516 interviews made between August and October 2004 with beef cattle farmers distributed in 117 municipalities of Rio Grande do Sul. By using Factor and Cluster Analyses, four large beef cattle farmer profiles could be identified. The first profile, named Stagnated Cattle Farmers, represents 48.26% of the sample. The second, Consolidated Cattle Farmers, corresponds to 31.20% of the cases analyzed. The main farming activity of these two profiles is beef cattle farming and cow-calf and complete cycle are the predominant breeding systems. The presence of retirement plans, non-farm income and external income (mainly through leases) is expressive and contributes significantly to the total income of the establishments. The third and fourth profiles, denominated Specialized Cattle/Crop Farmers and Conventional Cattle/Crop Farmers (respectively 9.88% and 10.66% of the sample) develop beef cattle farming along with cultivation of annual crops. The predominant breeding systems are complete cycle and growing/finishing. The best productivity rates and average income for both beef cattle farming and crop could also be verified in these profiles. This differentiation in relation to the beef cattle farmers, to who have beef cattle farming is the main farming activity, occurs largely because the crop areas are occupied by cultivated pastures during the summer. This causes a decrease of the stocking rate in pasture areas and an increase of the quantity and quality of the fodder during the winter. The beef cattle price, very depressed during period of the research, as opposed to annual summer crop products (soy and rice), also contributed for this differentiation. The second group of beef cattle farmers also demonstrated the highest degrees of education and social insertion in local and regional communities. Besides tradition, the profit and security the activity provides were among the main motivations to work in beef cattle production. It was also noted that the establishments located in regions with less creased terrain, favorable climatic conditions and soils for the implantation of crops have better chances of diversifying their activity portfolio and/or income generation, in regard to the forms of farming production. Therefore, the distribution of these establishments in the agrarian space of Rio Grande do Sul does not strictly obey traditional regionalization – Agricultural North and Cattle Farming South. In general lines, the different configurations of beef cattle farmer profiles, organization of establishments and their distribution in the agrarian space reflect different possibilities regarding the use and availability of productive resources, mainly in relation to the diversification of ways to use the earth. Moreover, they reflect the different social/cultural and behavioral characteristics of the beef cattle farmers.

Keywords: beef cattle farming, farming establishments, agrarian landscapes

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar las relaciones entre el perfil socioeconómico de los ganaderos criadores de bovinos en el estado de Río Grande del Sur, las posibilidades sobre el uso de los recursos productivos y las características de las regiones en que ellos están localizados. La base de datos analizada está constituida de 516 entrevistas, realizadas entre los meses de agosto y octubre de 2004 a ganaderos distribuidos en 117 municipios gauchos. Con base en la utilización del Análisis Factorial y del Análisis de *Clusters*, se identifican cuatro grandes perfiles de ganaderos: El primero denominado como *Ganaderos Estacionarios* que representan 48,26% de la muestra. El segundo, de *Ganaderos Consolidados*, corresponde a 31,20% de los casos analizados. Para estos dos perfiles, la principal actividad es la de bovino de corte y el sistema de creación predominante es el de *cría y ciclo completo*. Los recursos provenientes de la jubilación, de los ingresos no-agrícolas y de ingresos externos (principalmente en la forma de arrendamiento) son expresivos y contribuyen significativamente en la composición del ingreso total de los establecimientos. El tercero y el cuarto perfil denominados de *Ganaderos-Agricultores-Especializados* y *Ganaderos-Agricultores Convencionales* (9, 88% y 10,66% de la muestra) realizan la actividad de bovino de corte junto con cultivos anuales. El sistema de creación predominante es el de *ciclo completo* y el de *recría /terminación*. Para estos dos perfiles se verifican los mejores índices de productividad y rendimientos medios relacionados, tanto para la actividad de bovino de corte como para las actividades agrícolas. Esa diferencia en relación a los ganaderos en que la ganadería es la actividad principal, en gran medida, se presenta porque las áreas de cultivo en el periodo de verano son ocupadas con pasto cultivado. Esto permite la disminución de la capacidad de carga animal en las áreas de pasto, el mejoramiento de la cantidad y calidad de forraje en el periodo de invierno. También contribuye para esa diferenciación, el descompaso entre los precios de ganado bovino muy bajos durante el periodo de realización de la investigación y de la valorización de los productos de cultivos anuales de verano (soya y arroz). Estos ganaderos también presentan los mejores niveles de escolaridad y de inserción social de la comunidad local y regional. Entre las motivaciones para ejercer en la ganadería, se destacan, además de la tradición, el lucro y la seguridad que la actividad proporciona. Así también se constata que los establecimientos localizados en las regiones o en áreas de relieve menos accidentados, condiciones climáticas y suelos favorables para la implantación de cultivos, tienen la posibilidad de diversificar el “portafolio” de actividades y la entrada de ganancias, en lo que se refiere a las formas de producción agrícola. Así, la distribución de estos establecimientos en el espacio agrario río-grandense, no obedece estrictamente a la regionalización tradicional – Norte Agrícola y Sur Ganadero –. En general, las distintas configuraciones de los perfiles de ganaderos, de organización de establecimientos y la distribución de éstos en el espacio agrario, reflejan las diversas posibilidades sobre el uso y la disponibilidad de recursos productivos, principalmente en respecto a las posibilidades de la diversificación de formas de uso de la tierra. Además, reflejan las diferentes características socioculturales y comportamientos de los ganaderos.

Palabras clave: Actividad ganadera, establecimiento agrícola, paisaje agrario

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sistematização da tese.....	30
Figura 2- Interações e elementos constituintes de um Sistema Agrário.....	37
Figura 3 - A organização do estabelecimento, analisado a partir de uma perspectiva sistêmica	42
Figura 4 – Sistematização do quarto capítulo.....	96
Figura 5 – Sistematização do quinto capítulo.....	112
Figura 6 - Estrutura fundiária e uso da terra, de acordo com as principais atividades produtivas	114
Figura 7 – Formas de disponibilização da terra.....	120
Figura 8 – Unidade-animal, área de pastejo e lotação por estabelecimentos	122
Figura 9 - Padrão Racial do Rebanho Bovino por estabelecimentos	124
Figura 10 - Contribuição da renda agrícola e outras fontes na composição da renda total	133
Figura 11 - Composição dos recursos advindos de outras fontes de renda	135
Figura 12 – Sistematização do sexto capítulo	139
Figura 13 – Nível de Escolaridade do chefe ou responsável pelo estabelecimento	142
Figura 14 – Nível de Escolaridade dos pecuaristas, de acordo com a formação vinculada à agropecuária.....	143
Figura 15 - Perspectivas dos pecuaristas, no que se refere à identificação dos sucessores....	145
Figura 16 – Principais canais de informação utilizados pelos pecuaristas	148
Figura 17 – Responsável pelas decisões produtivas.....	150
Figura 18 - Motivações dos pecuaristas para atuar na bovinocultura de corte.....	152
Figura 19 – Possíveis Investimentos dos pecuaristas	159
Figura 20 – Sistematização do sétimo capítulo	162
Figura 21 - Regionalização do estado do Rio Grande do Sul com base na distribuição dos pecuaristas no espaço agrário gaúcho.....	166
Figura 22 - Agrupamento de Regiões a partir do predomínio de Pecuaristas Consolidados e Pecuaristas-Lavoureiros.....	171

Figura 23 - Agrupamento de regiões a partir do predomínio de Pecuaristas Estacionários e Pecuaristas Consolidados	177
Figura 24 - Agrupamento de Regiões do predomínio de perfil de Pecuaristas Estacionários	186
Gráfico 1 - Preço do gado - bovinos de corte (RS)	80
Gráfico 2 - Rebanho de bovinos gaúcho (1997 – 2008).....	81
Quadro 1 - Aspectos produtivos, socioeconômicos e de percepção - Pecuaristas Estacionários	98
Quadro 2 - Aspectos produtivos, socioeconômicos e de percepção – Pecuaristas Consolidados.....	102
Quadro 3 - Aspectos produtivos, socioeconômicos e de percepção – Pecuaristas-Lavoureiros Especializados	105
Quadro 4 - Características produtivas, socioeconômicas de percepção – Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores da pecuária gaúcha (1970 – 1996).....	75
Tabela 2 - Principais indicadores da bovinocultura brasileira (1996-2006).....	78
Tabela 3 - Principais indicadores da bovinocultura gaúcha (1999-2008).....	81
Tabela 4 - Variância parcial e acumulada dos fatores extraídos	94
Tabela 5 - Inserção e Participação Social.....	147
Tabela 6 - Realização de Controle Contábil e gestão.....	149
Tabela 7- Macrozoneamento Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul e regionalização realizada no Diagnóstico da Bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul.	164
Tabela 8 - Distribuição dos pecuaristas considerados na amostra, por Perfil e Região Geográfica	165

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANUALPEC -	Anuário da Pecuária Brasileira
AGEFLOR -	Associação Gaúcha Empresas Florestais
ATER -	Assistência Técnica e Extensão Rural
ASCAR -	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CEPEA -	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CITEs -	Clubes de Integração e Troca de Experiência
CNA -	Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária Brasileira
CONDEPE -	Conselho Nacional para o Desenvolvimento da Pecuária
COT -	Custos Operacionais Totais
DEAG -	Departamento de Estudos Agrários
EA -	Estabelecimento Agrícola
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER -	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO -	Food and Agriculture Organization
FARSUL	Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FSR/E -	Farming System Research/Extension
Ha -	Hectare
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPE -	Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas
IGP-DI	Índice Geral de Preços-Demanda Interna
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA -	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MERCOSUL -	Mercado Comum do Sul
PGPM -	Política de Garantia de Preços Mínimos
PROAGRO -	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
R-D	Recherche-Développement
RT -	Renda Total
SAU -	Superfície Agrícola Útil
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR -	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SISBOV -	Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina
SICADERGS -	Sindicato da Indústria da Carne e Derivados do Rio Grande do Sul
SPSS -	Statistical Package for the Social Sciences
SNCR -	Sistema Nacional de Crédito Rural
UA -	Unidade Animal
UFRGS -	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIJUÍ	Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UPA -	Unidade de Produção Agrícola
USP -	Universidade de São Paulo
UTH -	Unidade de trabalho homem

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.2 Objetivos.....	28
1.2.1 <i>Objetivo geral</i>	28
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	28
1.3 Hipóteses	28
1.4 Estrutura da tese.....	29
2 SISTEMAS AGRÁRIOS, ORGANIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E DIVERSIDADE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	32
2.1 A Abordagem Sistêmica e sua contribuição para a análise das realidades agrárias.....	32
2.2 A Abordagem dos Sistemas Agrários: algumas definições.....	35
2.2.1 <i>Análise de Paisagem</i>	38
2.3 Organização do estabelecimento agrícola e diversidade	40
2.3.1 <i>Os aspectos socioeconômicos e culturais e a organização dos estabelecimentos agrícolas</i>	41
2.4 As múltiplas dimensões da diversidade nos espaços rurais.....	46
2.4.1 <i>Estrutura fundiária, disponibilidade e uso dos recursos no estabelecimento e relações de dependência</i>	48
2.4.2 <i>Características do agricultor, gestão e sucessão no estabelecimento agrícola</i>	54
2.4.3 <i>Objetivos, percepções e comportamento dos agricultores</i>	58
3 BOVINOCULTURA DE CORTE DO RIO GRANDE DO SUL: ORIGEM, EVOLUÇÃO E MUDANÇAS RECENTES	65
3.1 As origens históricas da bovinocultura de corte gaúcha: das disputas pela fronteira à conformação das estâncias	65
3.2 A Estância comercial, as charqueadas e os frigoríficos.....	67
3.3 O surgimento e desenvolvimento dos frigoríficos: potencialidades e condicionantes da bovinocultura de corte Gaúcha no século XX.....	70
3.4 A modernização da agricultura a partir da década 1970: impactos, transformações e perspectivas na bovinocultura de corte brasileira.....	72
3.5 As políticas neoliberais após os anos 1990: perspectivas e impactos e na bovinocultura de corte	76
3.5.1 <i>O setor da bovinocultura de corte gaúcha nos anos recentes: preços, mercados e rebanho</i>	79
3.6 Dinâmicas e mudanças recentes no setor produtivo da bovinocultura de corte gaúcha.	84
4 A UTILIZAÇÃO DE ANÁLISE MULTIVARIADA NA IDENTIFICAÇÃO DE PERFIS DE PECUARISTAS	88
4.1 Unidade de análise.....	88

4.2 Fonte de dados	88
4.3 Procedimentos metodológicos e tratamento dos dados	90
4.4 Do Pecuarista Estacionário ao Pecuarista-Lavoureiro Especializado: caracterização do perfil socioeconômico dos criadores de bovinos gaúchos.....	95
4.4.1 Perfil A: Pecuaristas Estacionários	97
4.4.2 Perfil B: Pecuaristas Consolidados	101
4.4.3 Perfil C: Pecuaristas-Lavoureiros Especializados	104
4.4.4 Perfil D: Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais	108
5 USO DA TERRA, RENDAS E EFICIÊNCIA PRODUTIVA DA BOVINOCULTURA DE CORTE	112
5.1 Estrutura fundiária e uso da terra.....	113
5.2 Eficiência Técnico-Produtiva da Bovinocultura de Corte.....	121
5.3 Produtividade, rendimentos e renda	129
6 INSERÇÃO SOCIAL, CARACTERÍSTICAS E PERCEPÇÕES DOS PECUARISTAS GAÚCHOS.....	139
6.1 Características dos pecuaristas	140
6.2 Inserção Social, acesso à informação e gestão	146
6.3 Motivações e Percepções dos Pecuaristas	151
7 PARTICULARIDADES REGIONAIS E DISTRIBUIÇÃO DOS PECUARISTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO RIO-GRANDENSE.....	161
7.1 Regionalização e distribuição de pecuaristas: procedimentos metodológicos	163
7.2 A distribuição dos pecuaristas e/ou estabelecimentos no espaço agrário gaúcho	167
7.2.1 Agrupamento de Regiões A (predomínio de pecuaristas Consolidados e Pecuaristas-Lavoureiros)	168
7.2.2 Agrupamento de Regiões B (Predomínio de Pecuaristas Estacionários e Consolidados)	174
7.2.3 Agrupamento de Regiões C (Essencialmente caracterizadas pelo perfil de Pecuaristas Estacionários).....	181
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS	198
APÊNDICE A - SÍNTESE DA ANÁLISE FATORIAL	213
APÊNDICE B - SÍNTESES DAS DIMENSÕES DE ANÁLISE, RELACIONADAS AOS PERFIS DE PECUARISTAS	216
APÊNDICE C - SÍNTESES DAS DIMENSÕES DE ANÁLISE RELACIONADA AOS PERFIS DE PECUARISTAS E ÀS SUBDIVISÕES INTERNAS DOS PERFIS	221
APÊNDICE D – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATIFICAÇÃO DE ÁREA E PERFIL DE PECUARISTAS.....	226
APÊNDICE E - REGIONALIZAÇÃO A PARTIR DA DISTRIBUIÇÃO DOS PECUARISTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO GAÚCHO	228

ANEXO A - MACROZONEAMENTO AMBIENTAL DO RIO GRANDE SUL	231
ANEXO B - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO AGROECONÔMICOS	232

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960, os pressupostos da “Revolução Verde”¹ se estenderam pelos países em desenvolvimento e pelos Centros de Investigação Agropecuários Internacionais. Os expoentes desta perspectiva entendiam que o atraso na agricultura, principalmente dos países subdesenvolvidos, era decorrente da baixa produtividade da terra e da mão-de-obra. Juntamente com esses pressupostos se desenvolveu toda uma linha de pensamento centrada na Investigação e Transferência de Tecnologia, que levava em conta uma homogeneização do setor agropecuário (FERREIRA, 2002). Por conseqüência, a idéia que permeava era a de que a alta produtividade era adaptável tanto para os grandes como para os pequenos estabelecimentos agrícolas.

Essa perspectiva se disseminou entre as instituições de pesquisa, ensino, extensão e planejamento, principalmente nos países em desenvolvimento, que passaram a implantar e coordenar ações influenciadas pelas características físicas e biológicas da agricultura. Neste período, o estabelecimento agrícola era visto como um sistema estruturado para realizar a produção e sua organização dependia dos aspectos biológicos e econômicos (GIBBON, 1994). A família do agricultor era pouco considerada e sua análise pressupunha o uso de uma abordagem social e não estritamente econômica, como era realizada. Nessa perspectiva, família e estabelecimento agrícola eram tratados de maneira dissociada.

Os projetos de desenvolvimento e as políticas públicas para o setor agropecuário, sobretudo o brasileiro, principalmente na década de 1960-70, foram gestados a partir dessa perspectiva. O pressuposto principal era o de que os estabelecimentos agrícolas, independentemente de seu tamanho e organização, estavam baseados em uma lógica basicamente econômica. Assim, por intermédio do uso intensivo das técnicas, as diferenças regionais poderiam ser diminuídas ou eliminadas. A expectativa era de que em um curto período de tempo, a agricultura, nos países em desenvolvimento, poderia atingir os níveis de desempenho e crescimento dos países desenvolvidos.

Nesta perspectiva, o destino da grande parte dos agricultores menores e pouco capitalizados, seria a exclusão e o êxodo rural. O preço da transformação da agricultura

¹ Estes pressupostos estavam alicerçados nas concepções de autores clássicos como Schultz (1965), Hayami e Ruttan (1988). Estes, em linhas gerais, preconizavam que a mudança técnica era o fator primordial para modernizar a agricultura nos países subdesenvolvidos. A idéia era de que a introdução e a expansão de tecnologias de alta produtividade baseada em elevados níveis de consumo e eficiência conduziram à mudança significativa na agropecuária destes respectivos países.

tradicional sacrificaria a grande maioria, já que a mudança seria inacessível à grande massa dos agricultores, pois se daria baseada em uma economia de mercado (ABRAMOVAY, 1992). Entretanto, esse modelo baseado na modernização da base técnica e na transferência de tecnologias, diferentemente do esperado, produziu resultados díspares entre os países, e mesmo em regiões de um mesmo país.

Apesar do esforço conjunto das instituições responsáveis pelas políticas de modernização da agricultura brasileira, a esperada adesão dos agricultores aos moldes de produção e vida “modernas” não se deu de forma homogênea. As políticas de modernização serviram para acentuar uma situação em que se polarizaram as discussões sobre o agrícola, a partir de uma perspectiva “dual”. Essa perspectiva reunia, de um lado, os agricultores que aderiram à lógica da modernização, os chamados “modernos”. No outro extremo estavam reunidos os pequenos agricultores, pouco mercantilizados, mais voltados para a produção do autoconsumo e com práticas de produção tradicionais, os denominados “atrasados”. Estes últimos inexoravelmente fadados ao desaparecimento.

No entanto, na prática, um conjunto de projetos de desenvolvimento rural mal sucedidos, nos anos de 1960/1970, baseados nos pressupostos da Revolução Verde, demonstrou as limitações desse modelo rígido de desenvolvimento, fundamentado essencialmente na base técnica (MAZOYER, 1991). Uma das principais razões para que esse modelo não fosse bem sucedido foi a concepção, por parte das instituições de pesquisa, extensão e fomento, de que as novas tecnologias beneficiariam a todos os agricultores. Assim, a falha foi induzida em decorrência do não reconhecimento da maneira complexa com que as novas tecnologias emergem e evoluem, uma vez que elas são o resultado de múltiplas e diferentes pressões. Por consequência, os “produtos” do uso dessas tecnologias também tendem a ser diferenciados (GIBBON, 1994).

O aprofundamento dos impactos sociais e ambientais, provocados pelos efeitos da modernização, a não-adesão generalizada ao modelo tecnológico e o não desaparecimento da agricultura do tipo familiar, como se preconizou por um longo tempo, passaram a ser objetos de pesquisa nos principais institutos de desenvolvimento e universidades, em nível mundial. As rápidas mudanças socioculturais, econômicas e, sobretudo, ambientais também contribuíram para o questionamento deste modelo de desenvolvimento.

A partir de então, as concepções de desenvolvimento para o rural, ancorada na filosofia da noção de desenvolvimento sustentável, passaram a demonstrar, entre outras coisas, a necessidade de reconhecer o papel ativo dos agricultores na identificação dos problemas relacionados a esse meio (PINHEIRO, 1995). Com isso estabeleceram-se agendas

de pesquisa para retomar os estudos do “rural”, a partir de uma perspectiva mais abrangente. No leque desta discussão emergiram particularidades que demonstravam que o “rural” vai além da esfera do “agrícola”. Nesta concepção, além das relações de produção, o “rural” também envolve uma série de outras relações e funções, praticamente mantidas na invisibilidade, devido ao modelo de desenvolvimento vigente e às políticas agrícolas tradicionais (CARNEIRO, 2000).

A discussão em torno dos efeitos nefastos dos projetos de modernização agrícola, baseados nos ideários da Revolução Verde, permitiu a reconfiguração de algumas noções clássicas referente ao rural e marcou a aproximação das ciências naturais e das ciências sociais. Alicerçadas na multidisciplinaridade, estas noções têm se mostrado mais abrangentes, flexíveis e possibilitam análises mais consistentes das realidades rurais, uma vez que permitem reconhecer a complexidade e a heterogeneidade existente neste meio (GIBBON, 1994; RODRIGUES, 1999).

Estes fatores contribuíram sobremaneira para a incorporação, às noções clássicas de análise do estabelecimento, variáveis diretamente relacionadas aos aspectos socioculturais e comportamentais dos agricultores. Assim, além das variáveis técnico-produtivas e econômicas, também têm sido mais consideradas aquelas relacionadas às características pessoais e/ou da família, as percepções e objetivos dos agricultores, a inserção na comunidade e nos mercados.

É sob a perspectiva de incorporação de noções mais abrangentes em torno da organização dos estabelecimentos que está apoiado este estudo. Desta maneira, o tema de pesquisa, constitui-se no estudo do perfil socioeconômico dos pecuaristas criadores de bovinos de corte no Rio Grande do Sul. Baseado nessas concepções mais abrangentes busca-se identificar os fatores que ampliam ou restringem as possibilidades dos pecuaristas, no que se refere à organização dos estabelecimentos. Partindo do pressuposto que os espaços rurais são amplos e diversos, também pretende-se investigar as razões dessa diversidade, considerando os criadores de bovinos de corte, especificamente.

Um dos primeiros estudos sobre os estabelecimentos, que incorporou nas análises a organização e demandas da família, foi realizado por Chayanov, no início do século XX, e visava identificar e compreender a persistência dos camponeses no meio rural na Rússia. O autor identificou que a família é referência para explicar as decisões dos agricultores camponeses. Assim, a alocação dos meios de produção e investimentos, em última instância é cadenciada pelas demandas da família (CHAYANOV, 1974; SCHNEIDER, 2003). Porém, os postulados de Chayanov estiveram, por um longo tempo, ofuscados pelo modelo de análise

neoclássico. A partir da década de 1970, esse autor foi retomado e se constitui em uma das bases para os estudos relacionados sobre a “persistência” dos pequenos agricultores no meio rural. Os postulados de Chayanov, têm se constituído em uma das principais vertentes relacionadas aos estudos sobre a agricultura familiar no Brasil.

A retomada dos estudos considerando o estabelecimento agrícola, em larga medida, tem sido influenciada pelas discussões no campo das ciências sociais aplicadas. Estas passaram a criticar de forma incisiva a noção de “racionalidade substantiva” dos agentes, um princípio básico da Economia Neoclássica e norteador do processo de modernização agrícola. Essa contestação esteve alicerçada nas abordagens de análise do comportamento humano, mais especificamente na noção de Racionalidade Limitada, de Hebert Simon (FRANTZ, 2003). Simon (1965), expõe que no processo de decisão os indivíduos fazem suas escolhas sob influência, em maior ou menor grau, de crenças, valores, atitudes e que dado as limitações da natureza humana e das organizações, a melhor alternativa do modelo racional deve ser substituída pela alternativa mais satisfatória. Esta noção foi incorporada nos estudos envolvendo o rural e ampara as análises relacionadas ao comportamento e a tomada de decisão dos agricultores (DOSSA, 1997; EDWARDS-JONES, 2006).

Na esteira das mudanças ocorre o reconhecimento de agendas de pesquisa que visavam uma melhor compreensão dos espaços rurais, assim como os agricultores e toda a complexidade que envolve esses “atores sociais”, seja no que se refere às relações internas como externas aos estabelecimentos. Mais voltado às ciências agrárias destacam-se os estudos relacionados ao *Farming System Research/Extension* – (FSR/E). Os primórdios da noção de “Sistema de Produção” datam o século XVI (Olivier de Serres)², e pelo menos até o século XIX (de Gasparin³, Mathieu de Dombasle⁴), na França, esteve sob o guarda-chuva da economia rural e das ciências agrônômicas (BONNEVIALE; JUSSIAU; MARSHALL, 1989). No século XX surgiu um conjunto de “*approaches*” tendo como pano de fundo as pesquisas em sistemas de produção e extensão rural. No entanto, essa perspectiva evoluiu a partir de dois enfoques diferenciados (GIBBON, 1994; RODRIGUES, 1999).

De acordo com Rodrigues (1999), um enfoque está relacionado aos países de influência anglo-americanos, e remonta à década de 1930, nos EUA. Nesses países, os

² SERRES, O. **Le théâtre d'agriculture et mesnage des champs**, Slatkine, Genève: 1991.

³ GASPARIN C. 1844. Cours d'agriculture, Tomes 1- 6. 1844. GASPARIN, C. **Principes d'agronomie**, 1954.

⁴ MATHIEU DE DOMBASLE, C.-J. A. .Mémoire sur la charrue considérée principalement sous le rapport de la présence ou de l'absence de l'avant-train. **Mémoires de la Société royale et centrale d'agriculture**, Paris: Mme Huzard, 1821.

Centros Internacionais de Pesquisa Agrícola tiveram um papel determinante no surgimento e formalização dos estudos em sistemas de produção. Estes centros, em um primeiro momento organizaram-se para a pesquisa por produto e por estabelecimento agrícola, de modo individual. Os trabalhos tinham objetivos mais cognitivos, específicos e apresentavam poucos resultados práticos para o processo de desenvolvimento, em uma perspectiva mais ampla.

O segundo enfoque dos estudos em Sistemas de Produção está relacionado aos países de influência francesa. Nestes países, a Pesquisa em Sistemas de Produção surge da aplicação do enfoque sistêmico às modalidades de intervenção no meio rural, de modo mais amplo. Os pesquisadores dessa abordagem foram, em grande medida, influenciados pelas ciências sociais, em particular por geógrafos franceses, que atuavam na África, na década de 1960, e que trabalhavam com as questões de pobreza. Essa perspectiva leva em consideração aspectos mais abrangentes, como a noção de Sistema Agrários. Este conceito abarca além das questões da produção, a evolução da agricultura, sua trajetória, e como esses fatores podem influenciar nas formas de produção atuais (RODRIGUES, 1999).

De um modo geral, as diferenciações entre estes dois enfoques, residem principalmente nos países em que ambos se originaram e nos períodos de surgimento. Atualmente, tanto do ponto de vista teórico como prático, vem se confirmando a aproximação dessas duas abordagens (GIBBON, 1994). Do ponto de vista operacional, tanto a perspectiva anglo-americana (FSR/E) quanto a de influência francesa, a Recherche-Développement (R-D) são pesquisas e práticas de natureza pluridisciplinar, integrando as ciências técnicas e as ciências sociais (RODRIGUES, 1999).

Os métodos da Pesquisa-Desenvolvimento (Recherche-Développement) se expandiram na América Latina, principalmente a partir de sucessivos trabalhos de Diagnósticos de Sistemas Agrários e Diagnósticos de Sistemas Produção. Entre os principais objetivos destes Diagnósticos está o conhecimento aprofundado do perfil das regiões rurais. O uso desta abordagem pressupõe o emprego de conceitos como sistema agrário, sistema de produção, sistema de cultivo, sistema de criação, itinerário técnico, tipologia de agricultores e de tipologias de sistemas de produção. No Rio Grande do Sul, esta abordagem tem sido utilizada nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (COTRIM, 2003; FERREIRA, 2001; LUIZELLI, 2001; TORRES; MIGUEL, 2003) e pelo Departamento de Estudos Agrários da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - DEAG/UNIJUÍ/RS - (DUDERMEL; BASSO; SILVA NETO, 1995; LIMA *et al.*, 1995; NETO; BASSO, 2005; SILVA NETO, 1997).

Mais vinculado às ciências sociais, Lamarche (1993, 1998) discute a organização dos estabelecimentos agrícolas a partir da noção de formas sociais da produção (ABREU, 2005; ABREU, 1994; BILLAUD; LAMARCHE; ABREU, 1996; LAMARCHE, 1993; LAMARCHE, 1998). Autores relacionados a essa perspectiva, buscam analisar a complexidade do mundo rural, levando em consideração as diferentes áreas estruturantes da produção. Para esse conjunto de autores, tanto os aspectos ligados às práticas técnicas, econômicas e financeiras quanto às sociais e culturais, relacionadas ao perfil do agricultor, são elementos relevantes para obter uma melhor compreensão da organização do estabelecimento.

Através da constituição de tipologias, Lamarche (1993) demonstra que mesmo analisando uma categoria social, no caso os agricultores familiares, existem diferenciações consideráveis entre eles. Assim, a complexidade e a diversidade do universo rural, não permitem um tratamento passível de homogeneização. Seguindo os pressupostos básicos das formas sociais de produção, Abreu (1994, 2005), analisa a organização do estabelecimento e a percepção dos agricultores paulistas sobre questões relacionadas ao meio ambiente. A autora constata que as situações materiais, os comportamentos, os sistemas de valores e representações implicam em diferentes formas de estruturar a produção, e também na organização do estabelecimento agrícola.

Ainda circunscrita às ciências sociais, também se destaca a perspectiva de análise de Jan Douwe van der Ploeg (1990, 1992). Essa perspectiva está particularmente organizada em torno de noções que apreendam a heterogeneidade e diversidade do meio rural. Neste contexto, o autor está preocupado em identificar os fatores que influenciam esses processos, assim como as suas relações com o desenvolvimento rural.

Em linhas gerais, Ploeg (1992) expõe que as noções de mercantilização⁵ e a externalização⁶ são fundamentais para compreender as relações que se estabelecem entre os agricultores, assim como destes com o ambiente externo. Desta forma, a diversidade, em larga medida, é explicada pelo grau de mercantilização e externalização dos agricultores. Em

⁵ Refere-se à passagem da forma de valor de uso de um bem material para a forma de valor de troca. Isto faz com que o processo de organização do trabalho passe a ser orientado para o intercâmbio com o mercado. Salienta o autor que o processo de mercantilização está muito distante de ser um processo uniforme, uma vez que a agricultura se constitui em uma unidade complexa de atividades produtivas e reprodutivas que são dotadas de diferentes lógicas, podendo se transformar ou não, em mercantilizadas (PLOEG, 1990).

⁶ A “externalização” ocorre a partir de número crescente de tarefas que são separadas do processo de trabalho agrícola e são atribuídas aos organismos externos. A externalização das atividades resulta em uma intensificação das relações mercantis. Com isso, as atividades que ficavam circunscritas ao agricultor, sua família e ao estabelecimento, com a externalização, passa a ser mais permeada e coordenada por estas relações (PLOEG, 1990).

decorrência dessas relações observam-se diferentes “*Estilos de Agricultura*”. Esta perspectiva teórico-metodológica tem respaldado inúmeros trabalhos, em nível mundial. No Rio Grande do Sul destaca-se o trabalho de Conterato (2008), que vincula as análises de Desenvolvimento Rural, a partir da abordagem dos Estilos de Agricultura. Já Ribeiro (2009) realiza uma análise dos pecuaristas familiares de três municípios da Região da Campanha Rio-grandense, baseado no referencial teórico dos Modos de Vida (ELLIS, 2000) e Estilos de Agricultura (PLOEG, 1986, 1990, 1992).

Mais voltado aos aspectos culturais e comportamentais, Ruth Gasson (1973) é considerada a pioneira em uma perspectiva que relaciona esses aspectos para analisar os processos de tomada de decisões dos agricultores. Gasson (1973) analisa a configuração dos estabelecimentos e os fatores que influenciam os processos de tomada de decisão de agricultores ingleses à luz das noções de metas e valores. De acordo com a referida autora, os diferentes valores e a forma que cada agricultor percebe a agricultura, seus respectivos processos de produção e de gestão, são elementos importantes para entender determinadas dinâmicas de uma região ou localidade.

Na década de 1990, principalmente, um conjunto de pesquisadores vinculados à Universidade Edinburgh (UK), não só dão continuidade, como dão maior visibilidade à perspectiva de Gasson (1973). Assim intensificam-se os estudos considerando os aspectos sociais e comportamentais dos agricultores. Neste contexto, inúmeros trabalhos ilustram empiricamente modelos que buscam apreender os processos de tomada de decisão dos agricultores. Outro aspecto relevante é a utilização da estatística e modelagem matemática, como ferramentas de análise. Esses modelos têm sido bastante flexíveis, de tal forma que alguns enfatizam os aspectos técnico-produtivos, outros os aspectos econômicos, mas a ênfase recai sobre os aspectos psicológicos e socioculturais. (BEEDELL; REHMAN, 1999; COSTA; REHMAN, 1999; DENT; EDWARDS-JONES; MCGREGOR, 1995; GASSON, 1973; KOBRICH; REHMAN; KHAN, 2003; REHMAN; ROMERO, 2006).

No Brasil, os trabalhos ancorados nessa perspectiva, referem-se basicamente a teses de doutorado realizadas no exterior. Neste sentido, destacam-se os estudos de Machado (1999), Cezar (1999), Costa (1998) e Silveira (1999), os três últimos voltados para a realidade brasileira, e em maior ou menor grau, abarcam pecuaristas criadores de bovinos de corte.

A partir deste arcabouço teórico, Costa (1998) analisou a relação dos objetivos dos agricultores com o processo de degradação de pastagens no Brasil Central. Em linhas gerais, o autor expõe que o paradoxo da “superlotação do campo” está ligado, principalmente ao fato de que “estoque de animais” se constitui em um fim em si mesmo, ou em um objetivo muito

importante para os pecuaristas. A incerteza em torno de fatores como a inflação, a fragilidade social e das instituições econômicas brasileiras, foram elencados como elementos suficientes para que a aquisição de gado e manutenção do rebanho como uma reserva de valor.

Outro estudo desta natureza foi realizado também com criadores de bovinos de corte no Mato Grosso do Sul. Cezar (1999) correlacionou os valores e objetivos dos pecuaristas com a adoção de tecnologias e a apropriação de conhecimento, a partir da Embrapa Pecuária de Corte (MS). Em linhas gerais, o autor identificou diferenças entre as duas regiões pesquisadas. Também identificou evidências de que o acesso à informação e as percepções dos pecuaristas variam com os atributos sociais tais como: idade, educação, motivação, experiências, valores e crenças. Assim, todos estes aspectos estão integrados em verdadeiras redes (CEZAR, 1999; CEZAR; DENT; SKERRAT, 2000).

Conclusão semelhante ao trabalho de Cezar (1999), pode ser encontrado nos estudo de Machado (1999), que analisou os sistemas de informação-decisão dos Agricultores de Regadio del Valle Medio del Guadalquivir, Espanha. De acordo com o referido autor, as diferentes fontes de informação e as formas como os agricultores interpretam e processam tais informações, vão refletir nas decisões do dia-a-dia, bem como nas decisões estratégicas dos agricultores.

De um modo geral, as conclusões desses autores convergem no sentido de que os aspectos relacionados às características e objetivos dos agricultores, em maior ou menor grau, influenciam nas técnicas utilizadas e organização dos estabelecimentos agrícolas. Assim, as decisões e ações dos agricultores, seja no que se refere ao cotidiano ou às decisões estratégicas (longo prazo), são influenciadas por esses aspectos.

Desta forma, o eixo comum que une estas perspectivas analíticas é a percepção de que não é possível obter uma “leitura” mais ampla da organização dos estabelecimentos, a partir de uma ótica unidimensional. Assim, o ponto de inflexão entre essas abordagens é a de que não só os fatores produtivos, mas também fatores socioeconômicos e comportamentais são relevantes e influenciam na forma como os agricultores se organizam, frente às restrições e possibilidades internas e externas aos estabelecimentos.

O reconhecimento do rural como um espaço multifacetado, específico e diferenciado (em decorrência das particularidades históricas, sociais e culturais), significou um avanço nos projetos de desenvolvimento e políticas públicas relacionadas a esse campo. A partir disso, aumentaram as investigações buscando identificar as razões dessa diversidade, as formas de articulação dos agricultores frente às restrições e possibilidades impostas, não só pelos

aspectos relacionados ao interior do estabelecimento, mas também frente ao ambiente político-institucional em que estão inseridos.

Essa perspectiva de rural “complexo e multifacetado” tem perpassado os trabalhos recentes relacionados à bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul. Os avanços dessas perspectivas colocam em xeque os estudos das realidades rurais contemporâneas, a partir de uma visão unidimensional e polarizada. Essa constatação tem fomentado análises que buscam compreender os pecuaristas e estabelecimentos envolvidos com a bovinocultura de corte, que não necessariamente os técnicos, ou ainda, que integrem aos tradicionais sistemas técnicos, elementos relacionados à família, formas de gestão e percepções dos pecuaristas.

Neste contexto, Silveira (1999) desenvolveu um modelo dinâmico que leva em consideração esses fatores, para amparar o processo de tomada de decisão dos pecuaristas. Partindo dos pressupostos de Gasson (1973), assim como de Dent, Edwards-Jones e McGregor (1995), o autor realizou estudos de caso com pecuaristas que tinham um sistema de produção organizado em torno da “terminação” de bovinos e o cultivo de arroz. Esse modelo de análise permite a construção de cenários, e leva em consideração, além dos aspectos técnicos, também os aspectos sociais e comportamentais dos pecuaristas.

Recentemente Ribeiro (2009) investigou as lógicas e as estratégias dos pecuaristas familiares de três municípios da região da Campanha do Rio Grande do Sul. Com base nas perspectivas teóricas dos “Modos de Vida” e “Estilos de Agricultura”, o autor identificou que nessas regiões, entre os pecuaristas familiares, existem formas de atuação na bovinocultura de corte que não necessariamente priorizam aspectos técnicos e econômicos. Conclui Ribeiro (2009) que estes estilos de criação de bovinos possuem relação com os modos de vida desses pecuaristas.

Os indicadores de natureza sociocultural, aliados aos tradicionais indicadores de análise dos sistemas técnicos, estão presentes em um dos mais recentes trabalhos sobre a bovinocultura de corte gaúcha, o Diagnóstico de Sistemas de Produção de Bovinocultura de Corte do Rio Grande do Sul. Este diagnóstico se constitui em um “panorama” do setor produtivo da bovinocultura de corte, centrado na caracterização e análise dos sistemas de produção, para o ano de 2003/2004. Entre os principais resultados deste estudo, despontam a diversidade de sistemas de criação e produção, e uma variabilidade significativa nos indicadores técnico-produtivos e socioeconômicos. Em média, tais indicadores são relativamente baixos e desencorajadores, indicando, de um modo geral, um fraco desempenho da atividade.

As interpretações para essa configuração dos sistemas de produção e a variabilidade dos indicadores técnico-produtivos e econômicos, tendem a se reportar a duas situações. De um lado, estão os que atribuem esta configuração basicamente aos aspectos relacionados aos mercados e à política econômica, pouco favorável ao setor produtivo, principalmente no ano da realização do Diagnóstico. De outro, a “culpa” pelo baixo desempenho técnico-produtivo é atribuído a “pouca” visão dos pecuaristas para os negócios. Não raro, estes pecuaristas são rotulados de “irracionais”, principalmente no que se refere às questões como as decisões de investimentos e alocação dos recursos. Esta “pouca visão” atribuída aos pecuaristas tendem a estar associadas à fraca adesão dos pecuaristas às técnicas e às práticas produtivas, visando a eficiência técnica e econômica dos sistemas de produção, que envolvem a bovinocultura de corte.

Em relação à “irracionalidade”, especificamente, tais análises tendem a ser decorrentes de análises superficiais da organização interna dos estabelecimentos agrícolas e das relações que se estabelecem com o ambiente externo. Assim, essas observações mais superficiais tendem a não “captar” um conjunto de elementos que estão presentes na organização dos estabelecimentos, e que muitas vezes são determinantes na forma como os pecuaristas se articulam para enfrentar determinadas situações.

Nesta tese parte-se do princípio que o rural, principalmente no que se relaciona aos pecuaristas bovinocultores, é um espaço específico e diferenciado. Como expressa Carneiro (2000, p. 32), o rural é o “lugar da vida”, “o lugar onde se vive e lugar onde se vê e se vive o mundo”. Assim, cada pecuarista e/ou cada estabelecimento tende a reunir as particularidades produtivas, históricas, sociais e culturais que faz com que ele seja diferenciado.

Em uma perspectiva mais ampla, são essas formas diferenciadas que tendem a forjar a diversidade, observada no contexto dos espaços rurais. Neste contexto, questiona-se por que razões, estabelecimentos agrícolas localizados em uma mesma região, ou muito próximos, que reúnem características produtivas semelhantes, apresentam desempenho e dinâmicas de organização diferenciadas?

As indagações específicas propostas são: a) É possível identificar relações entre o perfil socioeconômico dos pecuaristas criadores de bovinos de corte, as práticas/técnicas de produção adotadas, a variabilidade dos indicadores técnico-produtivos, de eficiência econômica e a forma como conduzem seus respectivos estabelecimentos? b) É possível identificar relações entre o perfil social dos pecuaristas e a organização de seus respectivos estabelecimentos com as principais regiões agroecológicas gaúchas? Quais as razões que fazem com que regiões com unidades de paisagem, formas de exploração e uso dos solos, e

trajetórias de ocupação diferenciadas possuam configurações semelhantes de perfis de pecuaristas. O que está por trás destas similaridades e diferenciações?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Compreender a configuração recente da bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul, a partir de uma análise dos pecuaristas e dos estabelecimentos envolvidos com a atividade.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Contextualizar a bovinocultura de corte, ao longo do tempo, relacionando-a com a evolução histórica, socioeconômica e cultural no estado do Rio Grande do Sul;

b) Identificar e caracterizar os diferentes perfis de pecuaristas, assim como a organização dos respectivos estabelecimentos agrícolas;

c) Caracterizar as principais dimensões e identificar os principais fatores que implicam nas práticas/técnicas de produção adotadas pelos pecuaristas, bem como, na variabilidade de indicadores agronômicos e de eficiência econômica existente entre estabelecimentos criadores de bovinos de corte do Rio Grande do Sul;

d) Identificar possíveis relações que se estabelecem entre as principais regiões agroecológicas, os perfis de pecuaristas e a organização dos estabelecimentos envolvidos com a bovinocultura de corte.

1.3 Hipóteses

a) A bovinocultura de corte, no Rio Grande do Sul, está estreitamente relacionada com a formação socioeconômica, histórica e cultural do Estado, e a atividade, nos últimos anos, passa por transformações importantes;

b) Os perfis de pecuaristas gaúchos e formas de organização dos seus estabelecimentos são forjados a partir da inserção social, acesso e uso da informação, percepções dos pecuaristas e das decisões sobre a alocação dos meios de produção (terra, capital, mão-de-obra, acesso às tecnologias);

c) As diferentes intensidades no que se refere à relação entre os aspectos econômicos e produtivos (disponibilidade dos meios de produção e inserção nos mercados) e aspectos sociais e comportamentais (inserção na comunidade, acesso à informação, motivações e percepções dos pecuaristas) são fatores que contribuem para a diferenciação observada no espaço agrário rio-grandense;

d) Os aspectos, históricos, culturais, econômicos, sociais e técnico-produtivos característicos de cada região, influenciam e possuem associação com os perfis de pecuaristas e configurações de estabelecimentos que desenvolvem a atividade da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul.

1.4 Estrutura da tese

O ponto de partida dessa tese é a aceitação da existência de diferenciações significativas no espaço agrário gaúcho. A partir disso, reforça-se a idéia de que a diversidade existente no setor produtivo da bovinocultura de corte gaúcha é forjada a partir das interações que se estabelecem entre os aspectos produtivos, sociais e comportamentais dos pecuaristas. Essas relações, além das particularidades relacionadas aos aspectos ambientais, são ao mesmo tempo, origem e resultado das especificidades regionais.

Desde já, convém salientar que este trabalho está inserido em um projeto de pesquisa maior, de natureza multidisciplinar, realizado entre os anos 2003/2004, financiado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), e executado por uma equipe de pesquisadores vinculados ao Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IEPE/UFRGS). O referido projeto é norteado pelo método de Diagnóstico e Análise de Sistemas de Produção e resultou em um Diagnóstico detalhado dos principais sistemas de criação e produção de bovinos no Estado.

Assim, a base de dados produzida, elaborada e disponibilizada no âmbito deste projeto, é trabalhada a partir de outro recorte analítico. Desta forma, deixa-se de lado a estratificação da amostra por sistemas de criação e/ou produção e utiliza-se técnicas de análise multivariada (análise fatorial e de *clusters*) que permitem estratificações a partir de um conjunto significativo de variáveis. Estas técnicas permitem captar relações multidimensionais, impossíveis de se obter somente a partir do uso de técnicas estatísticas descritivas.

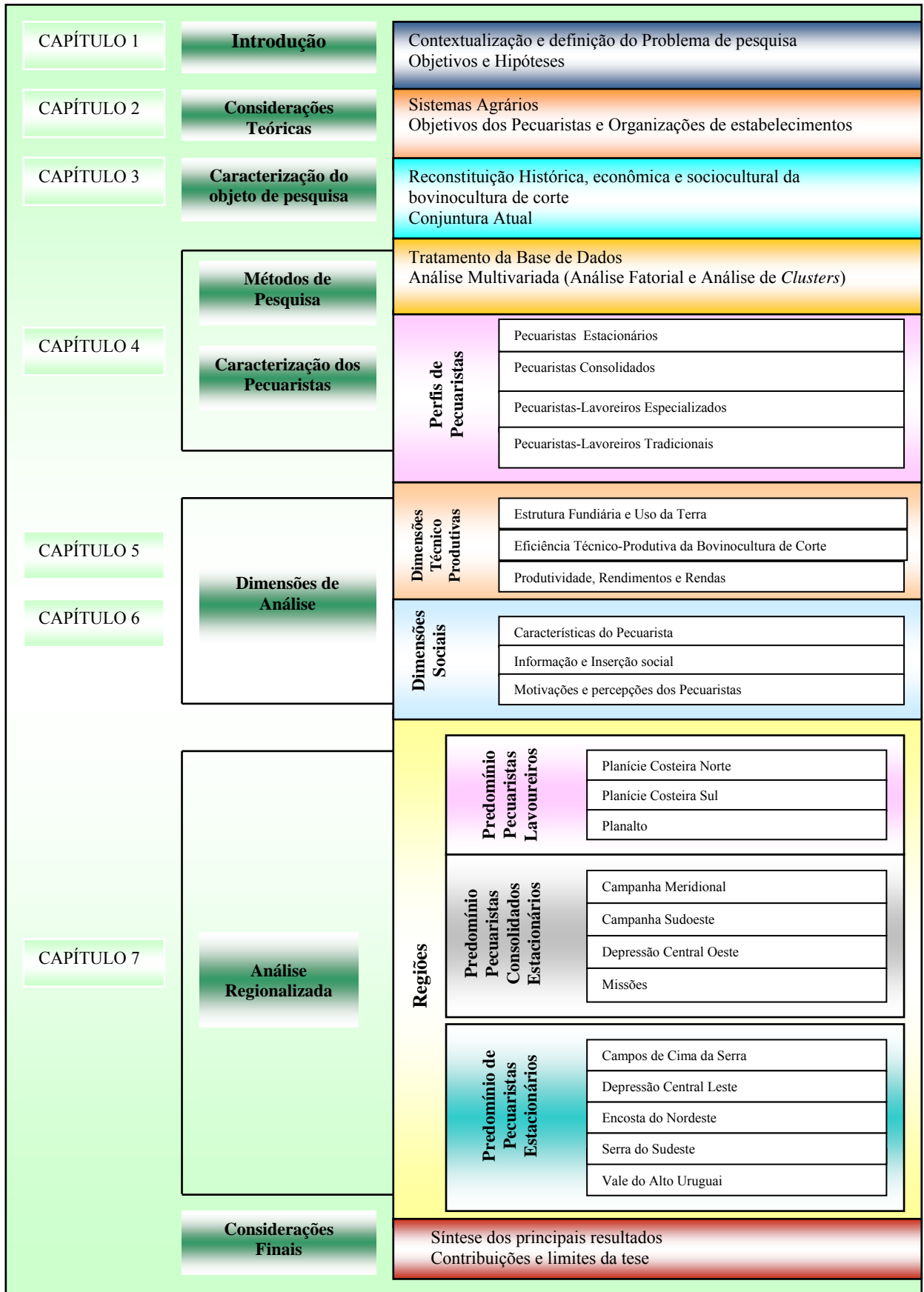


Figura 1 – Sistematização da tese
Fonte: Elaboração da autora.

Para atingir os objetivos propostos, a tese está organizada, considerando a introdução, em sete capítulos, além das considerações finais (FIG. 1).

O segundo capítulo é constituído por uma revisão bibliográfica e busca expor de maneira objetiva as linhas teóricas que orientam esta tese. A primeira linha teórica está relacionada com a Abordagem dos Sistemas Agrários. Nesta abordagem, buscou-se os elementos que contribuem para o entendimento de que na diferenciação dos pecuaristas, existem fatores que são de natureza “regional”. Assim, assume-se que as especificidades regionais possuem uma relação significativa com a configuração dos perfis de pecuaristas. Na segunda linha teórica, busca-se apreender dos principais expoentes das perspectivas da Pesquisa em Sistemas e Extensão Rural (FSR/E), das Formas Sociais de Produção e da abordagem que trata da Tomada de Decisão dos Agricultores, noções que auxiliam na compreensão da configuração recente da bovinocultura de corte gaúcha.

O terceiro capítulo assume um caráter de contextualização, uma vez que se constitui em um resgate histórico da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul. Esse capítulo abarca aspectos técnico-produtivos, econômicos, socioculturais relacionadas à atividade.

O quarto capítulo consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos, assim como uma caracterização dos perfis de pecuaristas, identificados a partir da análise fatorial e análise de *clusters*.

Os capítulos cinco e seis estão relacionados às características dos pecuaristas e/ou dos estabelecimentos. Deste modo, o quinto capítulo se constitui em uma análise das dimensões técnico-produtivas e assume um caráter comparativo. Com essa organização, busca-se identificar similaridades e diferenças das variáveis que conformam cada dimensão, em cada perfil específico. O sexto capítulo também compreende uma análise comparativa e estabelece as mesmas relações do capítulo anterior, levando em consideração as variáveis que caracterizam as dimensões sociais e de percepção, também considerando cada perfil de pecuaristas.

O sétimo capítulo contempla uma análise “regionalizada” e considera as principais regiões agroecológicas e os perfis de pecuaristas. Por fim, as considerações finais expõem as principais contribuições da pesquisa, assim como as limitações encontradas ao longo deste trabalho.

2 SISTEMAS AGRÁRIOS, ORGANIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E DIVERSIDADE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Este capítulo se constitui em uma revisão bibliográfica e abarca dois eixos teóricos, utilizados para analisar o setor produtivo da bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul. O primeiro eixo refere-se à Abordagem dos Sistemas Agrários e ampara uma análise mais ampla, baseada na distribuição espacial (regionalização) dos pecuaristas criadores de bovinos no espaço agrário gaúcho. Ancorada na abordagem sistêmica, essa perspectiva permite apreender as mudanças na agricultura ao longo do tempo, e se apóia em elementos relacionados ao contexto ambiental, econômico, sociocultural e histórico.

No segundo eixo teórico é realizada uma revisão bibliográfica sobre alguns conceitos que amparam uma discussão em torno de aspectos relacionados às características dos pecuaristas, assim como aqueles relacionados à organização dos estabelecimentos. Entende-se que as relações que os pecuaristas estabelecem (internas e/ou com o entorno), sejam elas na esfera técnico-produtiva, econômica ou social, são responsáveis pela diversidade de perfis de pecuaristas e estabelecimentos agrícolas, considerados nessa pesquisa.

Este tópico da revisão teórica está organizado em torno das principais noções que envolvem os estudos das características socioeconômicas dos agricultores, organização dos estabelecimentos e da diversidade situações no que se refere aos espaços agrários. Neste sentido, buscou-se em mais de uma perspectiva teórica, elementos que permitissem abarcar de forma mais ampla as questões mencionadas. Essa opção resultou do entendimento de que apesar de serem perspectivas diferenciadas, elas possuem propostas analíticas e sistemas de operacionalização semelhantes, quando se trata de analisar as lógicas dos agricultores e estabelecimentos.

Esses dois eixos teóricos permitem identificar e analisar os principais aspectos que contribuem para a diferenciação de pecuaristas, as múltiplas formas de produção, geração de renda e organização do trabalho, assim como a sua distribuição no espaço agrário rio-grandense.

2.1 A Abordagem Sistêmica e sua contribuição para a análise das realidades agrárias

O surgimento da abordagem sistêmica está associado às dificuldades e limitações do conhecimento científico clássico, para estudar, sobretudo, os fenômenos complexos. A

maioria das situações e problemas, seja qual for a sua extensão e conteúdo, provém de múltiplas causas e de variáveis interdependentes, resultantes da interação de diferentes fatores. Neste contexto, o princípio da linearidade, implícita nas abordagens clássicas, em linhas gerais, dificulta apreender o conjunto de interações, articulações e interdependência que ocorrem em qualquer processo, seja de natureza física ou social (ANDRADE *et al.*, 2006). Entendido desta forma, esta abordagem contribui para o entendimento da dinâmica do meio rural, seja no que se refere aos aspectos mais amplos (política agrícola, políticas públicas, incentivos fiscais, subsídios), como dos aspectos mais específicos (organização dos estabelecimentos, percepções dos agricultores), bem como as possíveis interações que estabelecem entre ambos.

Para Bertalanfy (1975), essa abordagem baseado em um modelo científico explicativo do comportamento de um organismo vivo. Neste sentido, um “sistema” define-se como um todo organizado, formado por elementos interdependentes, que está envolto por um meio exterior (*environment*). Se o sistema interage com o meio exterior é designado por sistema aberto (BERTALANFFY, 1975).

As características do pensamento sistêmico em três critérios: o primeiro, considerado pelo autor como um critério mais amplo, sugere que os fenômenos devem ser percebidos a partir da visão do todo, e não mais a partir das partes, como considera a ciência cartesiana. O segundo refere-se à capacidade de ampliar a visão dos fenômenos entre os níveis sistêmicos. Já o terceiro critério está associado à percepção do mundo vivo como uma rede de relações, o que torna possível pensar os diversos fenômenos em termos de redes (CAPRA, 1996).

De acordo com Pinheiro (1995), a abordagem de sistemas nas ações de Pesquisa e Extensão Rural (FSR/E) emergiu em um período pós-revolução verde, em decorrência das críticas e questionamentos em relação a eficiência do modelo disciplinar, reducionista na geração e difusão de tecnologia para os agricultores familiares. O autor se reporta a Conway¹ (1987) e expõe que após um período em que a principal preocupação era a produção e a produtividade dos sistemas agropecuários, as questões da sustentabilidade e da equidade emergiram e têm sido crescentemente enfatizadas.

A FSR/E se constitui em uma mudança de ênfase, da pesquisa realizada nas estações experimentais para ensaios conduzidos nos estabelecimentos agrícolas com a participação dos agricultores. Esta abordagem contesta a homogeneidade dos agricultores e a neutralidade das

¹ CONWAY, G. R. Agroecosystem Analysis. **Agricultural Administration**, v. 20, p. 31-55, 1995.

tecnologias. Neste sentido, o desenvolvimento de tecnologias, sobretudo para os pequenos agricultores familiares deve estar embasado no entendimento do contexto de seus sistemas produtivos, oportunidades, problemas e objetivos (PINHEIRO, 1995).

Considerando a complexidade e o grande número de interações e interrelações (biológicas, econômicas, socioculturais) que se estabelecem nos processos de produção, a abordagem sistêmica assume importância significativa nos estudos que envolvem o rural. De acordo com Rodrigues (1999), os sistemas agrícolas podem ser vistos como sistemas naturais abertos, em que a hierarquia e complexidade se relacionam plenamente. Neste sentido o referido autor referencia Fresco² (1984), para elucidar que “a agricultura pode ser vista como um sistema hierárquico compreendendo uma célula, os órgãos de uma planta, a planta, a lavoura, a fazenda, a unidade de uso da terra, a região agrícola”.

De acordo com Apollin e Eberhart (1999), um sistema é constituído por “um conjunto de elementos em interação dinâmica, organizado em função de um objetivo”. A aplicação do enfoque sistêmico a um objeto estudado, por exemplo, o estabelecimento, não se reduz somente a uma descrição de cada um dos elementos constitutivos. Um sistema, além dos elementos que o compõe, também abrange um conjunto de interrelações que se estabelecem entre estes elementos. Em síntese, este enfoque permite obter respostas satisfatórias a questionamentos como: a) quais são os elementos que constituem o sistema? Quais as interdependências existentes entre estes? Quais são os objetivos em questão? Qual a dinâmica de evolução do conjunto de elementos que constituem o sistema?

As análises dos estabelecimentos agrícolas, sob a perspectiva sistêmica, contribuíram para a incorporação do sistema social, de informação e decisão, à tradicional concepção do estudo do estabelecimento agrícola, a partir dos seus sistemas técnicos (sistema de cultivo, de criação e forrageiro). Neste contexto, o estabelecimento agrícola passou a ser analisado a partir da noção de “sistema de produção” e de “sistema família-estabelecimento”. As relações mais amplas, relacionadas, principalmente, à trajetória histórica da agricultura de um estabelecimento, região ou um país, são obtidas a partir da noção de sistema agrário (BONNEVIALE; JUSSIAU; MARSHALL, 1989).

² Fresco, L. **Comparing Anglophone and Francophone Approaches to Farming Systems Research and Extension**. Flórida, University of Florida, 1984. (Networking Paper , 1, FSSP).

2.2 A Abordagem dos Sistemas Agrários: algumas definições

A agricultura e as formas diferenciadas que ela assume no tempo e no espaço é produto da sua história, da ação passada e presente das sociedades que nelas se inserem. As relações que se estabelecem entre a sociedade e o entorno natural se mostram complexas, uma vez que estas são dinâmicas e estão permanentemente em interação. Como o agricultor não está isolado deste contexto, a evolução de cada um, assim como a organização de seus respectivos estabelecimentos, obedece a uma dinâmica que depende dos aspectos ecológicos, técnicos, sociais e econômicos.

No entanto, a ciência e a tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola foram, por um longo tempo, concebidas como uma simples transferência, para as agriculturas tradicionais de outros países, do modelo de modernização agrícola euro-americano. Esse modelo, com uma concepção unilateral, permitiu aumentos significativos da exportação de produtos agrícolas, mas não acarretaram o desenvolvimento amplo e equilibrado, principalmente dos pequenos agricultores. Em torno dessas ilhas de crescimento, se multiplicaram os problemas no que se refere ao êxodo rural, dependência tecnológica, instabilidade social, segurança alimentar, entre outros (MAZOYER, 1991).

O fracasso de projetos de desenvolvimento assentados na base agrícola, permitiu emergir outras formas de “olhar a agricultura e principalmente, agricultores, que por um longo tempo, estiveram excluídos de um processo de desenvolvimento mais abrangente. De acordo com Pinheiro (1995), a partir disso, os esforços em torno de identificar métodos de análise, vinculados à abordagem sistêmica, também tem gerado um conjunto de termos e muitas classificações.

No contexto desse conjunto de classificações, no âmbito da FSR/E, uma das mais utilizadas tem sido a perspectiva francesa. Entre os principais objetivos destaca-se a preocupação com o desenvolvimento rural no âmbito regional e no longo prazo (PINHEIRO, 1995). Esta perspectiva se disseminou nos países da América Latina, a partir dos Diagnósticos de Sistemas Agrários e se tornou uma referência nos estudos relacionados à dinâmica da agricultura.

A Abordagem dos Sistemas Agrários consiste em um referencial analítico adequado para o estudo das realidades agrárias. Descrever e analisar uma determinada região, enquanto um sistema, implica em considerá-la enquanto um conjunto, ou seja, significa olhá-la a partir de elementos mais gerais para obter uma melhor percepção do particular. A identificação de

um “Sistema Agrário” e sua evolução ao longo do tempo permite captar elementos que possibilitam compreender a realidade, a partir de uma leitura da evolução da agricultura.

Todas as formas de agricultura, em um determinado lugar e em um determinado momento, aparecem, antes de tudo, como objeto ecológico e econômico complexo, composto de várias categorias de estabelecimentos que exploram diferentes tipos de solos e diversas espécies de culturas e de animais. Além disso, as formas de agricultura variam de acordo com o lugar, de tal maneira que de uma região do mundo para outra, se pode observar as distintas configurações que ela assume (MAZOYER; ROUDART, 2001).

As características atuais de um sistema agrário, possivelmente, têm origens e podem ser explicadas por eventos ocorridos no passado. De acordo com Mazoyer (2001), a Abordagem dos Sistemas Agrários consiste em:

Um instrumento intelectual que nos permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de nos darmos conta, a traços largos, das transformações históricas e da diferenciação geográfica das agriculturas humanas. Para compreendermos o que é um sistema agrário, devemos, primeiramente, distinguir bem, por um lado, a agricultura tal qual ela é efetivamente praticada, tal como podemos observar, constituindo um objeto real de conhecimentos; e por outro lado, aquilo que um observador pensa sobre este objeto real, o que diz sobre ele, como um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente elaborados para constituírem um verdadeiro objeto concebido, ou objeto teórico de conhecimento e de reflexão (MAZOYER, 2001, p.39).

De acordo com Mazoyer e Roudart (2001) um “Sistema Agrário” se constitui a partir do modo de exploração do meio historicamente constituído, de um sistema de forças de produção e um sistema técnico, adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que responde às condições e as necessidades sociais do momento. Também é preciso considerar a combinação apropriada dos meios de produção inertes e meios vivos para explorar e reproduzir um meio cultivado, pois este é resultante das sucessivas transformações sofridas historicamente pelo meio rural.

Silva Neto e Basso (2005) expõem que a abordagem dos sistemas agrários serve como instrumento de análise da evolução histórica e da diferenciação geográfica da agricultura. Esse referencial pode ser aplicado com objetivos puramente acadêmicos ou até para a definição de intervenções para a promoção do desenvolvimento. Para os referidos autores, a compreensão de um sistema agrário demanda uma distinção da agricultura tal como ela se apresenta na realidade: um objeto de observação e de análise, daquilo que o observador pensa deste objeto. Assim:

[...] é nesta última categoria se inclui o sistema agrário, o qual corresponde a um conjunto de conhecimentos metodicamente elaborados como resultado da observação, delimitação e análise de uma agricultura particular. Assim, um sistema agrário não é um objeto real diretamente observável, mas um objeto cientificamente elaborado cuja finalidade não é retratar a agricultura em toda sua complexidade, tarefa praticamente impossível, mas tornar essa complexidade inteligível, segundo os objetivos específicos definidos (SILVA NETO; BASSO, 2005).

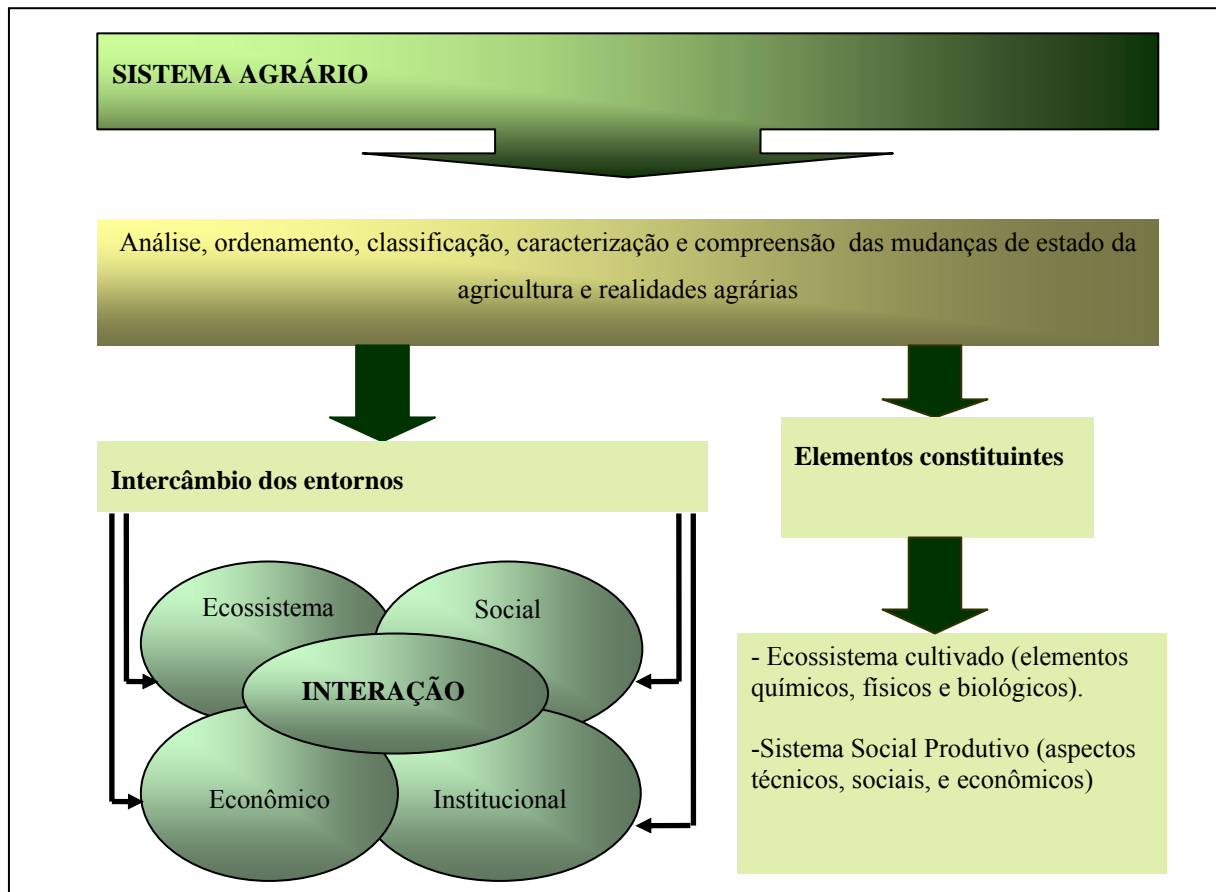


Figura 2- Interações e elementos constituintes de um Sistema Agrário

Fonte: Adaptado pela autora com base em CARBALLO *et al*, 2004.

Um sistema agrário está dividido em dois subsistemas principais, ou seja, o ecossistema cultivado ou agroecossistema e o sistema social produtivo (FIG. 2). O primeiro corresponde à forma como se organizam os constituintes físicos, químicos e biológicos de um sistema agrário. Deste modo, consideram-se as modificações mais ou menos profundas, impostas aos ecossistemas naturais para que a sociedade humana obtenha produtos de seu interesse. O segundo corresponde aos aspectos técnicos, econômicos e sociais de um sistema agrário. O sistema social se constitui a partir de um conjunto de unidades de produção, caracterizadas pela categoria social dos agricultores e pelos sistemas de produção por eles praticados (MAZOYER; ROUDART, 2001; SILVA NETO; BASSO, 2005).

Convém ressaltar que o sistema social produtivo depende das relações que se estabelecem entre os agricultores e, destes, com o entorno. Portanto, a categoria social dos agricultores é definida pelas suas relações de produção, de propriedade e de troca com os demais agentes, que direta ou indiretamente, atuam na produção agropecuária. A categoria social expressa, entre outros aspectos, o seu acesso aos meios de produção disponíveis e a distribuição dos produtos gerados. Também, uma categoria social dos agricultores é o resultado de um processo de acumulação, condicionado pelo acesso à terra, origem da mão-de-obra e do capital. Assim, a análise de uma categoria social pode ser realizada pelo estudo da trajetória de acumulação, a qual delimita os sistemas de produção possíveis de serem estudados por essa determinada categoria social, em um dado ecossistema (SILVA NETO; BASSO, 2005).

Basso, Delgado e Silva Neto (2003) enfatizam que ao caracterizar um sistema agrário, o que importa são as tendências históricas que regem as grandes mudanças nas sociedades humanas. Assim, o tipo e o estado do ecossistema, o grau de acumulação do capital, a estrutura e as relações de força, típicos de cada região, são partes constituintes dessa caracterização. Derivam da análise dos sistemas agrários a análise dos sistemas de produção, sistemas de cultivo e criação e a análise do itinerário técnico. Estes conceitos são instrumentos que permitem a construção de uma tipologia estabelecimentos, ou seja, agrupamento das propriedades de um dado sistema, segundo os tipos de agricultores e os sistemas de produção; o que possibilita a análise pormenorizada dos elementos que compõem um sistema agrário.

2.2.1 Análise de Paisagem

A análise da paisagem e o macrozoneamento socioeconômico se constituem em uma etapa primordial no contexto da abordagem dos sistemas agrários. A análise de paisagem proporciona uma primeira sistematização do ambiente do estudo, assim como as possibilidades de regionalizações. Entendido dessa forma, a noção de “paisagem” se constitui em um componente de referência na análise dos sistemas agrários e fornece elementos analíticos importantes para as análises do setor produtivo da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul.

A incorporação da análise de paisagem nos estudos sobre sistemas agrários, em larga medida, ocorreu a partir das estratégias e modalidades de intervenção no meio rural, em um contexto mais amplo. Os pesquisadores em FSR/E de influência francesa, em decorrência da

aproximação às ciências sociais, especialmente a geografia, trazem na sua essência, uma forte influência dessa área científica. Essa abordagem possui uma forte influência da geografia, em decorrência da sua utilização por geógrafos franceses no tratamento das questões críticas de pobreza no continente africano. Assim, essa abordagem, até mesmo pela natureza da agricultura, tem um forte componente do conceito de “paisagem”, obtido no âmbito das ciências geográficas (RODRIGUES, 1999).

Santos (1996) concebe a paisagem como uma expressão materializada do espaço geográfico e se configura como um elemento constituinte deste espaço. Assim:

A paisagem se constitui em um conjunto de formas que, em um dado momento, demonstra as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Visto desta maneira, a paisagem se apresenta como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, numa construção transversal (SANTOS, 1996, p. 83).

De acordo com Suertegaray e Guasselli (2004), a paisagem, no campo da geografia, se constitui em um conceito que possibilita uma análise unificada do espaço. A interpretação do espaço geográfico, enquanto uma unidade de paisagem, remete a uma idéia de expressão materializada da sociedade possível de ser visualizada pelo observador. Neste sentido, “a paisagem, em grande parte, está associada à idéia de imagem e cabe descrevê-la enquanto expressão de processos” (SUERTEGARAY; GUASSELLI, 2004).

Porém, ressaltam os autores acima referidos, que a paisagem ultrapassa a idéia de uma “forma” e assume uma configuração que é resultado de processos não visíveis, mas possíveis de serem inferidos. Neste contexto, a paisagem é entendida como uma expressão materializada das práticas sociais. Essa “leitura” da paisagem pode ser realizada a partir de mapas e observação direta. No entanto, de acordo com Suertegaray e Guasselli (2004), materialização tem sido “lida” a partir de imagens (imagens de satélites). Assim, a observação atual da paisagem, em virtude das técnicas, permite ir além do campo de visão. A ampliação desse campo amplia também a dimensão espacial. Com isso a paisagem torna-se visível em escala regional.

A expansão das possibilidades de análise de paisagem mais ampliadas, combinadas com os modos clássicos de sistematização de informações (cartas cartográficas, dados e documentos que resgatam a história agrária), permite uma interpretação mais aprofundada das formas de uso da terra, das práticas agrícolas e das condições ecológicas, de uma dada região. Neste contexto, por intermédio da análise de paisagem, obtêm-se as primeiras informações e,

dependendo do tipo de estudo, as mais importantes para entender uma determinada região, sua dinâmica produtiva, econômica e sociocultural.

De um modo geral a análise dos Sistemas Agrários possibilita apreender e caracterizar as mudanças de estado da agricultura; ou seja, permite entender as mudanças qualitativas das variáveis e de suas relações; bem como, distinguir, ordenar e compreender os grandes momentos da evolução histórica e a diferenciação geográfica dos sistemas agrícolas, ao longo do tempo.

Considerando que a bovinocultura de corte, enquanto atividade produtiva, incorpora fortes elementos biofísicos e culturais, as particularidades obtidas a partir da noção de “paisagem”, ajudam sobremaneira, a compreender porque algumas regiões são mais dinâmicas que outras, no que se refere à criação de gado, e outras atividades associadas. Essa contribuição se evidencia, a partir da aceitação de que a diversidade e os contrastes entre as paisagens geográficas que compõem o território rio-grandense, expõem limitações a determinadas formas de exploração pela sociedade.

2.3 Organização do estabelecimento agrícola e diversidade

Na Europa, nos anos 1950, a discussão na agricultura gravitava em torno das questões tecnológicas e da política agrícola. Neste período os estabelecimentos agrícolas eram entendidos como uma empresa convencional. Do ponto de vista acadêmico, prevalecia a utilização do arcabouço teórico da Teoria da Produção Clássica. Este sugere que os indivíduos tomam decisões baseados nas mudanças esperadas de seus níveis de bem-estar. Em síntese, esse arcabouço está ancorado na busca pela resposta das seguintes questões: “o que, como e quanto produzir”. Nessa perspectiva, prevalecia a idéia de que os agricultores são maximizadores de lucros. Logo, essa noção apresenta um forte componente homogeneizador dos agentes envolvidos na produção (EDWARDS-JONES, 2006).

No entanto, na prática, a noção de bem-estar é muito difícil de operacionalizar, principalmente pelas dificuldades de mensurar a diversidade de situações do mundo real. A simples observação do uso e exploração da terra, por exemplo, apresentam elementos suficientes para comprovar que o comportamento maximizador não se constitui em um procedimento homogêneo e generalizado (EDWARDS-JONES, 2006). A visão da empresa capitalista, aplicada ao estabelecimento agrícola, tampouco explica a persistência desses estabelecimentos, mesmo quando operam com rentabilidade negativa; e ainda, não permite

captar a diversidade de estratégias e perfis dos agricultores (CHIA *et al.*, 2003; DENT; EDWARDS-JONES; MCGREGOR, 1995; EDWARDS-JONES, 2006; GASSON, 1973; GASSON; ERRINGTON, 1993).

A natureza da ocupação agrícola, a combinação entre a propriedade o gerenciamento do estabelecimento, a natureza do trabalho e a sucessão são elementos que se sobressaem e, muitas vezes, são mais importantes que a simples noção da “maximização dos lucros”. Assim, a função-objetivo de um negócio familiar pode ser composta de um número significativo de objetivos e, a maximização dos lucros, não é necessariamente, o principal entre eles. A simples aceitação de que os agricultores possuem múltiplos objetivos e diferentes estratégias em relação ao uso dos recursos, são elementos suficientes para “romper” com a noção de linearidade e homogeneização no meio rural (BEEDELL; REHMAN, 1999; BURTON, 2004, 2006; CHIA; TESTUT, 2001; EDWARDS-JONES; MCGREGOR, 1994; GASSON; ERRINGTON, 1993; KOBRICH; REHMAN; KHAN, 2003; VAYSSIERES *et al.*, 2007).

No entanto, esses elementos só passaram a ser considerados nos estudos relacionados aos estabelecimentos agrícolas, de forma mais sistemática, a partir da década de 1960, na Europa. O fracasso de muitos projetos de desenvolvimento, baseado em modelos agrícolas produtivistas, foi um dos fatores que impulsionou a mudança. Esse período também marcou uma aproximação e maior integração das ciências agrícolas às ciências sociais e abriu um leque de possibilidades, no que se refere aos estudos do rural (EDWARDS-JONES, 2006; RODRIGUES, 1999).

2.3.1 Os aspectos socioeconômicos e culturais e a organização dos estabelecimentos agrícolas

Os primeiros estudos relacionados aos estabelecimentos que efetivamente ultrapassaram os limites da Economia da Clássica, ocorrem a partir de 1960, e estão associados às políticas de desenvolvimento rural no continente europeu. A mudança de ênfase na política agrícola europeia, baseada na visão da maximização da produção/productividade, para um estilo de desenvolvimento que prioriza esquemas que consideram a conservação dos espaços rurais, ampliou o leque de análise do rural. Essa mudança desencadeou um interesse maior pelo conhecimento das atitudes, comportamentos e tomada de decisão dos agricultores e foram um marco da aproximação no campo da ciência, uma vez que as disciplinas

tradicionais voltadas às ciências agrícolas passaram a se aproximar de outras áreas como sociologia e filosofia (EDWARDS-JONES, 2006).

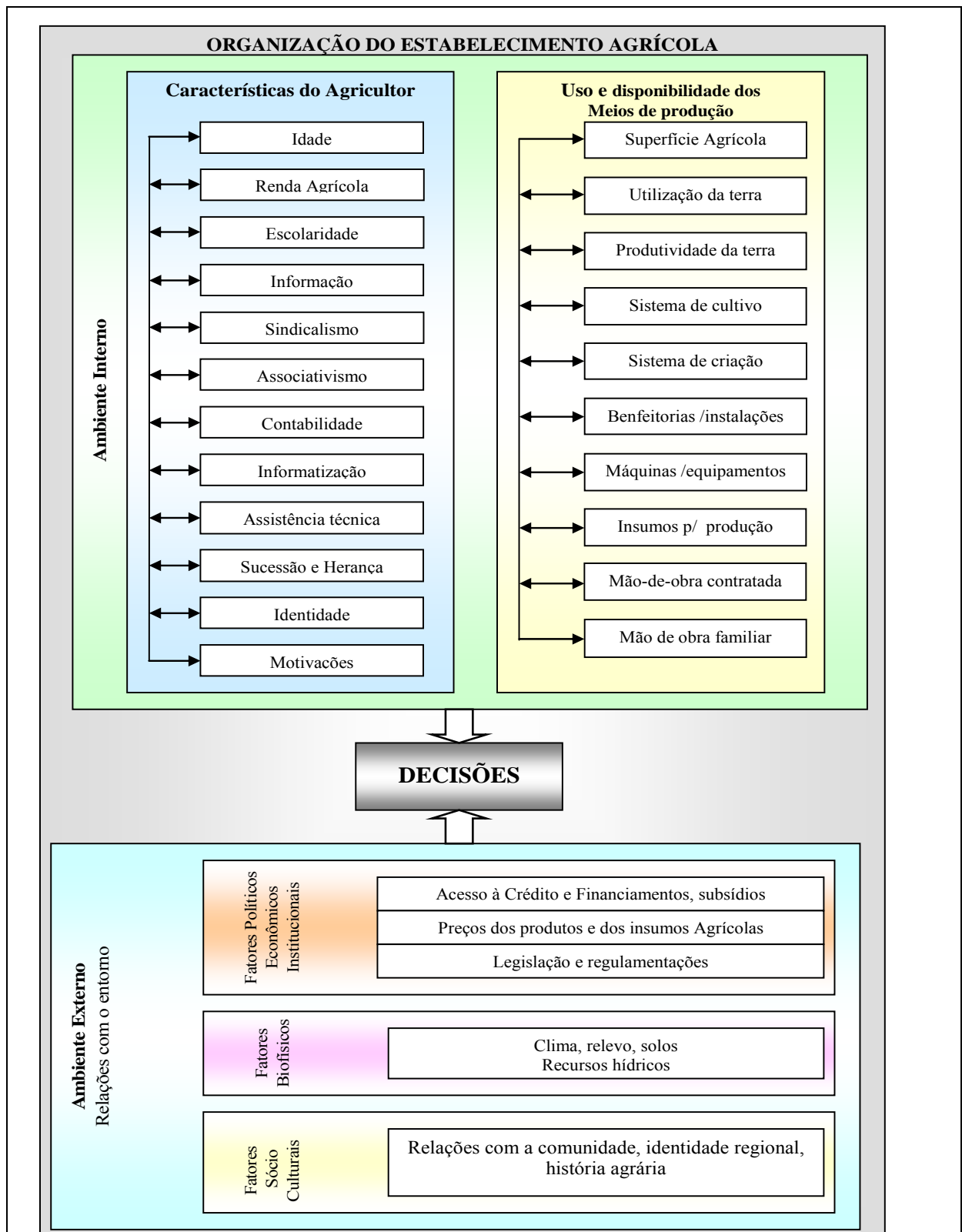


Figura 3 - A organização do estabelecimento, analisado a partir de uma perspectiva sistêmica
Fonte: Adaptado pela a autora com base em Ocaña (1996).

A participação das ciências sociais se faz necessária para obter análises mais aprofundadas do rural, pois, de acordo com Dent, Edwards-Jones e McGregor (1995, p. 339), “pessoas estão no centro dos sistemas de produção”. Assim, o elemento mais crucial da organização de um estabelecimento é o agricultor que coordena o sistema. O agricultor é o responsável pela tomada, execução e monitoramento das decisões. Esse também é o principal elemento diferenciador dos sistemas de produção agrícolas dos sistemas naturais, ou seja, o agricultor possui um importante papel em determinar o tamanho e a forma de intervenção nos sistemas naturais. Neste tipo de intervenção, é importante considerar a existência de um elevado grau do componente sociocultural.

A contribuição das ciências sociais, no que se refere ao estudo e compreensão da organização dos estabelecimentos agrícolas, permitiu incorporar outros elementos até então desconsiderados nesse tipo de estudo. Expõe Ocaña (1996), que para o entendimento da organização do estabelecimento agrícola é elementar entender o agricultor, a estrutura produtiva e os critérios de gestão como elementos constituintes do centro decisor. Estes formam uma parte muito importante de um sistema de produção (FIG. 3).

A organização do estabelecimento agrícola, analisado de maneira abrangente, pressupõe o estudo do conjunto de decisões e de ações produzidas por pessoas, indivíduos ou grupos. Estes, agem em um ambiente com vistas a satisfazer os objetivos traçados para o estabelecimento. Assim, o estabelecimento agrícola é o resultado de uma combinação de vários elementos imbricados internamente e das relações que se estabelecem com o ambiente externo. Além dos aspectos relacionados aos sistemas técnicos, a incorporação de elementos vinculados à família, as percepções e comportamentos dos agricultores e o ambiente externo, são fatores determinantes na organização e gestão dos estabelecimentos (FIG. 3).

Na concepção de Chia *et al.* (2003), para entender a organização do estabelecimento de maneira ampla e aprofundada é fundamental observar a influência de três grandes esferas, em maior ou menor grau, interrelacionadas. A primeira refere-se à *esfera dos sistemas*. Nesta esfera considera-se o estabelecimento agrícola a partir de três sistemas em interdependência: o sistema de produção ou de operações, o sistema de decisão e o sistema de informação. A segunda é a *esfera das decisões* e refere-se à “tradução” que o agricultor faz dos seus objetivos em uma situação dada (caracterizada por potencialidades e condicionantes), e das práticas específicas (pertencentes ao sistema de produção) que permite obter os resultados da exploração dos recursos. A terceira é a *esfera sociológica*. Esta compreende o ambiente onde o estabelecimento agrícola está inserido; dão sentido a essa esfera a idéia de localidade e

comunidade, as relações humanas estabelecidas, as regras, enfim, o conjunto de aspectos culturais e sociais que compreendem esse ambiente.

De acordo com os autores acima referidos, essas três grandes esferas possibilitam: a) compreender a natureza do sistema de produção, fortemente relacionado às ações do agricultor e aos resultados produzidos; b) identificar e compreender como são desenvolvidas as atividades e quais são os critérios adotados para a tomada de decisões, onde se explicita particularmente a sua organização e sua capacidade de regulação e, c) caracterizar o perfil do executor das decisões, assim como as percepções do agricultor sobre o ambiente no qual ele está inserido.

Neste contexto, a incorporação da esfera das decisões e sociológica, como partes constituintes de uma análise consistente do estabelecimento, passou a demandar um número significativo de variáveis para dar conta da configuração dessas esferas. Variáveis referentes às características específicas dos agricultores como educação, idade, comportamento em relação ao risco e personalidade foram sendo incorporadas nas análises do rural. Fatores como estilos de vida, estágios e ciclo de vida da família, pluriatividade e rendas não-agrícolas, por muito tempo considerado marginais, também passaram a ser mais observados, sendo inclusive fomentados enquanto políticas públicas, principalmente nos países desenvolvidos (BONNEVIALE; JUSSIAU; MARSHALL, 1989; CHIA *et al.*, 2003; ERRINGTON; GASSON, 1994; GIBBON, 1994; KOBRICH; REHMAN; KHAN, 2003).

Os múltiplos objetivos relacionados à estrutura dos negócios familiares e como estes passam a ter influência nas decisões e ações dos agricultores, também são analisados. Beedell e Rehman (1999) expõem que as pessoas se comportam racionalmente, de acordo com as convicções que elas possuem. O comportamento é uma função da informação ou das próprias convicções dos agricultores em relação a determinados aspectos. Assim, aspectos demográficos, econômicos e sociais podem influenciar fortemente nas crenças e, conseqüentemente, no comportamento dos agricultores.

Além das interações características da produção, importantes interações sociais se estabelecem além da porteira do estabelecimento agrícola. Contudo, a incorporação deste conjunto de interações em um modelo é difícil de ser realizada. A natureza das interações sociais, nos sistemas agrícolas, torna a tarefa de documentação e entendimento do comportamento dos agricultores uma tarefa muito complexa. Por conseqüência, o entendimento da organização dos estabelecimentos tende a ser mais complexo do que parece ser, em um primeiro momento (DENT; EDWARDS-JONES; MCGREGOR, 1995; KEATING; MCCOWN, 2001; ONDERSTEIJN; GIESEN; HUIRNE, 2006).

De acordo com Dent, Edwards-Jones e McGregor (1995), a estrutura de um modelo conceitual de um sistema agrícola integra os componentes agrícolas (produtivos), sociais e ecológicos. A integração de vários modelos biológicos de cultivo, pastagens e animais são importantes, pois tornam compreensíveis e subsidiam diversas decisões do agricultor. Assim, modela-se a alimentação, saúde animal, aplicação de fertilizantes, irrigação dos cultivos, população de plantas, variedades e seleção de pastagens. Modelos deste tipo têm sido validados em uma gama de situações e são muito utilizados na agricultura. O componente social compreende um modelo demográfico e o modelo de decisão da família. Assim, as decisões tomadas pelos administradores do estabelecimento agrícola, direta ou indiretamente, têm impactos nas atividades agrícolas e implicações para o meio ambiente, incidindo assim, sobre o componente ecológico.

Convém lembrar que os sistemas que envolvem a agricultura operam no contexto de um ambiente dinâmico e intercambiável, coordenado por fatores externos (político, social e econômico) e internos (produtivo, social e estrutural). Os efeitos das interações destes fatores levam a um processo de tomada de decisão dinâmico, estreitamente correlacionado com a dinâmica de evolução dos objetivos do agricultor e da sua família. No entanto, a incorporação de elementos sociais e comportamentais dificulta sobremaneira a apreensão e modelização de forma efetiva (BROSSIER; CHIA, 1994; DENT; EDWARDS-JONES; MCGREGOR, 1995).

De um modo geral, os estudos envolvendo agricultores e/ou espaços rurais, demandam uma “leitura” que ultrapassa a esfera dos aspectos técnico-produtivos. O entendimento da dinâmica da família, a inserção na comunidade local e regional, os aspectos relacionados à cultura e o comportamento dos agricultores fornecem elementos importantes para o estudo e compreensão da dinâmica dos estabelecimentos agrícolas.

De uma forma mais ampla, a dinâmica do território em que os produtores estão inseridos também influencia nas formas de organização dos estabelecimentos, pois as interações que se estabelecem são complexas e multifacetadas. Ao se reportar à complexidade da agricultura familiar expõe Lamarche (1993, p.18) “que a agricultura não é um elemento da diversidade, mas, contém nela mesma, a diversidade”. Nesse sentido, as possibilidades decorrentes de diferentes contextos, sejam eles, biofísicos, socioculturais e econômicos, por si só, são elementos suficientes para criar situações diversas e formas diferenciadas de agricultura.

2.4 As múltiplas dimensões da diversidade nos espaços rurais

Por muito tempo, o debate em torno da agricultura foi conduzido sob uma perspectiva polarizada. De um lado, os fazendeiros e granjeiros capitalistas; de outro, pequenos agricultores e camponeses mais resistentes aos moldes de produção capitalistas, que seguiam produzindo aos moldes tradicionais. No entanto, as transformações ocorridas no contexto do rural, influenciadas sobremaneira pelo período da modernização da agricultura (intensificação do uso da mecanização, de adubos, fertilizantes e defensivos químicos), não homogeneizaram os espaços e as formas de produção agrícolas.

A coexistência de diversos tipos de agricultores e maneiras diferenciadas de exploração e uso da terra, no contexto do rural, forja diferentes formas de produção agrícolas. À medida que se amplia o leque de alternativas, sejam elas produtivas, econômicas e sociais, também tendem a aumentar as formas de articulação dos agricultores, que se desenham frente às situações e possibilidades internas e externas, aos estabelecimentos agrícolas. Neste contexto, as discussões das realidades agrárias sob uma “*perspectiva dual*”, na prática, pouco contribuem para o debate do desenvolvimento.

Desta forma, além dos aspectos clássicos, “*o que, como e para quem produzir*”, e dos elementos relacionados com a administração e o dia-a-dia no estabelecimento (a disponibilidade capital e mão-de-obra, uso da terra); aspectos relacionados à família (sucessão e ciclo de vida da família/estabelecimento agrícola, objetivos) têm sido incorporados e tomados como fundamentais para entender as decisões dos agricultores (ERRINGTON; GASSON, 1994).

Assim, as estratégias ou as mudanças realizadas nos estabelecimentos agrícolas, não necessariamente estão associadas às lógicas de produção. Elas podem também ser resultados de influências relacionadas aos estilos de vida, tradição e satisfação pessoal. Aspectos de caráter socioculturais e comportamentais atuam como fatores motivadores e contribuem sobremaneira para a diferenciação que se estabelece entre agricultores e estabelecimentos (EDWARDS-JONES, 2006). Por consequência, as práticas produtivas, a gestão, as decisões e as formas como elas se apresentam, são influenciadas pelas percepções que os agricultores têm da sua situação. Neste contexto, essas práticas são intercambiáveis e sujeitas a mudanças, ao longo do tempo (BROSSIER; BONNEVAL; LANDAIS, 1993; BROSSIER; CHIA, 1994; LANDAIS, 1998).

Embora os autores acima referidos explorem longamente os fatores relacionados aos aspectos internos, convém lembrar que os aspectos externos, dificilmente modificáveis pelos

agricultores, também influenciam sobremaneira nas práticas dos mesmos e no desempenho dos estabelecimentos. Assim, os fatores climáticos, as características regionais, a estrutura do mercado de insumos e produtos, as relações com o mercado consumidor, políticas fundiárias e agrícolas, bem como, a percepção que os agricultores têm em relação a estes respectivos fatores, precisam ser considerados de forma efetiva (ONDERSTEIJN; GIESEN; HUIRNE, 2006).

De um modo geral, os estudos relacionados ao rural, ancorados basicamente na perspectiva da Economia Neoclássica, ocultam uma série de relações importantes, que em função de seu método de análise são praticamente desconsideradas. Logo, a teia de relações complexas que se manifestam, seja na esfera técnico-produtiva, sociocultural ou em ambas, faz do rural uma miscelânea de situações, sobretudo no que se refere às restrições e às possibilidades dos agricultores. Assim, as restrições e possibilidades, as formas como os agricultores as percebem e as ações realizadas tendem a produzir práticas e dinâmicas de estabelecimentos diferenciadas. No entanto, essa diferenciação de agricultores e estabelecimentos não possui uma causa única. Assim, assume-se que a diversidade de situações observada no meio rural possui múltiplas dimensões, decorrentes de características (técnico-produtivas e econômicas, sociais e comportamentais) que estão permanentemente em interação, e em larga medida, indissociáveis.

Mesmo reconhecendo a interatividade e “indissociabilidade” dessas dimensões, para fins de organização desse eixo, elas estão separadas em três grandes blocos. Para tanto, buscou-se análises e proposições de autores de referência que proporcionam aportes para a realização de etapa de análise empírica, quais sejam, a análise dos perfis de pecuaristas gaúchos que atuam na criação de bovinos de corte e a diferenciação de formas de organização de estabelecimentos. Assim, as características técnico-produtivas e econômicas estão contempladas na discussão sobre a estrutura fundiária, disponibilidade/uso dos recursos e relações de dependência. As características sociais são apreendidas a partir da discussão sobre as características do agricultor, gestão e sucessão no estabelecimento agrícola. Por fim, os aspectos comportamentais são discutidos a partir dos objetivos, percepções e comportamentos dos agricultores.

2.4.1 Estrutura fundiária, disponibilidade e uso dos recursos no estabelecimento e relações de dependência

A configuração dos estabelecimentos pode ser caracterizada pelas interações de um conjunto de aspectos que variam desde aspectos técnico-produtivos até os socioculturais e comportamentais. Essas interações tendem a incidir e se materializarem nas práticas cotidianas dos agricultores. Neste contexto, as características edafoclimáticas, as técnicas de produção, a disponibilidade de recursos financeiros e a inserção nos mercados e a forma como os agricultores agem e reagem diante desses aspectos, fornecem pistas importantes para analisar as relações que se estabelecem, sejam elas internas e/ou externas ao estabelecimento.

Na escala do estabelecimento, o agricultor organiza o sistema de produção a partir de uma análise sistemática das relações de concorrência entre as espécies vegetais e animais e pelos recursos naturais disponíveis (terra, água, luz, minerais, matéria orgânica). Esta organização leva em consideração as relações de sinergia ou de complementaridade relativa à utilização dos recursos; a distribuição e a repartição (no tempo e no espaço) da força de trabalho e dos meios de produção, entre os diferentes subsistemas de cultura e de criação; os itinerários técnicos, sucessões e rodízios de cultura, distribuição da área disponível entre as culturas, calendários forrageiros, deslocamentos de rebanhos, etc. (DUFUMIER, 1986).

Assim, o sistema de produção em si, é resultado de múltiplas interações entre diferentes processos produtivos que ocorrem no interior do mesmo. Estas interações ocorrem em nível do uso dos meios de produção, das combinações das atividades relacionadas ao cultivo e à pecuária, das alocações entre os meios de produção disponíveis e diversos tipos de atividades selecionadas para serem implementadas.

No contexto agrário, o fator “terra” está permanentemente em evidência. De um modo geral, a propriedade, as formas de exploração e uso da terra sempre foi um tema de grandes controvérsias, principalmente quando se trata de analisar o rural brasileiro. De acordo com Maurel (1998), a terra é um meio de produção diferente dos demais. Como um meio de produção, a terra também é considerada como um patrimônio, renovável, perene, e ainda, transmissível por herança, dentro de uma linhagem.

Em qualquer sistema econômico, a terra é um bem mercantil, objeto de transações que tem o preço definido seja de compra, de venda, de locação e cessão de direitos de propriedade. Por todas essas características, a terra revela um aspecto ambivalente de bem patrimonial e de bem de produção. A terra pode significar um ponto de junção assim como de confrontação, entre a lógica da família e a lógica da exploração agrícola. A “a terra é um feixe

denso de relações entre o produtor agrícola e o bem que ele explora”. Além do mais, a remuneração dos fatores de produção não se realiza separadamente, uma vez que não há dissociação entre capital e patrimônio (MAUREL, 1998). Entendido desta forma, há uma forte relação entre as características dos agricultores, seus objetivos e as decisões no estabelecimento agrícola.

Enquanto meio de produção, a terra reúne um conjunto de componentes biofísicos muito fortes. No entanto, esses componentes biofísicos, em larga medida “respondem” às formas de ocupação e a exploração humana, uma vez que as características da superfície e as diferentes estruturas de paisagem condicionam as formas do uso da terra. Assim, a cobertura dos solos pode ser avaliada pelo número de camadas e biomassa, incluindo a vegetação natural, criações e ação humana (VERBURG *et al.*, 2009).

De acordo com os autores acima referidos, o uso da terra está diretamente relacionado aos propósitos pelos quais os humanos a exploram e incluem as práticas de administração e gestão da terra. Assim, as diferentes formas de uso da terra estão sistematicamente ligadas por interações temporais (rotações e colheitas) ou espaciais. No entanto, as mudanças que se operam, no que se refere ao uso da terra, estão relacionados não somente aos aspectos biofísicos, mas também aos aspectos socioeconômicos dos agentes envolvidos.

Deste modo, a funcionalidade da terra está associada à capacidade de provisão de mercadorias e serviços relacionados e planejados, de acordo com o sistema de uso da terra e do ecossistema, no contexto de uma unidade da paisagem. Assim, as funções da terra não apenas se referem à provisão de mercadorias e serviços (produção de alimentos, madeira), mas também incluem as mercadorias e serviços relacionados com beleza estética, herança cultural e preservação da biodiversidade, que as vezes nem é intenção do proprietário da terra (VERBURG *et al.*, 2009).

À medida que se entende o uso e as funções da terra, em um contexto que se amplia para além das atividades agrícolas, assume-se que os estabelecimentos agrícolas se constituem em um fator estratégico para as políticas de desenvolvimento rural mais recentes. Assim, além das funções de produção, os estabelecimentos se constituem em espaços prioritários, quando se trata de constituir projetos que primam pela melhoria das condições de vida no meio rural (incorporação de atividades não-agrícolas e lazer) e ainda, pela preservação do ecossistema e biodiversidade.

Neste contexto, as múltiplas formas de uso da terra permitem variadas formas de geração de renda nos estabelecimentos. Neste contexto, estabelecimentos que reúnem condições pouco aptos às práticas agrícolas, e pouco considerados nas políticas agrícolas

tradicionais, podem assumir outras funções capazes de garantir a reprodução social dos agricultores. Dessas constatações emergiram inúmeras agendas de pesquisa, relacionando as perspectivas de desenvolvimento rural às noções da multifuncionalidade da agricultura, pluriatividade, rendas não-agrícolas, das transferências sociais, entre outras (CORCORAN; DENT, 1994; ELLIS *et al.*, 1999).

Esse tipo de articulação pode ser inicialmente compreendida a partir da organização interna da família rural. O trabalho é um elemento muito importante quando se trata de analisar a organização dos estabelecimentos agrícolas. Questões relativas à mão-de-obra, na visão de Stanek (1998), podem ser analisadas a partir da divisão do trabalho entre os membros da família, e ainda, a intensidade da utilização dessa mão-de-obra, tanto no estabelecimento agrícola, quanto fora dela. A organização do trabalho faz parte de uma das dimensões mais importantes do ciclo de vida do estabelecimento agrícola. Os estabelecimentos estão permanentemente submetidos a pressões diversas, e mesmo quando os agricultores conseguem adaptar-se às condições locais e regionais, essa adaptação, via de regra, não apresenta um comportamento linear.

De acordo com Gasson e Errington (1993), a participação da mão-de-obra familiar e contratada pode responder a diferentes incentivos. Estes incentivos variam desde um comportamento voltado à maximização dos lucros até a disposição do agricultor e/ou da família priorizar aspectos relacionados ao lazer e ao bem-estar. O balanço de disponibilização e distribuição de mão-de-obra é realizado mediante uma avaliação, a partir da mão-de-obra disponível e a mão-de-obra necessária para o desempenho das atividades, e os objetivos dos agricultores.

No entanto, o resultado deste “balanço” nem sempre é satisfatório, pois podem ocorrer eventos que independem da vontade dos agricultores. Dificuldades de identificação de um sucessor, ou ainda, os recursos insuficientes ou desentendimentos, em nível de estabelecimento podem, “forçosamente”, induzir um ou mais membros da família a atuarem em mercados não-agrícolas. Outro fator é a falta de mão-de-obra qualificada que pode levar o agricultor, ainda que com mão-de-obra disponível interna, ser compelido a contratar mão-de-obra externa.

Aparte as razões que “movem” os agricultores a serem trabalhadores *part-time*, ou exercerem atividades não-agrícolas, mesmo residindo no meio rural, esse tipo de estratégia se expandiu, em nível mundial, nos últimos anos. As rendas advindas de atividades não-agrícolas somadas ao ingresso de recursos advindos de outras fontes de renda (transferências sociais, aposentadorias, aluguéis, pensões, arrendamentos) têm, muitas vezes, assegurado a

reprodução social dos agricultores, principalmente quando as condições de produção agrícolas são desfavoráveis. À medida que os agricultores têm acesso a outras fontes de rendas, que não àquelas diretamente dependentes da produção estritamente agrícola, eles se tornam menos vulneráveis às variações de clima, preços e políticas agrícolas e de crédito (CORCORAN; DENT, 1994; ELLIS *et al.*, 1999; FIORELLI; DEDIEU; PAILLEUX, 2007; SCHNEIDER, 2003; SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2005).

Ao analisar o rural do estado de São Paulo, Kageyama (2003) chama atenção para a questão das múltiplas fontes de renda. As análises realizadas pela referida autora evidenciam que as famílias rurais não dependem, em sua maioria, apenas da combinação de atividade agrícolas e não-agrícolas, mas de múltiplas fontes de renda, com destaque para as transferências sociais e aposentadorias. Com base neste trabalho a autora expõe que as rendas dos domicílios agrícolas no Brasil são heterogêneas.

A partir desta constatação, a autora chama atenção para a importância de conceber os estudos sobre o rural, a partir da perspectiva das rendas múltiplas, uma vez que os recursos advindos de outras fontes de rendas derivadas não necessariamente do trabalho, como a aposentadoria rural, são muito frequentes. Desse modo, considera-se indispensável considerar não apenas as atividades desenvolvidas pelos componentes do estabelecimento, mas, também, as rendas auferidas, independentemente de estarem associadas a uma atividade produtiva ou não. Ao considerar as atividades e as rendas auferidas é possível captar o caráter múltiplo e heterogêneo das relações envolvidas, no contexto do estabelecimento agrícola.

Outro fator que contribui para entender as formas de organização são as relações que os agricultores estabelecem com os agentes externos. As relações, em maior ou menor grau refletem o grau de dependência dos agricultores que, conforme as formas e intensidade, contribuem para esse caráter múltiplo e heterogêneo existente no meio rural, identificado por Kageyama (2003).

De acordo com Lamarche (1998), três formas de dependência tendem a estar relacionadas, quando se trata de analisar os estabelecimentos agrícolas: a dependência tecnológica, a dependência financeira e a dependência dos mercados. A *dependência tecnológica* relaciona-se, particularmente, com os sistemas de produção, uma vez que, em maior ou menor grau, a produção agrícola possui uma ligação estreita com as técnicas utilizadas. Estas técnicas tendem a apresentar variações significativas até mesmo na esfera do local. Isso ocorre porque nem todos os agricultores adotam os mesmos métodos de produção, e quando os adotam, eles podem variar nas possíveis formas e a intensidade da utilização. Neste contexto, o uso de inseminação artificial; de agroquímicos, da composição de pastagens

artificiais, enfim, o grau de intensificação relacionado às atividades envolvidas pode ser um indicador da dependência dos agricultores.

Uma segunda forma de dependência exposta por Lamarche (1998) está relacionada com os aspectos financeiros. A *Dependência Financeira* relaciona-se às necessidades financeiras e tende a variar de acordo com disponibilidade dos meios de financiamento (autofinanciamento ou empréstimos). Neste contexto, os recursos obtidos através de empréstimos, o grau de endividamento, a importância e a utilização de crédito, a capacidade de autofinanciamento, são indicadores que permitem analisar a relação dos agricultores com o sistema financeiro, seja ele local ou regional.

A dependência dos mercados permite identificar o grau de participação dos agricultores na sociedade de consumo (LAMARCHE, 1998). A análise dessa forma de dependência pode ser obtida a partir da dependência alimentar da família (produção para o autoconsumo e dispêndios com alimentação) e o grau de importância atribuída pelos agricultores à produção comercializada.

A relação de dependência dos mercados de Lamarche (1998) se aproxima da análise de Ellis (2000), que relaciona as possibilidades de avanço no desenvolvimento rural, associada aos modos de vida agricultores, e também de Ploeg (1992). Ellis (2000) entende que as possibilidades de efetivação das perspectivas de desenvolvimento rural estão associadas às possibilidades de diversificação dos ativos.³ No entanto, “diversificação” a que o autor se refere não implica apenas em ampliação das possibilidades de obtenção de ingressos monetários, especialmente rendas (agrícolas, não-agrícolas, transferências, doações, ou outras). O autor chama atenção para uma forma em que a “reprodução social, econômica e cultural é garantida mediante a combinação de um repertório variado de ações, iniciativas, escolhas, enfim, estratégias” (ELLIS, 2000). Isso permite reconhecer a importância que assume a produção para autoconsumo e a qualidade dos alimentos para a reprodução social da agricultura familiar, por exemplo.

Em uma perspectiva mais ampla, Ploeg (1992), expõe que a heterogeneidade encontrada no meio rural pode ser compreendida a partir de uma análise mais aprofundada do processo de mercantilização⁴ da agricultura. Para o autor, o processo de mercantilização está

³ Os ativos incluem os recursos sociais e materiais.

⁴ Neste sentido o autor assume que a mercantilização é a passagem da forma de valor de uso de um bem material para a forma de valor de troca. Isto faz com que o processo de organização do trabalho passe a ser orientado para os intercâmbios com o mercado (PLOEG, 1990, 1992).

muito distante de ser um processo uniforme, acabado, inclusive em regiões mais desenvolvidas da Europa.

Para Ploeg (1992), a agricultura se constitui em um objeto de análise complexo uma vez que as atividades produtivas e reprodutivas, são dotadas de diferentes lógicas, que podem ser impactadas ou não pelos processos de mercantilização. Além da característica da não-uniformidade, ainda existem diferentes graus de intensidade de mercantilização, que podem variar entre dois extremos. Ou seja, podem ocorrer variações desde uma forma de agricultura completamente dependente do mercado, ao extremo de um estilo de agricultura com uma autonomia significativa em relação ao mercado (PLOEG, 1992).

Em larga medida, os diferentes graus de mercantilização resultam e também são o resultado de diferentes estilos de gestão, diferentes formas de como se estruturam as relações de trabalho e as atividades produtivas, no interior do estabelecimento agrícola. “O grau de mercantilização é, deste modo, um resultado negociado pelos agricultores e outros interesses” (PLOEG, 1992).

De acordo com Ploeg (1992), a modernização da agricultura é decorrente do crescente grau de sua externalização. O autor concebe essa “externalização” como um crescente número de tarefas que são separadas do processo de trabalho agrícola e são atribuídas aos organismos externos. Neste contexto, ocorre uma divisão crescente entre a indústria e agricultura, bem como no interior do setor agrícola.

A externalização das atividades resulta em uma intensificação das relações mercantis. Com isso, as atividades que ficavam circunscritas ao agricultor, sua família e aos estabelecimentos, com a externalização, passam a ser cada vez mais permeadas e coordenadas por estas relações. Estas se configuram como tarefas em que principalmente a coordenação é externa e muitas vezes se transferem para o campo das relações técnico-administrativas⁵. “Esta externalização crescente, não somente afeta as atividades de produção⁶, mas resulta também na transformação completa dos processos de reprodução⁷” (PLOEG, 1992, p. 170).

⁵ São relações que se estabelecem entre as agroindústrias e estabelecimentos agrícolas, com alto grau de mercantilização. A medida que as relações mercantis se tornam mais importantes, formam uma matriz que começa a governar os demais tipos de relações comerciais resultantes (PLOEG, 1990, 1992).

⁶ A produção é realizada por intermédio dos fatores de produção e insumos. Parte desta produção é comercializada em diversos mercados e parte serve para garantir os ciclos de produção seguintes. O processo de produção é engendrado para a criação de commodities, e deste modo para o mercado (PLOEG, 1990).

⁷ A reprodução é realizada fora dos mercados, ela não depende da compra do trabalho necessário, objeto de trabalho e meios de produção. Os meios de produção são relativamente produzidos autonomamente. (PLOEG, 1990). Enfim, os processos de reprodução podem em alguma medida, interagir com o mercado, mas não dependente dele.

Logo, a crescente externalização das tarefas e da produção implica em uma penetração das relações mercantis no centro do processo produtivo e acaba por mercantilizar o próprio processo de trabalho.

2.4.2 Características do agricultor, gestão e sucessão no estabelecimento agrícola

De um modo geral, nos estabelecimentos agrícolas, não existe uma separação nítida entre o destino da produção, a execução e a administração das atividades. Baseado nos pressupostos Chayanovianos, Chia *et al.* (2003), ao diferenciar o estabelecimento familiar do estabelecimento empresarial, expõem que, principalmente os estabelecimentos familiares tendem a cumprir três funções simultaneamente: a função de produção para a geração de renda, a produção para o consumo e a acumulação de patrimônio.

Tais características consistem em preservar o patrimônio, assegurar determinado nível de vida da família e manter e/ou expandir os meios de produção para a próxima geração. Assim, o equilíbrio interno dessas três funções é decorrente da situação da família. Esta situação é caracterizada, por um lado, pelo tamanho e pelo ciclo de vida do grupo familiar (expansão, maturidade e regressão) e por outro, pela perspectiva de sucessão que permite ao agricultor traçar os projetos de longo prazo.

Neste sentido, uma das tarefas mais difíceis para o agricultor é desenvolver um balanço equilibrado entre a produção (negócio) e o consumo (estilo de vida) no estabelecimento. Um aumento no nível do custo de vida da família pode significar o adiamento de um investimento, ou seja, existe um *trade-off* entre consumo presente e consumo futuro. Algumas decisões podem parecer irracionais do ponto de vista dos negócios, mas são motivadas pelo desejo de maximização das funções de consumo. Por exemplo, manter um estabelecimento agrícola limpo e bem preservado pode contribuir pouco para a eficiência técnico-produtiva, mas pode ser um importante aspecto de inserção do agricultor e sua família na comunidade (BONNEVIALE; JUSSIAU; MARSHALL, 1989; CHIA *et al.*, 2003; GASSON, 1973; GASSON; ERRINGTON, 1993; GASSON *et al.*, 1988).

Em linhas gerais, a propriedade do estabelecimento agrícola é combinada com o controle administrativo. O agricultor, muitas vezes é responsável pela administração do dia-a-dia, pela execução das tarefas e também pelas decisões estratégicas, de longo-prazo. O agricultor, no papel de administrador, pode se esforçar para aumentar a renda atual, no entanto, no papel de proprietário de terras, ele também pode estar interessado em maximizar o

capital. O horizonte de tempo usado no planejamento do estabelecimento agrícola é longo (principalmente o familiar). A taxa de desconto implícita que ele utiliza para avaliar os investimentos é relativamente baixa, uma vez que ele não leva ao extremo a maximização dos lucros. Com essa racionalidade, ele pode então realizar projetos que um administrador convencional, que prioriza os critérios de natureza econômica, não realizaria, em decorrência da baixa taxa de retorno (GASSON; ERRINGTON, 1993).

Outra questão relevante é que o agricultor precisa prover e conciliar as atividades administrativas com as tarefas relacionadas à produção, propriamente ditas. Embora a administração e a gestão do empreendimento sejam consideradas importantes para o sucesso do negócio, é recorrente nos estabelecimentos agrícolas, sobretudo nos familiares, que estas sejam relegadas a um segundo plano. Normalmente isso ocorre porque o agricultor entende que o trabalho voltado às tarefas relacionadas à produção tendem a exigir mais disponibilidade, ou são mais urgentes (GASSON; ERRINGTON, 1993). Isso também pode ser reflexo da história, cultura e tradição. Um elevado valor pode ser colocado nas atividades relacionadas ao trabalho árduo. Levando ao extremo, o valor colocado nesse tipo de trabalho é conflitante com outras metas de ação de racionalidade econômica, podendo resultar em perda de produtividade.

A permanência e a sustentação dos estabelecimentos agrícolas, a longo prazo, principalmente aqueles baseados na mão-de-obra familiar, podem torná-los sujeitos às flutuações da força de trabalho, ao longo do tempo. Os objetivos do agricultor em relação ao empreendimento também são passíveis de mudanças, que variam de acordo com os estágios e ciclos da família. No entanto, um fato que influencia sobremaneira as decisões de longo prazo é o envelhecimento do(s) operador(es) do estabelecimento e a identificação dos possíveis sucessores (CHIA; RAMDAN, 1999; CHIA; TESTUT, 2001; GASSON; ERRINGTON, 1993).

No contexto do rural, muitas vezes, o principal objetivo de um agricultor não é a maximização dos lucros, mas a sucessão e a herança. Dessa forma, o agricultor articula as decisões e ações de maneira que proporcionem segurança e solidez para as gerações futuras. A transferência de riqueza e bens do agricultor é um dos principais incentivos para a construção/solidificação dos negócios, afetando não somente as decisões do cotidiano, como também as decisões de longo prazo. Nos estabelecimentos agrícolas, a escala de tempo é intergeracional. Assim, a lucratividade do curto prazo pode ser sacrificada desde que o agricultor vislumbre uma forma de obter crescimento de longo prazo (GASSON;

ERRINGTON, 1993; GASSON *et al.*, 1988; MANN, 2007; ONDERSTEIJN; GIESEN; HUIRNE, 2006).

De um modo geral, as organizações enfrentam problemas relacionados à sucessão e herança. No entanto, nos estabelecimentos agrícolas, principalmente os familiares, este aspecto é particularmente complexo. Tal complexidade decorre não somente da necessidade de identificar e preparar um sucessor, mas também porque não existe uma separação nítida entre as relações de trabalho e as relações familiares. No momento da identificação de possíveis sucessores e do tratamento de questões relacionadas à herança podem ocorrer tensões entre os membros da família. Neste sentido, o planejamento intergeracional está permanentemente confrontado com o dilema de encontrar uma maneira de tratar todos os membros da família de forma equitativa.

A transferência intergeracional pode ser um processo tenso, permeado por disputas intra-familiares, o que pode levar a um fracionamento do estabelecimento, podendo comprometer a viabilidade econômica e produtiva do mesmo, e expô-lo a dificuldades financeiras. Em casos mais extremos, o fracionamento pode comprometer a sobrevivência do empreendimento (GASSON; ERRINGTON, 1993). No entanto, os agricultores têm se mostrado bastante articulados para resolverem situações que emergem dos processos de sucessão e herança.

As estratégias que permitem a sobrevivência do estabelecimento e da família dependem da capacidade de adaptação dos agricultores a essas situações. Entre estas estratégias emergem articulações no sentido de que o sucessor pode adquirir o estabelecimento dos pais; muitas vezes são auxiliados por estes para realizar a aquisição. Outra forma de organização dos processos de sucessão e herança que tende a surgir é que o agricultor pode remunerar monetariamente a parte dos demais filhos(as) e transferir o estabelecimento para o sucessor. Outro procedimento convencional é a divisão do estabelecimento em partes iguais, com a possibilidade de o sucessor arrendar a área dos demais herdeiros. Mais recentemente tem ocorrido a aquisição do empreendimento por parte de herdeiros que deixaram o estabelecimento para trabalhar fora, capitalizaram e retornaram para assumir a sua respectiva parte ou a parte dos demais herdeiros. Já em casos onde nenhum dos filhos(as) permanece no estabelecimento, este tende a ser vendido ou arrendado. Com o esgotamento da capacidade física de trabalho dos pais, os mesmos acabam vendendo ou arrendando seus estabelecimentos a outros agricultores; assim como para habitantes da cidade que transformam o estabelecimento em sítio de lazer ou de final de semana, ou ainda em

estabelecimentos empresariais (ERRINGTON; GASSON, 1994; SILVA, 1999; SPANEVELLO, 2008; WANDERLEY, 2001).

Não menos complexa que a sucessão e a herança, são as questões relacionadas às aposentadorias, que também fazem parte da transferência intergeracional. Muitos agricultores “olham” o estabelecimento agrícola como uma maneira de prover suas necessidades domésticas e financeiras, quando atingem uma determinada idade; normalmente isso ocorre no estágio em que declina a capacidade física dos chefes do estabelecimento para o trabalho (ERRINGTON; GASSON, 1994; SILVA, 1999; SPANEVELLO, 2008; WANDERLEY, 2001).

Esse aspecto está relacionado ao fato de que muitos agricultores, apesar do ingresso de rendas externas (pensões e aposentadorias), manifestam o desejo de permanecer no estabelecimento agrícola, mesmo não estando mais desempenhando as atividades produtivas. Frente a estas situações, é recorrente duas gerações residindo juntas na mesma residência. Outra alternativa observada implica na mudança do filho sucessor e sua respectiva família para uma cidade ou vila próxima, enquanto os pais permanecem no estabelecimento; situação inversa também ocorre; A terceira forma de articulação, observada com frequência é os pais e o(a) filho(a) sucessor permanecem no estabelecimento, contudo em residências separadas. (SPANEVELLO, 2008; WANDERLEY, 2001).

Um elemento comum entre os autores acima citados é a de que as motivações dos agricultores e as maneiras como eles percebem a transferência intergeracional pode ter efeitos de longo alcance, nas práticas e na organização dos estabelecimentos agrícolas. Um pequeno agricultor, por exemplo, tende a reproduzir um estabelecimento agrícola que seja viável a pelo menos um agricultor de cada geração. Frente a esse objetivo manifesto, este pequeno agricultor não faz negócios que comprometam a propriedade da terra. Neste sentido, as expansões das atividades produtivas tendem a ocorrer de uma forma que o permita contemplar o objetivo principal, ou seja, assegurar o futuro dos(as) herdeiros(as). Entendido dessa forma, a expansão tende a ser conduzida de forma conservadora, pois o agricultor age dessa maneira para evitar riscos financeiros que comprometeriam a reprodução social e a continuidade da propriedade do estabelecimento agrícola na família (SPANEVELLO, 2008; WANDERLEY, 2001).

Outro aspecto relevante, quando se trata de analisar os processos de sucessão e herança, identificado nos trabalhos de Gasson *et al.* (1988); Gasson e Errington (1993) e Gidakou (2004), referem-se às oportunidades e restrições relacionadas ao estabelecimento. Esses autores demonstram que a identificação e a presença de um sucessor dependem das

oportunidades ou restrições com que os agricultores trabalham. Os que trabalham com uma condição econômica mais favorável (ou mais capitalizados) apresentam maiores possibilidades e facilidades na identificação de um sucessor. Em estabelecimentos maiores e mais eficientes economicamente, é possível identificar um sucessor mais facilmente, em contraponto aos estabelecimentos menores.

As questões relacionadas à sucessão e herança são fundamentais para entender as decisões, principalmente aquelas voltadas aos investimentos do agricultor. As decisões de longo prazo tendem a ser o reflexo de um balanço que o agricultor faz, considerando a reprodução da família e do estabelecimento. Dessa forma, ele tende a tomar medidas que dêem conta de manter o nível de produção, em um patamar mínimo o suficiente, para assegurar o consumo da família e a manutenção dos meios de produção. Neste balanço também está inclusa a preservação do patrimônio familiar, que assegura a cada geração os meios de produção.

2.4.3 Objetivos, percepções e comportamento dos agricultores

As investigações considerando os múltiplos objetivos dos agricultores, passaram a ser mais evidentes a partir da década de 1970. Entre os países de influência francesa, a reformulação das teorias de gestão levaram autores como Sebillotte a abandonar a idéia da “industrialização da agricultura”⁸. A partir disso, ao método de análise dos sistemas de produção, baseado no esquema clima-solo-planta, passou a ser incorporado também pressupostos relacionados ao comportamento dos agricultores. Essa incorporação se deu a partir do reconhecimento que estes estão no centro destes sistemas, pois, em última instância, são os organizadores do sistema (BONNEVIALE; JUSSIAU; MARSHALL, 1989; DENT; EDWARDS-JONES; MCGREGOR, 1995; OCAÑA, 1996).

Entre os países de influência anglo-americana, neste mesmo período, podem-se elencar as investigações de Gasson, (1973). Trabalhando com agricultores ingleses, essa autora é precursora de uma modalidade de análise do rural, a partir dos múltiplos objetivos dos agricultores. Neste contexto, a autora expõe a importância de observar as motivações dos agricultores. Para a autora, uma mesma ação pode ser empreendida por um ou diversos motivos, podendo ser um fim em si mesmo, mas também ser um meio de alcançar outros

⁸ Análises que consideram os empreendimentos agrícolas de maneira igual aos empreendimentos industriais.

objetivos. A aquisição de uma área de campo, por exemplo, pode estar associada à satisfação de um desejo de ser proprietário de terras, aumento do valor do capital do estabelecimento, expansão dos negócios; garantias de continuidade do estabelecimento, melhorarias do acesso a outras áreas do estabelecimento, entre outros.

Na agricultura as decisões tendem a estruturarem-se de forma que o decisor seja o próprio agente e objeto da decisão. A decisão se constrói a partir de um diagnóstico sobre as experiências passadas e uma projeção de perspectivas futuras. Como a prospecção do futuro é feita sobre uma condição de incerteza, o produtor pondera a probabilidade de sucesso em cada decisão; logo, em cada caso, há um custo de oportunidade para cada atitude a ser adotada (DOSSA, 1997). Com isso, em função da percepção de sua situação e de seus objetivos, os produtores podem, muitas vezes, adotarem ações que mudam e que se contrapõem ao longo do tempo (CHIA; RAMDAN, 1999; CHIA *et al.*, 2003; ONDERSTEIJN; GIESEN; HUIRNE, 2003, 2006).

De acordo com Gasson (1973) os objetivos são definidos como os fins ou as condições em que o indivíduo deseja estar, são os desejos individuais ou objetos que ele deseja obter. Objetivos típicos envolvendo um estabelecimento agrícola podem incluir a maximização dos lucros, a redução do número/valores de empréstimos e financiamentos, o bem estar do agricultor, o desejo de passar mais tempo com a família, entre outros. Já as metas são expressões tangíveis dos objetivos. O objetivo de controlar uma grande empresa agrícola, por exemplo, pode se traduzir na meta de duplicar a área de terra nos próximos vinte anos (GASSON; ERRINGTON, 1993; WALLACE; MOSS, 2002).

Contudo, apesar das metas apontarem para o senso de direção da firma, o relacionamento entre objetivos e as ações representam ligações mais complexas. Reportando-se a Casson (1982)⁹, Gasson e Errington (1993) expõem que o escopo da ação é limitado pelos recursos disponíveis. Em segundo lugar, agricultores podem agir de forma diferente porque eles têm diferentes percepções da situação, decorrente de acesso desigual à informação ou ainda, uma interpretação diferenciada das mesmas. Esses dois aspectos, por si só, implicam em uma teia de relações complexas que dificultam a organização dos empreendimentos, principalmente os agrícolas.

Ao analisar o comportamento de um conjunto de agricultores ingleses, Gasson (1973), se apoiou na noção de “valores”. Para a autora, os valores são propriedades mais permanentes

⁹CASSON, M. **The Entrepreneur: an economic theory**. Oxford: Martin Robertson, 1982.

dos indivíduos, menos sujeito a mudanças com as circunstâncias e com o tempo. Um valor é uma concepção do desejável e se refere a algum aspecto de uma situação, objeto ou evento que tem uma implicação preferencial. Valores não existem de forma isolada, mas são organizados em hierarquias ou orientação de valores. Os valores são os critérios pelas quais os indivíduos selecionam as metas e os meios para alcançar os objetivos. Valores típicos incluem honestidade, humanidade, sucesso, liberdade, democracia. Valores impõem certa regularidade no comportamento (GASSON, 1973).

Embora os valores sejam definidos como fins, é evidente que alguns destes estão próximos às metas, e podem servir como um meio para alcançar os fins desejados. Em algumas sociedades, a criatividade e a independência, por exemplo, podem ser a base para a atribuição de *status* e podem ser buscadas conscientemente para este fim. Em outras situações, trabalhar juntamente com os demais membros da família pode ser um meio de assegurar ingressos para o futuro e segurança na fase da idade avançada. Renda, por exemplo, pode ter diferentes significados para diferentes classes sociais (GASSON, 1973).

Em um estudo realizado no final da década de 1980, Gasson *et al.* (1988) avaliam o comportamento dos agricultores familiares. Neste sentido, expõem que é pouco relevante, ou pouco recorrente a separação entre as relações que se estabelecem, seja no que se refere aos estabelecimentos, a família em si e o controle administrativo. Os autores expõem que a função-objetivo de um negócio, principalmente o familiar, pode ser composta de um número significativo de objetivos e a maximização dos lucros pode não ser o principal deles.

O comportamento de um indivíduo tende a ser a expressão de não apenas um, mas de todos os elementos dos valores. Variações na ordem de classificação dos componentes de valores comuns, nas quais todos podem estar presentes, provocam diferenças no sistema de valores entre indivíduos e sub-grupos da sociedade. Em outras palavras, “pessoas desejam alcançar todos os fins valorados, mas em situação onde estes são mutuamente exclusivos, é o ordenamento relativo dos valores que determinam como eles decidem agir” (GASSON, 1973, p. 525). Por exemplo, um agricultor em particular que considera o lazer mais que o trabalho duro, ou progresso mais que continuação da tradição familiar tende a ser uma “pista” significativa de como ele decide agir em meio a uma variedade de situações.

Gasson (1973) tipifica os agricultores a partir de um conjunto de valores que orientam as motivações dos mesmos para atuar na agricultura. Nesta perspectiva, os agricultores que percebem o estabelecimento como meio de obter renda e segurança são orientados por *Valores Econômicos ou Instrumentais*: Maximização da produtividade e lucros, expansão dos

negócios, condições razoáveis de trabalho, são exemplos de valores considerados nesse grupo (GASSON, 1973).

Os Valores ou orientação social reúnem aqueles agricultores que desenvolvem a atividade voltada para interesse das relações interpessoais, nela contidas. A obtenção de reconhecimento e prestígio social como agricultor, as relações com a comunidade, continuidade da tradição familiar, convivência e trabalho compartilhado com familiares, boas relações com os demais trabalhadores e vizinhos, são exemplos de valores contidos nesse grupo (GASSON, 1973).

Os agricultores motivados por *Valores ou Orientação Expressiva* são aqueles em que a atividade de agricultor significa uma expressão em si mesma, ou seja, se constitui em uma satisfação pessoal. São valores associados a esta orientação, a satisfação em sentir-se proprietário da terra, exercer as atividades típicas do estabelecimento, exercer habilidades e aptidões especiais, oportunidades de ser criativo e original no trabalho, satisfação pelos desafios, encontrar um objetivo, crescimento pessoal (GASSON, 1973).

Por fim, os *Valores ou Orientação Intrínseca* são características de agricultores que valorizam a atividade como um estilo de vida. Destacam-se como valores associados a esta orientação, a satisfação no trabalho agrícola e nas atividades ao ar livre, o ambiente saudável, independência nas decisões, a liberdade para supervisão e organização do tempo, o controle de uma variabilidade de situações (GASSON, 1973).

Em relação ao comportamento, Willock *et al.* (1999), expõem que usualmente ele é investigado a partir de tópicos específicos. Todavia, assim como os objetivos, geralmente, mais de um fator é importante e deve ser considerado. De um modo geral o comportamento do agricultor é moldado por elementos ligados a fatores pessoais (ex. personalidade) e também da percepção que os indivíduos têm sobre os fatores externos. Por exemplo, acesso e interpretação das informações, diversificação de cultivos e criações, trabalho e rendas não-agrícolas, *status*, tendem a se manifestar de forma diferenciada nos estabelecimentos, devido a percepção dos agricultores (COSTA; REHMAN, 1999; KOBRICH; REHMAN; KHAN, 2003). Conseqüentemente, isso demanda a identificação de domínios coerentes de comportamento, assim, mais do que um comportamento isolado, diferentes comportamentos podem surgir quando se investiga a tomada de decisão dos agricultores (BRODT; KLONSKY; TOURTE, 2006; WILLOCK *et al.*, 1999).

Uma profusão de comportamentos, por exemplo, são possíveis de serem observados nos estabelecimentos agrícolas, principalmente os familiares. Ainda que em muitas situações o agricultor apareça como o responsável pela decisão tomada, é recorrente que ele consulte a

família e amigos, antes de implementá-la efetivamente. Assim, essas decisões, em maior ou menor grau, refletem as interações que ocorrem entre os indivíduos. Além disso, nos estabelecimentos em que a família está envolvida nos processos produtivos e decisórios, seus componentes podem não possuir os mesmos objetivos (PERKIN; REHMAN, 1994; SOLANO *et al.*, 2001). Além das interações inerentes ao estabelecimento agrícola, importantes interações sociais ocorrem além da porteira, ou seja, a tomada de decisão dos agricultores é desenvolvida em um contexto social (CHIA *et al.*, 2003; DENT; EDWARDS-JONES; MCGREGOR, 1995; DOSSA, 1997; GASSON, 1973; ONDERSTEIJN; GIESEN; HUIRNE, 2006; SOLANO *et al.*, 2001).

Para Bonneviale, Jussiau e Marshall (1989), é através da percepção de sua situação e do ambiente em que está inserido, que o agricultor vai determinar o seu comportamento e tomar as decisões; logo, a percepção consiste na maneira como o indivíduo representa para si uma situação ou seus projetos. Entendida dessa forma, as decisões dos agricultores resultam da confrontação das percepções e da situação. As percepções são essencialmente aproximativas, individuais e evoluem, ao longo do tempo. Após ter decorrido a ação, o decisor pode se deparar com dificuldades que coloquem em questão seus objetivos. Note-se que um agricultor não tem um conhecimento formalizado de seus objetivos, mas, um determinado referencial. Da mesma forma, tem dificuldades em projetar o futuro, onde todas as conseqüências não são perfeitamente previstas, mantendo, portanto, sobre elas, uma grande incerteza (BONNEVIALE; JUSSIAU; MARSHALL, 1989; CHIA *et al.*, 2003; ONDERSTEIJN; GIESEN; HUIRNE, 2003)

Para Chauí (1997), a “percepção” é a relação que se estabelece entre o sujeito e as coisas que o cercam ou estão a sua volta. No contexto da idéia de relações mútuas é que o indivíduo passa a perceber e interpretar o mundo. Assim, a percepção possibilita interpretar as coisas, os objetos e os outros de maneira qualitativa, afetiva e valorativa. Essa interpretação é o resultado da maneira como a percepção sobre determinado objeto é construída e os valores dados a ele, sendo que os “julgamentos” auferidos pelos sujeitos aos objetos e aos outros são decorrentes do modo como a sociedade valoriza as coisas e as pessoas. Os sujeitos interpretam ou atribuem significados e valores às coisas da mesma forma que a sociedade a sua volta interpreta essas questões, pois os sujeitos estão imersos ou fazem parte dela (CHAUÍ, 1997). Desse modo, as interpretações dos sujeitos são as interpretações da sociedade incorporada por eles.

Considerando a noção de percepção de Chauí (1997), as ações e as decisões dos agricultores são realizadas sob a influência das percepções ou da “leitura” que estes realizam,

sobre as condições internas e externas ao estabelecimento, assim como as restrições e possibilidades relacionadas a essas condições. Visto desta forma, a percepção é uma construção relacional, cujo resultado é proveniente da interpretação e valoração das condições de seus respectivos estabelecimentos, da agricultura, do modo de vida no meio rural e das relações com o entorno. A percepção positiva ou negativa é decorrente de um balanço que o agricultor faz de sua situação e seus projetos de curto, médio e longo prazo.

As mudanças na economia, por exemplo, podem determinar mudanças na situação e nos objetivos do produtor. Nessas condições, é natural que o produtor, racionalmente, mude sua atitude quando sua percepção lhe indica que cometeu um erro na decisão e seguiu uma trajetória, comparativamente, menos adequada. Contudo, na prática, os agricultores dificilmente adotam ações que são contrárias aos seus objetivos, dentro de certas prioridades que são hierarquizadas subjetivamente. Ao aceitar esse pressuposto, é possível compreender a lógica dos agricultores, práticas adotadas e as configurações dos estabelecimentos. Muitas vezes, certas ações classificadas como irracionais do ponto de vista técnico-produtivo e econômico, tendem a atender outros objetivos desses agricultores (DOSSA, 1997).

Assim as potencialidades ou as restrições só têm sentido, quando analisadas em relação aos objetivos do agricultor. No contexto da combinação - família e estabelecimento agrícola - a percepção sobre situação atual é resultado da análise da trajetória do estabelecimento ao longo do tempo, do entorno em que ele se encontra inserido, e dos meios de produção que o agricultor dispõe. Neste sentido, as potencialidades e as restrições resultam, tanto do contexto como da história passada do estabelecimento e da família. Nesta perspectiva a “situação” representa um conjunto de restrições (aspectos negativos), que limitam a possibilidade de ação e o conjunto de potencialidades (aspectos positivos), que tornam possível a ação. Os fatores constitutivos da situação podem ser hierarquizados em dois níveis: os fatores externos, dificilmente modificáveis pelo agricultor - mercados de insumos e produtos, fatores climáticos, políticas - e, os fatores internos mais facilmente modificáveis - estrutura interna da exploração e situação familiar (BONNEVIALE; JUSSIAU; MARSHALL, 1989; CHIA; RAMDAN, 1999; ONDERSTEIJN; GIESEN; HUIRNE, 2006).

Em síntese, a lógica dos agricultores e a organização dos respectivos estabelecimentos, considerados no contexto de um quadro de análise regional, deve contemplar de forma ampla as situações no que se refere ao ambiente interno e externo. Na escala do estabelecimento agrícola, as decisões e as formas de organização, em maior ou menor grau, refletem a “leitura” que os agricultores fazem do ambiente externo. A maneira como o agricultor articula as relações no âmbito dessas esferas e a intensidade dessas relações, por si só, vão

implicar em variações nas decisões e ações de cada agricultor em específico. Assim as interações que se estabelecem entre as esferas da produção, articulação e objetivos dos agricultores e sua família, frente às restrições e possibilidades internas e externas ao estabelecimento, contribuem para forjar a diversidade de situações identificada nos espaços rurais.

3 BOVINOCULTURA DE CORTE DO RIO GRANDE DO SUL: ORIGEM, EVOLUÇÃO E MUDANÇAS RECENTES

Este capítulo consiste em uma caracterização da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul e está organizado em torno da reconstituição histórica, socioeconômica e cultural que envolve a atividade. Também se buscou retomar alguns aspectos conjunturais ligados à atividade, enfatizando, sobretudo as dinâmicas de organização produtiva e de mercado, nos anos recentes. O resgate dos principais eventos e desdobramentos, ocorridos ao longo do tempo, contribuem para a compreensão da configuração atual da atividade.

3.1 As origens históricas da bovinocultura de corte gaúcha: das disputas pela fronteira à conformação das estâncias

A bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul está estreitamente associada com a ocupação do território do Rio Grande do Sul. Em função da localização e dos aspectos geopolíticos, pode-se dizer que esta foi diferenciada dos demais estados do Brasil. De um modo geral, essa ocupação possui uma estreita relação com a fundação de Laguna em 1676 e Colônia do Sacramento em 1680. Nesse período, já existiam relatos dos campos e dos rebanhos ali existentes (FONTOURA, 2000; PESAVENTO, 1994).

De acordo com Pesavento (1994), em 1605, os jesuítas estabeleceram as reduções nessas regiões. No entanto, aproximadamente no ano de 1640, juntamente com os índios, os jesuítas partem para a outra margem do Rio Uruguai, deixando o gado solto pelas pradarias. No ano de 1682, os jesuítas fundam os Sete Povos das Missões (São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo), onde separavam parte do gado para uma nova reserva chamada Vacaria dos Pinhais ou Campos de Vacaria.

Até então, apenas os jesuítas e os índios haviam se estabelecido nessas regiões. O gado bovino solto nos campos gaúchos, se tornou objeto de “caça” para o comércio do couro. A extração do couro e a produção da erva-mate, as duas atividades exercidas por esses grupos despertaram o interesse dos colonizadores, e foi uma das razões que levou à aliança entre Portugal e Espanha, que culminou na expulsão dos jesuítas em 1768.

De acordo com Fontoura (2000), a ligação entre Colônia do Sacramento e Laguna, e posteriormente com São Paulo ou as feiras de Sorocaba, estimularam a “caça” do gado, primeiramente visando a extração do couro e, mais tarde, o próprio abastecimento de carne

para alimentar os trabalhadores, principalmente os das fazendas de café e cana-de-açúcar do centro do país.

Entretanto, as constantes disputas que se estabeleceram entre o império português e espanhol pelas vastas áreas ao Sul do continente americano, acabaram resultando na conformação das sesmarias¹. De acordo com Laytano (1983, p. 16) “a sesmaria era a estância, nascia então, a propriedade privada, revestida dos característicos jurídicos da doação oficial e governamental”. Como as sesmarias tinham, neste período, funções geopolíticas e militares, muito mais que produtivas, não havia uma classe determinada para receber terras. Em função disso, as concessões eram destinadas a militares², tropeiros³ e aos agricultores⁴. Para Fontoura (2000, p. 22-23) “a estância é a célula da ocupação da fronteira do Rio Grande do Sul”.

A atitude do império português, no que concerne a delimitação da fronteira foi estratégica. Expõe Fontoura (2000, p. 30):

“Mantendo Colônia do Sacramento como um posto avançado, Rio Grande como um posto médio armado, e povoando, através da distribuição de sesmarias para a atividade pecuária e, de datas (1/4 de légua) para os açorianos implantarem uma agricultura de subsistência, o litoral e a fronteira oeste foram sendo ocupadas na mesma velocidade em que se multiplicavam os pedidos de sesmarias. Com essa estratégia, a fronteira que até então terminava em Laguna, foi sendo empurrada para os limites que hoje conforma o território do Rio Grande do Sul”.

Em relação às condições naturais, as estâncias, sobretudo da parte sul do Rio Grande do Sul, foram estabelecidas sobre condições ambientais propícias para a criação de bovinos. Reverbel (1986, p. 22) afirma que “o gado bovino introduzido pelos jesuítas viria encontrar as condições favoráveis para a sua sobrevivência e proliferação na boa qualidade do solo e na exuberância das pastagens rio-grandenses”, sendo que todos os seus “campos convidam à criação intensa de gado”.

¹ Uma sesmaria era a medida padrão para a concessão de terras e desta forma povoar o vazio demográfico e garantir a ocupação da fronteira. Segundo Laytano (1983), uma sesmaria equivale a aproximadamente 13.068 ha, ou 150 quadras de campo. Medida esta, a quadra de sesmaria, ainda em uso na Campanha gaúcha, ou seja, igual a 87 ha (LAYTANO, 1983).

² Aqueles que tivessem prestado valorosos serviços à causa portuguesa, na ação do povoamento ou na conquista, constituindo-se em fazendeiros-militares. Era formado por Dragões, majores, alferes, tenentes e outros heróis militares (LAYTANO, 1983).

³ Antes mesmo dos açorianos e dos militares, os negociantes de gado já desciam de São Paulo pela costa da serra ou do litoral, para retornarem com as tropas de gado para o mercado de consumo. As tropeadas exigiam abertura de caminho e paradas ou invernações, para descanso e engorde do gado. Vários são os exemplos de tropeiros que se tornaram estancieiros com concessões de sesmarias (LAYTANO, 1983).

⁴ Os agricultores eram, principalmente, os casais de açorianos que foram trazidos para povoarem a capitania. Não receberam sesmarias, mas sim datas de terras que tinham 272 ha. Porém, muitos deles se transformaram, com muito trabalho, em fazendeiros da campanha gaúcha (LAYTANO, 1983).

Outro elemento importante, também diferenciado das demais regiões do país, refere-se às relações de trabalho. Se as regiões cafeeiras e açucareiras demandavam elevados investimentos para a aquisição de mão-de-obra escrava, no Sul, as atividades na estância eram realizadas pelos peões (CARVALHO; PEREIRA; CUNHA, 1998; PESAVENTO, 1994).

De acordo com Pesavento (1994, p.15), “As estâncias de gado, que se constituíram, realizavam pecuária extensiva do rebanho, utilizando como mão-de-obra os peões”. Embora se registrasse o uso de escravos nas estâncias, a atividade de criação não conseguiu um grau de acumulação suficiente, que permitisse a introdução sistemática de negros na região. “Contudo, nesta perspectiva, se por um lado as atividades na estância demandavam investimentos baixos, por outro, também eram de baixa remuneração”. Isso ocorreu, uma vez que as relações econômicas, que se estabeleceram ao Sul, foram, em larga medida, diferenciadas das regiões Nordeste (economia açucareira) ou em São Paulo (economia cafeeira). Nestas regiões, se demandava um grau de capitalização para a concessão de terras; já, no Sul, o principal critério era a prestação de serviços à Coroa.

Assim, a estrutura de funcionamento e a distribuição do trabalho na estância apresentavam características singulares. Em tempos de paz, a vida era tranqüila, as atividades resumiam-se aos cuidados de apaziguar, fazer a contagem e verificar a ocorrência de extravios de animais, muito comum para a época. Também era feita conferência das marcas, sinais típicos de identificação dos animais e sua respectiva propriedade. Contudo, em tempo de guerra, os peões se transformavam em bandos armados, se organizavam rapidamente, com exemplar obediência aos chefes das organizações e se transformavam em exímios guerreiros, defensores das causas da estância e dos interesses da classe proprietária (FONTOURA, 2000).

3.2 A Estância comercial, as charqueadas e os frigoríficos

O cercamento dos campos, por volta de 1875, modificou significativamente a organização do trabalho na estância. A figura dos agregados desapareceria para dar lugar à expansão da pecuária extensiva, ou seja, do aumento da invernada para o gado. Esse processo vai alterar consideravelmente as lógicas de funcionamento das estâncias. Em relação à mão-de-obra, Fontoura (2000) se reporta a Queiroz (1977), para expor que a definição da propriedade através do cercamento das terras, levou ao fim do que ela denominou de estância

patriarcal⁵. Para este, a transformação mais importante no interior da estância foi o aumento da distância social entre o estancieiro e a sua mão-de-obra.

De acordo com Fontoura (2000), essa condição desencadeou um processo de transformação nas relações sociais, assim como na estrutura de funcionamento das estâncias. Nesse período, os preços favoráveis do gado e das terras possibilitaram a capitalização dos estancieiros. O núcleo familiar e administrativo, no caso o estancieiro e sua família, se transferiram para as cidades, com isso, no cotidiano, os filhos estavam permanentemente distantes da estância. O resultado dessa nova condição do estancieiro, em larga medida resultou em uma hierarquização no interior da própria família. Assim, os mais “inteligentes” eram enviados à capital ou aos centros maiores para estudar os menos capacitados, eram os responsáveis pelo gerenciamento da estância (REVERBEL, 1984). Essa situação comprometia duplamente os negócios da estância. Os filhos que ficavam, com pouco conhecimento, comprometiam a produtividade e a capacidade de inovação tecnológica. Os que retornavam, via de regra, exerciam uma atividade predominantemente urbana, e a estância se tornava uma atividade secundária. Os investimentos realizados, basicamente se constituíam na compra de mais terra e mais gado, mas muito pouco em tecnologias.

No segmento industrial, em 1779, foi instalada aquela que seria uma das primeiras indústrias de charque às margens do Rio Pelotas. Segundo Marques (1987), esta atividade desenvolveu bastante a navegação fluvial, gerou muitos empregos e estimulou o comércio regional, atraindo, pelo sucesso obtido, outras indústrias charqueadoras. Neste sentido, as charqueadas⁶ vão se tornar um marco na economia regional, pois a grande movimentação de capitais em decorrência da compra e venda de gado, permitiu o desenvolvimento de um centro comercial e financeiro, que girava em torno das charqueadas e suas respectivas atividades.

No Brasil, o charque cumpria uma função estratégica, ou seja, destinava-se a alimentação da mão-de-obra escrava que trabalhava nas grandes plantações do centro-norte do país. Assim, nada poderia comprometer a rentabilidade das “*plantations*” tropicais. Ademais, o governo central brasileiro, para atender os interesses desses grupos, facilitava a entrada do

⁵ Neste modelo de funcionamento da estância a figura dos agregados possibilitava a formação da família e a produção de alimentos para a autonomia e subsistência da estância. Com isso, várias famílias de agregados tomaram o rumo das cidades, pois dentro da estância, apenas o capataz podia ter mulher e filhos. Os peões não podiam, e não podem ter família junto ao trabalho. Durante o período da estância patriarcal, o estancieiro, seu capataz, seus agregados, seus peões formavam um grupo muito unido; a distância social era amenizada pelo parentesco, toda esta gente pertencendo muitas vezes a um mesmo tronco familiar, e tendo ainda estilos de vida semelhantes; a sobriedade caracterizava estas estâncias (FONTOURA, 2000).

⁶ As charqueadas produziam charque, couro e sebo; estes, a priori, eram exportados para fora da província; em larga medida, as atividades saladeiras eram realizadas por mão-de-obra escrava.

charque platino, toda vez que houvesse uma elevação do produto nacional, ou não raro, quando da impossibilidade de abastecimento apenas com a produção local (FONTOURA, 2000).

Em decorrência de sua importância, o “charque”, gerava “tensões”, disputas políticas e comerciais acirradas entre os segmentos produtivos do Rio Grande do Sul, destes com o Governo Central Brasileiro e ainda com os países vizinhos do Plata. Não obstante, para muitos historiadores, o descontentamento dos gaúchos com o Poder Central Brasileiro, foi um dos motivos que culminou na Guerra dos Farrapos (1835-1845). De acordo com Pesavento (1980), o contrabando é um fator relevante nesse contexto. Este, por um lado, prejudicava o charqueador gaúcho, devido à entrada do charque Platino clandestino, contudo os interessava o gado proveniente do Plata, em decorrência da qualidade e menor preço. No entanto, a entrada desse gado, por outro lado, gerava tensões com os criadores gaúchos, que ficavam em desvantagem. Esse “impasse”, no entanto, não era problema para aqueles charqueadores, que também eram estancieiros, ou ainda, entre criadores que realizavam, eles próprios o contrabando.

Ao analisar a trajetória histórica associada a da bovinocultura de corte, Pesavento (1986) aponta um fator importante que pode ser considerado como um entrave ao desenvolvimento de tecnologias nas charqueadas gaúchas. Segundo a autora, este é decorrente do tratamento diferenciado que o Poder Central, de cada país, atribuía a cada uma das regiões pecuárias. Enquanto a região Sul ocupava uma posição periférica, se comparada com outras regiões do Brasil, o mesmo não ocorria nos países Platinos.

De acordo com Pesavento (1986), neste período, os países Platinos, sob o domínio da Inglaterra, modernizaram os processos de produção e ao mesmo tempo, articularam o segmento de escoamento da produção, através de construção de estradas de ferro e portos modernos. Também havia uma estratégia de introduzir tecnologias que permitissem aumentar o rendimento do trabalho. Além do mais a pecuária, nos países do Plata, era o principal produto na pauta das exportações e uma atividade-chave para o desenvolvimento daqueles países, portanto, recebiam o apoio dos respectivos Governos. Neste sentido, Pesavento (1986, p. 37) “levanta uma indagação importante: Sendo quase simultânea a identificação da presença de tecnologia em ambas as zonas charqueadoras, porque não se difundiu a mesma no Rio Grande, assim como nos países do Plata?” A esta questão especificamente, a autora atribui dois elementos chaves para entender essa “disparidade”, ou seja, esta configuração dependia, tanto dos processos de trabalho como do preço das mercadorias.

“Por um lado, o escravismo é incompatível com o progresso técnico⁷ porque é uma forma econômica que não requer o desenvolvimento tecnológico como um mecanismo para a sua reprodução de forma permanente”. Por outro “no capitalismo, a tecnologia é o ingrediente necessário, porque é possibilitador da obtenção da mais-valia relativa e da subsunção real do trabalho ao capital. Conseqüentemente a técnica aí desempenha um papel fundamental na acumulação e reprodução do capital (PESAVENTO, 1986).

Em resumo, Carvalho, Pereira e Cunha (1998), expõem que ao final do século XIX o Rio Grande do Sul convivia com uma situação de crise baseada na grande propriedade rural, ligada à criação e às charqueadas, concentrada nas regiões da Campanha e Serra do Sudeste. De acordo com os referidos autores, a crise foi agravada, sobretudo, por uma fraqueza relativa das classes dominantes regionais em fazer prevalecer seus interesses frente às classes dominantes em outras regiões do Brasil. Também começava a manifestar um crescente dinamismo da sociedade colonial gaúcha, localizada ao norte e noroeste gaúcho, ancorado na pequena propriedade rural, na policultura e no capital comercial.

3.3 O surgimento e desenvolvimento dos frigoríficos: potencialidades e condicionantes da bovinocultura de corte Gaúcha no século XX

A instalação dos frigoríficos no início do século XX provocou mudanças importantes nas regiões pecuárias gaúchas. Contudo, no Rio Grande do Sul, isso só ocorreu em torno de cinquenta anos após a realização dos mesmos investimentos nos países do Plata. Nestes países, ainda do século XIX (década de 1860), os capitalistas ingleses, iniciaram a fundação de indústrias em Fray Bentos e Colón (Uruguai), e em Entre Rios e Santa Fé (Argentina). Em 1883, a Argentina teve seus primeiros frigoríficos instalados, um nacional e outro britânico: O “The River Plate Meat Company” (PESAVENTO, 1980)

O atraso em relação aos países Platinos, basicamente, é atribuído a dois aspectos: um de cunho técnico-produtivo, relacionado com a qualidade do rebanho gaúcho e outro, de cunho mais político. Em relação ao primeiro, por volta de 1870, iniciaram os investimentos no melhoramento dos rebanhos no Rio Grande do Sul, através da importação de raças européias. Entretanto, como os principais compradores de gado eram as charqueadas, e estas não exigiam um padrão de qualidade significativo, o refinamento dos rebanhos não se generalizou

⁷ Não se quer afirmar a incompatibilidade da utilização de tecnologia pelo escravo, mas sim que neste sistema produtivo não havia razões para a realização de uma inversão contínua de capitais e técnicas de produção (PESAVENTO, 1986).

(FONTOURA, 2000; MIELITZ NETTO 1994). Em contrapartida, as empresas multinacionais encontravam matéria-prima de qualidade nos países vizinhos para abastecer suas indústrias; logo, não havia as condições e nem o interesse para a instalação dessas indústrias na Pampa gaúcha.

O segundo fator, de cunho político, estava associado às discussões de uma possível implantação de indústrias com a utilização de capital nacional. Contudo, de acordo com Pesavento (1980), se por um lado, os criadores e o Governo temiam a instalação do *truste* da carne e uma possível situação de monopólio; por outro, também não chegavam a nenhum acordo, pelas características positivistas do governo gaúcho na época. A preocupação manifestada pelas entidades de classe, era de que a indústria da carne ficasse sob o comando do capital estrangeiro. Essa situação acabou se concretizando em 1921, quando o Frigorífico Rio Grande, fundado em 1919⁸, foi vendido à companhia britânica *Vestey Brothers*. Após a venda este passou a chamar-se *The Rio Grande Meat Company*, e a partir de 1924, foi denominado de Frigorífico Anglo de Pelotas.

O impasse sobre a instalação dos frigoríficos se resolve somente no início do século XX, mais precisamente a partir de 1917, quando os frigoríficos multinacionais, passam a adquirir alguns estabelecimentos saladeiros, transformando-os para a atividade frigorífica. O controle absoluto do setor mais dinâmico da indústria da pecuária pelos frigoríficos estrangeiros coincide com o período do Pós-Guerra. No contexto de uma conjuntura desfavorável, esses frigoríficos passaram a realizar manobras baixistas para manter suas margens de lucro. Com baixa capacidade de articulação do poder local para a instalação de uma indústria da carne nitidamente capitalista, só restou a estrutura da charqueada, permanentemente em crise.

O aumento das plantas frigoríficas em nível mundial e a diminuição da demanda da carne, implicou em redução dos lucros das grandes companhias. Com isso, os pecuaristas sofriam uma dupla pressão. Além dos frigoríficos, as charqueadas também transferiam suas perdas para o criador. Quanto mais intensa era a crise, tanto o frigorífico como as charqueadas, pela estrutura do mercado, baixavam os preços aos produtores. Pressionados, os pecuaristas implementavam medidas redutoras de custos de produção. Projetos de inovação,

⁸ Em 1917, “com o apoio do Estado e iniciativa da associação da classe rural - União dos Criadores - o frigorífico foi um projeto capaz de unir os estancieiros gaúchos em um idêntico objetivo”. Tratava-se de um empreendimento que visava impedir o monopólio estrangeiro aproveitando os bons preços do mercado internacional. Projeto este que contou, inclusive, com a oposição maragata, por ser uma iniciativa em nome da associação de classe, e não governista (PESAVENTO, 1980).

seja em instalações, base genética e/ou recursos forrageiros, retomados com a perspectiva da indústria frigorífica, acabaram por ser reduzidos e, até mesmo, interrompidos (PESAVENTO, 1980).

Para Fontoura (2000), a indústria frigorífica não se desenvolveu no Rio Grande do Sul como nos países vizinhos. Além do mais, “antes mesmo de se completar o refinamento das raças nos rebanhos, e a melhoria das pastagens neste estado, a polêmica introdução ou cruzamento com a raça zebuína, contribuiu para desqualificar o rebanho sulino, diminuindo as chances de uma inserção econômica da pecuária sulina nos moldes da rio-platense” (FONTOURA, 2000, p. 74).

Mesmo assim, houve muitas experiências, na produção pecuária e implementação de técnicas de produção, manejo de rebanho e recursos forrageiros que permitiram e, ainda hoje permitem, a obtenção de índices técnico-produtivos significativos, na atividade. Contudo, apesar dos bons resultados das respectivas técnicas, não ocorreu uma padronização mais geral do rebanho gaúcho. Em função dessa não padronização, ou melhor, da não adesão às inovações de maneira mais sistemática, passou-se a diferenciar unidades de produção e/ou pecuaristas entre tradicionais e empresariais. Assim, por todo o século XX e ainda hoje, predominam as unidades pecuárias conduzidas aos moldes da bovinocultura praticada no século XIX.

Nas décadas de 1940 e 1950, em função do crescimento acelerado das cidades e, conseqüentemente, do aumento do mercado interno da demanda por carnes, ocorreu a construção de frigoríficos nacionais empregando tecnologias de refrigeração, mais modernos que as antigas plantas de capital estrangeiro. O início da década de 60 foi marcado pelo surgimento da indústria automobilística no país, que proporcionou o transporte de animais vivos por distâncias mais longas, aproximando mais as zonas criadoras dos frigoríficos, e estes, das zonas urbanas de consumo (MIELITZ NETTO, 1994)

3.4 A modernização da agricultura a partir da década 1970: impactos, transformações e perspectivas na bovinocultura de corte brasileira

As profundas transformações ocorridas na agropecuária brasileira, principalmente no período que compreende a chamada “modernização agrícola”, contou com a participação ativa do Estado, considerado como o grande articulador desse processo. Neste sentido, a política oficial relativa ao crédito rural se constituiu no principal instrumento de política

pública, que possibilitou a consolidação do modelo de desenvolvimento adotado na agricultura (CARDOSO, 1994).

O período de 1965-1979 pode ser considerado como um período de recursos abundantes para investimentos no setor produtivo brasileiro. Com o processo de industrialização em ritmo acelerado, este segmento demandava uma agricultura capitalista viável. Para tanto, além dos altos investimentos em infraestrutura e transporte, foi criado um conjunto de medidas articuladas para alavancar a agricultura. A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), Programa de Garantia de preços Mínimos (PGPM), Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Departamentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), foram as principais medidas adotadas. O conjunto de instituições, programas e políticas por parte do Governo brasileiro, estavam voltados para a criação das condições de modernização no campo. O cenário favorável e a facilidade de captação de dinheiro barato e juros baixos no mercado internacional permitiu o crescimento em níveis acelerados. Com o chamado “Milagre Brasileiro”, os centros urbanos passaram a crescer rapidamente e modificações significativas ocorreram no meio rural (BELIK; PAULILO, 2001; CARDOSO, 1994; FONTOURA, 2000; FRANTZ, 1982; MIELITZ NETTO, 1994).

O mesmo crédito subsidiado que permitiu a modernização da agricultura gaúcha, também possibilitou a expansão das plantas frigoríficas nacionais, que abatiam e processavam bovinos de corte, principalmente, para atender os mercados dos Estados Unidos da América (EUA) e Comunidade Econômica Européia (MIELITZ NETTO, 1994).

Entre os anos de 1970-1980 o mais importante programa para a atividade pecuária foi coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE), e visava melhorias na produtividade da bovinocultura de corte e da ovinocultura. As ações do CONDEPE abrangiam parte do território brasileiro (principalmente o estado do Rio Grande do Sul e os estados do Centro-Oeste), onde a atividade era importante na época. Os financiamentos eram destinados principalmente para a correção de solos e implementação/recuperação de pastagens (CARRER *et al.*, 2007). Os mesmos autores se reportam a Souza (1979)⁹ para expor que apesar dos resultados positivos, a expansão do crédito rural, para a pecuária de corte, no final dos anos 1960 e década de 1970, foi positiva

⁹ SOUZA, J. B. de. **Avaliação do impacto do programa CONDEPE em Goiás, Brasil, no período de 1969/70 a 1976/77**. 1979. Dissertação (Mestrado em Economia). Escola Superior de Agricultura de Lavras, Lavras, 1979.

mas, não resultou na expansão esperada da produção e produtividade da bovinocultura. Além do mais, concentrou-se nos grandes proprietários.

No Rio Grande do Sul, em larga medida, os incentivos na forma de crédito da política de modernização rural, beneficiaram, principalmente, os lavoureiros de trigo e arroz, visto que esses produtos eram muito importantes para fomentar o mercado interno. A soja, em fase de franca expansão visava, sobretudo, o mercado externo (FRANTZ, 1982).

Em relação à pecuária, Fontoura (2000) expõe que poucos pecuaristas usufruíram dessa política. A atividade pecuária, neste período, encontrava-se tecnicamente atrasada. Diferentemente das atividades da lavoura, o segmento da pecuária foi incapaz de estabelecer vínculos com a indústria à montante e à jusante. Por outro lado, também diferentemente dos granjeiros (estes em larga medida, oriundo das atividades urbanas e, portanto, habituados às rotinas bancárias e dos negócios), grande parte dos estancieiros não dominavam os instrumentos de crédito, tinham receio de investir na agricultura e desconheciam técnicas de melhoramento dos rebanhos e das pastagens. A inseminação artificial, embora conhecida dos estancieiros na década de 1960, era muito pouca utilizada.

Neste contexto, passou a ocorrer uma expansão da agricultura mecanizada sobre as áreas de pecuária, e esta expansão vai se dar, *a priori*, sob a forma de arrendamento. Na região Central e Campanha, a lavoura de arroz vinha sendo implantada e, sob a égide da modernização, se expande sobre as áreas de campo. Em larga medida, esta foi uma estratégia que os pecuaristas usaram para diversificar as fontes de renda e superar sucessivas crises, decorrentes da baixa rentabilidade da atividade pecuária (FONTOURA, 2000, p. 105).

Da mesma maneira, as transformações na Região do Planalto já vinham ocorrendo de forma acelerada, desde a década de 1950. O crescimento das atividades relacionadas ao binômio trigo-soja implicou no avanço sobre algumas áreas típicas de bovinocultura de corte, da respectiva região. O trigo só poderia se apresentar como uma alternativa viável de investimento à medida que houvesse disponibilidade de áreas de grande extensão. Assim, os granjeiros procuravam áreas acima de 100 hectares; estas só poderiam ser encontradas junto aos fazendeiros, em região de campos e dependiam da predisposição destes para arrendá-las ou vendê-las (FRANTZ, 1982).

Somado aos fatores acima reportados, Fontoura (2000), aponta que havia um relativo despreparo dos produtores da atividade pecuária no momento da expansão da tecnificação no campo. Também havia uma dificuldade dos produtores de gerir seus negócios dentro de uma racionalidade capitalista, de forma a procurar tecnologias em outros países e fazer os investimentos necessários para reduzir o tempo de abate.

Nos anos 1980, a economia brasileira foi marcada pela instabilidade e hiperinflação. Os sucessivos Planos Econômicos, baseados em congelamento de preços, não foram eficazes no combate à inflação e à instabilidade econômica. No setor agropecuário, não apenas o crédito agrícola deixou de se beneficiar com juros abaixo da variação dos índices de preços, como também, os ganhos decorrentes do câmbio praticamente desapareceram (BELIK; PAULILO, 2001). Com o fim dos créditos subsidiados, os juros e financiamentos tornaram-se mais elevados, os incentivos para a modernização cessaram e, conseqüentemente, a fase expansionista cedeu lugar a um ciclo de estagnação da pecuária. Os financiamentos e juros elevados inclusive resultaram no endividamento das indústrias frigoríficas (MIELITZ NETTO, 1994).

Apesar das crises cíclicas, a bovinocultura de corte gaúcha é um segmento em constantes transformações. Dados sistematizados a partir dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam algumas tendências da pecuária de 1970 a 1995/96. Em uma perspectiva mais ampla, é possível observar que a atividade pecuária, neste período se desenvolveu de modo mais intenso, pois ocorreu a redução da superfície total de pastoreio e da área dos estabelecimentos. Também, neste período, ocorreu um aumento considerável do rebanho de bovinos de corte do Estado (TAB. 1). A diferença nos 25 anos considerados pelo Censo do IBGE é de mais de 1,5 milhões de bovinos. O aumento expressivo das áreas de pastagens cultivadas também pode ser considerado um indicador de que os pecuaristas, vêm se preocupando em intensificar a atividade e obter, sobretudo, melhores índices de produtividade.

Tabela 1 - Indicadores da pecuária gaúcha (1970 – 1996)

Especificação/anos	1970	1975	1980	1985	1995-96
Área ocupada por pastagem nativa (ha)	14.077.981	13.061.024	12.241.472	11.939.994	10.523.566
Área ocupada por pastagem plantada (ha)	557.005	711.864	1.060.843	1.023.466	1.156.762
Área ocupada com Estab. pecuários (ha)	13.353.216	12.587.021	12.741.382	12.527.966	9.508.295
Rebanho bovino de corte (n° cab.)	8.889.225	9.305.090	11.368.597	10.914.928	10.438.032

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-96.

Notadamente, também é possível observar que a partir de 1985, tanto o rebanho de bovinos como a área dos estabelecimentos apresentou reduções sucessivas, provavelmente, em função da troca da atividade pecuária por outras atividades, agrícolas e/ou não-agrícolas. Um dos possíveis motivos pode ser a baixa rentabilidade que esta atividade vem apresentando no decorrer do tempo. O rebanho bovino de corte do Rio Grande do Sul, depois de um período de crescimento durante a década de 1970 estagnou, apresentando índices de

crescimento negativos de 4% e de 4,4% para os períodos 1980/85 e 1985/95-96, respectivamente (TAB. 1).

3.5 As políticas neoliberais após os anos 1990: perspectivas e impactos e na bovinocultura de corte

As reformas político-econômicas, instituídas a partir dos anos de 1990, provocaram mudanças significativas e colocaram fim a um longo período marcado por planos econômicos ancorados em congelamentos de preços, processos inflacionários altos e economias “fechadas” ao mercado internacional. Ao mesmo tempo em que estas mudanças apontavam para novas perspectivas, principalmente em relação aos mercados, também provocaram muitas adversidades. Essas adversidades, sobretudo, vêm exigindo um grande esforço principalmente de adaptação por parte das empresas e pecuaristas.

Neste sentido, a nova dinâmica da economia brasileira, a partir dos anos 1990, tem imposto desafios ao setor produtivo do país. No agronegócio a organização passou a se dar em níveis setoriais, ou seja, em nível de cadeia produtiva. A discussão de atividades em nível de “cadeia” tem exigido ajustes em todos os segmentos, mas, principalmente no segmento da produção. Isso resultou em uma série de implicações, que a grande maioria dos produtores de bovinos não estava habituada. Aspectos correlacionados à qualidade e controle sanitário passaram a ser mais exigidos. A concorrência acirrada, margens de lucros mais estreitas e variações cambiais vieram a fazer parte da rotina dos negócios agrícolas.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, a abertura econômica permitiu a entrada de carnes uruguayas e argentinas impondo uma série de dificuldades para o setor (TELLECHEA, 2001). A indústria frigorífica, ao longo dos anos 1990, passou por um processo de reestruturação, plantas produtivas foram desativadas e houve a paralisação nas principais empresas do setor. Em decorrência disso ocorreu a ampliação da capacidade ociosa, que passou a ser ocupada por intermédio de arrendamento e compra de unidades fechadas por empresas em expansão. As mudanças do regime cambial em janeiro de 1999, elevou a rentabilidade das exportações e, de certa forma, serviu de estímulo para investimentos em melhorias dos padrões produtivos da indústria frigorífica, forçado também pelas normas sanitárias internacionais mais rigorosas (MACEDO, 2007).

Em relação ao mercado consumidor interno, o maior concorrente da carne bovina, a carne de frango, avançou no processo de integração e coordenação da cadeia agroindustrial e

conseguiu alocar, no mercado, uma gama de produtos com preços mais competitivos. Um movimento semelhante pode ser observado no setor suinícola, que também tem avançado significativamente, em nível de cadeia produtiva. Deste modo, além da concorrência via “preço”, há que se destacar uma gama de produtos diferenciados que os sistemas agroindustriais de frangos e suínos têm empreendido nos últimos anos. Apesar dos esforços de articulação, seja via certificação dos rebanhos, alianças mercadológicas, selos de denominação de origem, esse movimento não é observado com a mesma consistência na cadeia agroindustrial da carne bovina brasileira.

Apesar das adversidades, foram observadas mudanças importantes em relação à produção e à produtividade, no segmento da bovinocultura de corte, nos últimos anos. Novas tecnologias de produção foram consolidadas e difundidas nos sistemas produtivos: processos tecnológicos como a suplementação estratégica, semi-confinamentos, cruzamentos e novas variedades de forrageiras foram implementadas e permitiram reduzir o tempo do ciclo da produção. Também se observou melhorias nos processos de gestão e melhor controle de custos e margens econômicas (BARCELLOS *et al.*, 2004).

De acordo com Barcellos *et al.* (2004) essas mudanças contribuíram para que o Brasil avançasse de forma crescente no mercado internacional de carnes, e se torna um dos maiores exportadores no ano de 2003. Contudo, mesmo com essa posição vantajosa nos mercados, representada por mais de um milhão de toneladas exportadas, não assegurou as esperadas melhorias dentro da porteira. “Problemas relacionados à condição sanitária do rebanho, centralização dos abates em poucas plantas processadoras, concentração no varejo, e falta de coordenação na cadeia produtiva, podem ser apontados como as causas da baixa remuneração ao quilo do boi” (BARCELLOS *et al.*, 2004). Assim, a implementação de processos tecnológicos baseado na intensificação dos sistemas, foram viáveis enquanto os preços dos grãos e dos resíduos agrícolas estavam em uma fase de preços baixos.

Baseados nas informações preliminares do Censo Agropecuário e a estimativa do Anuário da Pecuária Brasileira – ANUALPEC - (2008), Bierhals e Ferraz (2008), demonstram que houve um aumento no rebanho, na produção de carne bovina e exportações, e na taxa de abate. No entanto, houve uma pequena redução no número e estabelecimentos e nas áreas de pastagens. Logo, a lotação das áreas de pastagens aumentou significativamente (TAB. 2).

Tabela 2 - Principais indicadores da bovinocultura brasileira (1996-2006)

Especificação	1996	2006	Varição (%)
Rebanho (cabeças)	153.058.275	169.900.049	11,00
Abate (cabeças)	36.710.997	47.089.219	28,77
Produção de carne bovina (mil t. eq. carc)	6.794.315	8.600.230	26,58
Taxa de abate (%)	24,0	27,7	15,42
Exportações de carne industrializada (mil ton. eq. carc)	219	508	131,92
Exportações de carne in natura (mil ton. eq. Carc.)	61	1.592	2.509,84
Número de Estabelecimentos*	2.698.197	2.650.596	-1,80
Rebanho médio por estabelecimento*	57	64	13,00
Pastagens (ha)*	177.800.372	172.333.319	-3,17
Tamanho médio das pastagens (ha)*	65,90	65,02	-1,33
Lotação (ua/ha)*	0,71	0,81	14,08

Fonte: BIERHALS E FERRAZ (2008), com base nos dados da ANUALPEC (2008). Estimativa e IBGE (2006).
*As informações refletem os resultados do Censo Preliminar Agropecuário do IBGE (2006), com dados ajustados nos últimos 10 anos.

As mudanças no cenário internacional, como o crescimento expressivo dos países asiáticos, provocaram uma forte repercussão nos preços agrícolas no mercado internacional. Ao mesmo tempo, a segurança dos alimentos, em especial na Europa, determinou uma queda considerável no consumo de carne bovina, que rapidamente passou a ser substituída pela carne de frango. Como consequência ocorreu uma queda nos preços globais. Esses dois fenômenos contribuíram para aumentar a demanda por proteína vegetal e no aumento dos preços da soja (BARCELLOS *et al.*, 2004).

O controle da inflação e a estabilidade de preços agrícolas, desde a implantação do Plano Real, também modificaram o papel da terra, que em períodos de inflação alta, era utilizada como reserva de valor. Atividades pouco intensivas, como a pecuária tradicional, por exemplo, passaram a remunerar insuficientemente o capital imobilizado em terras, levando a substituição por outras mais rentáveis. Com a queda da rentabilidade na pecuária e a alta rentabilidade das atividades agrícolas, ocorreu uma migração de milhões de hectares de terra de pastagens para a exploração de atividades agrícolas e, de certa forma contribuiu para a redução do rebanho entre os anos 2003 e 2005. De acordo com Rezende (2005), a expansão agrícola recente se caracterizou por um aumento muito rápido (22,8% da área plantada com grãos), ao longo de apenas três anos agrícolas (2001/02, 2002/03 e 2003/04).

De acordo com o autor acima referido, esta expansão difere radicalmente do padrão que prevaleceu durante toda a década de 1990, em que a área agrícola total com lavouras permaneceu constante e todo o aumento da produção agrícola vegetal derivou de aumentos de

produtividade da terra. Essa expansão recente de área se deu, sobretudo na soja¹⁰, que cresceu, somente nesses três anos agrícolas, 39,8% nas regiões Sul-Sudeste e 66,1% na região Centro-Oeste.

Essa migração de áreas de pastagens para a exploração com lavouras, por exemplo, tende a ser estimulada pela baixa remuneração advinda das atividades pecuárias. A agricultura propicia mais faturamento por hectare, se comparada com a pecuária. O ganho patrimonial decorrente da transformação de pastagens em lavouras, também é significativo. Além do mais, aspectos conjunturais como a alta rentabilidade média de culturas como soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, e a recente “febre” dos bicompostíveis, também contribuem para esse quadro. Neste sentido, observa-se uma diminuição da área, assim como o tamanho médio das áreas dos estabelecimentos ocupada com pastagens (TAB 2). Em contrapartida, com o aumento do rebanho, também ocorreu o aumento da lotação das áreas de pastagens, ou seja, aumentou a carga animal.

Ainda que o setor tenha evoluído significativamente, seja em nível de rebanho, melhoramento animal, melhoramento de pastagens e aumento dos índices produtivos, a pecuária brasileira ainda possui uma grande diversidade de raças, de sistemas de produção, de condições sanitárias e de comercialização. Essa variabilidade de situações é observada, seja entre produtores como entre regiões. Esses fatores, de certa forma, podem ser considerados como entraves e tendem a comprometer um desempenho compatível com as condições de demanda interna e externa do mercado.

3.5.1 O setor da bovinocultura de corte gaúcha nos anos recentes: preços, mercados e rebanho

Conforme o exposto anteriormente, o Rio Grande do Sul possui uma extensa tradição na bovinocultura de corte. Contudo, nos anos recentes, este setor tem passado por muitas transformações e sofre os efeitos das mudanças, assim como, outros estados brasileiros com

¹⁰ O aumento das áreas destinadas ao cultivo da soja se deu, em grande medida pela conjuntura favorável, principalmente, a partir do ano de 2002. A quebra das safras americanas de soja em 2002 e 2003 permitiu que o aumento da produção de soja no Brasil e na Argentina, ocorrida a partir de 1999, não redundasse em queda significativa dos preços mundiais da soja. Dado esse grande aumento da produção de soja na Argentina e no Brasil, o preço internacional do grão só não desabou porque a safra americana colhida em 2003 sofreu uma redução de 12% (78,7 milhões de toneladas para 65,8 milhões de toneladas), somando-se a uma quebra de safra em 2002. Isso contribuiu de forma efetiva para os preços internacionais de soja alcançar patamares tão atraentes em 2002 e 2003, e ainda, aos níveis elevados no início de 2004 (REZENDE, 2005).

tradição nessa atividade. A estrutura do mercado relacionado às atividades agrícolas, principalmente as *commodities*, também se constitui em uma dificuldade, uma vez que o produtor, em larga medida, não consegue interferir nas condições de oferta e demanda.

Na bovinocultura de corte, em função das suas especificidades, o que se observa são tendências de ciclos que variam entre anos de tendência de preços altos e anos de preços baixos. Em anos em que o ciclo pecuário é favorável, o produtor tende a investir no negócio, ou seja, aplica em tecnologias, adquire novas áreas, retém matrizes, etc. Dessa forma, a produção aumenta, até que, em alguns anos, a oferta de gado e de carne satura o mercado. Os preços, portanto, tendem a cair implicando no fim de fase de alta do ciclo e início da fase de preços baixos (ROSA, 2008).

Quando o ciclo pecuário está em fase de baixa, o produtor reduz o uso de insumos, a fim de diminuir os custos de produção, posterga investimentos e, na tentativa de sustentar o caixa, descarta matrizes. Esse descarte forçado de fêmeas, em um primeiro momento, dá força ao movimento de baixa, já que a oferta de animais para abate aumenta. Porém, dentro de alguns anos, cai a produção de gado. O primeiro sinal vem do mercado de animais para reposição, através da redução da oferta de bezerras. Os preços, portanto, começam a se recuperar, dando início a um novo ciclo pecuário (ROSA, 2008).

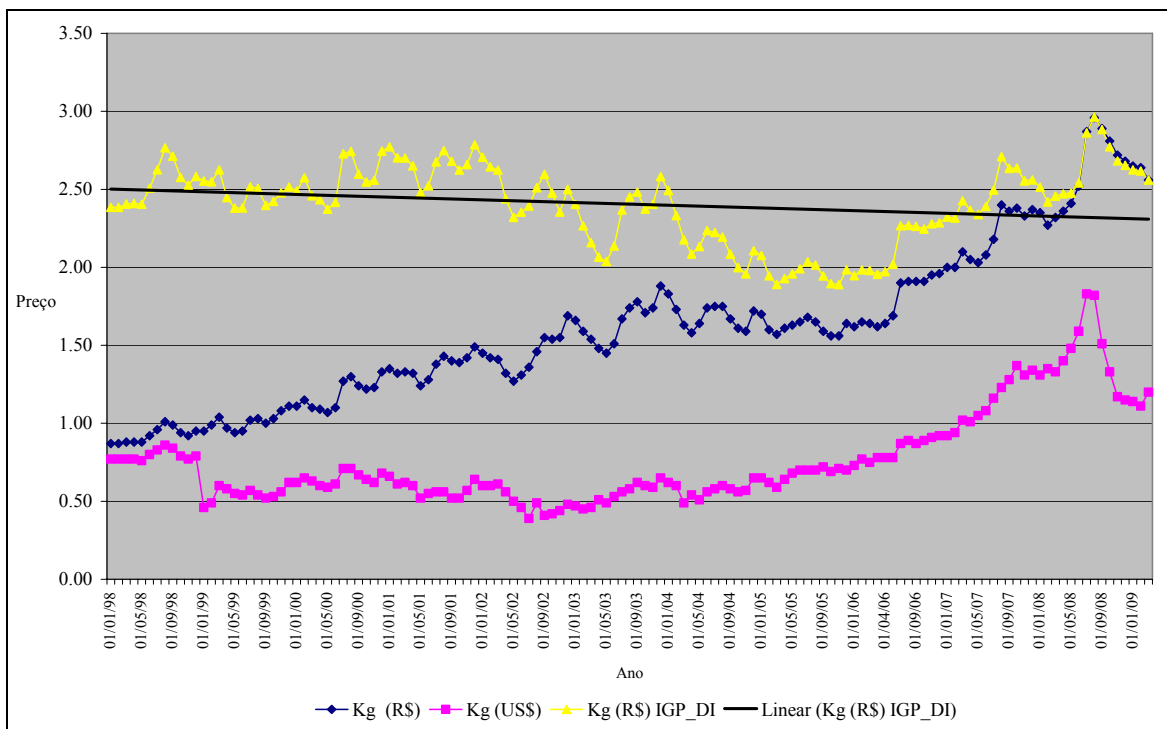


Gráfico 1 - Preço do gado - bovinos de corte (RS)

Fonte: Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS) (2008). FGV - Índice geral de preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI, da FGV). Base Modificada para novembro/08=100.

A partir da metade do ano de 2001 o preço do gado, no Rio Grande do Sul, se caracterizou por variações expressivas e entre os anos 2004 e 2006 atingiu valores muito baixos, reduzindo-se para menos de R\$ 2,00/kg (GRAF. 1). Este período coincide com a estimativa de sucessivas reduções no tamanho do rebanho e abate de fêmeas no estado.

Tabela 3 - Principais indicadores da bovinocultura gaúcha (1999-2008)

Especificação	1999	2008*	Varição (%)
Rebanho (cabeças)	12.390.802	11.623.521	- 6,19
Abate (cabeças)	2.832.903	2.596.696	-8,34
Produção de carne bovina (eq. Carc)	534.177	493.822	-7,55
Taxa de abate Geral (%)	22,80	23,0	0,88
Taxa de abate de Fêmeas (%)	47,80	46,60	-2,51

Fonte: ANUALPEC (2008). Estimativa.

As perspectivas pouco animadoras da bovinocultura de corte, sobretudo no período 2002/2005, repercutiram no tamanho do rebanho. O rebanho de bovinos gaúcho que no período 1998/2000, apresentou crescimentos sucessivos, ainda que modestos, reduziu-se sensivelmente, no período 2001/2006. A partir de estimativas da Anualpec (2008), esta redução foi de mais de um milhão de cabeças no efetivo (GRAF. 2).

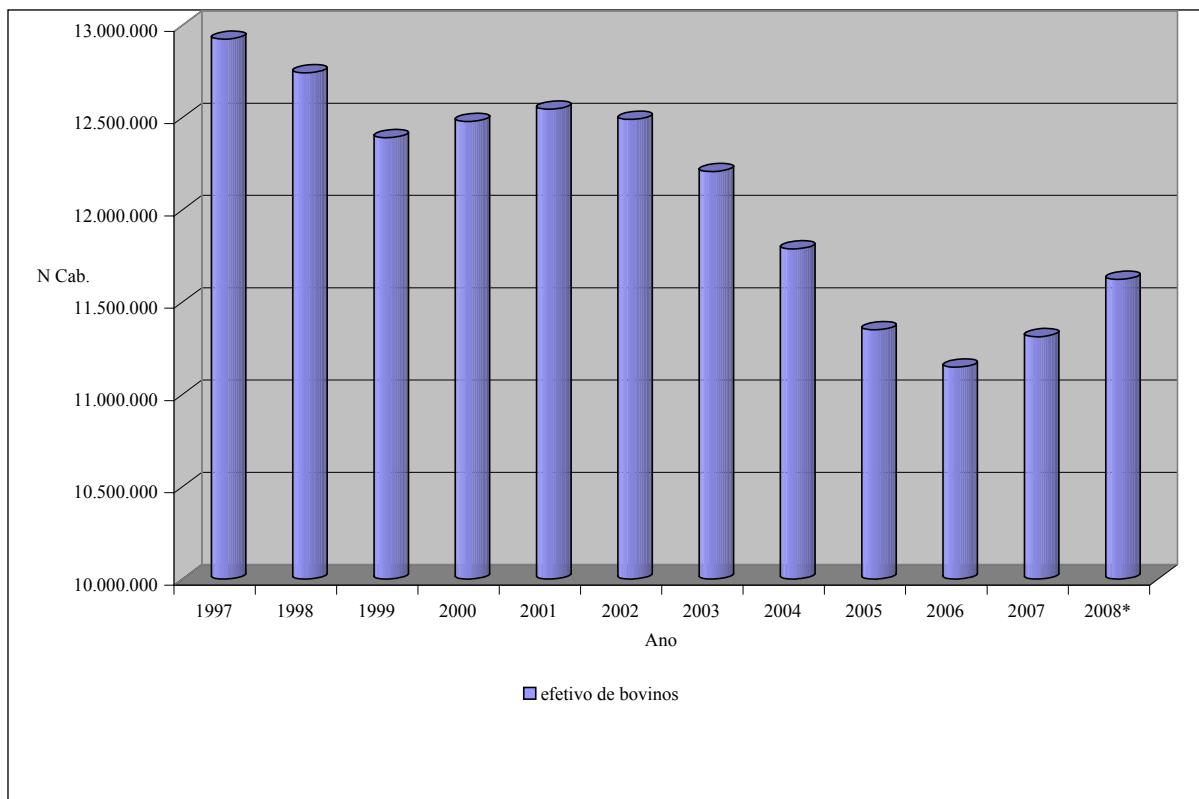


Gráfico 2 - Rebanho de bovinos gaúcho (1997 – 2008)

Fonte: ANUALPEC (2008).

*Estimativa

Entre os anos 2002-2005, ocorreu um aumento de 60,57% no abate de bois; contudo, o número de abates de vacas aumentou em 160,72 %. Este aumento expressivo do percentual do abate de vacas pode ser um indicador de abate expressivo de matrizes (ROSA, 2006).

A ocorrência da febre aftosa provocou impactos negativos, tanto no mercado interno como no externo. A doença detectada no noroeste do Estado, no ano de 2000, alcançou municípios tradicionais em bovinocultura de corte como Barra do Quaraí, Santana do Livramento, Dom Pedrito e Alegrete. Embora, desde o ano de 2001, o Estado não tenha mais registrado casos de animais contaminados com o vírus da febre aftosa e, retomado o status de “Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação”, a recuperação dos respectivos mercados têm sido um processo lento. Nos últimos anos, inclusive, tem aumentado o rigor em relação às questões sanitárias e de segurança alimentar; estas, aliás, têm sido uma das características dos mercados recentes.

O período de crise na bovinocultura coincide com a fase de expansão das lavouras no Estado, principalmente da lavoura da soja, a partir do ano agrícola 1999/2000 (BARCELLOS, *et al.*, 2004; REZENDE, 2005). A desvalorização cambial elevou significativamente os preços internos da oleaginosa, no período de 2002/2003 e, início de 2004.

De acordo com a Emater-RS (2005), no Rio Grande do Sul, a expansão de áreas plantadas com a cultura da soja e milho, entre as safras 1999/2000 e 2006/07, passou de um milhão de hectares. Carvalho *et al.*, 2006 expõem que de acordo com estimativas recentes, tem havido uma redução significativa nas áreas de pastagens naturais. Apontam ainda que a soja tenha ocupado aproximadamente 250 mil hectares de pastagens naturais, somente no ano de 2002. No contexto de mudanças na matriz produtiva gaúcha, cabe exemplificar que os municípios de Tupanciretã e Cruz Alta, localizados no Planalto Gaúcho e, até a década de 1980, tradicionais na bovinocultura de corte, são, atualmente, municípios destacados na produção de soja, em nível de Rio Grande do Sul.

Outro fator que tem sido apontado como responsável pela redução das áreas destinadas à pecuária no Rio Grande do Sul é a expansão da demanda por áreas, para a implantação de florestas cultivadas. Na região gaúcha dos Campos de Cima da Serra, por exemplo, uma região típica de bovinocultura de corte, vastas áreas de campos nativos estão sendo ocupadas com florestas de espécies exóticas, para exploração em escala comercial (DUCATI; WAGNER, 2005). Ao estudar as mudanças na paisagem em áreas dos municípios dos municípios de Bom Jesus, Jaquirana, São José dos Ausentes, São Francisco de Paula e Cambará do Sul, no ano de 1999, os autores identificam a presença de espécies de pinus

jovem, consolidado (adulto), velho (resposta espectral com menor valor de brilho) manejado (com desbaste e corte) ocorreram em cerca de 20,76% da área estudada. Isto implica um avanço deste tipo de exploração sobre as áreas de campo, assim como, um novo perfil das características sociais, econômicas e ambientais dos Campos de Cima da Serra.

Na parte Sul do Rio Grande do Sul também é observado a mesma tendência. Em 2005, as indústrias de celulose anunciaram investimentos com o objetivo de realizar o cultivo de aproximadamente um milhão de hectares com espécies exóticas (*Eucalyptus* spp. e *Acacia* spp.) nos próximos anos (CARVALHO *et al.*, 2006). A partir de um estudo de BILENCA & MIÑARRO (2004)¹¹, os autores apontam que as pastagens naturais do ecossistema Campos¹² têm decrescido a taxas de 3,6%, 7,7% e 11,9 % na Argentina, Uruguai e Brasil, respectivamente.

Neste sentido, tanto as atividades relacionadas às lavouras, como os cultivos de árvores de espécies exóticas foram “remetendo” a bovinocultura para as áreas de terras mais frágeis, e conseqüentemente mais baratas. Logo, o encolhimento das áreas de pastagens tem uma explicação lógica. Como a pecuária brasileira é predominantemente extensiva, o faturamento por unidade de área é pequeno. As lavouras geram maior faturamento por hectare, portanto, são mais compatíveis com as terras mais caras. A análise do uso do solo em cada região ou estado indica que as pastagens rumam para as áreas mais baratas. Na região Norte, onde as pastagens se ampliaram em torno de 34%, estão as terras de menor preço. A região Sudeste, seguida da região Sul foram as que mais registraram a redução nas áreas de pastagens (BIERHALS E FERRAZ, 2008), .

Ainda de acordo com o Bierhals e Ferraz (2008)¹³, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1996 a 2006, as áreas de pastagens reduziram em torno de 23% (2,6 milhões de hectares). A área total dos estabelecimentos diminuiu 9,6%; a expansão das lavouras foi

¹¹ BILENCA, D.; MIÑARRO, F. Identificación de áreas valiosas de pastizal en las Pampas y Campos de Argentina, Uruguay y Sur de Brasil. Buenos Aires: 2004. (Fundación vida silvestre).

¹² Bioma é conceituado como um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria. O Bioma Campos compreende 500.000 km² (latitudes 24o e 35oS), abrangendo o Uruguai, Nordeste da Argentina, Sul do Brasil, e parte do Paraguai (PALLARÉS *et al.*, 2005 apud CARVALHO *et al.*, 2006). PALLARÉS, O. R.; BERRETTA, E. J.; MARASCHIN, G. E. The South American Campos ecosystem. In: SUTTIE, J.; REYNOLDS, S. G.; BATELLO, C. **Grasslands of the world**. FAO. p.171-219. 2005.

¹³ Tais informações fazem supor que muitos pastos gaúchos tenham sido transformados em lavouras. Mas há mais dados a considerar. As lavouras gaúchas cresceram 1,6 milhão de hectares e áreas com outros usos encolheram 1,1 milhão. Muito provavelmente isso é resultado da mudança metodológica. Neste sentido, fica a dúvida se esta expansão se deu sobre as áreas de pecuária ou sobre áreas de outros usos. Os dados preliminares deixam a questão sem resposta (ANUALPEC, 2008).

superior a 28%. As áreas ocupadas com matas e florestas giram em torno de 6,5% da superfície do estado. Apesar da dúvida, provocada pela mudança de metodologia de coletas de dados do Censo Agropecuário de 2006, outros estudos apontam na direção da redução das áreas de pastagens.

Essa informação é corroborada com a análise de Barcellos, *et al.* (2004). Para os referidos autores, nos períodos em que a pecuária se encontra com os preços muito deprimidos, como ocorreu nos anos 2003/2006, fica muito difícil competir com a agricultura, mesmo em solos de baixo potencial agriculturável. Assim, as áreas que historicamente sempre foram ocupadas pela pecuária de corte, passam a fazer parte dos cultivos agrícolas.

Barcellos *et al.*(2004) demonstram que o impacto das mudanças conjunturais na produção teve efeitos diferenciados, em função da estrutura produtiva de cada estabelecimento. Naqueles que intensificaram seus sistemas de criação, sustentados pelas lavouras, o impacto foi minimizado, uma vez que a produção de grãos, com os preços elevados, garantiram boas margens, e foram capazes de arcar com os prejuízos da pecuária. Por outro lado, as unidades onde a bovinocultura de corte era a atividade principal, o impacto das tecnologias intensificadoras e a conjuntura da atividade, empobreceram o pecuarista.

No entanto, o abate excessivo de fêmeas reduziu a capacidade de reprodução do rebanho brasileiro. Isso decresceu a oferta de carne bovina e elevou sensivelmente o preço do gado bovino (GRAF. 2). A partir de 2007 os preços vêm se recuperando sensivelmente, no entanto, isso por si só, não é suficiente para garantir a retomada de investimentos na bovinocultura. Na opinião de Dupas (Vice-Presidente da Bolsa Brasileira de Mercadorias de São Paulo), o ciclo de alta de arroba do boi tende a se manter até 2011. De acordo com o dirigente “ao contrário de que muita gente pensa, o abate de matrizes continua; esse índice hoje é superior a 40% do total do gado abatido, portanto, o rebanho brasileiro ainda vai demorar a se recuperar” (MESQUITA, 2008, p. 42). Esta demora está relacionada com a dificuldade da bovinocultura de aumentar a produção, pois, a partir da reposição de fêmeas e geração do bezerro são necessários em torno de 36 meses para que a carne chegue à mesa do consumidor.

3.6 Dinâmicas e mudanças recentes no setor produtivo da bovinocultura de corte gaúcha

Por muito tempo se concebeu espaço agrário gaúcho a partir de uma divisão polarizada. Nesta perspectiva, o Estado do Rio Grande do Sul é dividido em uma Metade

Norte, configurada por pequenos estabelecimentos, de caráter eminentemente agrícola. A Metade Sul, possui características eminentemente pecuárias. Na esteira dessa discussão a atividade pecuária, sobretudo a bovinocultura de corte, em larga medida esteve associada ao latifúndio, estâncias e grandes extensões de terra. Também prevalecia a “visão” de uma atividade homogênea, sobretudo em relação ao tamanho dos estabelecimentos.

Do ponto de vista institucional, esta perspectiva passou a ser desmitificada a partir de 1999/2000, quando os extensionistas da Emater-RS passaram a se preocupar com uma “categoria social”, até então “invisível”, pouco descrita, pouco estudada, ligada à bovinocultura de corte: os “pecuaristas familiares”. A Emater-RS foi a primeira entidade a descrever o criador de gado familiar, numa tentativa de identificar o público a ser, prioritariamente, atendido pelos serviços de extensão rural (RIBEIRO, 2003; RIBEIRO, 2009).

A partir daí, essa categoria passou a ser analisada de forma mais sistemática, ganhou espaço nos meios acadêmicos e institucionais, e tem contribuído no sentido de desmitificar o “perfil” do pecuarista gaúcho, sobretudo no que se refere ao tamanho dos estabelecimentos e sistemas de criação. A partir da sistematização de um conjunto de estudos acadêmicos e institucionais (COTRIM, 2003; LUIZELLI, 2001; RIBEIRO, 2003; SANDRINI, 2005; TORRES; MIGUEL, 2003), Ribeiro (2009), resume os pecuaristas familiares como uma categoria que: a) pode ser encontrada em praticamente todos os municípios. Nos municípios localizados na Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul foram identificadas inúmeras localidades constituídas basicamente de “pecuaristas familiares”; b) estes tipos de pecuaristas encontram-se entremeados aos estabelecimentos maiores e distribuídos em todas as regiões dos municípios. Há também algumas localidades com uma concentração maior; c) os pecuaristas familiares também são heterogêneos entre si no que se refere aos recursos, às produções, aos aspectos de comercialização, ao acesso às informações e aos anseios e expectativas quanto ao futuro; d) em sua grande maioria utilizam os animais como mercadoria de reserva. Isto determina que utilizem altas lotações por unidade de área (muitos animais por hectare) para acumular mais mercadoria de reserva (RIBEIRO, 2009).

Sem a pretensão de se “debruçar” sobre uma categoria de pecuaristas em específico, convém ressaltar que estes estudos contribuem para reforçar uma perspectiva que vai perpassar e que, em larga medida, é o fio condutor dessa tese: a existência de um conjunto de situações diferenciadas no que se refere aos pecuaristas, aos estabelecimentos e as relações que se estabelecem entre estes, e com o entorno.

Essas diferenciações foram evidenciadas no Diagnóstico de Sistemas de Produção de Bovinocultura de Corte do Estado do Rio Grande do Sul. O referido Diagnóstico apresenta uma “leitura” dos aspectos técnico-produtivos, econômicos e socioculturais do setor. Com base nesse projeto, a bovinocultura de corte gaúcha pode ser caracterizada por uma heterogeneidade de situações, em nível de estabelecimento agrícola. Também se observa uma diversidade de sistemas de criação/produção, uma variabilidade significativa nos indicadores técnico-produtivos e de eficiência agroeconômica, inclusive no interior dos respectivos sistemas (SEBRAE; SENAR; FARSUL, 2005)

Com base nesse Diagnóstico, foi possível identificar no espaço agrário do Rio Grande do Sul, pecuaristas com sistemas de criação, seja em ciclo completo, cria, recria e terminação ou ambos e pecuaristas que desenvolvem a atividade integrada com outras formas de produção animal. Também é uma prática importante, em função das especificidades geográficas regionais e da própria tradição, em determinadas regiões do Estado, a presença da bovinocultura de corte combinada com outras atividades vegetais (MIGUEL *et al.*, 2007; SEBRAE; SENAR; FARSUL, 2005).

Em relação aos sistemas de criação de bovinos de corte especificamente, foi identificado uma série de aspectos estruturais que podem estar impactando negativamente os principais indicadores de eficiência agroeconômica. Entre as “adversidades” destacam-se elevado índice de gado geral (35,20%) e o número elevado de tipos de cruzamentos raciais (mais de 30). A estrutura do rebanho, por categoria animal, está distante da adequada e foram identificados muitos problemas relacionados ao sistema nutricional do rebanho. Estas deficiências tendem a comprometer o desempenho econômico das unidades de produção. Alguns desajustes, como a lotação excessiva das áreas de pastejo, também provocam impactos ambientais (SEBRAE; SENAR; FARSUL, 2005).

Na etapa da comercialização de insumos e do gado também foram verificadas deficiências. Assim, há indícios de que este processo esteja vinculado, mais a uma administração dos recursos naturais, do que a uma estratégia de mercado, que considere os aspectos comerciais e empresariais da atividade (SEBRAE; SENAR; FARSUL, 2005, p.21). Entre os principais problemas apontados pelos pecuaristas, em relação à bovinocultura de corte, destacam-se: o baixo preço pago pelo gado (94,99% dos pecuaristas); a incerteza que permeia a atividade bovinocultura (85,33%); e ainda, a falta de alternativa de compradores (71,46% dos pecuaristas).

Os desajustes estruturais, somados aos aspectos conjunturais, como o preço pago aos produtores e custos dos insumos de produção são fatores que interferem nos resultados

econômicos dos sistemas de produção, que apesar de positivos, na média geral, são extremamente baixos. Considerando as unidades de produção envolvidas na pesquisa, 88% da Receita Total da bovinocultura de corte (RTbc) são destinadas ao Consumo Intermediário¹⁴ (CI) relacionado à atividade.

Em relação ao perfil social dos pecuaristas envolvidos com bovinocultura de corte, entre as unidades de produção consideradas na amostra (540 UPAs), o tipo social predominante é um indivíduo que possui um razoável grau de escolaridade, sendo pouco expressivo o índice de analfabetos (1,7% dos pecuaristas); 26,7% são portadores de um diploma de nível superior; e 35,3% dos produtores entrevistados não possuem formação técnica correlacionadas à agropecuária.

Ainda no que se refere ao perfil social dos pecuaristas considerados na pesquisa, 70,9% dos pecuaristas declararam ter obtido pelo menos parte das terras de herança. Também é importante ressaltar que 43% dos pecuaristas consideram o aumento da produtividade; 22,6% consideram a redução de custos e 21,7% consideram as oportunidades de mercado, como critério preponderante para realizar mudanças de caráter técnico-produtivas.

Em relação aos possíveis “projetos de investimentos”, 35,4% destes investiriam em aquisição de terras, 25,6% responderam que investiriam em mais gado de corte e, 16,9% investiriam fora da atividade. Entretanto, o que mais chama a atenção, em relação ao perfil dos pecuaristas, está correlacionado com as motivações do pecuarista gaúcho para permanecer na atividade. Do universo de 540 estabelecimentos pesquisados, 26,5% dos pecuaristas apontam a tradição como um dos principais motivos para atuar na bovinocultura de corte; 25,4% apontam a satisfação pessoal; 14,4% consideram a segurança e, somente 8,7% desenvolvem a atividade, tendo como objetivo principal a lucratividade relacionada à atividade.

Em resumo, nesse conjunto de aspectos apontados, a partir do referido Diagnóstico, percebe-se que a bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul, assume uma configuração permeada de potencialidades e condicionantes, não somente no que se refere aos aspectos agroeconômicos, mas também no que concerne aos aspectos históricos, culturais e sociais.

¹⁴ Consumo Intermediário Bovinocultura de Corte (CIbc): inclui as despesas com a aquisição de insumos, serviços de terceiros, manutenção de instalações e equipamentos diretamente envolvidos com a bovinocultura de corte além de despesas com animais não reprodutores (terneiros, vacas de descarte para engorde, bois de engorde, etc.).

4 A UTILIZAÇÃO DE ANÁLISE MULTIVARIADA NA IDENTIFICAÇÃO DE PERFIS DE PECUARISTAS

Conforme foi salientado anteriormente, essa pesquisa parte do princípio de que o espaço agrário rio-grandense é específico e diferenciado. Assim, considera-se que a diversidade existente no setor produtivo da bovinocultura de corte gaúcha decorre de fatores que ultrapassam as dimensões técnico-produtivas e financeiras, ou seja, a diversidade possui uma natureza multidimensional.

Neste sentido, esse capítulo consiste na descrição dos procedimentos metodológicos, principalmente no que se refere às técnicas de análise multivariadas, utilizadas no processo de constituição dos perfis de pecuaristas. Além dos procedimentos metodológicos, esse capítulo contém uma caracterização dos principais perfis de pecuaristas e/ou estabelecimentos agrícolas da bovinocultura de corte gaúcha.

A hipótese que orienta esse capítulo é a de que os perfis de pecuaristas e formas de organização dos estabelecimentos são forjados a partir da inserção social, acesso e uso da informação, percepções dos pecuaristas e das decisões sobre a alocação dos meios de produção (terra, capital, mão-de-obra, acesso às tecnologias).

4.1 Unidade de análise

O foco dessa análise está centrado na caracterização do perfil dos pecuaristas que desenvolvem bovinocultura de corte, na organização dos estabelecimentos, assim como a distribuição desses pecuaristas, no espaço agrário gaúcho. Neste contexto busca-se identificar relações entre as características socioeconômicas, produtivas e de percepção dos pecuaristas sobre o ambiente interno e externo; e como elas incidem na dinâmica e organização dos estabelecimentos destes pecuaristas. Entendido dessa forma, duas unidades de análise são consideradas. Em um primeiro momento, os pecuaristas, posteriormente, o estabelecimento.

4.2 Fonte de dados

Este trabalho parte da base de dados que originou o Diagnóstico de Sistemas de Produção de Bovinocultura de Corte do Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, os critérios de tipificação são diferenciados daqueles do Diagnóstico (tipificação pelos sistemas de

criação e/ou produção). Neste caso, particularmente, parte-se de uma organização a partir da análise de *clusters*, onde se considera variáveis relacionadas às características técnico-produtivas, econômicas, sociais e de percepção dos pecuaristas, sobre o ambiente interno e externo aos estabelecimentos.

A delimitação das regiões de estudo, ainda quando da realização do referido Diagnóstico, ocorreu com base na Análise de paisagem. A análise de paisagem proporcionou um primeiro mapeamento do ambiente do estudo, assim como as possibilidades de regionalizações. Entendido dessa forma, o macrozoneamento das unidades de paisagem permitiu uma primeira aproximação e forneceu elementos analíticos importantes para as análises do setor produtivo da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul. Também foi utilizado a sobreposição de mapas (mapas de paisagens, relevos e ocupação de território gaúcho).

Os dados utilizados foram coletados a partir de um roteiro¹ contendo questões fechadas relacionadas a variáveis técnico-produtivas, de eficiência agroeconômica, socioculturais e de gestão de estabelecimentos agrícolas gaúchos. O critério de seleção de referência para a composição da referida base, foi a identificação de pecuaristas, que em alguma medida atuavam na criação de bovinos de corte no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de junho e outubro de 2004, e consiste em 540 entrevistas, realizadas em 117 municípios do Estado.

O procedimento metodológico de coleta de dados foi norteado pelos pressupostos da Análise-Diagnóstico de Sistemas de Produção. O método de diagnóstico de uma realidade agrária baseia-se na realização de um estudo de etapas progressivas, partindo do geral para o particular; ou seja, é importante iniciar pelos fenômenos em níveis de análise mais gerais e gradativamente avançar para os níveis mais específicos. Assim se obtém uma síntese cada vez mais aprofundada da realidade em estudo. No entanto, é preciso estar atento na estratificação desta realidade, na explicação e não somente na descrição dos fenômenos observados, na análise em termos de sistemas, na correlação entre os fatos, sejam eles de natureza social, ecológico ou técnico (INCRA/FAO, 1999).

A seleção dos entrevistados ocorreu pelo critério da não-aleatoriedade. Menos preocupado com os critérios estatísticos clássicos, esse procedimento foi adotado com o objetivo de captar a diversidade existente no setor produtivo da bovinocultura de corte. Os

¹ O roteiro de entrevistas encontra-se disponibilizado nos anexos do Diagnóstico de Sistemas de Produção de Bovinos de Corte do Estado do Rio Grande do Sul (SEBRAE; SENAR; FARSUL, 2005).

pecuaristas e/ou estabelecimentos agrícolas, considerados na amostra, foram indicados por interlocutores, locais e regionais, envolvidos com atividades agropecuárias, principalmente com bovinocultura de corte. As sugestões de pecuaristas a serem entrevistados foram obtidas a partir de painéis com informantes locais (pecuaristas, representantes de sindicatos, cooperativas, frigoríficos, Emater-RS, Inspeção Veterinária), e debates entre especialistas de áreas multidisciplinares (agrônomos, geógrafos, sociólogos, economistas, zootecnistas e veterinários). O projeto que originou a respectiva base foi financiado pelo Programa “Juntos para Competir” – SEBRAE, SENAR e FARSUL e executado por um conjunto de pesquisadores de perfil multidisciplinar, vinculados ao IEPE/UFRGS.

4.3 Procedimentos metodológicos e tratamento dos dados

As tipologias têm sido uma prática usual quando se trata de analisar a heterogeneidade e a diversidade, sob diversos contextos. A constituição de uma tipologia compreende uma estratificação e/ou agrupamento de indivíduos, que possuem características semelhantes. Cada grupo representa um “perfil”, ou um estilo diferenciado relativo a uma temática particular, posteriormente, estuda-se as características desses perfis.

As tipologias (modelização) têm sido amplamente utilizadas nos estudos rurais. A realização de tipologias a partir de análise fatorial e análise de *clusters*, por exemplo, têm se destacado, em nível mundial, desde os anos 1980. Entre estes, pode-se citar os trabalhos de Beaudeau *et al.* (1996), Commandeur (2006), Ploeg, (1986, 1990, 1994), sobre estilos de agricultura. Willock *et al.* (1999), Cezar (1999), Solano *et al.* (2006) e Kobrich, Rehman e Khan (2003, 2006) utilizam esse método para estudar as características dos agricultores. Machado (1999) e Ocaña (1996) realizaram tipologias com base em técnicas de análise multivariadas para estudar o uso da informação e as tomadas de decisão dos agricultores espanhóis.

No Brasil, as tipologias realizadas a partir da análise de *clusters* passaram a ser mais utilizadas a partir da segunda metade da década de 1990. Neste sentido, podem-se citar trabalhos de Abreu (2005), Lamarche (1998), Billaud e Abreu (1999), em que os autores realizam estas tipologias baseadas em variáveis que permitem identificar as formas sociais de produção agrícolas. No Rio Grande do Sul, destacam-se os estudos relacionando à pobreza e ruralidade de Kageyama (2005), Kuhn (2008) e Schneider e Waquil (2001; 2004) e mais recentemente o trabalho de Conterato (2008) sobre estilos de agricultura familiar.

O objetivo principal de uma tipologia se constitui no entendimento da organização interna de um campo temático, a partir de um conjunto de indicadores e/ou variáveis que se relacionam com o referido campo (STANEK, 1998). Este método de pesquisa é flexível, pois a seleção de indicadores e variáveis ocorre, de acordo com os objetivos propostos na pesquisa (BERDEGUÉ; ESCOBAR, 1990; KOBRICH; REHMAN; KHAN, 2003). Na prática, utiliza-se o recurso de uma classificação, baseado em determinados critérios, e depende dos objetivos da análise desejada. De um modo geral, a tipologia mais representativa, independentemente da forma como ela é constituída, é a que prima pela heterogeneidade entre os grupos e uma máxima homogeneidade no interior dos grupos.

Assim, cada modelo requer coleta e seleção de dados específicos. Considerando o rural, por exemplo, esses dados podem ser referentes a solos, produção, dados financeiros e de mercado, características ou informações da estrutura da família e da comunidade em que os estabelecimentos estão inseridos. Esses dados têm demonstrado que são elementos essenciais para a realização de modelos agrícolas e podem ser usados neste tipo de *framework*. Contudo, a modelização de tipologias de sistemas de produção ou agricultores, pressupõe a determinação de um *framework* teórico específico para a tipificação, bem como a seleção de variáveis que dão conta dos objetivos da pesquisa. Logo, não existe um modelo único de tipificação que se aplique de forma generalizada (KOBRICH; REHMAN; KHAN, 2003).

Assim como não existe um modelo único de tipologia, também existem maneiras diferenciadas de realizá-las. Elas podem ser realizadas de diversas formas, e ainda podem ser de natureza qualitativa ou quantitativa. O método quantitativo permite condensar e correlacionar um número significativo de dados. Isso, de certa maneira, ajuda a identificar as variáveis e constituição de tipos, para a realização da análise. Neste sentido, as técnicas de “análise multivariadas” são úteis para descobrir regularidades no comportamento de duas ou mais variáveis; também servem para testar modelos alternativos de associação entre tais variáveis, incluindo a determinação de quando e como dois ou mais grupos diferem em seu perfil multivariado (HAIR JR. *et al.*, 2005; KOBRICH; REHMAN; KHAN, 2003).

De um modo geral, o objetivo dessas técnicas está em selecionar e definir grupos de unidades, possibilitando que essas unidades, dentro de um determinado grupo, apresentem graus de semelhanças mais expressivos do que unidades que ficaram fora do grupo (HAIR JR. *et al.*, 2005). Considerando que as tipologias de agricultores, sistemas de produção e estabelecimentos agrícolas, envolvem um conjunto significativo de variáveis e, que estas tendem a apresentar correlações entre si, as técnicas de análise multivariadas têm sido muito úteis para esse tipo de procedimento.

Frente ao número significativo de observações e de variáveis disponíveis, utilizou-se as técnicas de análise fatorial e análise de *clusters*, para a identificação dos perfis de pecuaristas. No tratamento dos dados e análises estatísticas foi utilizado o *software* (SPSS - *Statistical Package for Social Science*). A partir desse programa foi realizado o reordenamento da base de dados (cálculos, recodificação dos dados, indicadores, triagem de dados) e os testes estatísticos.

Inicialmente foi realizada uma análise fatorial exploratória, considerando um conjunto significativo de variáveis com o intuito de identificar aquelas variáveis mais representativas na base de dados. Convém ressaltar que foram realizados alguns ajustes na base de dados original. Primeiramente foram excluídas 24 observações (pecuaristas). Esse procedimento foi adotado em decorrência da existência de dados " *missing*", e ainda em função da identificação, a partir de inúmeras simulações, de observações muito específicas, que poderiam ser tratadas como particularidades, mas que aglutinadas com as demais pouco contribuíam para a análise.

Outro ajuste realizado se refere aos cálculos dos percentuais de renda agrícola e renda total. Nas observações onde o valor referente à "renda agrícola" era negativo, na variável "contribuição da renda agrícola na composição da renda total", no lugar de um valor percentual negativo foi atribuído o valor "zero". Nestes mesmos casos, onde se constatava a presença de recursos advindos de outras fontes de renda, na variável "contribuição de todas as outras fontes de renda (exclui renda agrícola) na composição da renda total" foi atribuído o valor máximo, (100 %), considerado nesse tipo de cálculo.

A primeira etapa do tratamento dos dados deu-se através da utilização da análise fatorial. Esta é uma técnica particularmente adequada, pois permite examinar os padrões ou as relações latentes para um grande número de variáveis, assim como para determinar se a informação pode ser resumida a um conjunto menor de fatores ou componentes. A análise fatorial corresponde a uma classe de métodos estatísticos multivariados, que tem como principal objetivo, definir a estrutura subjacente em uma matriz de dados. De um modo geral, esse método aborda o problema de "analisar a estrutura das interrelações (correlações) entre um grande número de variáveis (por exemplo, itens de testes, respostas de questionários,

definindo um conjunto de dimensões latentes comuns, denominada de “fatores”² (HAIR JR. *et al.*, 2005).

Para a extração dos fatores utilizou-se o Método dos Componentes Principais, com *eigenvalues* acima de 1; para a rotação dos fatores utilizou-se método de rotação ortogonal *Varimax* com *Normalization Kaiser*. Ambos os métodos foram utilizados uma vez que o primeiro é apropriado quando a preocupação principal é a previsão ou o número mínimo de fatores necessários para explicar a parte máxima de variância representada no conjunto original de variáveis. Já o método *Varimax, Normalization Kaiser* maximiza a soma de variâncias de cargas exigidas da matriz fatorial. Embora não exista um critério técnico específico para escolher um ou outro método de rotação, a vantagem do *Varimax* parece fornecer uma separação mais clara dos fatores (HAIR JR. *et al.*, 2005).

Para a identificação dos perfis dos pecuaristas foi realizado uma Análise de *Clusters*. Assim como na análise fatorial, foram realizadas inúmeras simulações para obter agrupamentos, ao mesmo tempo, consistentes e que demonstrassem tendências e/ou estratificações de pecuaristas e/ou estabelecimentos agrícolas representativos da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul. Este tipo de método possui como finalidade o agrupamento ou classificação de objetos (respondentes, produtos ou outras entidades) em grupos semelhantes com base em suas características individuais, ou seja, a lógica é reunir objetos muito semelhantes, levando em consideração critérios de seleção pré-determinados.

De acordo com Hair Jr. *et al.* (2005), a idéia é a de que os grupos apresentem homogeneidade interna (no interior dos grupos) e elevada heterogeneidade externa (entre grupos), podendo, com isso criar segmentos diferenciados. Na análise de *Cluster*, variáveis, fatores, elementos ou unidades constituem grupos homogêneos a partir de indicadores de semelhança ou de afinidades entre eles. Esses indicadores estão contidos em uma matriz chamada de “matriz de proximidade ou similaridade”. Neste trabalho em específico foi utilizada a análise de *cluster* hierárquico, Método de *W'ard*, também foi utilizada a “Distância Euclidiana Quadrada”, como medida de similaridade (TAB. 4).

² Combinação linear (variável estatística) das variáveis originais. Os fatores também representam as dimensões latentes, denominadas ‘constructos’ que resumem ou explicam o conjunto original das variáveis observadas (HAIR JR, *et al.*, 2005).

Tabela 4 - Variância parcial e acumulada dos fatores extraídos

Fatores	Denominação dos Fatores	% de Variância	Variância acumulada %
Fator 1	Rendimento e Produtividade da Terra	11.550	11.550
Fator 2	Rendimento e Produtividade do Trabalho	10.615	22.166
Fator 3	Uso da Terra	9.260	31.426
Fator 4	Rebanho e Área de Pastejo	8.346	39.772
Fator 5	Rendas	7.342	47.114
Fator 6	Unidade Familiar	6.379	53.493
Fator 7	Eficiência da Bovinocultura de Corte	5.777	59.270
Fator 8	Arrendamentos e Rendas Externas	5.164	64.433
Fator 9	Problemas na Comercialização/Mercados	5.098	69.531
Fator 10	Estratégias de Comercialização	4.637	74.168

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

A análise fatorial definitiva foi constituída com base em 516 observações. Com este conjunto de observações, buscou-se constituir uma tipologia, que permitisse caracterizar o perfil socioeconômico dos pecuaristas, assim como de seus respectivos estabelecimentos. Esta tipificação está baseada em critérios que variam desde aspectos técnico-produtivos, formas de alocação dos recursos produtivos, percepção dos pecuaristas sobre o ambiente interno e externo; características socioculturais dos respectivos pecuaristas até a diversificação das fontes de renda e dos sistemas de cultivo e criação.

As 42 variáveis, dimensionadas em dez fatores, respondem por 74,168 % da variância dos dados (TAB. 4). A opção por dez fatores se deu uma vez que a inserção de novas variáveis na matriz fatorial não apresentava associação com as demais, ou ainda, respondiam por uma variância relativamente baixa, não justificando a permanência na respectiva matriz. O valor referenciado significa o percentual de variância total (74,168 %) explicada pelo conjunto de variáveis que compõem cada fator em específico (Apêndice A).

Convém salientar que na seleção das variáveis para análise fatorial e, conseqüentemente a composição de fatores, buscou-se primar por uma estrutura que permitisse na etapa seguinte, constituir perfis de pecuaristas, assim como, suas respectivas caracterizações. Com base nas variáveis que dimensionaram os “fatores” da análise fatorial, realizou-se a análise *clusters*.

A partir desses dois métodos de análise, foram identificados quatro grandes agrupamentos significativos, ou seja, quatro grandes perfis pecuaristas, em maior ou menor grau, envolvidos com a criação de bovinos. Em relação à decisão do número de *Clusters*, optou-se por respeitar o critério dos coeficientes expressos na tabela “*Agglomeration*

Schedule”, e trabalhou-se com quatro grandes agrupamentos. Cada um dos agrupamentos constitui um perfil de pecuaristas. Contudo, no interior de três perfis existe um grau de heterogeneidade, ou seja, algumas diferenças significativas que justificam uma divisão interna e ainda, tecer alguns comentários salientando estas diferenciações. Assim no interior de três agrupamentos realizou-se uma divisão em dois sub-agrupamentos. O quarto perfil de pecuaristas não demandou essa subdivisão, pois é bastante consistente internamente.

A caracterização do perfil socioeconômico dos pecuaristas assim como da organização dos estabelecimentos, se deu a partir da seleção de variáveis de caráter técnico-produtivas, socioeconômicas e comportamentais que permitiram realizar uma contextualização de cada perfil, especificamente. Os principais indicadores estão descritos no anexo B.

A segunda etapa do tratamento dos dados compreende a identificação de um conjunto de variáveis, que fundamentam a caracterização das dimensões de análise. Neste sentido, três dimensões estão relacionadas com os aspectos técnico-produtivos da bovinocultura e do estabelecimento como um todo (Estrutura Fundiária e Uso da Terra; Eficiência Técnico-Produtiva da Bovinocultura de Corte; Rendimentos, Produtividades e Rendas). Nestas dimensões, o tratamento estatístico se deu basicamente a partir da Comparação de Médias (*one-way-anova*) e Estatística Descritiva (Cálculo de Médias, Desvio padrão e Coeficiente de Variação). Nas demais dimensões (Características do Pecuarista; Inserção Social, Acesso à Informação e Gestão; Motivações e Percepções dos Pecuaristas) é tratado mais as relações sociais e as percepções. Nesta etapa, utilizou-se basicamente os testes de frequência, no tratamento estatístico.

A terceira etapa do tratamento dos dados visa identificar a “distribuição dos pecuaristas considerados na amostra, no espaço agrário rio-grandense. Desta forma, realiza-se um cruzamento considerando os perfis de pecuaristas anteriormente identificados e as regiões agroecológicas. Nesta etapa realizou-se o cruzamento dos dados (*crosstabs*) considerando as variáveis categóricas: perfis de pecuaristas e regiões.

4.4 Do Pecuarista Estacionário ao Pecuarista-Lavoureiro Especializado: caracterização do perfil socioeconômico dos criadores de bovinos gaúchos

Esse tópico se constitui na caracterização do perfil dos pecuaristas criadores de bovinos. Dos quatro perfis identificados a partir da análise fatorial e análise de *clusters*, dois deles, denominados *de Pecuaristas Estacionários e Pecuaristas Consolidados*, reúnem

basicamente aqueles pecuaristas em que a atividade produtiva principal é a bovinocultura de corte. Os demais, o perfil dos *Pecuaristas-Lavoureiros Especializados* e *Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais* são configurados por pecuaristas que implementam um sistema de produção que contempla a criação de bovinos, mas também, em maior ou menor grau, envolve atividades de lavoura. Para dar conta da heterogeneidade interna de três perfis, cada um deles foi dividido em dois subgrupos.

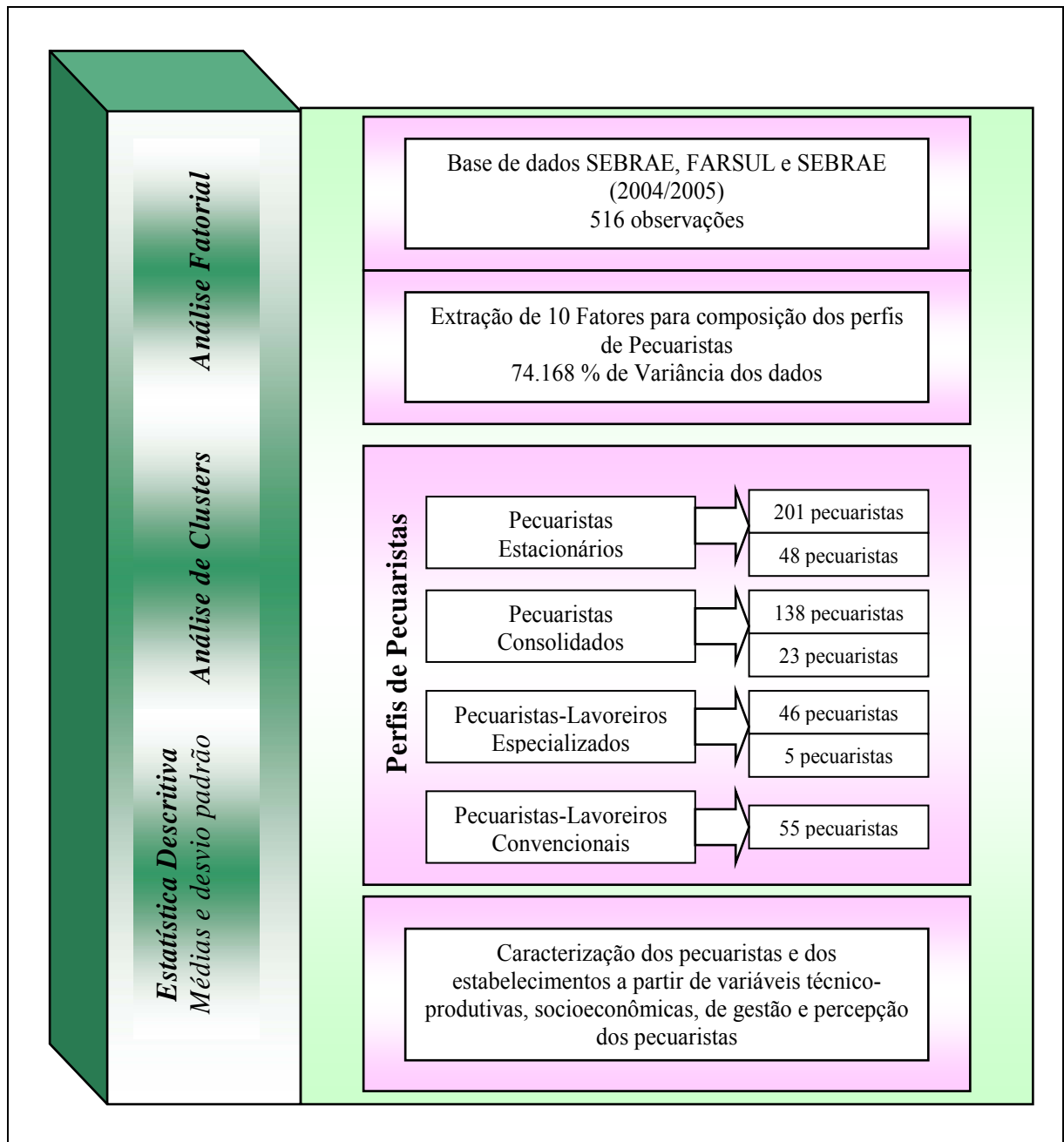


Figura 4 – Sistematização do quarto capítulo

Fonte: Elaboração da Autora.

4.4.1 Perfil A: Pecuaristas Estacionários

O primeiro e mais significativo perfil está configurado a partir do agrupamento de 249 pecuaristas e representa 48,26 % do total de pecuaristas, considerados na pesquisa. Denominado de *Pecuaristas Estacionários*³, em linhas gerais este perfil reúne pecuaristas em que a média de idade do chefe do estabelecimento é mais elevada e com a menor média de anos de frequência na escola, um indicativo de um menor nível de escolaridade. A principal atividade produtiva é a bovinocultura de corte, realizada basicamente sobre o campo nativo. Os indicadores de desempenho técnico-produtivos e de eficiência econômica são bastante baixos e na média geral negativos, o que torna os pecuaristas deste perfil bastante dependentes de recursos de outras fontes de renda. Apesar do ingresso de recursos advindos de outras fontes de renda, estes pecuaristas encontram-se muito fragilizados economicamente.

De um modo geral, o tamanho médio dos estabelecimentos deste perfil é de 605,31 ha, o menor se comparado com os demais. Contudo a amplitude é elevada e reúne estabelecimentos desde 17 a 5.943 hectares. Estes pecuaristas predominantemente produzem sobre áreas próprias, na condição de proprietários. Mesmo assim observa-se a utilização de área “de” terceiros e a disponibilização de áreas “para” terceiros para realizar a produção; alguns combinam estas duas formas. Esta tem sido uma estratégia recorrente para aumentar as áreas de exploração no primeiro caso; e no segundo caso, assegurar o ingresso de recursos na forma de arrendamento direto, ou mesmo para garantir áreas de pastagens cultivadas, principalmente para o período do inverno.

Entre os pecuaristas deste perfil, a atividade produtiva principal é a bovinocultura de corte. Mais de 80 % da superfície agrícola útil (SAU) é ocupada com pastagens, destas, em torno de 82%, predominantemente com campo nativo. Por conseqüência, este grupo revela o menor percentual médio de áreas úteis ocupadas com lavouras anuais (7,90% da SAU).

O tamanho médio do rebanho bovino gira em torno de 350 unidades animais, o menor se comparado com os demais perfis. Em contrapartida, a lotação média das áreas de pastejo bovina e total pode ser considerada alta (0,99 ua/ha e 1,13 ua/ha). Este índice de lotação média pode denotar uma possível degradação das áreas de pastagens, uma vez que o campo nativo é o recurso forrageiro mais importante para este conjunto de pecuaristas.

³ Os principais indicadores analisados estão sistematizados em tabelas, no Apêndice B.

Especificação	Aspectos mais representativos
Estrutura Fundiária Uso da terra	Estabelecimentos de menor tamanho (predomínio de EA entre 520 e 700 ha); Em torno de 80% da área dos EA aptas para exploração agropecuária; Em torno de 80% da área constituída por áreas próprias; Basicamente pastagens; predomínio do campo nativo.
Bovinocultura de Corte Características produtivas	Número de ua. Bovinos: em torno de 350 ua; Área de pastejo: entre 300 ha e 540 ha; Lotação da área de pastejo: em torno de 1,13 ua total/ha; Predominantemente cruzamento entre raças zebuínas e gado geral; Sistema de criação predominante é do tipo cria e ciclo completo; Presença de bovinos rastreados em poucos EA, em torno de 12% dos EA; Produtividade da terra da bovinocultura de corte muito baixa: 33,00 R\$/ha.
Composição do Produto Bruto E Rendas	Predomínio da participação da bovinocultura de corte na composição do PB total; Contribuição da renda agrícola na composição da Renda Total muito baixa: em torno de 10%; Contribuição de todas Outras Rendas na composição da renda total expressiva; Nível de endividamento baixo: em torno de 0,80% do capital imobilizado; Taxa de lucratividade média negativa: em torno de - 2.8%.
Características dos pecuaristas Informação e Inserção Social	Idade média do responsável pelo EA: 58 anos; Tamanho médio da família: 3 pessoas; Número de anos de frequência na escola: em torno de 8 anos; Previsão de possíveis sucessores é verificada em torno de 66% dos EA; Decisões produtivas estão concentradas no chefe do EA; Meios de informação se constituem basicamente na televisão e dias de campo, palestras e cursos; Participam predominantemente no Sindicato Patronal; Cooperativas e Associações Locais de Produtores.
Motivações e Percepções dos Pecuaristas	Principais motivações para atuar na bovinocultura são a Tradição e satisfação pessoal; Autodenominam-se, predominantemente, produtores rurais e pecuaristas familiares e pecuaristas; Investimentos prioritários em compra de terras e bovinocultura de corte; Incerteza e preços baixos são os principais problemas relacionados à bovinocultura; Comercializam gado, principalmente quando precisam de dinheiro e quando precisam liberar o campo.
Regionalização	Localizam-se predominantemente nas regiões de Campos de cima da Serra, da Depressão Central Leste, Vale do Alto Uruguai e Encosta do Nordeste.

Quadro 1 - Aspectos produtivos, socioeconômicos e de percepção - Pecuaristas Estacionários
Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Os indicadores relacionados à renda agrícola também são baixos e na média geral, negativos. A grande maioria destes pecuaristas obtém recursos de outras fontes de renda; entre estas, destacam-se as rendas externas, principalmente na forma de ingressos de recursos provindos do arrendamento de áreas do estabelecimento, para terceiros. Também é importante a contribuição das aposentadorias e das rendas não-agrícolas. Apesar de significativo o ingresso destes recursos, *a priori*, eles não são suficientes para subsidiar os déficits das atividades produtivas, e ainda, garantir a reprodução social desses pecuaristas.

Se comparado com os demais, entre os pecuaristas que configuram este perfil observa-se o menor valor de capital imobilizado por superfície agrícola útil. Contudo, apesar da fragilidade dos indicadores técnico-produtivos e eficiência econômica, na média estes pecuaristas possuem o menor nível de endividamento, em torno de 0,83% do capital imobilizado. Este último indicador sugere que os pecuaristas são bastante cautelosos quando se trata de contrair financiamentos ou empréstimos, e não expõem ao risco o patrimônio existente.

De um modo geral, a produção e a geração de renda agrícola deste conjunto de pecuaristas, dependem significativamente das condições naturais e dos preços dos bovinos. Como a utilização de insumos, no que concerne à bovinocultura é muito baixa, a renda agrícola depende basicamente dos preços dos produtos. Dessa maneira, em períodos de crise e de fase de preços baixistas, como o do período da pesquisa, a capacidade de geração de renda é muito baixa. Quando os preços aumentam, eles conseguem obter rendas mais expressivas, mas não necessariamente o movimento de preços é suficiente para impulsionar investimentos em pastagens e no rebanho.

Este perfil revela a média mais elevada de pessoas da família que vive e trabalha no estabelecimento. Em média, dedicam em torno de cinco dias ao trabalho no estabelecimento. Em relação à disponibilidade de mão-de-obra, mais de 50%, provém de pessoas da família; também manifestam a maior participação do autoconsumo na produção bruta total (8,61% do PBT). Ambos, expressivos se comparado com demais perfis, e denotam algumas características da categoria de “pecuaristas familiares”.

De um modo geral estes pecuaristas manifestam um forte desejo de permanecer envolvidos com a agricultura/pecuária; 66% dos pecuaristas têm perspectivas de que pelo menos um dos filhos (as) dê continuidade ao estabelecimento. Apesar de significativo, entre este conjunto de pecuaristas é onde mais se observa um sentimento de incerteza, em relação à sucessão. Essa situação pode ser decorrente das dificuldades econômicas em que se encontram os respectivos estabelecimentos. Alguns pecuaristas entendem que outras atividades não-agrícolas podem oferecer uma possibilidade de futuro mais estável para os seus descendentes.

O canal de informação mais utilizado por este perfil de pecuaristas é a televisão (45,78% dos pecuaristas); seguido dos dias de campo, palestras e cursos (16,06% dos pecuaristas). A principal entidade de classe é o Sindicato Patronal, embora exista um número razoável de pecuaristas vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores (20,88%), a maior proporção de todos os perfis. Entre os pecuaristas que compõem este grupo 42,57% são sócios

nas cooperativas; 35,74% manifestam que participam em associações locais de produtores e/ou criadores.

As decisões produtivas são basicamente realizadas pelo chefe e/ou responsável pelo estabelecimento agrícola e denota uma centralização expressiva, a mais elevada, se comparada com os demais perfis. Ainda, em relação às decisões produtivas, em torno de 30% dos pecuaristas mudou os respectivos sistemas de produção entre os anos de 2001 a 2004. Apesar de um período de crise aguda na bovinocultura, este foi o perfil em que o menor número de pecuaristas realizou mudanças no sistema de produção. Entre os que realizaram, figura o aumento das áreas de lavouras com redução do efetivo do rebanho, como a principal mudança realizada.

Entre as principais motivações deste grupo de pecuaristas para criar bovinos de corte, destacam-se a tradição e satisfação familiar (28,92% e 27,71% dos pecuaristas), respectivamente. Assim mais de 50% destes pecuaristas - o percentual mais representativo de todos os perfis - revelam motivações de ordem não econômica para atuar na bovinocultura de corte.

Apesar desses pecuaristas estarem aglutinados em um mesmo perfil, existem algumas diferenciações internas, principalmente no que se refere aos indicadores de técnico-produtivos e eficiência econômica dos estabelecimentos. Dos 249 pecuaristas que configuram esse perfil, 201 pecuaristas (80,73% do total do perfil) demonstram indicadores técnico-produtivos muito baixos e até mesmo negativos. Porém, observa-se um ingresso significativo de recursos oriundos de outras fontes de renda. Apesar de a renda total ser positiva, a mesma é muito baixa, e não garante a reprodução social deste perfil de pecuaristas. Também se verifica diferenciação em relação ao perfil da mão-de-obra disponibilizada e em relação à participação do autoconsumo familiar no produto bruto total, o que confere a estes, algumas características que os aproxima da categoria dos pecuaristas familiares (TAB. 2 e 3, Apêndice C).

Os demais (48 pecuaristas) possuem estabelecimentos com maior superfície de área e maior número de unidades animal. Também se observa um maior percentual da área total dos estabelecimentos explorada com lavouras, assim como maior participação do produto bruto das lavouras na composição do produto bruto total. Contudo, de um modo geral, este conjunto de pecuaristas demonstram indicadores de eficiência econômica fortemente negativos e se encontram em um processo de descapitalização acentuado (TAB. 1 e 2, Apêndice C).

4.4.2 Perfil B: Pecuaristas Consolidados

Este perfil, denominado de *Pecuaristas Consolidados*⁴, está organizado a partir do aglutinamento de 161 pecuaristas e corresponde a 31,20% da amostra considerada na pesquisa. A atividade agrícola principal é a bovinocultura de corte, desenvolvida majoritariamente sobre as áreas de pastagens, ocupadas com o campo nativo. Os indicadores de desempenho agroeconômicos são baixos, mas permitem apurar uma renda agrícola suficiente para garantir a reprodução social destes pecuaristas; muito embora seja expressivo o ingresso de recursos oriundos de outras fontes de renda, o que os proporciona uma situação econômica estável.

Em consequência do tamanho médio da área dos estabelecimentos e da preponderância da bovinocultura como atividade principal, a área média de pastejo também é superior (831,54 ha), o mesmo comportamento se observa em relação ao rebanho bovino. A lotação total da área de pastejo é menor do que a do grupo anterior (1,03 ua/ha), mas mesmo assim pode ser considerada alta, principalmente porque predominam as áreas de pastejo em campo nativo. Assim como no perfil anterior, os sistemas de criação predominantes são do tipo bovinocultura de cria e ciclo completo. O percentual de estabelecimentos que possuem animais rastreados, ainda que baixo, é maior que o do grupo anterior (27,33% dos EA).

Se comparado com o anterior este perfil de pecuaristas, *a priori*, revela indicadores de desempenho médios, referentes à bovinocultura, mais favoráveis. De um modo geral os indicadores de desempenho econômico deste grupo denotam uma situação de relativa estabilidade, principalmente se comparados com o perfil anterior. O produto bruto total é majoritariamente forjado a partir da contribuição da bovinocultura de corte (em torno de 60% do produto bruto total), porém, as lavouras anuais contribuem com 27,13% na configuração do produto bruto total. A renda agrícola representa em torno de 38% da renda total e, ainda que a média anual seja relativamente baixa (R\$ 37.254,75), permite a reprodução social destes pecuaristas.

Semelhante aos pecuaristas que configuram o perfil anterior, em torno de 82% da superfície agrícola útil é destinada às pastagens, estas majoritariamente ocupadas com o campo nativo (75,52% da SAUpast). O tamanho médio dos estabelecimentos é de 1.050,35 hectares. Embora o tamanho dos estabelecimentos seja significativamente superior à média do

⁴ Os principais indicadores analisados estão sistematizados em tabelas, no Apêndice B.

perfil anterior, a amplitude relacionada à área também é significativa e varia desde estabelecimentos com 40 hectares até aqueles com 4.819 hectares.

Especificação	Aspectos mais representativos
Estrutura Fundiária e Uso da terra	Predomínio de EA com área total de entre 900 ha e 1.200 ha, maior que a média do perfil anterior; Em torno de 84 % da área do EA apta para exploração agropecuária; Em torno de 71% da área explorada composta de áreas próprias; Basicamente pastagens, com predomínio do campo nativo (75% das áreas de pastagens).
Bovinocultura de Corte Características produtivas	Número de ua. Bovinos: em torno de 530 e 730 ua; Área de pastejo; em torno de 650 e 900 ha; Lotação da área de pastejo: 1,04 ua total/ha; Lotação bovina: 0,89 ua total/ha; Predominantemente cruzamento entre raças zebuínas e gado geral; Sistema de criação predominante é do tipo cria e ciclo completo; Presença de bovinos rastreados em 28% dos EA. Produtividade da terra da bovinocultura de corte muito baixa: 76,00 R\$/ha.
Composição do Produto Bruto e Rendas	Predomínio da participação da bovinocultura de corte na composição do PB total; Contribuição da renda agrícola na composição da RT 38,65%, mais expressiva que o perfil anterior; Contribuição de todas Outras Rendas na composição da RT expressiva (55%); Nível de endividamento baixo (em torno de 0,94 % do capital imobilizado); Taxa de lucratividade média muito baixa (em torno de 2 %).
Características dos pecuaristas Informação e Inserção Social	Idade média do responsável pelo EA: 56 anos; Tamanho médio da família residente no EA: 2 pessoas; Número de anos de frequência na escola: em torno de 10 anos; Previsão de possíveis sucessores é verificada: em torno de 69 % dos EA; Decisões produtivas estão concentradas no chefe do EA; Meios de informação se constituem basicamente na leitura de jornais e revistas e a televisão; Participam predominantemente no Sindicato Patronal, Cooperativas e Associações Locais de Produtores.
Motivações e Percepções dos Pecuaristas	Principais motivações para atuar na bovinocultura são a satisfação pessoal, tradição e segurança; Autodenominam-se, predominantemente, produtores rurais, empresários rurais e pecuaristas; Investimentos prioritários seriam em compra de terras e bovinocultura de corte; Incerteza e preços baixos são os principais problemas relacionados à bovinocultura; Comercializam gado, principalmente quando precisam de dinheiro e quando precisam liberar o campo.
Regionalização	Predominantemente na Campanha Meridional, Campanha Sudoeste, Depressão Central Oeste, Missões, Planalto e Planície Costeira Sul.

Quadro 2 - Aspectos produtivos, socioeconômicos e de percepção – Pecuaristas Consolidados
Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

É importante salientar que é significativo o ingresso de recursos advindos de outras fontes de rendas (55,14% da Renda Total). Assim há que se destacar a contribuição das rendas

externas. Estas significam 36,57% na composição dos outros tipos de fontes de renda, principalmente na forma de disponibilização de áreas para serem exploradas por terceiros (basicamente arrendamentos). Este é o perfil em que a disponibilização da área para terceiros é mais expressiva.

Convém lembrar que no período 2003/2004, enquanto a bovinocultura vivia um momento de dificuldades e de preços muito baixos, as atividades relacionadas às lavouras estavam em evidência. Esse descompasso, muito provavelmente foi um dos fatores que motivou muitos pecuaristas, a disponibilizar o estabelecimento, ou parte dele, principalmente na forma de arrendamentos, para serem explorados com cultivos como a soja e o arroz.

O capital imobilizado por superfície agrícola útil (SAU/ha) e o grau de endividamento são ligeiramente superiores ao dos pecuaristas que configuram o perfil anterior. Mesmo assim, o nível de endividamento é baixo e denota que estes pecuaristas adotam o critério da “precaução”, ou seja, não comprometem o patrimônio, ainda que isto signifique não realizar investimentos significativos, sobretudo, em momentos de crise.

Em relação ao acesso à informação, a televisão também é o meio de comunicação mais utilizado (32,92% dos pecuaristas), seguido da leitura de jornais e/ou revistas. Contudo, os dias de campo, palestras e cursos também são usados como um meio de obter informações por 19,88% dos pecuaristas, a mais representativa na comparação com os demais perfis. Este último é um indicativo de que os pecuaristas buscam também obter informações diretamente relacionadas às atividades agropecuárias.

Entre os pecuaristas deste perfil, ocorre uma participação expressiva em associações locais de produtores e/ou criadores (44,10% dos pecuaristas) e também em Cooperativas (56,52% dos pecuaristas), em torno de 12% superior, se comparadas ao perfil anterior. Enquanto entidade de classe, 80,12% dos pecuaristas estão majoritariamente vinculados ao Sindicato Patronal, a maior participação de todos os perfis.

Assim como os pecuaristas do grupo anterior, em 74,53% dos estabelecimentos as decisões estão predominantemente centralizadas no responsável pelo estabelecimento. Entre os anos de 2001 e 2003, 42,24% dos pecuaristas realizaram mudanças no sistema de produção; entre estas se destaca o aumento das áreas de lavouras, com redução do efetivo bovino. Muito provavelmente este rearranjo nos sistema de produção seja decorrente de uma estratégia de tentar aproveitar a atividade que se encontrava em uma conjuntura favorável, no caso as lavouras anuais.

Como motivações para a criação de gado de corte, assim como no grupo anterior também predomina os aspectos não-econômicos. Deste modo, 29,19% dos pecuaristas

destacam que atuam na bovinocultura devido à tradição familiar e 21,12% por satisfação pessoal; muito embora, a segurança relacionada à atividade apareça como um critério importante (19,25% dos pecuaristas). À medida que os pecuaristas atribuem um peso significativo a critérios não-econômicos para atuar em uma determinada atividade, pode ocorrer um certo “afrouxamento” nas formas de produção, e a produtividade e rentabilidade podem ser mais baixas. Entre os pecuaristas considerados, também pode ser um indicativo de que a pecuária não é a atividade principal.

No interior deste perfil a diferenciação que se estabelece é basicamente em relação ao tamanho dos estabelecimentos e a variação dos indicadores técnico-produtivos e econômicos. Assim, em função de características específicas, de um lado estão reunidos 138 pecuaristas, que possuem maior participação da mão-de-obra familiar, maior participação do produto bruto advindo das lavouras anuais e revelam indicadores de eficiência agroeconômica da bovinocultura de corte, assim como os indicadores de eficiência gerais vinculados às atividades agrícolas expressivos (TAB. 1 e 2, Apêndice C).

De outro lado estão reunidos os demais 23 pecuaristas; estes revelam indicadores de eficiência agroeconômica muito baixos, e na grande maioria, negativos. Contudo, o ingresso expressivo de recursos de outras fontes de renda, garante a este último conjunto de pecuaristas uma situação econômica estável. Os recursos advindos de outras fontes de renda representam mais de 95% da renda total destes estabelecimentos (TAB. 3, Apêndice C).

4.4.3 Perfil C: Pecuaristas-Lavoureiros Especializados

Este perfil, denominado de *Pecuaristas-Lavoureiros Especializados*⁵, está estruturado a partir do aglutinamento de 51 pecuaristas e corresponde a 9,88% do total considerado na pesquisa. Diferentemente dos anteriores, os pecuaristas reunidos neste perfil, organizam as atividades agrícolas em torno da criação de bovinos de corte e atividades de lavouras. Os estabelecimentos destes pecuaristas, em larga medida, possuem um estilo de estabelecimentos empresariais. Também é o perfil que reúne os chefes/responsáveis dos estabelecimentos mais jovens e com o maior nível de escolaridade.

⁵ Os principais indicadores analisados estão sistematizados em tabelas, no Apêndice B.

Especificação	Aspectos mais representativos
Estrutura Fundiária e Uso da terra	Predomínio de EA com área total entre 1.000 ha e 1.620 ha; média superior à média dos perfis anteriores; Em torno de 93 % da área do EA aptas para exploração agropecuária; Em torno de 70% da área explorada constituída de áreas próprias; Em torno de 60% da SAU com pastagens; 38,50 % ocupadas com lavouras anuais.
Bovinocultura de Corte Características produtivas	Número de ua. Bovinos: em torno de 760 ua; Área de pastejo: entre 650 e 1.120 ha; Lotação total da área de pastejo: 0,89 ua total/ha; Lotação bovina: 0,79 ua total/ha; Predominantemente rebanho constituído de gado geral, seguido de cruzamento entre raças zebuínas; Sistema de criação predominante é do tipo recria/terminação e ciclo completo; Presença de bovinos rastreados em 52% dos EA; Produtividade da terra da bovinocultura de corte baixa: em torno de 86,00 R\$/ha;
Composição do Produto Bruto e Rendas	Predomínio da participação das lavouras na composição do PB total; Contribuição da renda agrícola na composição da Renda Total em torno de 89%; Contribuição de todas Outras Rendas na composição da RT menos expressiva; Nível de endividamento baixo: em torno de 1,92% do capital imobilizado; o mais elevado de todos os perfis; Taxa de lucratividade média , em torno de 10 %.
Características dos pecuaristas Informação e Inserção Social	Idade média do responsável pelo EA: 48 anos; Tamanho médio da família residente no EA: 2 pessoas; Número de anos de frequência na escola: em torno de 11,5 anos; Previsão de possíveis sucessores: em torno de 72 % dos EA; Decisões produtivas divididas entre o chefe do EA, membros da família e outros; Meios de informação utilizados são revistas e jornais; televisão; palestras e dias de campo; Participação predominante no Sindicato Patronal, Cooperativas e Associações Locais de Produtores (em torno de 52%).
Motivações e Percepções dos Pecuaristas	Principais motivações para atuar na bovinocultura são a segurança, satisfação pessoal e lucro; Autodenominam-se, predominantemente, produtores e empresários rurais; Investimentos prioritários seriam em compra de terras e bovinocultura de corte; Incerteza, preços baixos, falta de alternativa de compradores são os principais problemas relacionados à bovinocultura; Comercializam gado, principalmente quando precisam liberar o campo.
Regionalização	Campanha Sudoeste, Planalto, Planície Costeira Norte, Planície Costeira Sul.

Quadro 3 - Aspectos produtivos, socioeconômicos e de percepção – Pecuaristas-Lavoureiros Especializados

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

A superfície média de área total dos estabelecimentos é superior ao dos perfis anteriores (1.347,70 ha), embora a amplitude seja considerável, pois reúne pecuaristas que possuem estabelecimentos que o tamanho de área total varia entre 145 ha e 4.100 hectares. A superfície agrícola útil corresponde a mais de 90 % da área total, destas 38,50% exploradas com lavouras anuais. Também é significativo o percentual de áreas utilizadas de terceiros, principalmente na forma de arrendamentos (27,53% da SAU).

Provavelmente estes pecuaristas têm buscado expandir os negócios, sobretudo as atividades lavoureiras, já que neste período a conjuntura era favorável e a atividade, em larga medida, remunerava o capital investido. O percentual de superfície agrícola útil do estabelecimento ocupada com pastagens é de 63,59%; destes, 63,12% das áreas de pastagens é de campo nativo, ambas o menor percentual de todos os grupos. Essa configuração, em relação às áreas de pastagens é decorrente da presença expressiva de pastagens cultivadas, implementadas em áreas exploradas, principalmente com lavouras de verão.

A disponibilidade de área de pastejo média varia entre 650 e 1.120 hectares. Entre este conjunto de pecuaristas verifica-se o menor índice de carga animal total (0,89% uaTot/ha) e bovina (0,78 uaBov/ha), se comparado com os demais perfis. Com relação ao padrão de raça do rebanho, em 37,25% dos estabelecimentos a composição do rebanho é de gado geral, seguido de estabelecimentos onde predomina o gado cruzado a partir de raças zebuínas (33,23%). Se comparado com os demais perfis, proporcionalmente, este apresenta o maior percentual de estabelecimentos com bovinos rastreados (50,98%). Prevaecem os sistemas de criação do tipo recria/terminação e ciclo completo.

Diferentemente dos perfis anteriores, neste a participação no produto bruto total é predominantemente advindo das lavouras anuais (70,01% do PBt), por conseqüência, o produto bruto derivado da bovinocultura de corte na composição do produto bruto total é menos significativo de todos os perfis (27,77%). A combinação das atividades pecuárias e das atividades de lavouras anuais permite apurar uma produtividade e rendimento da terra elevada (R\$ 661,71 e R\$ 537,81) principalmente se comparado com a média dos demais perfis; o mesmo podendo se verificar em relação à produtividade e rendimento do trabalho (R\$ 109.599,25 e R\$ 87.695,61). Conforme já foi comentado, os preços dos produtos derivados da lavoura atravessavam um momento favorável e as condições climáticas do ano agrícola 2003/2004 contribuíram para uma produtividade e rendimentos expressivos. Neste grupo, 89,43% da renda total é majoritariamente composta pelas rendas das atividades agrícolas.

O capital imobilizado por superfície agrícola útil (KI/SAU), assim como o nível de endividamento em relação ao capital imobilizado ainda é baixo; no entanto, é praticamente o dobro, se comparado com perfis anteriores. Muito provavelmente, assumem essa configuração devido às atividades relacionadas à lavoura, mais dependente de máquinas e equipamentos. Neste contexto, os Pecuaristas-Lavoureiros tendem a depender mais de crédito e financiamentos, seja para capital de giro, investimentos e custeio das atividades. Também tendem a possuir um maior nível de endividamento.

Este perfil reúne pecuaristas que revelam o menor número de residentes e a menor média de dias trabalhados no estabelecimento, pelos membros da família. De perfil empresarial, mais 90% da mão-de-obra total disponibilizada é de origem externa, ou seja, contratada. A grande maioria dos pecuaristas que configuram este perfil manifesta o desejo de permanecer na agricultura/pecuária (88,24% dos pecuaristas); em torno de 72% desejam que seus descendentes sigam atuando no setor da agricultura/pecuária. Já 72,% dos pecuaristas deste perfil estimam que tenham sucessores para dar continuidade ao estabelecimento.

Em mais da metade dos estabelecimentos as decisões produtivas estão centralizadas na figura do chefe do estabelecimento, contudo este perfil é o que mais contém estabelecimentos onde as decisões são colegiadas, realizadas juntamente aos demais membros da família (25,49% dos EA). Praticamente a metade dos pecuaristas deste perfil realizou mudanças nos sistemas de produção entre os anos 2001/2004. Em torno de 17% aumentaram as áreas de lavouras com redução do rebanho e 12% aumentaram as áreas de lavouras sem reduzir o número de animais.

De um modo geral, é expressiva a participação destes pecuaristas nas Associações locais vinculada à agricultura/pecuária (52,94% dos pecuaristas), e também nas Cooperativas (52,94% dos pecuaristas). Enquanto entidade representativa de classe, a participação é majoritária no Sindicato Patronal (70,59% dos pecuaristas). Quanto aos canais de informação, diferentemente dos demais grupos, em torno de 33% dos pecuaristas utilizam jornais e revistas para se manter informados, seguido da televisão (29,41% dos pecuaristas), dias de campo, palestras e cursos (17,65% dos pecuaristas). Embora pouco expressivo, os pecuaristas deste grupo são os que mais utilizam a internet como um meio de informação (9,80% dos EA). Mais de 75% dos pecuaristas deste perfil possuem acesso à assistência técnica, o maior percentual de todos os grupos, embora, essa assistência, esteja basicamente relacionada às atividades lavoureiras.

Entre as principais motivações dos pecuaristas para atuar na bovinocultura 21,57% expõem que atuam por satisfação pessoal, 21,57% pela segurança que a atividade proporciona e 19,61 pela perspectiva de lucro advinda da atividade. Os percentuais de pecuaristas que atuam na pecuária pela segurança e pelos lucros, são os mais representativos, se comparados com a média dos demais perfis. Assim, estes pecuaristas manifestam motivações também de caráter econômico para atuar na criação de bovinos.

A diferenciação interna observada neste perfil está relacionada basicamente ao uso da terra e indicadores de produtividade. Assim, 46 pecuaristas, majoritariamente, estão mais envolvidos com atividades ligadas às lavouras. Já pequeno grupo (5 pecuaristas) está mais

vinculado às atividades pecuárias, embora a lavoura também seja uma atividade importante nesses estabelecimentos (TAB. 1, Apêndice C).

Logo, os primeiros (46 pecuaristas), possuem estabelecimentos com superfície de área total e própria, inferior aos demais pecuaristas que compõem o perfil. O produto bruto total é majoritariamente composto da participação das lavouras (71,01% do PBt). Os indicadores técnico-produtivos e de eficiência econômica são bastante expressivos e revelam uma situação de estabilidade financeira. Também se observa os indicadores mais elevados em relação ao uso da terra, assim como as taxas de lucro agrícola e total. A renda total é preponderantemente configurada pelos recursos advindos das atividades agrícolas. Em relação à bovinocultura, este perfil detém o maior percentual de estabelecimentos que praticam a rastreabilidade do rebanho bovino (TAB. 1, 2 e 3, Apêndice C).

De um modo geral o tamanho do rebanho é semelhante, porém a área de pastejo médio de um grupo de cinco pecuaristas é bastante superior; por consequência a lotação também é menor. Entre este pequeno grupo de pecuaristas observa-se o maior dispêndio em insumos por unidade animal total e vendida, assim como a relação consumo intermediário, por unidade animal (TAB. 1 e 2, Apêndice C). Apesar de inferiores, estes pecuaristas apuram renda agrícola e total, assim como os indicadores de eficiência econômica significativos, que denotam estabilidade financeira. Os indicadores referentes à remuneração do fator trabalho são superiores, muito provavelmente pelo perfil da atividade pecuária, que, por natureza, permite desenvolver a atividade com efetivo de mão-de-obra menor, se comparado às lavouras (TAB. 2 e 3, Apêndice C). Além do mais, estes pecuaristas, em média, possuem um sistema de manejo animal mais extensivo.

4.4.4 Perfil D: Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais

O perfil dos *Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais*⁶ é configurado a partir do aglutinamento de 55 pecuaristas e corresponde a 10,66% do total considerado na pesquisa. De um modo geral, pode-se dizer que este grupo possui algumas similaridades com o perfil anterior, principalmente em relação à organização produtiva, ou seja, predominantemente combinam a pecuária, basicamente bovinocultura de corte, e atividades de lavoura. As principais diferenças estão relacionadas à mão-de-obra, produtividade, rendimentos e renda.

⁶ Os principais indicadores analisados estão sistematizados em tabelas, no Apêndice B.

Internamente, este perfil é relativamente homogêneo, portanto, não se observa diferenciações expressivas entre os pecuaristas.

Especificação	Aspectos mais representativos
Estrutura Fundiária e Uso da terra	Predomínio de EA com área total entre 1.130 ha e 1.800 ha; maior tamanho médio de EA; Em torno de 90 % da área do EA é apta para exploração agropecuária; Em torno de 83% do EA é constituído de áreas próprias; Utilização da SAU é dividida entre pastagens: 65% da SAU e ocupadas com lavouras anuais (34 % da SAU).
Bovinocultura de Corte Características produtivas	Número de ua. Bovinos: em torno de 800 ua; Área de pastejo: entre 720 e 1.230 ha; Lotação total da área de pastejo (1,07 ua/ha); Lotação bovina (0,97 ua /ha); Em mais da metade dos EA predomina o cruzamento entre raças zebuínas; Sistema de criação predominante é do tipo ciclo completo e recria/terminação; Presença de bovinos rastreados em 29% dos EA. Produtividade da terra da bovinocultura de corte baixa, em torno de 88,00 R\$/há.
Composição do Produto Bruto e Rendas	Predomínio da participação das lavouras na composição do PB total; Contribuição expressiva da renda agrícola na composição da Renda total: em torno de 84 %; Nível de endividamento baixo: em torno de 1,3% do capital imobilizado; o mais elevado de todos os perfis; Taxa de lucratividade média: em torno de 5%.
Características dos pecuaristas Informação e Inserção Social	Idade média do responsável pelo EA: 51 anos; Tamanho média da família residente no EA: 2,5 pessoas; Número de anos de frequência na escola: em torno de 11,5 anos; Previsão de possíveis sucessores: em torno de 72 % dos EA; Em torno de 65% dos EA, as decisões estão centralizadas no chefe do EA Meios de informação utilizados: televisão; palestras e dias de campo; Participam predominantemente no Sindicato Patronal e nas Cooperativas.
Motivações e Percepções dos Pecuaristas	Principais motivações para atuarem na bovinocultura são a segurança, satisfação pessoal e lucro; Autodenominam-se, predominantemente, produtores rurais, e empresários rurais; Investimentos prioritários seriam em compra de terras e bovinocultura de corte; Incerteza, preços baixos e falta de alternativa de compradores são os principais problemas relacionados à bovinocultura; Comercializam gado, principalmente quando precisam liberar o campo.
Regionalização	Distribuídos predominantemente na Planície Costeira Norte, Planície Costeira Sul, Depressão Central Oeste e Campanha Meridional.

Quadro 4 - Características produtivas, socioeconômicas de percepção – Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR; FARSUL (2005).

Entre os pecuaristas reunidos neste perfil, o tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas é de 1.472,94 hectares. O percentual de ocupação com áreas com pastagens, campo

nativo e lavouras são bastante semelhantes os indicadores observados no perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados. Em relação ao uso da terra, a principal diferenciação que se estabelece é em relação à utilização de áreas de terceiros; neste perfil bastante abaixo do perfil anterior (16,04% da ST).

De um modo geral, neste perfil verifica-se a maior quantidade de unidades animais bovinos (813 ua) e a área de pastejo disponível varia entre 620 e 1.000 hectares. Quando se trata de comparar as características raciais, é observado o maior percentual de estabelecimentos em que a composição de rebanho é constituída de raças puras (12,73% dos EA) e cruzamento de raças zebuínas (54,55% dos EA). Entre os pecuaristas deste perfil a lotação média de bovinos e total é 0,97 ua/ha e 1,07 ua/ha, superior ao verificado no perfil anterior. O percentual de estabelecimentos em que é realizada a rastreabilidade do rebanho bovino é relativamente baixo (29,09% dos EA). Os sistemas de criação predominantes são os do tipo ciclo completo e recria/terminação.

Em relação aos indicadores de produtividade, a renda agrícola e a lucratividade, de um modo geral, neste agrupamento verificam-se valores médios, em larga medida superiores aos verificados entre os perfis em que a atividade preponderantemente é a bovinocultura de corte; contudo, inferiores aos do perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados. Por exemplo, a produtividade média da terra e trabalho é de R\$433,09/ha e R\$51.867,93/UTHt), em torno de 34 % e 50% inferiores ao do Perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados; o mesmo se observa em relação à Renda Agrícola, 32% inferior. Conseqüentemente, estes percentuais se refletem na taxa de lucratividade agrícola e total (5,39% e 6,51%), também inferiores à média dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados.

Se comparado com os Pecuaristas-Lavoureiros, este perfil revela uma maior participação de recursos oriundos de outras fontes de Rendas (15,33%); entre estas se destaca a participação das Rendas Externas, majoritariamente na forma de disponibilização de áreas “para” Terceiros, principalmente para o cultivo de arroz e da soja (28,64% do total das outras fontes de renda).

O número médio de residentes e de pessoas da família que trabalham no estabelecimento é superior ao do Perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados. O número de dias trabalhados no estabelecimento (5,45 dias) é o mais expressivo entre todos os perfis. A média de anos de freqüência na escola é de 11,10 anos, ligeiramente superior à média dos perfis dos Pecuaristas Estacionários e Pecuaristas Consolidados e, inferior a dos Lavoureiros-Pecuaristas Especializados. A participação a mão-de-obra familiar é de 20,60%, o percentual mais expressivo entre os Pecuaristas-Lavoureiros.

Assim como nos demais grupos, em 65,57% dos estabelecimentos as decisões são majoritariamente centralizadas no chefe da família (65,57% dos EA) e as decisões colegiadas entre os componentes da família são verificadas em 18,16% dos estabelecimentos. Embora baixos, neste perfil identifica-se que os filhos (as) são responsáveis pelas decisões (12,73% dos EA). Mais de 80% destes pecuaristas manifestam o desejo de seguir atuando nas atividades agrícolas. Este é o perfil em que o maior percentual de pecuaristas manifesta que tem perspectivas de possíveis sucessores (72,73%). Esta perspectiva, provavelmente está associada, entre outros fatores, à estabilidade financeira, favoráveis a possível capitalização desses estabelecimentos, ao longo do tempo.

Neste perfil é expressivo o vínculo dos pecuaristas com as Associações Locais (49,09% dos pecuaristas). Também é o agrupamento que mais agrega pecuaristas associados às Cooperativas (58,18% dos pecuaristas) e que mais participam de associações regionais/nacionais de produtores (27,27% dos pecuaristas), das CITES (20,00% dos pecuaristas) e associações para compra e venda (20,00%).

Quanto aos canais de informação, 34,55 % dos pecuaristas, preponderantemente utilizam a televisão, seguido de dias de campo, palestras e cursos (20,00% dos pecuaristas). Assim, como o perfil anterior (Pecuaristas-Lavoureiros Especializados), é expressivo o número de pecuaristas que manifestam receber assistência técnica (76,36%). Conforme o exposto anteriormente, provavelmente este percentual está associado às atividades de lavoura, pois é uma prática comum, cooperativas e empresas privadas vincular a assistência técnica à venda de insumos agrícolas.

Entre as principais motivações para atuar no setor da bovinocultura de corte, 27,27% dos pecuaristas manifestam ser a satisfação pessoal, seguido daqueles pecuaristas que a praticam por tradição (21,82%); 16,36% atribuem a atuação na bovinocultura pela perspectiva de auferir lucro. Neste perfil, mais uma vez os aspectos subjetivos, aparecem como fatores motivadores mais importantes para atuarem na bovinocultura, fortalecendo a idéia de que pecuária de corte possui um forte vínculo com a trajetória dos pecuaristas.

5 USO DA TERRA, RENDAS E EFICIÊNCIA PRODUTIVA DA BOVINOCULTURA DE CORTE

Nas últimas décadas a literatura voltada aos estudos rurais tem sido profícua no sentido de consolidar propostas analíticas, que demonstram que as configurações dos espaços rurais, em larga medida, possuem relação estreita não somente com aspectos produtivos e econômicos, mas também com as características sociais e comportamentais dos atores envolvidos. Ainda que as dimensões técnico-produtivas e econômicas estejam, na prática, estreitamente relacionadas com as dimensões de caráter socioculturais e comportamentais, para fins de operacionalização, optou-se por tratá-las em capítulos distintos.

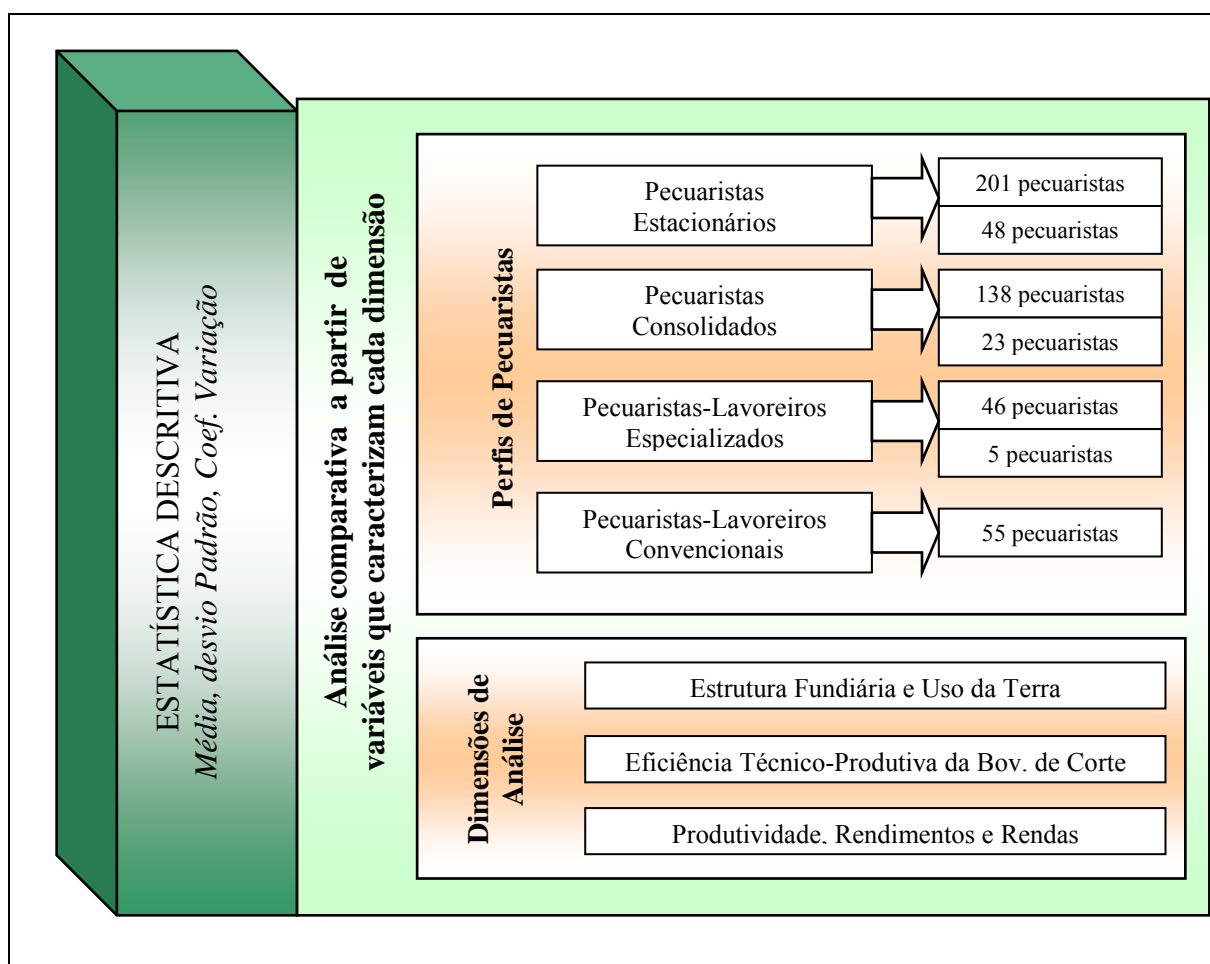


Figura 5 – Sistematização do quinto capítulo

Fonte: Elaboração da autora

Feito essa ressalva, este capítulo está articulado no sentido de estabelecer uma análise relacional em torno de três grandes dimensões produtivas e/ou econômicas que configuram perfis diferenciados de pecuaristas, no espaço agrário do Rio Grande do Sul. Neste sentido

foram selecionadas variáveis que dão conta de constituir e caracterizar cada uma dessas três grandes dimensões para fins de análise, denominadas: a) Estrutura Fundiária e Uso da Terra; b) Eficiência Técnico-Produtiva da Bovinocultura de Corte e c) Produtividade, Rendimentos e Rendas.

Desta forma, assume-se que as condições edafoclimáticas e as possíveis maneiras como cada pecuarista aloca os recursos de produção internamente, ou ainda, como ele se articula em relação ao ambiente externo, possuem formatos e intensidade diferentes. Logo, resultam em formas diferenciadas de organização de estabelecimentos e uma diversidade de situações relacionadas ao uso do espaço agrário rio-grandense também se manifestam.

5.1 Estrutura fundiária e uso da terra

Diferentemente de outros segmentos, a agricultura possui algumas especificidades. Entre as principais estão aquelas relacionadas aos fatores biológicos. Os ciclos produtivos e reprodutivos possuem características próprias e, em maior ou menor grau, estão condicionadas ao ritmo da natureza. Porém, aspectos relacionados à política econômica (créditos, subsídios, cotações de preços, taxa de juros, inflação) também incidem de forma significativa na dinâmica do setor agrícola.

Por consequência, os aspectos acima referidos recaem fortemente sobre a estrutura fundiária e uso da terra. Sensível aos aspectos biológicos como aos socioeconômicos, a terra se constitui em um fator balizador das decisões do agricultor, pois ela, via de regra, ultrapassa os limites do uso para a produção agrícola; sendo utilizada como reserva de valor. A terra também envolve uma teia de relações, que vão além das relações mercantis (MAUREL, 1998; REZENDE, 2005; SAYAD, 1982).

Do ponto de vista produtivo, a terra se constitui em uma potencialidade ou um ponto de estrangulamento, quando se trata do agricultor decidir o sistema de cultivo e/ou de criação. As características do agroecossistema, a disponibilidade de recursos financeiros e o acesso e uso de recursos tecnológicos influenciam nesse processo. Neste contexto, o pecuarista age no sentido de buscar um equilíbrio de forças entre esses aspectos, e está constantemente pressionado por eles.

Na bovinocultura de corte, pela própria natureza da atividade, a terra se constitui em um meio de produção muito importante. Entre os estabelecimentos considerados neste estudo, os perfis que reúnem os pecuaristas onde a bovinocultura de corte é a atividade principal, são

os que revelam o menor tamanho médio do estabelecimento¹. Do total dos pecuaristas considerados (516 pecuaristas), em torno de 30%, possuem estabelecimentos com superfície de área com até 250 hectares, destes, 41% estão reunidos no perfil dos Pecuaristas Estacionários.

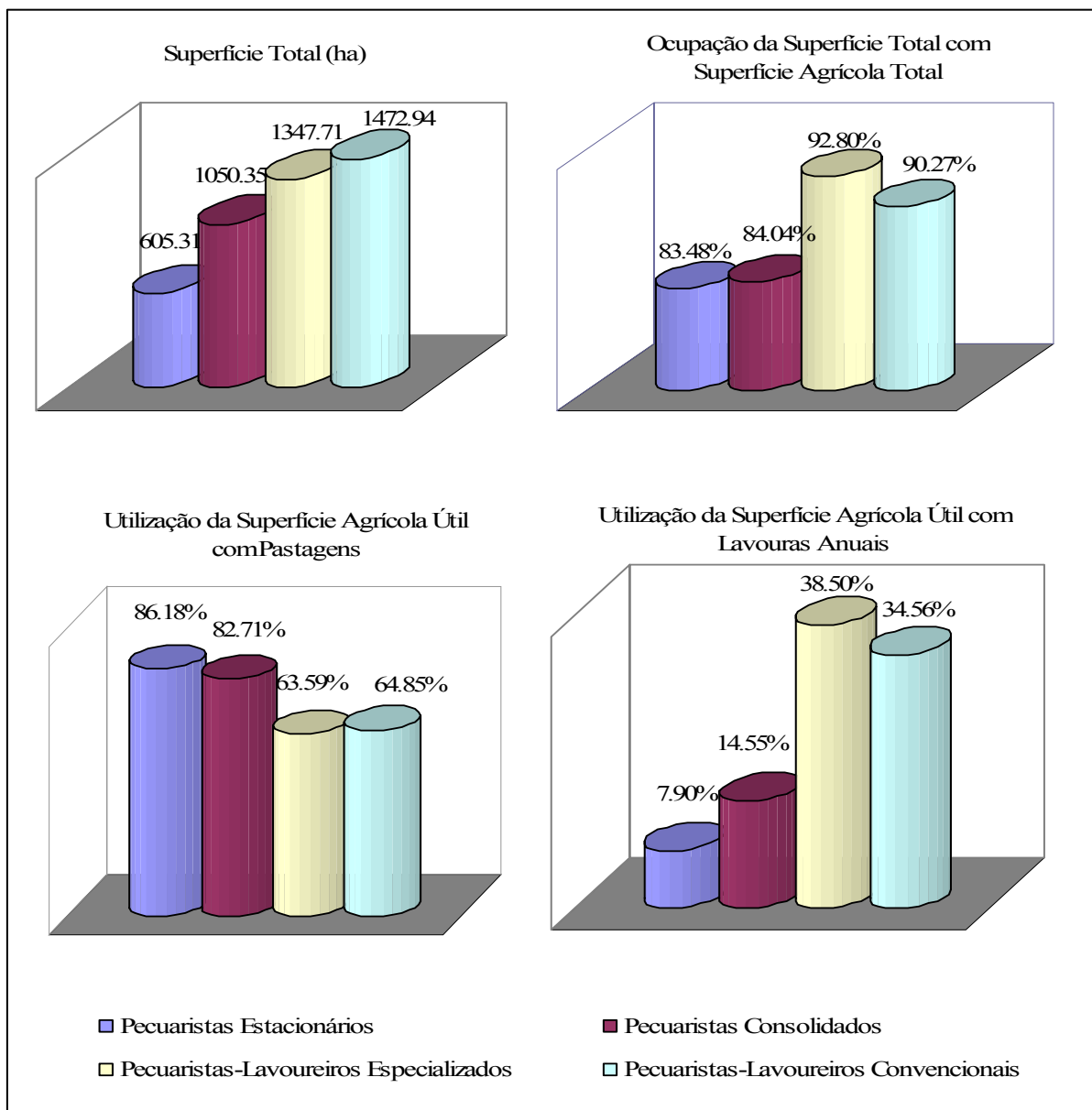


Figura 6- Estrutura fundiária e uso da terra, de acordo com as principais atividades produtivas
 Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

É importante salientar que em todos os perfis, a amplitude de variação do tamanho da área é significativa. Logo, em um mesmo perfil, como o dos Pecuaristas Estacionários, por exemplo, podem-se encontrar estabelecimentos que possuem desde 17 hectares até 5.943

¹A distribuição de estabelecimentos por estrato de área e por perfil encontra-se no Apêndice D.

hectares. No entanto, 71% dos estabelecimentos deste perfil possuem até 600 hectares de área total; o coeficiente de variação deste indicador é o mais elevado de todos os perfis e denota a existência de uma heterogeneidade significativa, quando se trata de analisar o tamanho de estabelecimentos (TAB. 1, Apêndice B).

Já entre os Pecuaristas-Lavoureiros Especializados, o tamanho do estabelecimento varia entre 145 ha e 4.100 hectares. Apesar de uma amplitude elevada relacionada ao tamanho dos estabelecimentos, o valor do coeficiente de variação (0,72) é o mais baixo se comparado com os demais perfis (TAB. 1, Apêndice B). Esse comportamento do coeficiente de variação demonstra uma maior homogeneidade em relação ao tamanho dos estabelecimentos.

É importante ressaltar este aspecto relacionado à amplitude, pois é comum, principalmente na visão dos pecuaristas, que o tamanho da área explorada e o uso de tecnologias intensivas são determinantes na viabilidade econômica do estabelecimento. Evidentemente que o tamanho e a área disponível influenciam no volume de produção e na renda auferida, sobretudo em decorrência da escala. No entanto, é insuficiente para explicar o desempenho do estabelecimento como um todo.

Esta constatação é evidenciada em outros trabalhos, como o de Fiorelli, Dedieu e Pailleoux (2007), a partir da análise de 35 criadores de ovinos na região Central da França, no ano de 2004. Os autores demonstram que embora o tamanho de área explorada seja um aspecto importante, ele é insuficiente para avaliar o desempenho do estabelecimento. A escolha dos sistemas de criação/cultivo, o grau de intensificação das atividades, as formas de financiamento, a disponibilidade de mão-obra e os objetivos dos pecuaristas são fatores relevantes para a composição e análise dos indicadores, bem como para a viabilidade econômica do estabelecimento. Um sistema intensivo, pode aumentar significativamente os índices de produtividade e o volume da produção, contudo, pouco resultado produz se os custos por unidade produzida forem superiores à receita unitária obtida.

No Rio Grande do Sul, Schneider e Waquil (2004) identificaram que o tamanho dos estabelecimentos e o acesso às tecnologias, não são elementos suficientes para melhorar as condições de vida no meio rural. Os autores reconhecem que estabelecimentos de menor tamanho, localizados em regiões onde as condições de solos e relevo são menos favoráveis, há restrições às práticas agrícolas intensivas, com uso de tecnologias motomecânicas que potencialmente, permitiriam obter maior produtividade e, conseqüentemente, mais renda ao produtor.

Contudo, uma avaliação da dinâmica da agricultura rio-grandense nas últimas décadas, indica que há regiões onde as condições e uso de solos e a predominância de propriedades de pequeno porte não ofereceu obstáculos a melhoria das condições de vida da população rural. Já as regiões que reuniam áreas em que a aptidão dos solos era favorável às práticas agropecuárias, não patrocinaram as melhorias esperadas nas condições socioeconômicas das populações rurais. Para Schneider e Waquil (2004, p. 144) “são equivocadas ou, pelo menos, apenas parcialmente verdadeiras, as análises que sustentam que o processo de empobrecimento da população rural no Rio Grande do Sul está associado à disponibilidade de fatores de produção por parte dos agricultores, particularmente o tamanho da área agrícola e o acesso às tecnologias”.

No entanto, a aceitação tácita da condição de que o tamanho da área disponível é o grande limitante do sistema de criação, acaba privando o pecuarista da realização de técnicas de manejo que permitem melhorar significativamente a produtividade da terra. Nabinger (2006) demonstra que tanto o ganho por animal como o ganho por área pode ser mais do que duplicados, somente com o ajuste de carga animal e manejo adequado das áreas de pastejo.

Com base em uma sumarização de diferentes experimentos realizados na Estação Experimental da UFRGS (região da Depressão Central do RS), considerando um sistema de recria/terminação, Nabinger (2006) expõe que é possível superar as médias de produção líquida de 70 kg de peso vivo por ha/ano, para 200 a 230 kg PV/ha/ano. Assim, sempre que as condições climáticas determinem maior produção do pasto, a carga animal deve aumentar ou, se as condições forem adversas, esta carga deve diminuir. De acordo com Nabinger (2006, p. 37) “tanto o ganho por animal como o ganho por área pode ser mais que duplicado conforme o nível de oferta de forragem que disponibilizarmos aos animais”. Assim, se melhoramento pode ser obtido a custo zero pelos pecuaristas, pois, a priori, não demanda qualquer outra aplicação de insumo além do manejo da carga para controlar o nível de oferta. “Este tipo de insumo, que não custa nada, chama-se conhecimento aplicado, e necessita ser incorporado com urgência na produção pecuária do Estado” (NABINGER, 2006, p. 37).

Considerando os pecuaristas envolvidos na pesquisa, em todos os perfis, observa-se que na média, mais de 80% da área total dos estabelecimentos podem ser utilizadas para desenvolver atividades produtivas (FIG. 6). No entanto, entre os pecuaristas reunidos no perfil dos Pecuaristas Estacionários verifica-se o menor percentual de superfície agrícola útil média (83,48%); explicado, em larga medida, pelo percentual de área ocupada com florestas naturais e capoeiras, em torno de 10%.

Também neste grupo, ainda que baixo, observa-se o maior percentual de área ocupada com florestas cultivadas (3,09%). Essa situação pode ser uma demonstração de que os pecuaristas que compõem este perfil, utilizam o cultivo de florestas de espécies exóticas como uma forma de otimizar as áreas do estabelecimento, pois podem ser implementadas e se adaptam em áreas com declividade acentuada ou ainda, menos aptas para agricultura e pecuária. Também pode ser uma forma dos produtores se articularem, frente às dificuldades de mão-de-obra familiar. Além disso, essa atividade vem sendo valorizada nos últimos anos.

A área média dos estabelecimentos ocupada com pastagens é representativa em todos os perfis de pecuaristas (FIG. 6). Destas, o campo nativo é o tipo de pastagem mais utilizada e reforça a condição de que a bovinocultura de Corte no Rio Grande do Sul é predominantemente de caráter extensivo, e bastante dependente da exploração dos recursos naturais. Evidentemente, nos perfis onde predominam a bovinocultura de corte como a atividade produtiva principal, os percentuais da superfície agrícola útil ocupada com pastagens são mais expressivos e variam entre 75% e 82% (TAB. 1, Apêndice B).

Entre os pecuaristas reunidos nos perfis dos Pecuaristas Estacionários e Pecuaristas Consolidados as áreas ocupadas com campo nativo melhorado, pastagens cultivadas e permanentes são bastante baixas. Conforme comentam os pecuaristas, estas áreas de pastagens cultivadas cumprem uma função de “hospital”, ou seja, são utilizadas basicamente para alocar os animais doentes, com maior deficiência nutricional, como as vacas prenhas ou após a parição. Por essa razão, estas áreas, ainda que pequenas, são consideradas estratégicas, pois se tornam um recurso importante para a recuperação dos animais.

Neste caso, confirma-se uma sistemática anteriormente identificada por Fontoura (2000, p. 93), quando comenta a prática de formação de pastagens cultivadas pelos criadores de bovinos gaúchos. “[...] esta é feita em pequena escala e dada aos animais mais enfraquecidos apenas na segunda quinzena de julho, quando os animais já sofreram muito, ou seja, já perderam muito peso, por causa do inverno. [...] a adversidade climática é considerada uma loteria, e a morte ou o flagelo dos animais é visto com naturalidade”.

Entre os Pecuaristas-Lavoureiros as áreas ocupadas com pastagens e o percentual destas ocupadas com o campo nativo são menos significativos. As áreas ocupadas com lavouras anuais, basicamente soja, arroz e milho, são mais expressivos nestes dois perfis, e em larga medida, se transformam em pastagens cultivadas, sobretudo, no período de inverno. Esta é uma prática muito utilizada, principalmente em regiões onde as condições de clima, relevo e solos permitem a criação de bovinos, articuladas com o cultivo de lavouras anuais. Assim, as áreas de pastagens cultivadas, se bem implementadas e manejadas, se constituem

em um recurso relevante, uma vez que são nelas que os pecuaristas realizam a “terminação” do gado. O gado “terminado” quase sempre é comercializado na “saída” do inverno, muitas vezes “sob pressão”, pela necessidade de liberação das pastagens para dar início aos preparos das parcelas para os cultivos de verão.

O percentual de estabelecimentos que adotam a prática do melhoramento de campo nativo e constituição de pastagens permanentes, ainda é bastante baixo (menos de 35% dos EA). O percentual médio de área ocupada com campo nativo melhorado corresponde a aproximadamente 23% da área total; as pastagens permanentes ocupam em torno de 17% da área total dos estabelecimentos, que realizam este tipo de procedimento. Não existem diferenças significativas entre os perfis. Esse comportamento tende a estar associado a uma questão relacionada à percepção dos pecuaristas sobre o campo nativo. Por desconhecimento ou manejo inadequado, para muitos pecuaristas o campo nativo é visto como um recurso forrageiro pouco produtivo, portanto, não “compensa” adubá-lo e manejá-lo. Em relação às pastagens permanentes, muito provavelmente a pouca utilização tende a estar associada ao desconhecimento, relacionado não só do potencial, mas também da maneira de implantação e manejo desse tipo de pastagem.

Como foi comentado, esse comportamento dos pecuaristas, em relação à utilização de áreas de terceiros e disponibilização de área para terceiros tende a ser um reflexo da valorização das atividades relacionadas às lavouras. Freitas, Mendonça e Lopes (2008) analisaram o padrão de crescimento das áreas cultivadas no Brasil, a partir de dados de 41 mesorregiões brasileiras, considerando o período 1994 a 2005, e usou 1994 como o ano-base de referência para as comparações. Os resultados demonstraram a existência de dois sub-períodos claros de crescimento das áreas plantadas. No primeiro período (entre os anos 1994-2001), a taxa de crescimento anual atingiu o patamar de 1,54%, sempre inferior ao ano base (1994). O outro período analisado refere-se ao intervalo dos anos 2002-2005, e registra uma expansão da área agrícola em torno de 17,3%. Neste contexto, se em 1994 as 41 mesorregiões representavam 33,3% da área plantada no Brasil, em 2005, este percentual cresceu para 49,3%.

Em nível de Rio Grande do Sul, o estudo aponta que as mesorregiões que manifestam um crescimento das áreas plantadas são a mesorregião Nordeste Rio-grandense (0,35%), Centro Ocidental Rio-Grandense (0,34%) e Sudoeste Rio-Grandense (0,19%). O crescimento médio das áreas cultivadas entre os períodos 1994-2005, nessas três mesorregiões Rio-grandenses, foi na ordem de 264 mil hectares.

Apesar de haver algumas divergências no tamanho da expansão das áreas de lavoura, é importante lembrar que essa “migração de áreas” para a realização de cultivos, em larga medida, estão vinculadas à rentabilidade esperada da terra (FREITAS; MENDONÇA; LOPES, 2008; REZENDE, 2005). Como bem estabeleceram Bierhals e Ferraz, (2008), em períodos desfavoráveis à pecuária e, ainda, favoráveis às lavouras (período 2001-2006), ocorrem rearranjos em relação à utilização da terra. Em locais onde esses rearranjos são possíveis, a bovinocultura de corte tem sido “remetida” para as terras de pior qualidade, em decorrência da rentabilidade esperada dessas terras. Como conseqüências ocorrem a expansão das áreas de lavouras. De acordo com Emater-RS (2005), no Rio Grande do Sul, entre os anos 1999-2005, a estimativa foi de um aumento de aproximadamente um milhão de hectares das áreas de cultivo..

Essa conjuntura fomentou sobremaneira a prática das parcerias, mas principalmente dos “arrendamentos” com a finalidade de realização de lavouras, inclusive em áreas de baixa aptidão agrícola. Esse foi um tipo de negócio favorecido pela conjuntura do período da realização da pesquisa. De um lado, pecuaristas pouco motivados em decorrência do baixo preço pago pelo gado e, de outro, lavoureiros dispostos a utilizar áreas de terceiros, visando as oportunidades decorrentes do bom momento da lavoura.

Convém ressaltar que a valorização dos produtos oriundos das lavouras levou alguns pecuaristas a uma lógica de “duplo-arrendamento”, ou seja, estes pecuaristas atuam como arrendadores e arrendatários simultaneamente. Assim, as terras aptas para a constituição de lavouras são arrendadas para o cultivo. Ao mesmo tempo, estes pecuaristas arrendam de outros pecuaristas áreas de campo, para dispor o gado. O diferencial no valor do arrendamento entre as áreas aptas para a realização de lavouras e bovinocultura, por si só, se constitui em um incentivo para realizar esse tipo de negócio.

A conjuntura desfavorável à bovinocultura foi um dos fatores que contribuiu para que pecuaristas que compõem o perfil dos Pecuaristas Estacionários e Pecuaristas Especializados a disponibilizassem *para* terceiros, em média, 6,69% e 10,69% da área de seus respectivos estabelecimentos (FIG. 7). Em contrapartida, nestes mesmos grupos, em média, 18,30% e 17,90 % da superfície total explorada é decorrente de áreas utilizadas de terceiros (SU DT), sendo inclusive superior à média dos Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais (16,04%).

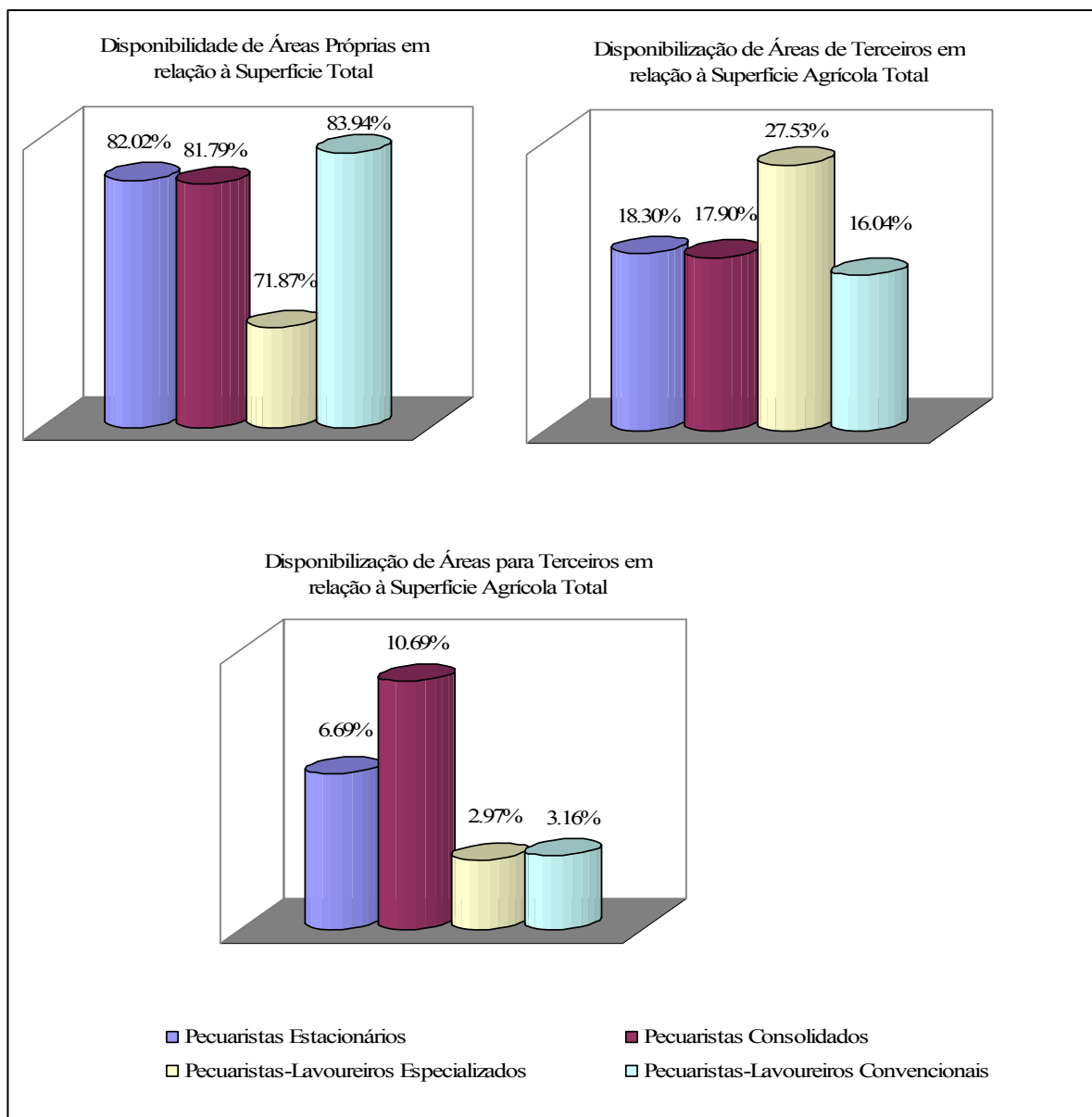


Figura 7 – Formas de disponibilização da terra

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Assim, nos estabelecimentos em que a bovinocultura se configura como a atividade principal, a utilização de áreas *de* terceiros, é uma forma de expandir a área de pastejo. Já entre o grupo dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados, que na média possuem a menor proporção de áreas próprias em relação à área total explorada (71,87%), essa prática ocorre como uma forma de expandir as atividades associadas às lavouras.

5.2 Eficiência Técnico-Produtiva da Bovinocultura de Corte

A abertura econômica ocorrida no início dos anos 1990 alterou consideravelmente a dinâmica da agricultura brasileira. Também foram observadas mudanças significativas em relação às regras referentes às importações e exportações de alimentos, e nas preferências do consumidor. Nesse sentido, essas mudanças têm incidido de forma enfática sobre produtores rurais que vêm sendo pressionados pelos elos posteriores da cadeia (plantas processadoras, distribuidores e o consumidor final), no sentido de ofertar um produto de qualidade, aliado à competitividade.

Esses fatores, em maior ou menor grau, redundaram em implicações para os pecuaristas, sobretudo os bovinocultores, uma vez que a bovinocultura de corte ainda possui um perfil tradicional, baseado na produção extensiva e indicadores de produtividade relativamente baixos. Além disso, a pecuária é uma atividade de longo prazo. Entre a decisão de produzir e a colocação do produto no mercado há um intervalo de cerca de quatro a cinco anos. Esse é aproximadamente o tempo necessário para gerar a matriz, e seus bezerros estarem prontos para abate. Assim, é difícil o setor se recuperar, intensificar a produção e acelerar o crescimento, principalmente quando há crises de oferta.

Na seara da discussão em torno da qualidade do produto, nesse caso, a carne bovina, alguns fatores estão diretamente associados à produção pecuária, ou seja, o padrão racial e estrutura do rebanho, e ainda, os índices de lotação do campo. Esses aspectos, juntamente com a sanidade do rebanho, implicam no desempenho e idade de abate do animal, que por sua vez possui uma relação direta com a qualidade da carne (sabor, textura, maciez).

Com base nos pecuaristas considerados nesta pesquisa, o número médio de unidade animais de bovinos é de 539,21 UA. O tamanho médio da área de pastejo total é de 624,44 hectares. Com base no coeficiente de variação (mais elevado), é possível inferir que entre os pecuaristas que compõem o perfil dos Pecuaristas Estacionários e dos Pecuaristas Consolidados, existe uma variabilidade maior quando se considera o tamanho da área de pastejo e número de unidades animais dos respectivos estabelecimentos (TAB. 1, Apêndice B).

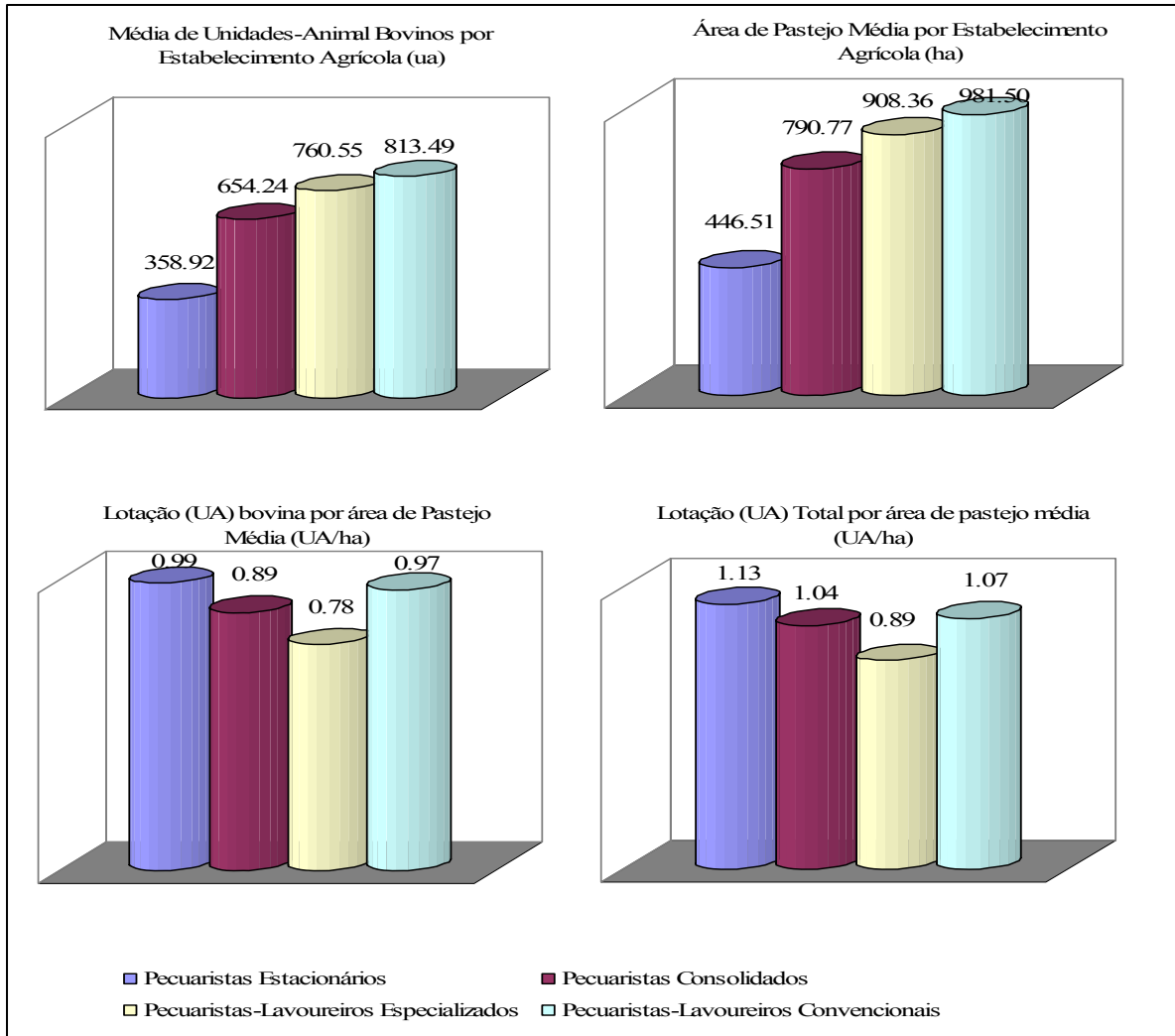


Figura 8 – Unidade-animal, área de pastejo e lotação por estabelecimentos
 Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Conforme o exposto anteriormente o campo nativo ainda é o recurso mais utilizado para a produção de bovinos de corte no Rio Grande do Sul. No perfil dos Pecuaristas Estacionários a pastagem de campo nativo se constitui em torno de 80% da área média de pastejo. É nos pecuaristas reunidos nesse perfil que se verifica a maior média de lotação (carga animal) da área de pastejo com bovinos (0,99 UABov/ha) e também a lotação animal total média (1,13 UA/ha), uma carga animal considerada alta (FIG. 8).

A variabilidade que envolve este indicador, em praticamente todos os perfis, demonstra, em larga medida, que os pecuaristas não possuem critérios muito claros para ajustar a carga animal. Assim, parece não haver uma análise mais equilibrada considerando o tipo e as condições das áreas de pastejo, que variam em decorrência das condições edafoclimáticas, das estações do ano, e ainda, das regiões onde os estabelecimentos estão localizados. Como conseqüências, além da baixa produtividade obtida, a carga animal elevada por um período contínuo, pode levar à degradação do principal recurso de produção

destes pecuaristas e de um Bioma que contém uma rica biodiversidade (CARVALHO *et al.*, 2006; NABINGER, 2006).

Em relação à excessiva carga animal, o comportamento dos pecuaristas gaúchos se assemelha ao dos pecuaristas da região de Campo Grande (MS). Uma pesquisa com criadores de bovinos de corte, no ano de 1996, conduzida por Costa (1998) investigou o fenômeno da degradação de pastagens na Região de Campo Grande – MS. O referido autor expõe que a complexidade que envolve os sistemas de produção voltados para criação de bovinos é decorrente das conformações destes sistemas, uma vez que estes são resultados de múltiplas interações entre solos, plantas, animais, os pecuaristas ou administradores da fazenda. Entre as principais conclusões, Costa (1998) destaca que a degradação das áreas de pastagens e elevada carga animal, em grande medida, são o reflexo dos objetivos dos pecuaristas.

Desta forma, explica o autor, que o paradoxo da "superlotação do campo" está estreitamente relacionado ao fato de que o "estoque de animais" se constitui um fim em si mesmo, ou seja, um objetivo muito importante dos agricultores. A incerteza em relação ao futuro, associado a fatores econômicos, como o receio de longos períodos de inflação, a fragilidade social e das instituições econômicas brasileiras, foram elencados como elementos motivadores para que os pecuaristas visualizassem o rebanho como uma reserva de valor. A segurança também é um elemento importante, uma vez que o gado é um produto que possui liquidez, pois pode ser prontamente vendido em períodos de dificuldades.

Além do mais, em função da sua reprodução, o rebanho se constitui uma fonte adicional de acumulação de capital. As perdas de longo prazo, decorrentes da degradação de pastagens tendem a ser menores quando expressadas em termos de valor presente, principalmente, quando as taxas de descontos são elevadas. Neste sentido, principalmente a longo prazo, esse tipo de decisão tende a acarretar prejuízos, decorrentes da degradação das áreas de pastejo, uma vez que o elevado estoque de animais implica na superlotação dessas áreas.

Entre os pecuaristas considerados nesta pesquisa, principalmente os que compõem o Perfil dos Pecuaristas Estacionários, identifica-se uma situação semelhante à que Costa (1998) identificou no estado do Mato Grosso do Sul. Considerando as variáveis relacionadas aos tipos de pastagens, e as regiões onde os pecuaristas estão localizados, é possível inferir que, persistindo estes índices de lotação animal a médio e longo prazo, estes pecuaristas se defrontam, ou irão se defrontar, com o processo de degradação destas áreas. Quanto aos objetivos, muito provavelmente para os pecuaristas deste perfil, os animais também se constituem em uma "poupança", uma vez que os principais critérios considerados para

realizarem a comercialização são a necessidade de liberar o campo, e a necessidade urgente de dinheiro, para possíveis eventualidades.

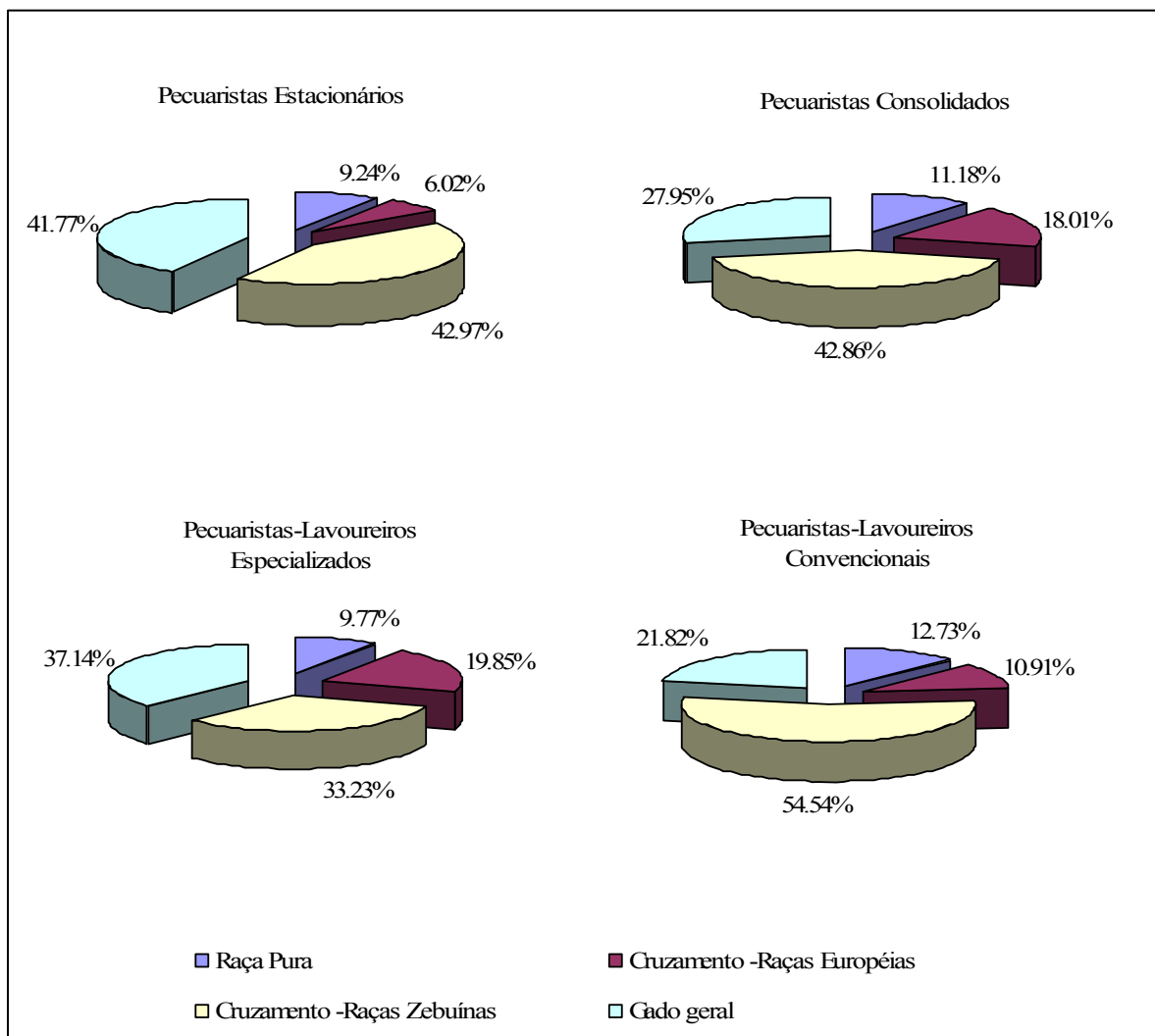


Figura 9 - Padrão Racial do Rebanho Bovino por estabelecimentos

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Considerando o padrão racial do rebanho, é expressivo o percentual de estabelecimentos onde predominam animais “sem raça definida”. Considerado cada perfil separadamente, bovinos com essas características são observados em 41,77% dos estabelecimentos Pecuaristas Estacionários e 37,14% nos estabelecimentos do perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados (FIG. 9). O rebanho bovino constituído de raças puras, ou resultado do “cruzamento” entre raças européias, é mais facilmente encontrado nos estabelecimentos dos pecuaristas que compõem o perfil dos Pecuaristas Consolidados e Pecuaristas-Lavoureiros Especializados (em torno de 28% dos EA).

No entanto, a falta de um padrão genético do rebanho bovino gaúcho, pode ser considerado um problema estrutural, relacionado à forma como a atividade foi se moldando ao longo do tempo. Entre o final do século XIX e início do século XX, houve investimentos significativos em genética bovina (substituição do gado rústico por gado de raças européias), assim como em sementes forrageiras para melhorar a qualidade das pastagens. Porém, essas raças eram mais sensíveis e exigiam tratos mais apurados, principalmente, no que tange à alimentação e sanidade. Assim, os animais dessas raças foram sendo “cruzados” com animais de raças zebuínas, o que os atribuía uma rusticidade maior, capaz de suportar as adversidades advindas de fatores climáticos, alimentação e sanidade (FONTOURA, 2000, MIELITZ NETO, 1994).

Esses cruzamentos foram sendo realizados sem critérios definidos, de tal forma que o Diagnóstico de Sistemas de Produção de Bovinocultura de Corte (2005) demonstrou o elevado percentual de estabelecimentos em que o rebanho é constituído por bovinos sem raça definida. Além disso, foram identificados aproximadamente trinta tipos de cruzamentos, das mais variadas raças.

Quanto ao comportamento do efetivo bovino, em torno de 63% dos pecuaristas afirmam que o tamanho do rebanho permanece estável. Em torno de 20% dos pecuaristas mencionam ter reduzido o efetivo bovino. Entre as principais causas para esta redução figuram a troca de sistema de criação, aumento das áreas de lavouras e a necessidade de capital. Em torno de 13% dos Pecuaristas Estacionários que reduziram o efetivo, apontaram como causas, a redução da área disponível, uma vez que estavam implantando o monocultivo de espécie florestais exóticas. Os Pecuaristas-Lavoureiros Especializados, além de algumas causas apontadas acima, também apontam como causas da redução do efetivo, a necessidade de ajuste de carga animal.

Em torno de 17% dos pecuaristas afirmaram ter aumentado o tamanho do efetivo do rebanho bovino. Entre as principais razões mencionadas figuram, majoritariamente, a retenção do rebanho em decorrência do baixo preço e aumento da reposição das vacas de cria. O aumento do efetivo, em decorrência aumento da superfície agrícola explorada, foi verificado em aproximadamente 13% dos Pecuaristas Estacionários, 10% dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados e 11% dos Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais.

A rastreabilidade do rebanho bovino, uma obrigatoriedade para pecuaristas que criam gado para a exportação, ainda é motivo de muitas controvérsias entre os pecuaristas. Em 2002, uma Normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) instituiu o Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos

(SISBOV) e iniciou o processo de identificação obrigatória de animais no país. Entre os principais objetivos do SISBOV estão a identificação, o registro e monitoramento individual, de todos os bovinos e bubalinos nascidos no Brasil ou importados. A aplicação desta norma estende-se para todo o território nacional, incluindo as propriedades de criação de bovinos e bubalinos, as indústrias frigoríficas e as certificadoras (BRASIL, 2002). Contudo, na prática, a efetivação do rastreamento do rebanho brasileiro tem sido um processo bastante difícil.

Uma pesquisa realizada com 23 pecuaristas bovinocultores de Rondonópolis, no ano de 2006, avaliou a percepção dos mesmos sobre o sistema de rastreabilidade. Entre os principais entraves para a realização desse procedimento, os pecuaristas elencaram a falta de recursos para o investimento, a não comercialização de gado diretamente com plantas frigoríficas que exijam bovinos rastreados e a falta de incentivo para adoção do sistema de rastreabilidade (HAMER; SCHMITZ; ORSOLIN, 2007).

Quando questionados sobre a maior dificuldade encontrada para rastrear o rebanho, 27% dos pecuaristas do Mato Grosso do Sul, considerados na pesquisa, afirmaram ser o preço pago pela indústria frigorífica e outros 15% responderam ser o preço cobrado pelas certificadoras. Ou seja, 42% vêem a relação custo-benefício pouco satisfatório; essa percepção pode ser decorrente de uma falta de garantias de que os bovinos rastreados sejam mais bem remunerados que os demais; ou seja, os pecuaristas precisam realizar um investimento, sem uma perspectiva concreta de retorno do capital investido (HAMER; SCHMITZ; ORSOLIN, 2007).

Entre os pecuaristas rio-grandenses considerados na amostra, também é baixo o número de estabelecimentos que realizam rastreabilidade do rebanho bovino. Na comparação estratificada observa-se o mesmo comportamento em três perfis de pecuaristas. No perfil dos Pecuaristas Estacionários, somente 12,85% dos pecuaristas possuem bovinos rastreados; no perfil dos Pecuaristas Consolidados este percentual é de 26,71%; já no perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais, 29,09% dos estabelecimentos possuem o rebanho bovino rastreado.

Entre os pecuaristas gaúchos que realizaram rastreabilidade, nos três perfis acima referidos, o percentual dos que afirmam que obtiveram vantagens na comercialização varia entre 43% e 48%. Situação diferenciada somente é observada entre os pecuaristas que compõem o perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados, onde em 50,98% dos estabelecimentos identificam-se animais rastreados. Entre os pecuaristas que rastreiam o rebanho, 53,84 % afirmam ter obtido vantagens na comercialização. A vantagem obtida, de acordo com a manifestação dos pecuaristas de todos os perfis é majoritariamente o preço

diferenciado pelo rebanho rastreado. Contudo, salienta-se que a pesquisa de campo foi realizada no ano de 2004, ou seja, a instituição da rastreabilidade havia ocorrido há dois anos, talvez esse fator também tenha contribuído para os baixos percentuais de estabelecimentos que realizam este procedimento.

Outro fator a considerar é que no período 2003/2004, no Rio Grande do Sul, mesmo com a obtenção do Certificado de Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação, os volumes exportados estavam muito aquém do esperado. Nesse período basicamente um frigorífico no Rio Grande do Sul estava exportando. No entanto, os volumes de exportação eram insuficientes, por exemplo, para motivar os criadores de gado a se enquadrarem nessa regra. Entre os pecuaristas que configuram os perfis mais voltados para a bovinocultura, predominam o grau de desconhecimento e os custos dos procedimentos, como os principais fatores para não realizar a rastreabilidade. Entre os Pecuaristas-Lavoureiros as principais razões para não rastrear o rebanho também figuram os custos do sistema de rastreabilidade, e ainda, a não exigência por parte dos compradores.

Em relação aos indicadores de eficiência agroeconômica relacionados à bovinocultura de corte, ressalta-se que, no geral, a média destes é bastante baixa. Entre os pecuaristas reunidos no perfil dos Pecuaristas Estacionários, a Margem Bruta da Bovinocultura de Corte e a Margem Bruta por área média de pastejo é positiva, porém extremamente baixa. O coeficiente de variação elevado denota uma heterogeneidade significativa em relação a estes indicadores (TAB. 2, Apêndice B). Os indicadores relativos à margem bruta demonstram que o valor apurado, no ano de 2004, com a comercialização do rebanho permitem remunerar basicamente os custos de produção. Logo, não remuneram as despesas de capital, impostos, despesas financeiras, assim como a mão-de-obra familiar.

O dispêndio em insumos por unidade bovina total apresenta a média mais baixa de todos os perfis. Associado com o perfil das pastagens pode-se assumir que estes pecuaristas, majoritariamente desenvolvem a bovinocultura basicamente dependendo dos recursos naturais, e com baixa utilização de insumos. Porém, esses dispêndios aumentam quando eles são analisados a partir das unidades-animal vendidas. Esse comportamento indica um possível descompasso na estrutura do rebanho. As possíveis causas podem ser a alimentação inadequada, a falta de critério no descarte, as condições de mercado ou os objetivos do agricultor. Como conseqüências, os pecuaristas podem estar retendo animais de algumas categorias do rebanho, tais como bois de 3 a 4 anos, que já deveriam ter sido abatidos. Quando comercializados, estes animais tendem a não se enquadrar no “padrão” de qualidade demandado pelas plantas processadoras e, sobretudo pelo consumidor.

Apesar da baixa utilização de insumos, o saldo entre as receitas da comercialização de gado e os dispêndios em insumos averiguada nos estabelecimentos dos Pecuaristas Estacionários ainda é maior que o dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados. A relação custo- benefício (insumos-receita) destes últimos é muito baixa. Tal comportamento tende a refletir o descompasso entre os preços do gado e o preço dos insumos, vigentes no período da pesquisa de campo, do padrão genético baixo do rebanho dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados, ou das estratégias de comercialização. Já, os Pecuaristas Estacionários não incorrem em gastos que façam com que os custos aumentem significativamente, e praticamente produzem com base nos recursos naturais.

A produtividade média da terra da bovinocultura de corte demonstra a baixa capacidade de geração de riqueza associada às áreas destinada a esta atividade (menos de R\$ 100,00/ha), no período considerado (TAB, 2, Apêndice B). No perfil dos Pecuaristas Estacionários, a produtividade da terra é negativa em 47% dos estabelecimentos. O mesmo acontece em 35% dos pecuaristas que conformam o perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados e 33% dos pecuaristas do perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais. No perfil dos Pecuaristas Consolidados, 20% dos pecuaristas apuram produtividade negativa referente à atividade bovinocultora. Como os valores apurados são muito baixos e até mesmo negativos, ainda que os pecuaristas manifestassem disposição de realizar investimentos, eles teriam que empregar recursos obtidos de outras atividades agrícolas, ou recursos de outras fontes de renda, que não da bovinocultura de corte. No entanto, conforme o exposto por Barcellos *et al.* (2004) os pecuaristas que possuem criação de gado integrado com lavouras anuais sentiram menos o impacto da crise, uma vez que o fraco desempenho da bovinocultura foi compensado pela conjuntura favorável às lavouras.

Entre as principais razões para o fraco desempenho da bovinocultura de corte, no ano de 2003/2004, levando em conta os pecuaristas que compõem a amostra, figuram o desajuste nos índices de lotação e na estrutura do rebanho. De modo geral, a estrutura do rebanho “está longe daquela considerada como adequada” (SEBRAE; SENAR; FARSUL, 2005). A estrutura considerada como adequada no referido relatório levou em conta uma taxa de desmame de 80%; mortalidade dos terneiros de 2% e das categorias até dois anos, de 1%; primeiro entoure aos dois anos; metade dos animais abatidos até os 24 meses e metade até os 36 meses. Como resultados do rebanho amostrado, obteve-se uma taxa de desmame nos sistemas que envolvem reprodução (cria, cria e recria, e ciclo completo) de 57,10%, contudo a amplitude de variação é elevada (11,10% e 100%). Como a relação média touro/vaca pode

ser considerada adequada, o baixo desempenho reprodutivo deve ser creditado a outras causas.

O elevado percentual de gado sem raça definida, juntamente com diversidade de cruzamentos, torna muito difícil a padronização, um atributo básico a ser respeitado dentro das normas de qualidade de um produto. A rastreabilidade do rebanho bovino é outro requisito exigido, seja para a exportação, seja para a comercialização com redes de supermercado e varejo mais expressivas. Assim, as dificuldades de atender a estes requisitos dificultam os negócios, principalmente com mercados mais específicos.

Assim, além do descompasso entre os preços dos insumos e do produto, a estrutura, o padrão genético, a sanidade e o manejo do rebanho bovino gaúcho têm sido apontados como uma das causas do baixo desempenho da atividade. Entre os problemas conjunturais há que se destacar o período de estiagem e inverno rigoroso no ano de 2003/04 que comprometeu o desenvolvimento do campo nativo e a implementação das pastagens cultivadas.

5.3 Produtividade, rendimentos e renda

O desempenho agroeconômico de um empreendimento agropecuário é determinado por um conjunto significativo de variáveis, sejam aquelas relacionadas às políticas públicas e à conjuntura macroeconômica, sejam as relacionadas com os fundamentos microeconômicos (o que, como e quanto produzir). Logo, o acesso ao crédito; a tomada de decisão em relação aos sistemas de cultivo e criação; a seleção e aquisição de tecnologia; o processo de aquisição de insumos e venda de produtos e os acessos aos mercados, se constituem em um conjunto de fatores que influenciam na organização desses empreendimentos. Assim, a “leitura” que os indivíduos efetuam de sua situação, bem como as decisões e ações realizadas por estes, permitem inferir que cada estabelecimento possui características específicas.

Esse entendimento é possível de ser averiguado, no contexto da bovinocultura de corte, com base nos estabelecimentos considerados na pesquisa. Levando em conta os resultados das principais variáveis de avaliação de desempenho agroeconômicos, identifica-se uma variabilidade nos indicadores de desempenho do estabelecimento, de um modo geral, bastante expressiva. Assim, essa variabilidade é observada não só no interior de cada perfil de pecuaristas, mas, sobretudo, entre os perfis (TAB. 1 a 6, Apêndice B).

Esta variabilidade pode estar associada a uma característica dos sistemas agrários contemporâneos. De acordo com Silva Neto e Basso (2005, p. 21), “é comum observarmos

sistemas agrários em que alguns tipos de unidades de produção estão num processo de capitalização enquanto outras se debatem, com processos de descapitalização, estando muitas vezes os dois fenômenos relacionados”. Nestas situações, observa-se um processo em que o desenvolvimento de alguns tipos de agricultores é acompanhado pela crise de outros.

Convém lembrar que embora se esteja trabalhando com valores agregados de cada perfil, constata-se uma amplitude significativa entre os valores mínimos e máximos, observados em cada variável. Por essa razão é importante observar o coeficiente de variação, uma vez que este indica o nível de heterogeneidade interna de cada variável, em cada perfil específico. Levando em consideração este critério, verifica-se que na maioria das variáveis consideradas nesse tópico, o coeficiente de variação é mais elevado nos indicadores do perfil dos Pecuaristas Estacionários. Logo, entre os pecuaristas deste perfil, residem situações distintas e uma variabilidade interna maior do que a encontrada nos demais perfis de pecuaristas.

Os indicadores da dimensão anterior (Eficiência Técnico-Produtiva da Bovinocultura), de um modo geral, demonstraram o baixo desempenho da atividade bovinocultora em praticamente todos os perfis de pecuaristas. Considerando os estabelecimentos do perfil dos Pecuaristas Estacionários, a média da maioria destes indicadores é negativa. A diferenciação expressiva nas variáveis que consideram as atividades agrícolas como um todo, verificada nos diferentes perfis, está correlacionada com as outras atividades relacionadas ao estabelecimento, ou fora dele. Os estabelecimentos em que o sistema de produção engloba a bovinocultura de corte e outras atividades, como as lavouras anuais, em média, os indicadores de desempenho agroeconômicos são bastante superiores àqueles que predominantemente desenvolvem atividades pecuárias (TAB. 3, Apêndice B).

Os resultados das variáveis relacionadas à produtividade e rendimento da terra das atividades agrícolas, como um todo, demonstram situações distintas em todos os perfis. Desta maneira, os resultados inerentes à produtividade média da terra demonstram que os perfis configurados por Pecuaristas-Lavoureiros é expressivamente mais elevada. No entanto, se nos perfis dos Pecuaristas Consolidados e dos Pecuaristas-Lavoureiros as demais atividades agrícolas desempenhadas no estabelecimento ajudam a impulsionar a produtividade média, no perfil dos Pecuaristas Estacionários, a priori, elas contribuem para reduzir ainda mais esta produtividade (TAB. 3, Apêndice C).

No perfil dos Pecuaristas Estacionários, por exemplo, verifica-se a presença de lavouras anuais em aproximadamente 30% dos estabelecimentos. Porém, em 72% destes (51 estabelecimentos) o Valor Agregado (saldo obtido do produto Bruto das lavouras, descontado

o consumo intermediário das lavouras) é negativo; ou seja, nestes estabelecimentos as lavouras anuais, muito provavelmente contribuem para acentuar ainda mais as dificuldades financeiras. Logo, isso também reforça a idéia de que o tamanho dos estabelecimentos e as atividades relacionadas às lavouras, não necessariamente implicam em melhores resultados de desempenho agroeconômicos.

De um modo geral os resultados agregados do perfil dos Pecuaristas Estacionários demonstram uma situação instável, desencorajadora e de uma possível situação de descapitalização. O exemplo disso é que somente em 41% dos estabelecimentos observa-se o saldo de receita agrícola líquida positiva. Isso implica em aceitar que mais da metade dos pecuaristas deste perfil não obtém receita capaz de remunerar os custos de produção agropecuários. Desta forma, muito provavelmente os recursos advindos de outras fontes de renda, ou ainda, o patrimônio destes pecuaristas estão subsidiando as atividades agrícolas no período considerado (ano agrícola 2003/2004).

Quando se trata de avaliar a renda agrícola (capacidade de geração de recursos que permite remunerar a mão-de-obra familiar e ainda a possibilidade de realização de investimentos) identifica-se pecuaristas em dificuldades em três dos quatro perfis considerados. Entretanto, a maior concentração de pecuaristas nessa situação é verificada entre os perfis que reúnem pecuaristas em que a bovinocultura se constitui na atividade principal. Entre os pecuaristas que configuram o perfil dos Pecuaristas Estacionários, somente 14% deles obtém renda agrícola² média positiva (R\$ 12.823,04/ano). Apesar de permitir a remuneração mínima da mão-de-obra familiar (R\$ 3.671,50 UTH/ano), a mesma pode ser considerada baixa e não habilita os pecuaristas a realizarem investimentos de qualquer natureza. Quando se considera a Renda Total, 133 pecuaristas (53,41%) dos pecuaristas deste perfil passam a apurar resultados positivos. Isso demonstra que em 72,93% (97 EA) dos estabelecimentos, o ingresso de recursos de outras fontes de renda é de suma importância, e, em larga medida, financia as atividades agropecuárias.

No perfil dos Pecuaristas Consolidados os resultados agregados denotam uma situação de estabilidade (TAB. 3, Apêndice B). Do total de pecuaristas reunidos neste perfil (161 pecuaristas), 65,83% apuram uma renda agrícola média (R\$ 37.254,76/ano) que permite a

² Conforme o exposto nos procedimentos metodológicos, o cálculo relacionado à participação da renda agrícola, considera somente os estabelecimentos que apresentam renda agrícola positiva. Os que apresentam Renda Agrícola negativa foi atribuído o valor “zero”, uma vez que não se justifica uma contribuição negativa. No entanto, na tabela referente às médias dos perfis, apresentado nas figuras e apêndices, eles são rateados entre todos os pecuaristas, e, portanto diferem destes, que consideram somente aqueles pecuaristas que apresentam renda positiva.

remuneração da mão-de-obra (R\$ 13.390,84 UTH/ano), bem como a possibilidade de realização de investimentos. Neste perfil, 69% dos pecuaristas contabilizam ingressos de recursos oriundos de outras fontes de renda, o que permite que 93,7% destes obtenham a remuneração mínima necessária para a sua reprodução social e de sua família. Neste perfil, 27,90% dos pecuaristas são extremamente dependentes de recursos de outras fontes de renda para a manutenção do estabelecimento, uma vez que não apuram saldo positivo de renda derivada das atividades agropecuárias, exclusivamente.

Entre os pecuaristas que configuram o perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados, quando se trata de analisar a renda agrícola, somente um deles não obtém saldo positivo. Contudo, a presença de rendas provindas de outras fontes de renda permite que esses pecuaristas compensem as perdas com as atividades agrícolas. Já a totalidade dos pecuaristas reunidos no perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais o saldo financeiro computado das atividades agrícolas é positivo.

As taxa de lucro agrícola média dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados é de 9,94%, a mais expressiva de todos os perfis. Entre os Pecuaristas Estacionários a taxa de lucro agrícola média é negativa, ou seja, denota a pouca eficiência na utilização de recursos econômicos investidos na atividade agrícola. Cabe salientar que este é o perfil em que mais pecuaristas dependem dos recursos advindos de outras fontes de rendas. O coeficiente de variação desta variável aponta para uma diversidade de situações no interior deste perfil (TAB. 3, Apêndice B).

Notadamente os níveis de lucro agrícola são mais elevados entre os Pecuaristas-Lavoureiros. Também é entre estes que o capital imobilizado por unidade de superfície agrícola total é mais elevado. Isso ocorre devido à natureza das atividades lavoureiras, que demandam mais infra-estrutura, principalmente em máquinas e equipamentos, se comparada com as atividades pecuárias. Este mesmo elemento pode ser responsável pelo nível de endividamento, que apesar de baixo, é mais expressivo do que o endividamento dos pecuaristas reunidos nos perfis onde a pecuária se constitui na atividade agrícola principal. Assim, se por um lado os pecuaristas reunidos no perfil dos Pecuaristas Estacionários apuram taxas de lucro negativas, e os Consolidados, bastante baixas, estes tendem a serem conservadores e buscam não comprometer com dívidas, mais de 1% de seu respectivo patrimônio. Contudo, entre estes pecuaristas, é elevado o percentual de produto bruto com a amortização anual de dívidas, excluindo as parcelas da securitização (8,17%).

Estudos considerando a organização do estabelecimento, dos agricultores e sua família não são recentes. No entanto, agendas de pesquisa enfocando temas como pluriatividade e

rendas não-agrícolas, multifuncionalidade da agricultura e formas sociais de produção passam a ser considerados, no Brasil, a partir da década de 1990. Estes temas surgem nas ciências sociais, dentro do contexto da discussão e formulação de esquemas teórico-metodológicos principalmente para identificar, estudar e formular políticas para a agricultura familiar.

Entretanto, além dos estudos dentro da agricultura familiar, estes temas também têm fomentado toda uma discussão em torno de uma categoria social tida como invisível dentro do setor pecuário, ou seja, a dos pecuaristas familiares. Baseado em arcabouços teórico-metodológicos que amparam os estudos sobre a agricultura familiar, um conjunto de trabalhos técnicos e acadêmicos têm sido elaborados, considerando a categoria dos pecuaristas familiares, entre eles destacam-se: Cotrim (2003), Luizelli (2001), Ribeiro (2003; 2009) Sandrini (2005), Torres e Miguel (2003).

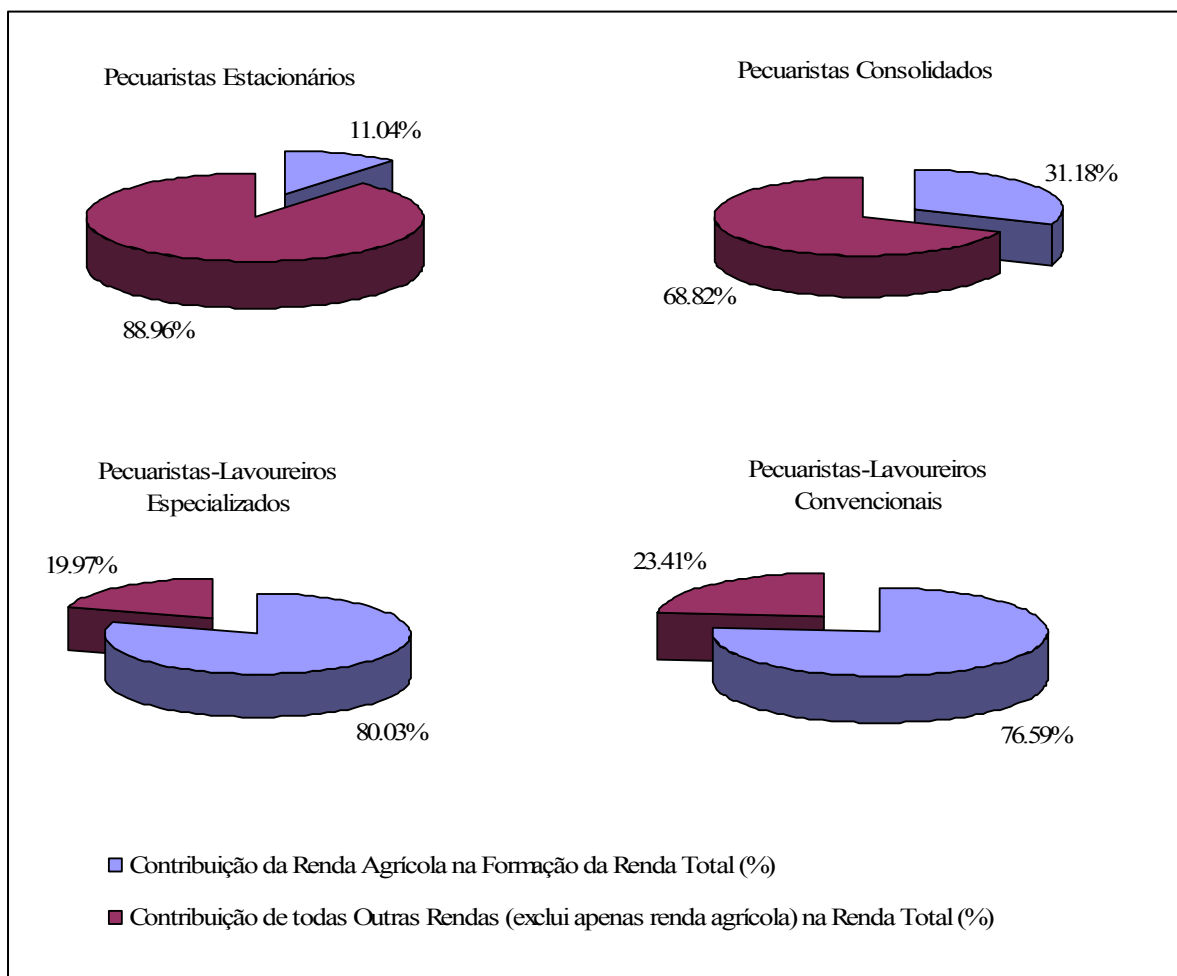


Figura 10 - Contribuição da renda agrícola e outras fontes na composição da renda total
 Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Apesar deste conjunto de teorias e métodos, em larga medida, terem sido propostos e serem amplamente discutidos no âmbito do universo familiar, do ponto de vista empírico e de sua aplicabilidade, eles ultrapassam a escala do “familiar” e também podem ser identificados em estabelecimentos que produzem em escala, ou do tipo empresariais. As rápidas transformações sociais e econômicas que se operam nas sociedades contemporâneas, em maior ou menor grau, incidem sobre o meio rural e seus impactos tendem a recair sobre todas as categorias sociais. As mudanças sentidas se relacionam com a intensidade e a forma que os agricultores reagem e se articulam diante dessas mudanças.

Neste caso, é importante salientar que a presença de recursos advindos de outras fontes de renda é significativa (FIG. 10). Ou seja, os diferentes tipos, valores e cumprindo papéis diferenciados, estes estão presentes em mais três quartos do total dos estabelecimentos pecuários considerados na pesquisa. Tomando cada perfil separadamente, elas se fazem presente em aproximadamente 80% dos estabelecimentos em que a bovinocultura de corte é a atividade principal. Nos estabelecimentos dos Pecuáristas Consolidados, a participação destas rendas representa 68,82% da renda total dos pecuaristas deste perfil. Nos estabelecimentos dos Pecuáristas Estacionários a magnitude desta participação é de 88,96% do total das rendas apuradas. Assim, frente à baixa participação advinda das rendas agrícolas (11% da renda total), os recursos de outras fontes de renda são de suma importância para esses pecuaristas, sendo em alguns casos, insuficientes para equilibrar o déficit advindo das atividades agrícolas.

Já entre os Pecuáristas-Lavoureiros, a participação da renda agrícola na composição da renda total é bastante expressiva, principalmente se comparada com os demais perfis. Embora o percentual da participação de outras rendas na composição da renda total seja menos significativa (FIG. 10), elas estão presentes na composição da renda de 53% dos estabelecimentos dos Pecuáristas-Lavoureiros Especializados e 66% dos Pecuáristas-Lavoureiros Convencionais.

Não se constitui em um objetivo desta pesquisa discutir exaustivamente os tipos de renda que configuram as “Outras Fontes de Rendas”, no entanto, elas permitem identificar algumas tendências em relação às atividades agrícolas e às estratégias dos pecuaristas. De um modo geral, existe uma distribuição muito parecida, principalmente entre a contribuição das aposentadorias e das rendas não-agrícolas. Em relação à primeira, embora esteja presente em todos os perfis, a participação é mais expressiva entre os Pecuáristas Estacionários. Entre estes pecuaristas, a média de idade dos responsáveis pelos estabelecimentos, também é a mais

elevada. Um conjunto significativo de pesquisas, considerando agricultores³ e pecuaristas⁴ familiares, demonstra a importância dos recursos advindos da Previdência Social no meio rural.

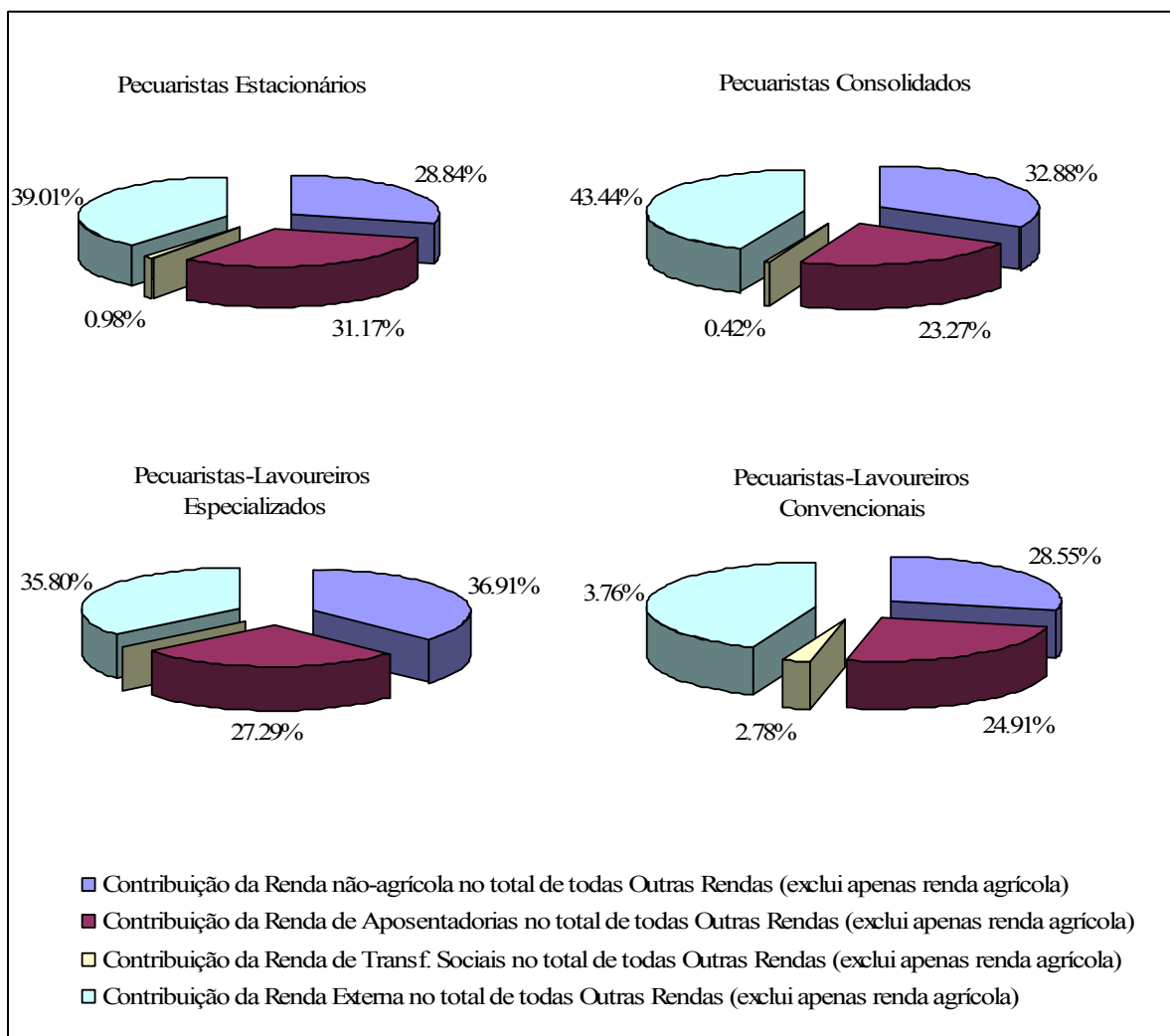


Figura 11 - Composição dos recursos advindos de outras fontes de renda

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Em relação às rendas não-agrícolas, observa-se a participação mais expressiva, acima de 30%, dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados e 29% dos Pecuaristas Consolidados (FIG. 11). Em torno de 50% dos que apuram rendas oriundas de atividades não-agrícolas, em média entre 75% e 80% é derivada do segmento de serviços. Destacadamente, em mais de 50% destes estabelecimentos, algum componente da família é profissional liberal. Quanto a

³ BIOLCHI; SCHNEIDER, 2003; DELGADO, 1999).

⁴ RIBEIRO (2003; 2008); LUIZELLI (2001); COTRIM (2003); TORRES E MIGUEL (2003); SANDRINI (2005).

este tipo de ingresso de rendas não-agrícolas, elas podem denotar duas situações. A primeira, amplamente estudada no âmbito da agricultura familiar, pode estar associada a uma estratégia de incremento de renda do estabelecimento, principalmente em períodos em que a situação econômica se encontra difícil. A segunda situação relaciona-se à disponibilidade de mão-de-obra ou aos objetivos diferenciados dos agricultores, fatores que podem levar integrante(s) da família a buscar trabalho fora do estabelecimento (DEL GROSSI, 1999; SILVA, 1999; SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2005). (REDAÇÃO)

As vezes as atividades agrícolas podem não ser a atividade e nem a fonte de renda principal. Muitos dos agricultores mantêm estabelecimentos rurais e desenvolvem atividades agrícolas em tempo parcial. A qualidade de vida, a tradição e a satisfação pessoal de ser um proprietário rural também fazem com que muitos agricultores se dividam entre uma atividade não-agrícola ou fora do estabelecimento e atividades próprias do estabelecimento. (FIORELLI; DEDIEU; PAILLEUX, 2007). O grau de importância entre uma atividade ou outra, tende a depender do grau de escolaridade e profissionalização do indivíduo.

Neste sentido, é preciso considerar que no contexto das atividades agrícolas, a bovinocultura de corte é uma atividade compatível com outras atividades fora do estabelecimento. Aos moldes extensivos, o calendário da bovinocultura de corte é flexível e demanda menos disponibilidade de mão-de-obra, e permite aos pecuaristas realizar as atividades de acordo com a sua disponibilidade de tempo. No Rio Grande do Sul, essa atividade também está muito associada à tradição e à cultura, isso pode levar a situações em que o estabelecimento está mais relacionado a uma função lúdica e aos estilos de vida. Nestes casos, a eficiência produtiva e os rendimentos da atividade agrícola, podem ser objetivos secundários.

Levando em consideração esses fatores, é possível encontrar na bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul, situação semelhante à encontrada por Fiorelli, Dedieu e Pailleux (2007) na região Central da França. Os autores analisaram 35 criadores de ovinos, que costumavam mesclar atividades agrícolas (criação de cordeiros) e também atividades não-agrícolas. Os autores concluíram que existe uma diversidade de situações, de tipos de rebanho, produtividade e uso de tecnologias. De um modo geral, o nível de expectativa de renda e a disponibilidade de tempo para atuar na criação de ovinos, apesar de importantes, não explicam muito bem a diversidade. Segundo os autores ela é mais bem explicada pelos níveis de motivação dos criadores para produzir com elevado nível técnico, da realização pessoal e a concepção de empresa agrícola familiar.

Ainda em relação à presença de recursos advindos de outras fontes de renda, entre os pecuaristas considerados nesta pesquisa, é notável a contribuição das rendas externas na composição da renda total dos estabelecimentos. Com exceção do perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados, nos demais perfis, a contribuição das rendas externas é a mais significativa entre os recursos advindos de “outras fontes de renda” (FIG. 11).

Na composição das Rendas Externas, predominam as rendas provenientes da disponibilidade de áreas para terceiros (principalmente na forma de arrendamentos). Entre os 44% dos pecuaristas do total da amostra que obtêm recursos provindos das rendas externas, no perfil dos Pecuaristas Estacionários, 65% deles disponibilizam áreas *para* terceiros. No perfil dos Pecuaristas Consolidados, 53% dos pecuaristas manifestam a presença de rendas externas; destes, 78% efetuam a disponibilização de áreas para terceiros. Entre os Pecuaristas-Lavoureiros Especializados, 50% dos EA registram a presença de rendas externas; entre os Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais esse percentual é de 47%. Dos primeiros, em torno de 66% disponibilizam áreas para terceiros e entre o Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais esse percentual é de 77,63%.

Conforme o exposto na dimensão “Estrutura Fundiária e Uso da Terra”, a terra acaba por cumprir múltiplas funções. Contudo, as mudanças econômicas ocorridas a partir dos anos 1990, reforçaram o papel da terra enquanto um recurso produtivo. Essas mudanças, de certa forma, têm “induzido” os produtores a buscar alternativas de remuneração desse fator através da sua utilização produtiva. O momento favorável das atividades agrícolas, após 2000, também contribuiu para aumentar a pressão sobre a utilização da terra para esses fins. De acordo com Sayad (1982), é de se esperar que um proprietário de terras que a use como um meio de diversificação de ativos não consiga usá-la de forma direta e eficientemente. Rezende (2003, p. 244) expõe que considerando a natureza da atividade agrícola [...] “é de se esperar que o detentor de terras precipuamente para fins de diversificação de ativos não consiga usá-la diretamente. Assim, a menos que a terra seja arrendada, sua retenção para fins precípuos de investimentos implicam em sua subutilização produtiva”

É importante salientar que no período da realização da pesquisa de campo, as condições de mercado eram favoráveis às atividades lavoureiras e desfavoráveis à bovinocultura, que vivia um ciclo de crise. No Rio Grande do Sul, esta conjuntura, de certa forma, não só valorizou as terras com aptidão às lavouras, como desencadeou uma demanda crescente de áreas para arrendamentos. De um lado, lavoureiros, “ávidos” por áreas de terras para explorar e aproveitar o bom momento da lavoura, de outro, os pecuaristas “acuados” por uma crise aguda na bovinocultura de corte.

Essa conjuntura de certa maneira pode ser uma das razões que fomentou a prática das parcerias, mas principalmente dos “arrendamentos” para terceiros. Assim, a fase difícil que atravessava a bovinocultura de corte, mesclada com aspectos estruturais internos aos estabelecimentos como a mão-de-obra escassa, idade avançada dos pecuaristas, presença de rendas advindas de atividades não-agrícolas e transferências sociais, são fatores que criaram um ambiente favorável para essa prática.

Neste contexto, se entre os pecuaristas que configuram os perfis em que a bovinocultura é a atividade principal, os recursos advindos de outras fontes de renda cumprem um papel determinante na composição da renda e reprodução social destes pecuaristas. Entre os Pecuaristas-Lavoureiros elas também são importantes, uma vez que ajudam a dinamizar o setor produtivo dos estabelecimentos.

6 INSERÇÃO SOCIAL, CARACTERÍSTICAS E PERCEPÇÕES DOS PECUARISTAS GAÚCHOS

Com o reconhecimento de que o rural se constitui em um espaço diferenciado e complexo, ampliaram-se também os focos de análise, uma vez que enfoques tradicionais se mostravam insuficientes para compreender essa diversidade. Assim, nos últimos anos, tem se intensificado os estudos considerando os aspectos sociais e comportamentais dos agricultores, de um modo geral.

Desta forma, neste capítulo tratam-se especificamente destes aspectos e está organizado em torno de três dimensões de análise. Na primeira, procura-se analisar algumas questões referentes às características dos pecuaristas. Na segunda dimensão (Inserção social, acesso à informação e gestão) busca-se apreender as relações que o agricultor estabelece com o meio social onde vive, as formas de informação e os principais mecanismos e ferramentas de gestão. A terceira dimensão está relacionada com as motivações e percepções dos pecuaristas, principalmente sobre questões relacionadas à bovinocultura de corte.

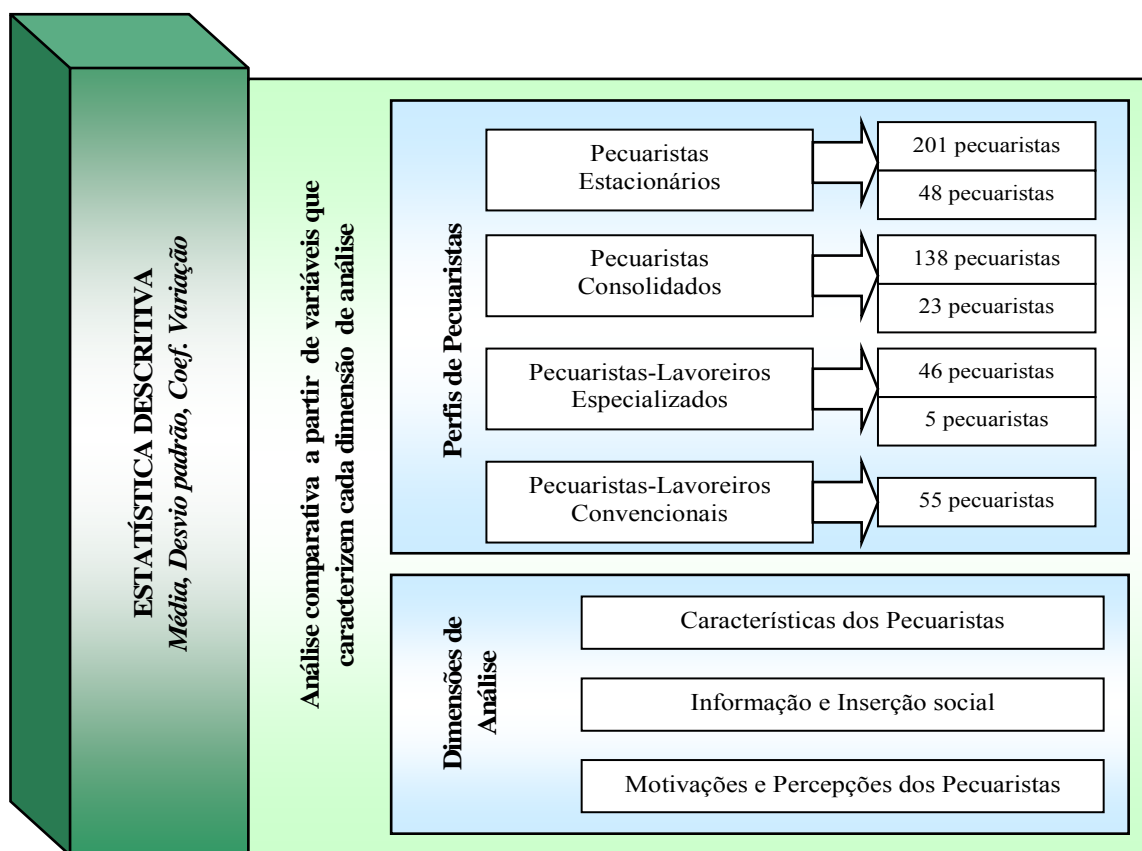


Figura 12 – Sistematização do sexto capítulo

Fonte: Elaboração da autora.

Convém ressaltar que a partir da interação das dimensões de análise desse capítulo, juntamente com as dimensões técnico-produtivas analisadas anteriormente (CAP. 5) pode-se obter uma análise mais aprofundada dos perfis de pecuaristas e organização de estabelecimentos envolvidos, no Rio Grande do Sul, com a bovinocultura de corte.

6.1 Características dos pecuaristas

A aceitação de que outros fatores, além do lucro, influenciam na organização dos estabelecimentos trouxe à tona a discussão em torno da importância de conhecer as características pessoais dos agricultores. Conforme expõe Dent, Edwards-Jones e McGregor (1995) as pessoas são o principal componente de um sistema agrícola. Entendido dessa forma, o manejo, as práticas e os investimentos tendem a serem reflexos de uma “análise” que o agricultor realiza, considerando as possibilidades e restrições pelos recursos disponíveis e de seus objetivos.

Entre os pecuaristas considerados nesta pesquisa, a idade média do chefe e/ou responsável pelo estabelecimento é de 56,4 anos. Já o número médio de pessoas da família de é 2,74 pessoas por estabelecimento. De um modo geral, os pecuaristas que configuram os perfis em que a atividade produtiva principal é a bovinocultura de corte apresentam média de idade do chefe e/ou responsável, assim como número de residentes, superiores ao verificado entre os Pecuaristas-Lavoureiros. Comportamento semelhante é verificado em relação ao número de componentes da família que se dedicam ao trabalho no estabelecimento.

A relação número de residentes/número de pessoas que trabalham no estabelecimento é muito semelhante entre Pecuaristas-Lavoureiros Especializados. Esta relação denota que basicamente trabalham no estabelecimento o casal ou o proprietário e o filho, uma vez que as mulheres podem estar envolvidas em atividades não-agrícolas, por exemplo. O baixo número de residentes também pode ser um reflexo da natureza extensiva da atividade bovinocultora que, muitas vezes, não demanda a presença diária dos pecuaristas no estabelecimento.

Uma situação recorrente entre os entrevistados é que a base da família, em larga medida, reside na cidade ou povoamento mais próximo. Esta situação é forjada, via de regra, pelo distanciamento e dificuldades de acesso que interligam o estabelecimento ao centro urbano. Também é recorrente uma situação em que a família ou o próprio pecuarista se divide entre o estabelecimento agrícola e uma residência urbana, principalmente aqueles em

que os filhos(as) estudam, ou ainda, que algum componente da família desempenhe outras atividades.

Além do mais, a organização da família atual pode conter “resquícios” da organização do período das estâncias; pois, nesta época, era um procedimento natural os estancieiros, por serem a classe social mais capitalizada, enviarem os filhos à cidade para estudar. De acordo com Fontoura (2000), Reverbel (1984), no período das estâncias, os filhos “mais inteligentes” eram enviados para os centros maiores para se tornarem “doutores”. Já os menos “capacitados” ficavam para cuidar do gerenciamento e dar continuidade às atividades na estância. Esta racionalidade, de certa forma, comprometia a produtividade e a capacidade de inovação tecnológica.

Neste modelo de organização, ao voltarem para a terra natal, os filhos formados, exerciam a atividade de profissional liberal (médicos, advogados, veterinários, agrônomos), sem, contudo, romper os laços com a fazenda e/ou com a atividade pecuária. Porém, estes profissionais “liberais-pecuaristas”, não raro, faziam da pecuária uma atividade secundária. Nesta relação, era natural a transferência de recursos destas atividades para o campo. Porém, estes recursos eram utilizados para a aquisição de mais áreas de campo ou gado e, dificilmente, para inovação tecnológica, como melhoramento do rebanho ou de pastagens, por exemplo (FONTOURA, 2000; REVERBEL, 1984).

Essa lógica de organização da família, ainda que secular, pode ajudar a explicar a estrutura da família atual, como a presença pouco significativa de mão-de-obra exclusivamente familiar. Entre os pecuaristas considerados na pesquisa, apenas em 14% do total dos estabelecimentos é observada a presença de mão-de-obra exclusivamente familiar. Destes, em torno de 87% estão alocados no perfil dos Pecuáristas Estacionários. Entre os estabelecimentos que dependem exclusivamente da mão-de-obra contratada, em torno de 76% deles observa-se o ingresso de rendas procedentes de atividades não-agrícolas, aposentadorias e rendas externas. Essa combinação de mão-de-obra contratada e recursos provenientes de outras fontes de renda indica que os objetivos dos pecuaristas, muitas vezes, não estão exclusivamente voltados para a bovinocultura. Além do mais, a bovinocultura pode estar em uma condição marginal, sobretudo no que se refere à composição da renda.

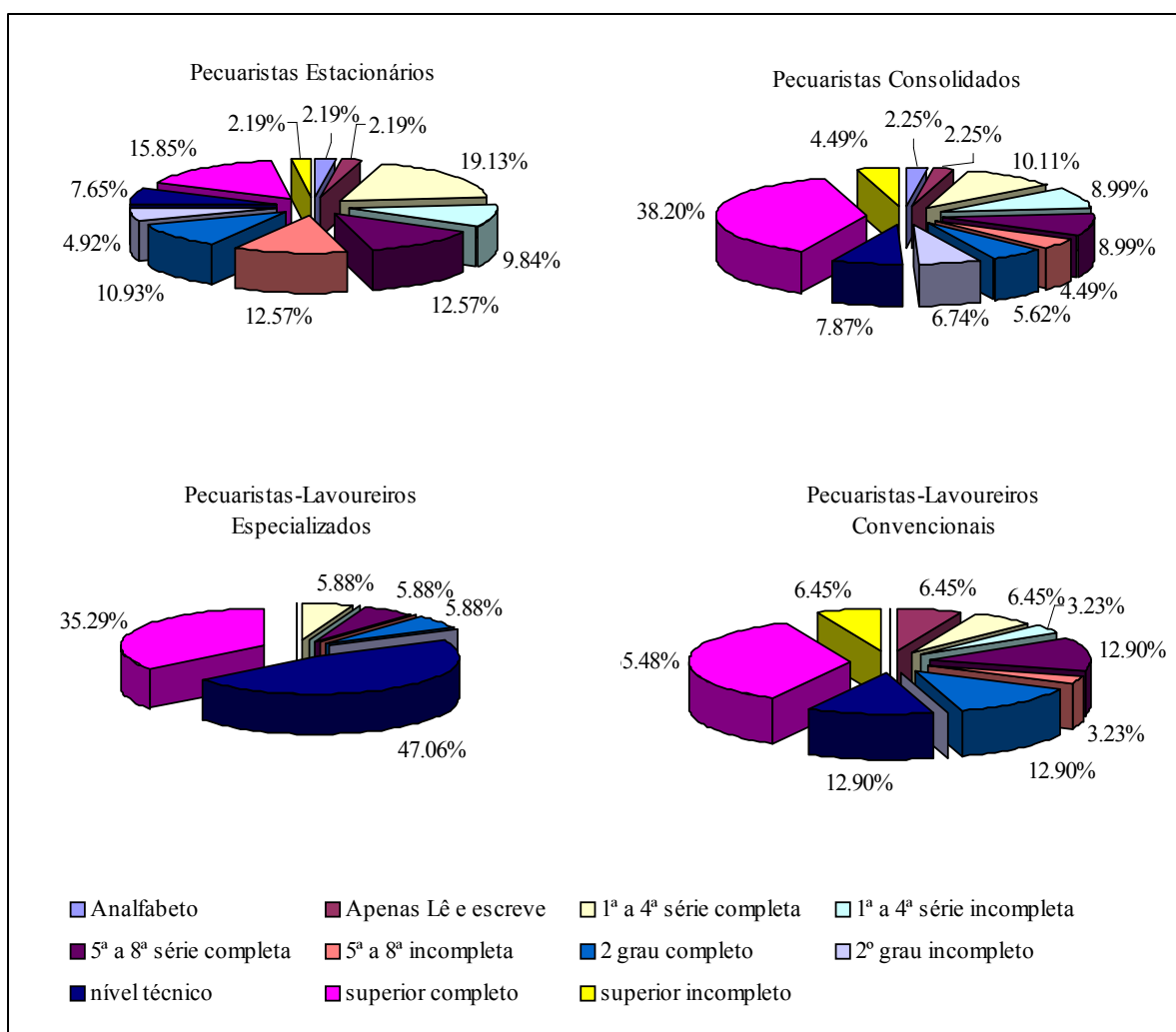


Figura 13– Nível de Escolaridade do chefe ou responsável pelo estabelecimento

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Em relação à escolaridade, a média geral de anos de frequência na escola pelos pecuaristas pode ser considerada alta. Considerando cada perfil individualmente, dentre os pecuaristas que configuram o perfil dos Pecuaristas Estacionários e Consolidados, os anos de frequência na escola são menores. O percentual de analfabetos e de pecuaristas ou responsáveis pelo estabelecimento, que somente lêem e escrevem são bastante baixos, tendo mais ocorrência nos perfis em que a bovinocultura de corte é a atividade principal. De um modo geral, entre os Pecuaristas-Lavoureiros o grau de escolaridade é maior e observa-se um percentual significativo destes que possuem nível superior e curso técnico. Logo, nestes dois perfis constata-se um maior percentual de pecuaristas que possuem nível de escolaridade mais elevada.

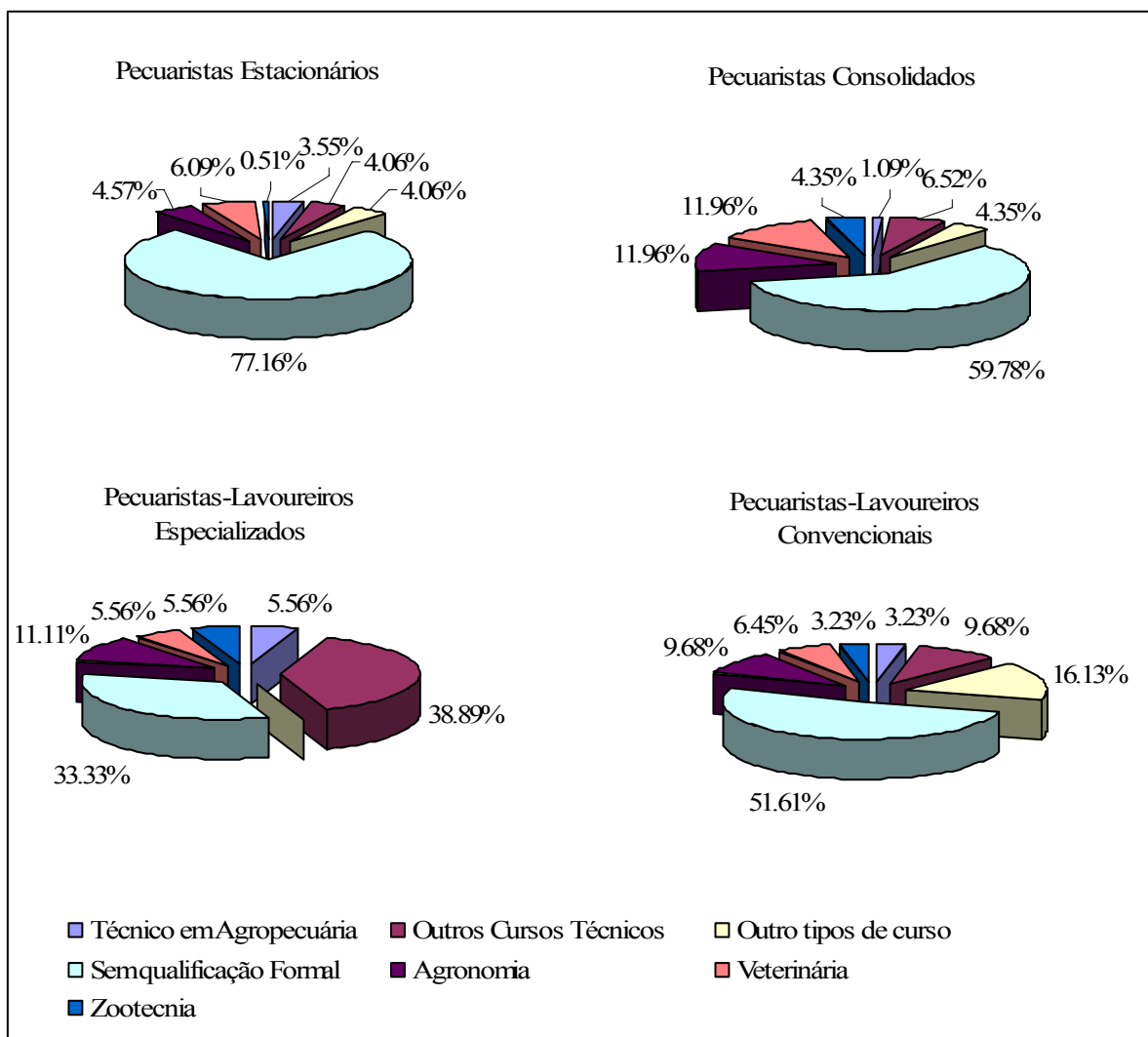


Figura 14 – Nível de Escolaridade dos pecuaristas, de acordo com a formação vinculada à agropecuária

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Ainda em relação à escolaridade, é importante salientar que quando se considera os filhos(as) dos proprietários como os responsáveis pelo estabelecimento, o nível de escolaridade, em todos os perfis, é mais elevada. Também é mais expressivo o percentual daqueles que possuem educação formal vinculada à agropecuária. Outra constatação é que diminui significativamente a disparidade relacionada ao nível de escolaridade entre os perfis. Tal comportamento, em larga medida, denota uma preocupação maior dos pecuaristas em relação aos sucessores e herdeiros, no que se refere a educação formal e vinculada à agropecuária.

Os dados de escolaridade do chefe do estabelecimento, de forma isolada podem não ser significativos; contudo, eles podem condicionar o acesso e a interpretação de informação, a inserção do pecuarista na comunidade e as oportunidades de mercado. Enfim, é possível vincular o nível de escolaridade às oportunidades e restrições que os pecuaristas enfrentam,

bem como, a forma como eles traduzem estas informações, quando se trata de realizar as atividades referentes à produção e à gestão.

Porém, para uma compreensão mais aprofundada da organização dos estabelecimentos, sobretudo em relação ao médio e longo prazo, também se faz necessário compreender as expectativas dos pecuaristas, no que se refere à continuidade do estabelecimento. Conforme o exposto anteriormente, a terra cumpre muitas funções e ultrapassa a esfera da produção, reserva de valor ou especulação. Maurel (1998) expõe que o fator “terra”, no contexto do rural, possui muitos significados, que vão além das relações mercantis. Assim, as formas de acesso e as relações sociais envolvidas, também são aspectos que indicam tendências ao longo do tempo. O simbolismo, ou a identidade do agricultor com a terra, também é um fator relevante para compreender a lógica dos agricultores.

Conforme argumenta Wolf (1976, p.28), “a propriedade é tanto uma unidade econômica como um lar”. Embora a terra seja um bem tratado sob a ótica do valor monetário, valores fundados na identidade e apego à terra, tentam, de alguma forma, persistir. O esforço empreendido para deixar esse “patrimônio econômico e moral para os filhos visa preservar, de alguma forma a continuidade do estabelecimento. Assim o valor moral e econômico da terra também são valores presentes, quando se trata de analisar a agricultura.

Seja pelos fatores produtivos ou devido ao apego à terra, o desejo dos pecuaristas, de um modo geral é permanecer no estabelecimento rural. Assim, mais de 85% dos pecuaristas considerados na pesquisa manifestam o desejo de permanecer atuando na pecuária/agricultura. Também é elevado o percentual de pecuaristas que manifestam o desejo de que seus filhos sigam a profissão de pecuarista/agricultores.

Considerando que é uma característica das pessoas que possuem relação estreita com a terra, e ainda, reforçada pelos fortes laços de tradição que envolvem a atividade da pecuária de corte, é natural que os pais desejem que seus filhos(as) dêem continuidade ao estabelecimento agrícola. Contudo, é importante salientar que este percentual é ligeiramente superior entre os pecuaristas que configuram os perfis dos Pecuaristas-Lavoureiros. Muito provavelmente essa diferenciação é subsidiada pela condição econômico-financeira dos pecuaristas que compõem estes dois perfis, uma vez que o grau de capitalização e a mecanização que envolve estes dois sistemas tendem a se diferenciar dos demais. Além disso, a capitalização e a mecanização podem ainda ser relacionadas a um “status” social dentro da comunidade (TAB. 15).

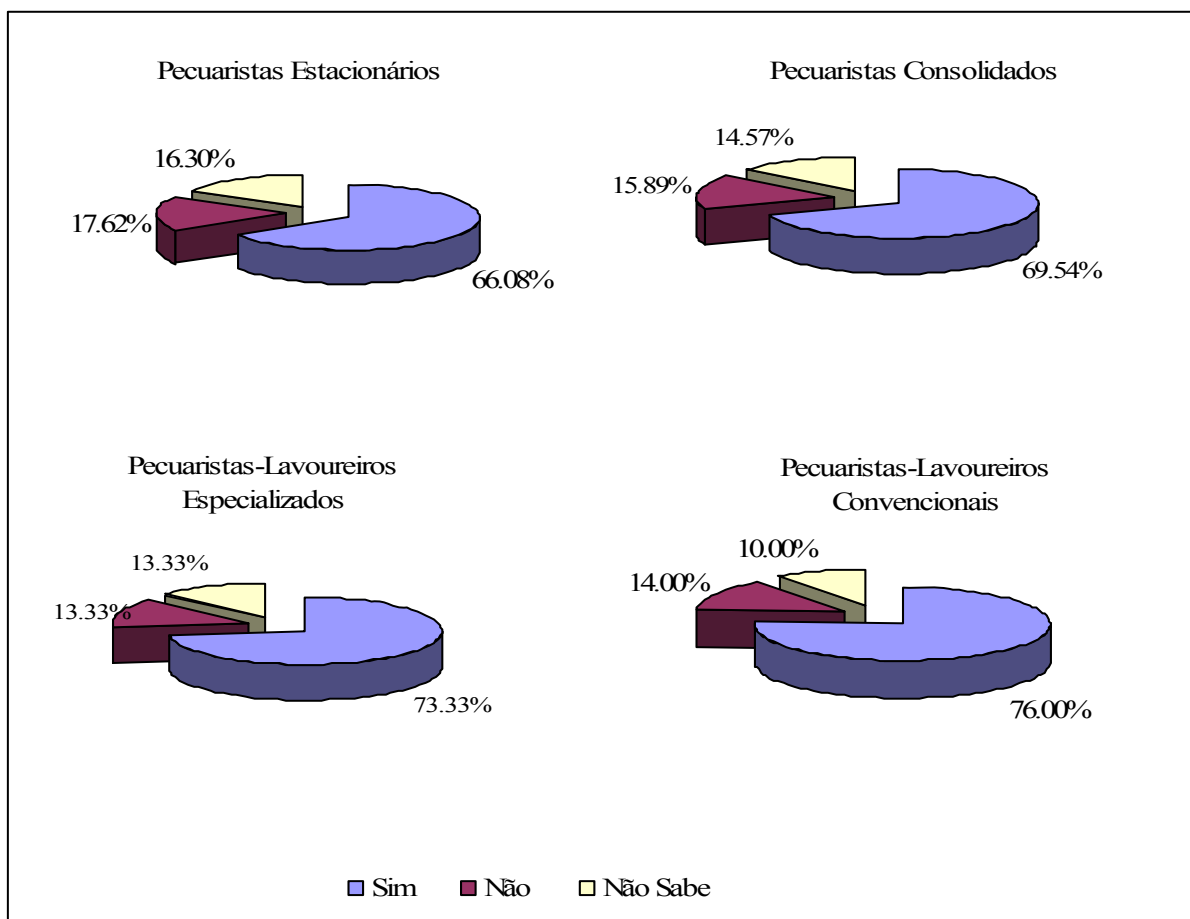


Figura 15 - Perspectivas dos pecuaristas, no que se refere à identificação dos sucessores
 Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

A conformação dos perfis, quanto às questões relacionadas à sucessão, em larga medida, se enquadram na análise de Gidakou *et al.* (2004). Em um estudo com agricultores na Grécia, o autor identificou que, além do tamanho do estabelecimento, outros fatores como a localização e os sistemas de produção têm um papel fundamental na permanência dos filhos no estabelecimento agrícola. Os agricultores localizados em áreas menos favorecidas (montanhosas e de difícil mecanização), com sistemas de criação extensivos ou pouco produtivos e rentáveis, tendem a apresentar menos condições para a sucessão, quando comparados com agricultores localizados em áreas mais planas, aráveis e mecanizáveis ou que residem em áreas próximas aos perímetros urbanos.

Os trabalhos de Gasson *et al.* (1988); Gasson e Errington (1993) sobre a realidade agrícola envolvendo agricultores ingleses, também demonstram que a identificação e a presença de um sucessor dependem das oportunidades ou restrições com que os agricultores trabalham: os que trabalham com uma condição econômica mais favorável apresentam maiores possibilidades, ou seja, nos estabelecimentos com maior área e mais eficientes economicamente é possível identificar um sucessor mais facilmente, se comparados aos estabelecimentos menores.

Em um estudo recente sobre a perspectiva de permanência e sucessão em estabelecimentos rurais na Região Central do Rio Grande do Sul, Spanevello (2008) analisou 43 agricultores familiares e identificou que cerca de 40% deles não têm perspectivas de possíveis sucessores. De acordo com a autora, a sucessão profissional depende, em larga medida, das condições produtivas e econômicas do estabelecimento. Assim, agricultores com melhores condições são os que têm as maiores chances de ter assegurada a sucessão. O percentual de estabelecimentos sem sucessores identificados por Spanevello (2008) se assemelha ao identificados no perfil dos Pecuáristas Estacionários, por exemplo, onde 34% deles não identificam ou não têm certeza se terão sucessores.

6.2 Inserção Social, acesso à informação e gestão

Outro elemento a considerar quando se trata de analisar os arranjos que o agricultor realiza para organizar o funcionamento do estabelecimento, é a forma como ele se insere na comunidade local e regional. Esta relação permite identificar os vínculos, os locais de troca de informação e os atores sociais com quem os pecuaristas se relacionam. Normalmente estes ambientes tendem a ser o “locus” onde ocorrem as reuniões e possíveis espaços de difusão de informações, seja entre os próprios pecuaristas, seja entre pecuaristas e equipes técnicas. Estes espaços, ainda que informais, possibilitam a troca de experiências. Cezar (1999) identificou que existem fortes laços de confiança entre os pecuaristas. É essa relação de confiança que faz com que as trocas de informações e de experiências sejam socializadas entre os próprios pecuaristas. A importância atribuída à confiança existente entre pecuaristas sobressaiu-se às possíveis relações de confiança dos pecuaristas com as instituições formais vinculadas à agropecuária, como a EMBRAPA, por exemplo.

Levando em consideração a média de todos os estabelecimentos considerados na pesquisa pode-se inferir que os pecuaristas estão vinculados de forma mais expressiva nas Associações Locais de Produtores/Criadores (41,9%), assim como às Cooperativas (49,4%). Quanto às entidades de classe, estes estão majoritariamente vinculados ao Sindicato Patronal (65,9%). Com relação à participação em associações vinculadas à Igreja, associações de mulheres, grupos de produtores para compra e venda, a participação pode ser considerada baixa. Quanto às atividades de esporte e lazer, a participação em associações desta natureza está em torno de 41%.

Tabela 5 - Inserção e participação social dos pecuaristas

Especificação	Unid.	Pecuaristas Estacionários	Pecuaristas Consolidados	Pecuaristas-Lavoureiros Especializados	Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais
		Sim	Sim	Sim	Sim
Associação regional ou nacional de produtores	%	14,46	29,19	23,53	27,27
Associação Local de produtores	%	35,74	44,10	52,94	49,09
Cooperativa	%	42,57	56,52	52,94	58,18
Grupo de produtores para compra e venda	%	10,44	8,07	19,61	20,00
CITEs	%	16,06	12,42	15,69	20,00
Sindicato Patronal	%	56,63	80,12	70,59	67,27
Sindicato de trabalhadores	%	20,88	11,18	13,73	5,45
Associação de mulheres, clube de mães	%	12,85	11,80	5,88	7,27
Associação vinculada a Igreja	%	23,53	22,98	21,57	25,45
Clube de futebol, bocha, lazer	%	42,57	42,86	37,25	40,00
Partido político	%	26,10	21,74	25,49	20,00

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Considerando cada perfil de pecuaristas, de forma individual, existem algumas especificidades que merecem ser destacadas. Os pecuaristas que configuram o perfil dos Pecuaristas Estacionários, em linhas gerais, são os que apresentam uma menor vinculação às associações. Este é o perfil em que mais se verifica pecuaristas vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores. Os demais perfis manifestam percentuais mais elevados e de certa forma, equilibrados, no que se refere à inserção social dos pecuaristas na comunidade local e regional.

Em relação aos canais de informação, em média, a televisão é relacionada pelos pecuaristas como o mais significativo. Tomando como ponto de partida cada perfil de pecuaristas separadamente é importante destacar duas situações diferenciadas. A primeira relaciona-se aos pecuaristas que compõem o perfil dos Pecuaristas Estacionários. Este perfil reúne um número significativo de pecuaristas que relacionam a televisão, como o principal canal de informação; seguido dos dias de campo, palestras, cursos e o rádio. A segunda situação relaciona-se aos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados. Estes pecuaristas afirmam que o principal meio de informação são os jornais e revistas; seguido da televisão, dias de campo, palestras e cursos. Por mais que a utilização da internet seja pouco expressiva, ela é referenciada por alguns Pecuaristas-Lavoureiros Especializados, como meio de informação. Apesar das situações diferenciadas, a distribuição dos pecuaristas em relação aos canais de

informação, denota a pouca utilização de canais vinculados às possibilidades de obtenção de informações relacionados às atividades produtivas, mais especificamente.

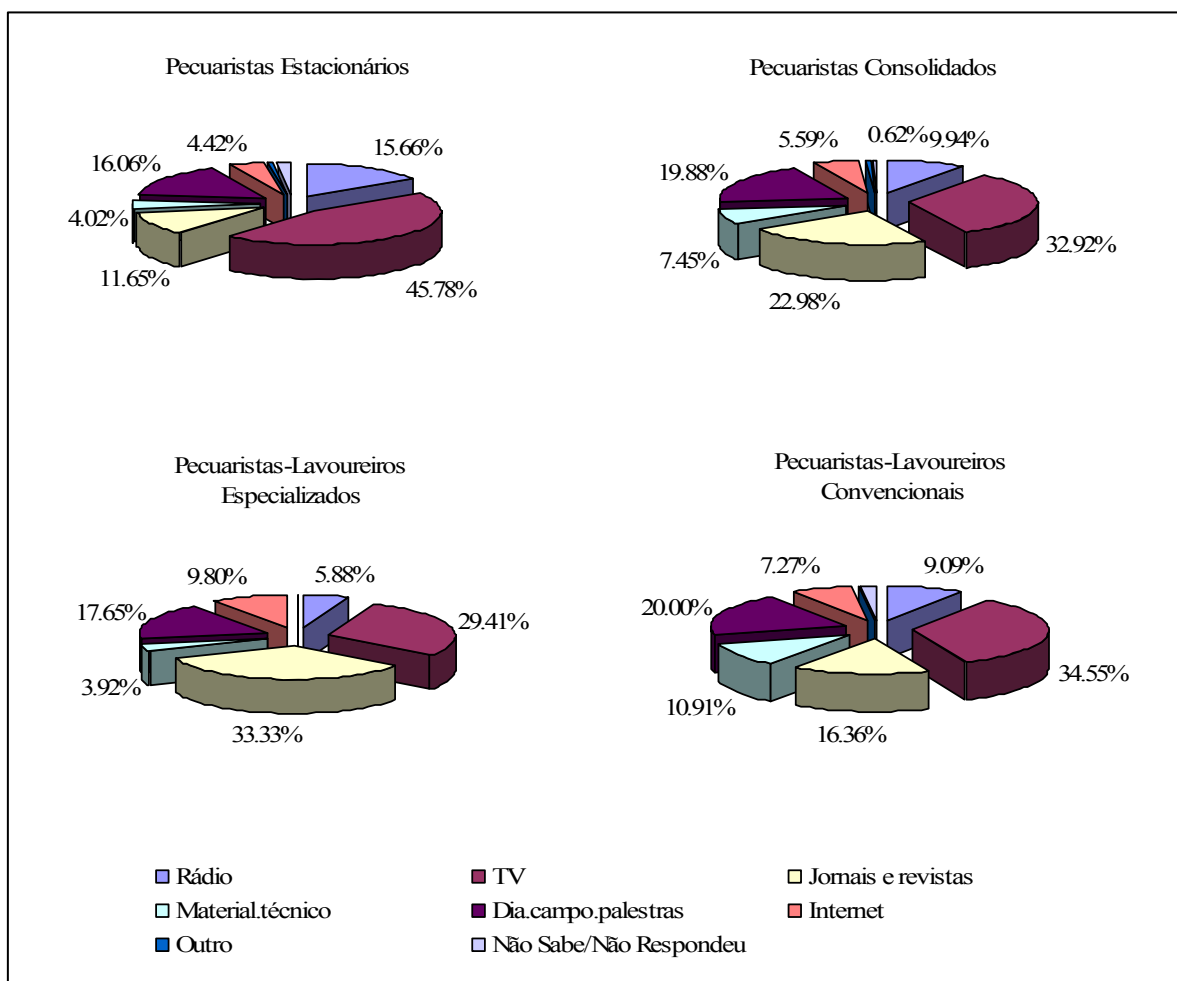


Figura 16 – Principais canais de informação utilizados pelos pecuaristas
 Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE, SENAR e FARSUL (2005).

Ondersteijn, Giesen e Huirne (2003, 2006) expõem que a informação é um aspecto significativo e pode ser considerado um indicador das práticas e procedimentos adotados pelos pecuaristas. Mesmo que de forma isolada, ela não seja capaz de explicar as diferentes performances técnicas e econômicas, ela tende a influenciar diretamente nas decisões e ações dos agricultores. Em um estudo que busca identificar a relação entre as características dos agricultores e as escolhas estratégicas realizadas por estes, Ondersteijn, Giesen e Huirne (2003) concluíram que as características dos agricultores, principalmente o nível educacional, possui influência significativa sobre as escolhas estratégicas. Salientam ainda que a educação, à medida que possibilita um melhor interpretação das informações, é um aspecto importante para a realização de mudanças e adaptações no estabelecimento; sobretudo, em períodos de mudanças rápidas no cenário político-institucional.

Quando se trata de analisar as questões relacionadas à gestão é importante salientar a utilização de algum tipo de controle realizado. Com exceção do perfil dos Pecuaristas Estacionários (47%), mais de 70% dos pecuaristas dos demais perfis possuem algum tipo de registro contábil. O mesmo comportamento é observado em relação a possíveis repasses desses controles a um responsável pela contabilidade.

Tabela 6 - Realização de controle contábil e gestão

Especificação	Unid.	Pecuaristas Estacionários	Pecuaristas Consolidados	Pecuaristas-Lavoureiros Especializados	Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais
		Sim	Sim	Sim	Sim
Realização de controle contábil	%	46,99%	73,91%	94,12%	83,64%
Repasso do Controle ao contador	%	56,52%	73,11%	87,50%	78,26%
Gestão informatizada do EA	%	17,27%	31,25%	37,25%	41,82

Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE, SENAR e FARSUL (2005).

Entre os pecuaristas reunidos no Perfil dos Pecuaristas Estacionários, em torno da metade deles realizam algum tipo de controle ou registro relacionado ao estabelecimento agrícola. Destes pecuaristas, em torno de 56% os repassam ao escritório contábil. Já entre os pecuaristas que compõem demais perfis, mais de 70% realizam este procedimento, com um percentual semelhante de repasse ao contabilista. Muito provavelmente este comportamento está associado ao desempenho técnico-econômico dos estabelecimentos que compõem os diferentes perfis.

O uso de recursos informatizados, para a gestão do estabelecimento ainda são muito pouco utilizados, sobretudo entre os pecuaristas denominados Estacionários. O tipo de utilização ocorre basicamente para o controle contábil. Aproximadamente 8% do total de pecuaristas utilizam a informatização para gestão de processos e registros de animais, por exemplo.

Em relação aos processos de gestão e tomada de decisão, pode-se concluir que os pecuaristas criadores de bovinos, de um modo geral, apresentam um comportamento administrativo bastante centralizador. Neste sentido, constata-se que as decisões são atribuições do chefe ou responsável pelo estabelecimento, estes majoritariamente do sexo masculino. Considerando cada perfil isoladamente, esta situação é mais expressiva entre os pecuaristas que configuram o perfil dos Pecuaristas Estacionários e Pecuaristas Especializados. Muito provavelmente, esta configuração está associada com o tamanho da família e a natureza da atividade. Estes resultados se assemelham aos identificados por Cezar (1999), em um estudo considerando a percepção dos pecuaristas sobre o papel da

EMBRAPA na geração de conhecimento e transferências de tecnologias, no Mato Grosso do Sul. O autor identificou que 89,4% das decisões são realizadas por indivíduos do sexo masculino. Entre os Pecuaristas-Lavoureiros, pode-se dizer que a responsabilidade das decisões são mais pulverizadas.

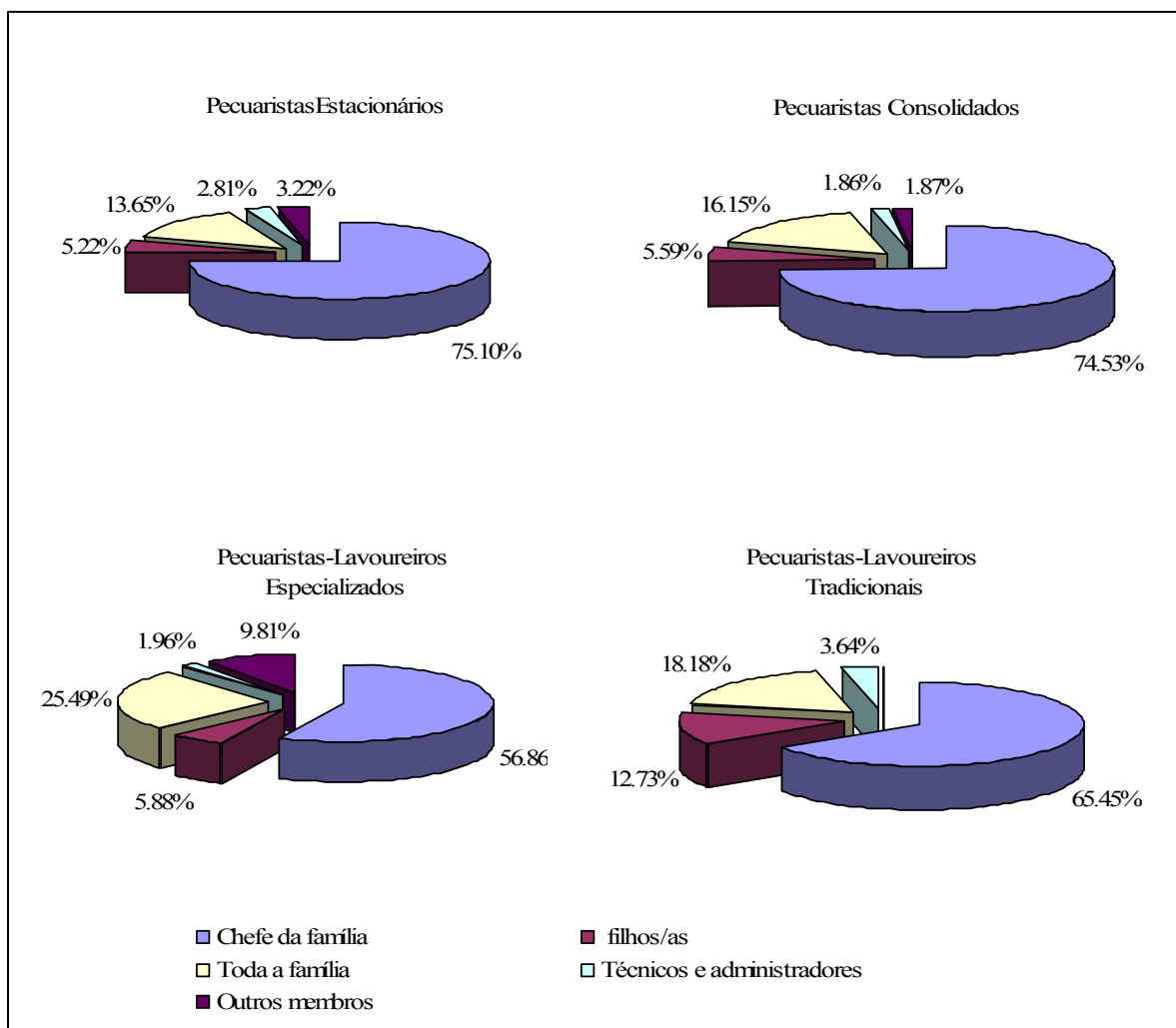


Figura 17 – Responsável pelas decisões produtivas

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

De acordo com Ondersteijn, Giesen e Huirne (2003) as decisões realizadas, bem como as possíveis formas de organização dos estabelecimentos, não podem ser entendidas somente a partir dos aspectos técnico-produtivo ou de uma característica específica do agricultor. Expõem os autores que frente ao dinamismo do ambiente econômico e político-institucional, aspectos relacionados às características dos agricultores (escolaridade, o acesso e a leitura adequada das informações, as formas de gestão, a perspectiva de sucessão) tendem a serem elementos capazes de gerar diferenciações, pois influenciam nas estratégias dos agricultores. Desta forma, estes aspectos contribuem para configurar diferentes estilos de pecuaristas e formas de organização de estabelecimentos. A baixa participação de técnicos administrativos como tomadores de decisão pode estar associado à questão de que a

contratação de pessoas especializadas está associada à visão dos pecuaristas, que vêem a questão administrativa como um custo e não como um investimento. Ou seja, a questão gerencial, não raro, é vista como uma questão secundária em nível de estabelecimento.

6.3 Motivações e Percepções dos Pecuaristas

Conforme o exposto anteriormente, as investigações considerando os objetivos e as motivações dos agricultores não é uma situação recente. De acordo com Billaud (1998, p. 175) “ao se conhecer a percepção dos agricultores sobre sua ocupação, ou sobre determinadas decisões que ele realiza, é possível fazer dela um indício mais geral do sistema de valores que organiza as condutas individuais”.

De acordo com Gasson (1973), diferentes razões que justificam a atuação e a permanência dos agricultores ingleses no meio rural. Essas motivações podem variar desde aquelas relacionadas à maximização dos lucros até aquelas relacionadas à satisfação e à tradição.

Esta mesma diferenciação, em relação às motivações, também foi identificada entre os pecuaristas gaúchos considerados na pesquisa. De um modo geral, em todos os perfis é expressivo o percentual de pecuaristas que manifestam atuar na bovinocultura de corte por tradição ou satisfação pessoal. Estas motivações, em parte, tendem a ser decorrentes das características da bovinocultura de corte: uma atividade secular, vinculada a formação à histórica do Estado. Além do mais, os processos de fracionamento e herança também podem ser um dos fatores que contribui para esse comportamento, uma vez que é expressiva a presença de pecuaristas *part-time*, que atuam na bovinocultura de corte e em outras atividades paralelas. A presença de outras atividades e/ou outras fontes de renda tendem a contribuir para a reprodução social do pecuarista e da família; podendo ser um fator que ajude a explicar o fato destes elencarem a tradição e a satisfação pessoal, como as motivações mais significativas para atuarem na bovinocultura de corte.

Estas considerações ficam mais evidentes entre os perfis onde a bovinocultura de corte se constitui na principal atividade produtiva. Mais de 50% dos pecuaristas que conformam o grupo dos Pecuaristas Estacionários, apontam a tradição e a satisfação pessoal como as principais motivações para atuarem no setor da bovinocultura. Talvez este também seja um dos fatores que contribuem para explicar a baixa eficiência técnico-produtiva e econômica, averiguada neste tipo de pecuaristas. Ainda que em menor proporção, o mesmo comportamento é observado em relação aos pecuaristas reunidos no perfil dos Pecuaristas

Consolidados, uma vez que aproximadamente 52% revelam também motivações ligadas à tradição e satisfação pessoal, embora apontem a segurança proporcionada pela atividade bovinocultora como uma motivação importante (FIG.18).

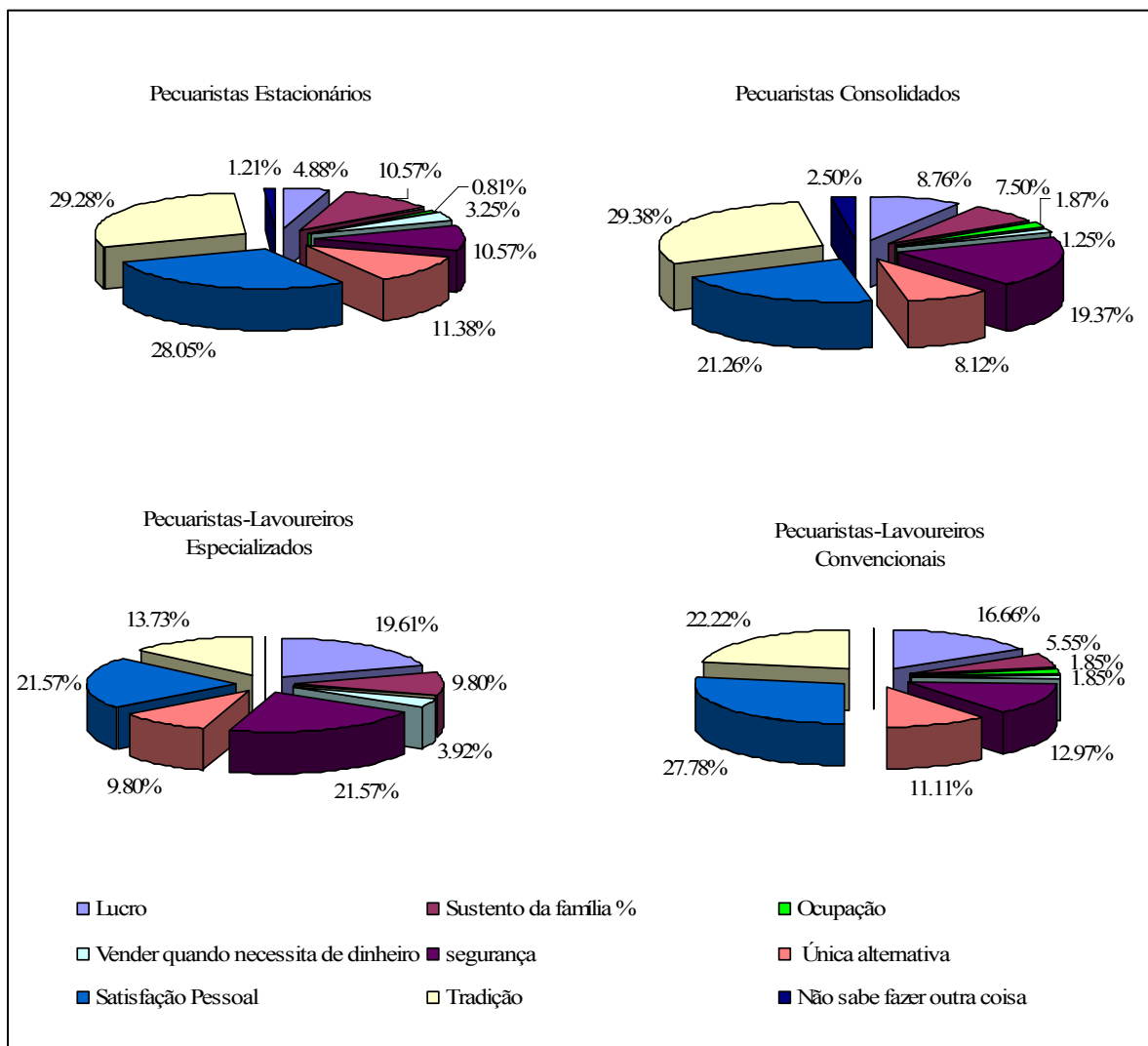


Figura 18 - Motivações dos pecuaristas para atuar na bovinocultura de corte
 Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

De certa maneira, pode-se mencionar que os Pecuaristas Estacionários, Pecuaristas Consolidados e Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais são orientados por valores não-econômicos para desempenhar esta atividade. Como expressa Gasson (1973), pode-se dizer que estes pecuaristas são orientados por Valores Sociais e Expressivos. Convém lembrar que a autora atribui como Valores Sociais aqueles relacionados com reconhecimento social ou prestígio e continuidade da tradição familiar. Os Valores Expressivos se referem ao sentimento de orgulho e satisfação de atuar em uma atividade agropecuária; às habilidades e aptidões para essas atividades, além do crescimento pessoal.

Esta configuração dos pecuaristas gaúchos, em relação às motivações, vai ao encontro dos resultados identificados por Cezar (2000), quando realizou uma comparação entre pecuaristas criadores de bovinos na Região do Pantanal e Região de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul. O autor demonstra que os pecuaristas da região do Pantanal tendem a dar mais importância à tradição familiar, à continuidade das atividades dos antecessores e ao estilo de vida, do que os pecuaristas da região de Campo Grande, onde prevalece motivações relacionadas à auferição de lucros e a visão de negócio.

Entre os Pecuaristas-Lavoureiros Especializados os aspectos não-econômicos aparecem com menor intensidade, ou seja, predominam juntamente com a satisfação pessoal (21,57%) também a segurança relacionada à atividade (21,57%), assim como o Lucro envolvendo a atividade (19,61%). De acordo com a classificação de Gasson (1973), pode-se considerar que estes pecuaristas possuem motivações que podem ser relacionadas com os Valores Instrumentais, ou seja, a valores e objetivos que visam a expansão do negócio, a obtenção de uma renda satisfatória, preservar as condições de trabalho das gerações futuras e a segurança proporcionada pela atividade.

Estas motivações, de certa forma, podem estar relacionadas com as perspectivas de ação dos pecuaristas frente a uma crise, por exemplo. Questionados sobre possíveis ações frente a período de crises, aproximadamente 30% dos Pecuaristas Estacionários e 27% dos Pecuaristas Consolidados, manifestam o desejo de permanecer desenvolvendo as atividades da mesma maneira. Estes declaram que esperariam a crise passar, sem grandes mudanças no estabelecimento, ou seja, se mostram pouco dispostos a alterar o funcionamento do estabelecimento, frente a uma situação de crise e incerteza.

Entre os pecuaristas destes dois perfis também se verifica o maior percentual dos que manifestam o desejo de deixar de atuar na pecuária/agricultura (9% e 12% dos pecuaristas) em caso de uma crise mais profunda e duradoura. Assim como 9% dos pecuaristas de ambos os perfis, manifestam a possibilidade de migração em caso de crise, para as atividades não-agrícolas. Muito provavelmente os pecuaristas que se apóiam nestas escolhas são aqueles menos dependentes da atividade pecuária; ou seja, que possuem ingresso de outros recursos que permitem permanecer mais estáticos frente a uma situação de crise. Também é importante considerar que estes pecuaristas são os que possuem o menor grau de endividamento e, portanto, optam por não assumirem riscos, principalmente em períodos de crise. Assim, estes pecuaristas não se aventuram, e assim, não expõem o patrimônio na busca de soluções em períodos desfavoráveis às atividades produtivas.

No que se refere aos Pecuaristas-Lavoureiros, seja em decorrência das condições naturais, financeiras ou mesmo pelo perfil social (maior nível de escolaridade, acesso à informação), manifestam a disposição de reagir nos momentos de crise. Assim, 76% dos pecuaristas que compõem o perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados e 72% dos Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais esboçam que reagiriam a situações de crise buscando aperfeiçoar as condições de trabalho e buscando melhorar o desempenho da atividade; muito embora, 22% dos Pecuaristas-Lavoureiros declarem estar dispostos a esperar, continuar atuando da mesma maneira e esperar a crise passar.

Entre os pecuaristas reunidos nos perfis dos Pecuaristas-Lavoureiros, é pouco significativo o percentual de pecuaristas que abandonariam a pecuária/agricultura ou ainda, migrariam para as atividades não-agrícolas. Este baixo percentual, muito provavelmente, está associado a uma situação de estabilidade econômico-financeira e, de um elevado capital em terras, máquinas e equipamentos. Como esses pecuaristas possuem áreas aptas e mecanização, eles têm possibilidades de buscar estratégias como a diversificação de atividades agrícolas com os recursos disponíveis.

Na organização de um sistema produtivo, os procedimentos relacionados à comercialização, além de definir o nível de remuneração dos produtores, também é uma forma de contato mais direto destes com o ambiente externo. Atualmente considera-se que a comercialização não é apenas um processo de compra e venda em um determinado mercado, mas um “conjunto de relações” mais complexas que envolvem todos os elos de uma cadeia, que tem no consumidor um dos principais agentes coordenadores.

A percepção dos pecuaristas envolvidos, no que se refere a mercados e processos de comercialização, em larga medida, reflete uma preocupação muito forte com o ambiente externo, relacionado à bovinocultura. Neste sentido, em todos os perfis, mais de 85% dos pecuaristas entrevistados apontam como principal problema o baixo preço pago pelo gado; seguido da incerteza em relação à atividade e a falta de alternativa de compradores. Em relação a configuração de cada perfil, mais de 96% pecuaristas relacionados aos perfis dos Pecuaristas Estacionários e Consolidados apontam o preço baixo no momento da comercialização como um dos principais entraves, relacionados ao comércio de gado. O percentual de pecuaristas, bem como o grau de importância atribuído a essa questão, obedecem a uma ordem lógica, uma vez que esta relação está estreitamente relacionada com a importância que a bovinocultura exerce em cada perfil. Já a inadimplência, aparece de forma mais incisiva entre os pecuaristas do perfil dos Pecuaristas Consolidados e Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais. Muito provavelmente isso se deve à ocorrência

freqüente de transações mal sucedidas, relacionadas à comercialização de gado (TAB. 4 e 5, Apêndice B).

A distância em relação ao frigorífico ou açougues, ainda que elencada por um número menor de pecuaristas e também com um grau de importância menor, é vista como problema, principalmente entre os pecuaristas que configuram o perfil dos Pecuaristas Estacionários e Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais. Dois fatores tendem a estar associados a esta relação. A primeira, sobretudo quando se trata do perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais, decorre da localização dos estabelecimentos. Neste caso a distância e as condições de acesso em relação aos frigoríficos regionais e centros consumidores. Nestas situações, os pecuaristas enfrentam maiores dificuldades de comercializar e escoar a produção.

Em relação ao perfil dos Pecuaristas Estacionários, que reúnem os estabelecimentos com menor área, não somente a distância, mas também a escala de produção/comercialização e os objetivos do pecuarista podem explicar as dificuldades encontradas com a comercialização da produção. A dificuldade em obter uma “carga fechada”, por exemplo, pode ser uma limitação nos processos de comercialização destes. Essa situação foi identificada por Sandrini (2005) em um estudo sobre comercialização, mercados e inserção de pecuaristas familiares, na cadeia da carne bovina (TAB. 6, Apêndice B).

No que tange aos problemas relacionados com o ambiente interno, em que os pecuaristas podem interferir de forma mais efetiva, como a “falta de um padrão de acabamento e falta de um padrão de raça”, estes se mantêm mais cautelosos. O grau de importância atribuído a estes fatores são menos expressivos, se comparados com os problemas relacionados ao ambiente externo. Em relação ao primeiro fator (falta de um padrão de acabamento), parece ser uma preocupação mais evidente em aproximadamente 45% dos pecuaristas que configuram o perfil dos Pecuaristas Consolidados e dos Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais.

Para 31% dos Pecuaristas Consolidados e 36% dos Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais, o padrão racial do rebanho se constitui em um problema interno ao estabelecimento. Ainda em que pese o fato de que investimentos em padrão racial, implementação e áreas de pastejo sejam onerosos, sobretudo em períodos em que o preço do gado está muito baixo, como no período da realização da pesquisa, isso pode demonstrar uma atitude conservadora, e limita ações que estão ao alcance do pecuarista e onde ele tem condições de interferir de forma efetiva.

Essa percepção dos agricultores converge com a avaliação de Cezar (1999), em relação aos pecuaristas no MS. O autor identificou que “os pecuaristas parecem ter dificuldades em reconhecer os problemas técnicos internos, portanto, eles tendem a enfatizar aspectos socioeconômicos exógenos, tais como o descompasso entre preços dos produtos e insumos, políticas e invasões de terras” (CEZAR, 1999, p. 206).

Ondersteijn, Giesen e Huirne (2006) ao analisarem o efeito do ambiente externo sobre as decisões estratégicas de produtores de leite holandeses identificaram as dificuldades dos respectivos produtores em lidar com o ambiente externo. Para os autores, a incerteza não está relacionada com a complexidade ou o dinamismo, mas sim à intolerância, ou à hostilidade dos produtores em relação ao ambiente externo. Neste sentido, reforçam que mudanças no ambiente externo, à medida que são oportunidades para um conjunto de agricultores, representam ameaças para outros.

Quanto se trata de “decidir” o momento de realizar a comercialização, majoritariamente os pecuaristas mencionam a identificação do “melhor preço”. Contudo é preciso lembrar que o preço é determinado sob condições de oferta e demanda e somente em situações muito específicas os pecuaristas têm poder de barganha suficiente para interferir no preço do gado. Porém, é muito comum a comercialização ocorrer, em decorrência da uma necessidade de liberação do campo, e ainda, pela necessidade de auferir rendas, em situações adversas.

O comércio de gado, em decorrência da necessidade de auferir rendas, em situações adversas, é mais significativo entre os pecuaristas que configuram o perfil dos Pecuaristas Estacionários. Convém lembrar que esses pecuaristas são os que apresentam maiores índices de lotação do campo e que ainda, apontam a satisfação pessoal e a tradição como elementos motivadores para atuar na bovinocultura de corte (TAB. 4, Apêndice B).

Visto desta forma, entende-se que o pecuarista raciocina na lógica da maximização do número de animais, em vez da produção/productividade. Como conseqüência, a comercialização não se efetiva mediante uma oportunidade de mercado ou quando os animais estão aptos para o abate. A comercialização se dá mediante alguma emergência. Nessa situação, vende-se a quantidade de animais necessária, via de regra, para outros pecuaristas. Os estabelecimentos em que o sistema de criação é do tipo cria ou cria/recria, os terneiros se constituem em um ativo de elevada liquidez, passíveis de serem transformados em dinheiro rapidamente. A mesma situação é identificada em relação à necessidade de liberar o campo. De um modo geral, esses pecuaristas comercializam mediante pressões advindas da necessidade de auferir rendas, ou da necessidade de aliviar a pressão das áreas

de pastejo. Este tipo de comportamento do pecuarista pode ser um dos principais motivos que dificultam o ajuste da carga animal.

A comercialização sob “pressão”, em decorrência da necessidade de liberar o campo, também é significativa no perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados. Entre estes pecuaristas predomina um sistema de criação do tipo “terminação” em áreas de cultivos de verão, que no inverno são utilizadas como área de pastejo. A ocupação das áreas de lavouras de verão, com pastagens de inverno, proporciona a esses pecuaristas obter um índice de lotação da área de pastejo média mais equilibrada, se comparada com os demais perfis. No entanto, por outro lado, estes pecuaristas realizam a comercialização, em larga medida, “forçados” pela necessidade de liberar as áreas de pastejo. Normalmente esse processo ocorre na “saída do inverno”, período de mais oferta de gado em condições de abate, para preparar áreas para o cultivo das lavouras de verão.

De um modo geral, pode-se mencionar que o diálogo entre os produtores e os agentes relacionados à comercialização ainda é bastante emblemática, pois os laços de confiança com estes agentes são bastante frágeis. Esta fragilidade tende estar relacionada às formas de negociação e sucessivos “calotes” sofridos pelos pecuaristas, ao longo dos anos. Em relação às primeiras, é comum as transações envolvendo bovinos em que a forma de pagamento é “a prazo”, condição de negociação que ainda gera muita insegurança. Além do mais, este critério de comercialização favorece as empresas e agentes desonestos. Não raro, os pecuaristas transacionam com os chamados “compradores fantasmas”, ou seja, no momento em que os pecuaristas vão fazer uso do crédito (cheques, contratos, recibo ao portador) ou realizar a cobrança, a empresa não existe. Nestes casos, os pecuaristas ficam sem o produto, sem a receita, e sem ter quem acionar judicialmente (TAB 6, Apêndice B).

Em decorrência dessas situações, os pecuaristas valorizam como critério importante de comercialização, a constância nas transações e a existência de um contrato prévio com o comprador. A constância nas transações relaciona-se a uma possível relação de confiança, estabelecida à medida que as sucessivas transações vão se realizando sem problemas de qualquer natureza. O contrato prévio regulamentaria, ou ainda, seria uma maneira de formalizar a transação realizada, amenizando as perdas decorrentes da inadimplência e dos calotes.

O grau de importância mais elevado a estes dois fatores é verificado entre os pecuaristas que compõem o perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros. Estes pecuaristas, na maioria das vezes, comercializam animais terminados, prontos para o abate. Em decorrência disso, a tendência é que essas transações ocorram com agentes de fora da região, muitas vezes

desconhecidos. Em sistemas de criação do tipo cria e cria/recria, é recorrente a transação ser realizada “entre pecuaristas” e ainda, frequentemente os compradores e vendedores são de uma mesma região. Assim, o grau de confiança, o conhecimento e a possibilidade de repatriar o gado, se constitui em uma transação de menor risco.

Essa fragilidade ou ainda a ausência de relações de confiança entre pecuaristas e os demais agentes que configuram a cadeia, é bastante enfatizada na literatura. As relações entre os agentes da cadeia bovina sempre foram conflituosas, o que define uma relação entre seus membros exclusivamente via mercado. Na pecuária de corte, a realidade é caracterizada pela presença de baixos níveis de cooperação entre os seus agentes, onde a comercialização é um sistema defasado e ineficiente, repleto de oportunismo, assimetria de informações e falta de estabilidade de preços. Aliado a isto, problemas de ordem sanitária e a concorrência desleal de frigoríficos que abatem clandestinamente, contribuem para a ineficiência deste sistema (EUCLIDES FILHO, 2004; MALAFAIA, 2007).

Em relação ao produto em si, no caso o gado bovino, os pecuaristas reforçam a necessidade de uma valorização do produto, principalmente no que se refere à qualidade e padrão racial. O grau de importância menor em relação a estes fatores é verificado entre os Pecuaristas Estacionários. Identifica-se assim, um descompasso com relação aos problemas e as perspectivas dos pecuaristas em relação ao ambiente interno, mais especificamente relacionado ao fator “qualidade”. Enquanto, em média, 82% dos pecuaristas considerados na pesquisa gostariam de obter um “prêmio” atribuído ao fator qualidade, em torno da metade deles (41%) percebem a falta de um padrão de acabamento como um problema na bovinocultura. Assim, parece não haver uma relação equivalente entre a ação, no ambiente do estabelecimento, e a expectativa de remuneração desejada.

A mesma situação é verificada em relação ao padrão racial. De um lado, o desejo de praticamente todos os pecuaristas de obter um valor diferenciado em função da raça, de outro, aproximadamente 35% dos pecuaristas reconhece os problemas decorrentes da “falta de um padrão de raça”, por exemplo. A preocupação dos pecuaristas com o padrão de qualidade pode ser avaliada a partir do padrão racial do rebanho. Entre os estabelecimentos considerados na pesquisa, além da quantidade significativa daqueles que possuem rebanho “sem raça definida”, foi identificada a existência de mais de 30 tipos de cruzamentos raciais. No entanto, a qualidade e a padronização, juntamente com aspectos relacionados à sanidade, são as principais exigências dos agentes compradores, pois na ponta da cadeia estão consumidores e importadores também exigentes. Esses fatores, cada vez mais vão pressionar os pecuaristas a se adequarem às exigências dos consumidores.

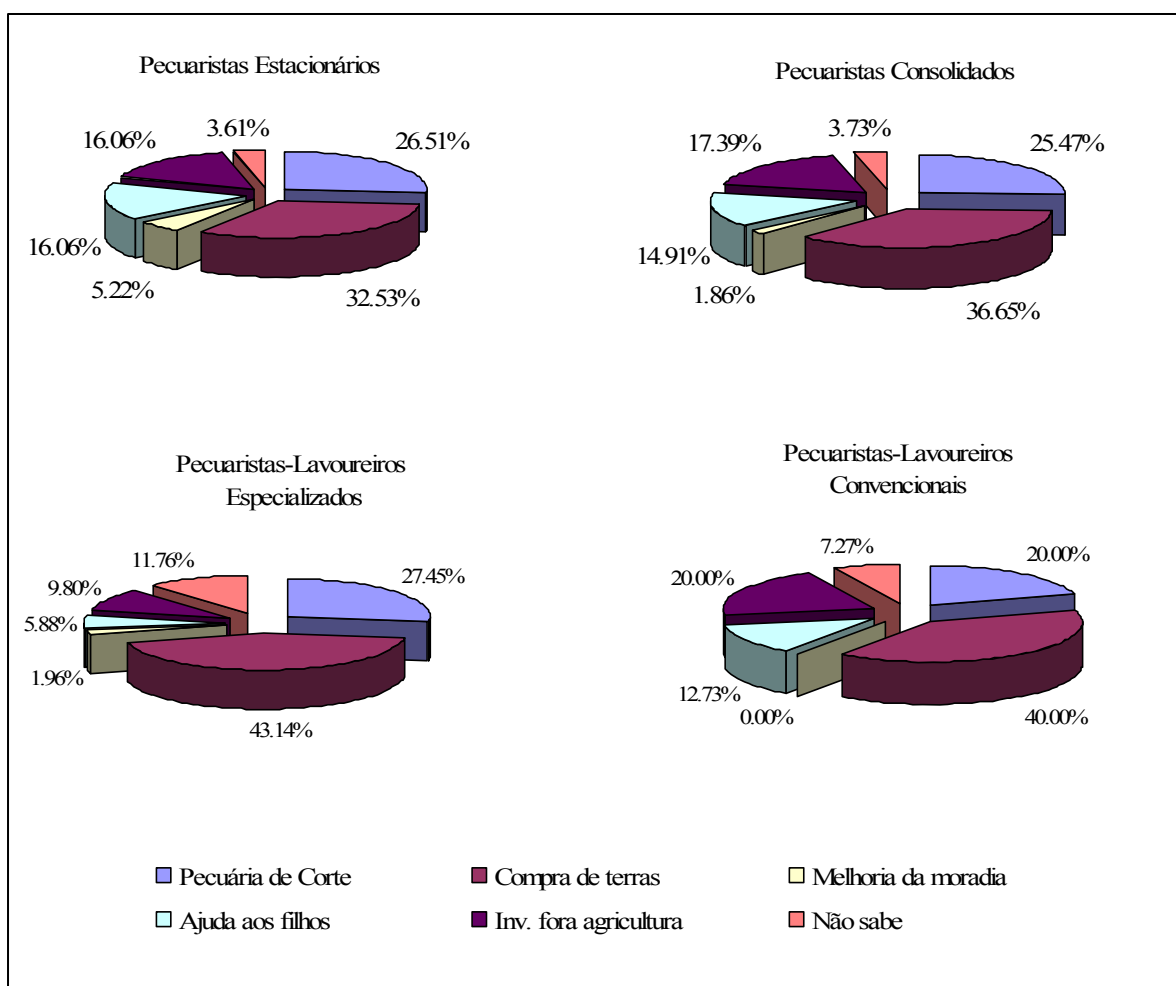


Figura 19 – Possíveis Investimentos dos pecuaristas

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Quanto a possíveis investimentos, majoritariamente, os pecuaristas manifestam o desejo de realizá-los na bovinocultura de corte e na aquisição de mais áreas de terra. De um modo geral, os pecuaristas que mais manifestam a propensão realizar a aquisição de mais áreas de terras, são os Pecuaristas-Lavoureiros. Essa propensão está relacionada ao elevado percentual da utilização da área de terceiros para ampliar as áreas de cultivo e de criação. Esse é um fator que além dos aumentos dos custos de produção, os torna mais vulneráveis, principalmente em períodos de crise.

Em relação a possíveis investimentos na pecuária, as médias dos perfis demonstram um comportamento semelhante, com exceção do perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais (FIG.19). Este comportamento pode estar relacionado ao fato de que, este perfil especificamente, reúne um número mais expressivo de estabelecimentos em que o proprietário ou os responsáveis pelo estabelecimento possuem formação não relacionada à agropecuária. Isso pode ser um indicativo de que estes possuem outras atividades relevantes, além da pecuária. Estes pecuaristas também são os que mais manifestam o desejo de realizar

investimentos fora da agricultura, mais uma evidência dessa possibilidade. O desejo de ajudar os filhos (as) é mais recorrente naqueles perfis em que a pecuária se constitui na atividade principal.

Neste contexto, essa perspectiva de investimentos futuros, tomada de forma isolada revela um paradoxo, pois à medida que os pecuaristas mencionam a crise na bovinocultura, a aquisição de mais áreas de terras e o investimento na bovinocultura de corte se constituem nos principais anseios desses mesmos pecuaristas. No entanto, essa manifestação é compreensível quando se considera, por exemplo, o elevado percentual de pecuaristas que desejam permanecer atuando na agricultura/pecuária e o desejo de que seus sucessores dêem continuidade ao estabelecimento; Isso pode estar relacionado à tradicional associação de que a bovinocultura de corte é viável em estabelecimentos maiores, ou ainda à tradição da bovinocultura.

7 PARTICULARIDADES REGIONAIS E DISTRIBUIÇÃO DOS PECUARISTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO RIO-GRANDENSE

No campo das ciências sociais tem se verificado uma ascensão de quadros analíticos e trabalhos empíricos, ancorados nas particularidades regionais. Os estudos “regionalizados” não são abordagens teórico-metodológicas recentes. No entanto, frente às rápidas transformações da sociedade atual, estes ressurgem, não somente ligados a estudos de recortes biofísicos que mostram uma diversidade de situações, mas também devido a um revigoramento dos localismos/regionalismos, que emergem em estudos sobre identidade regional. Ambas as temáticas se revelam de forma expressiva, quando se trata de estudos relacionados ao rural. Assim, não só as transformações biofísicas, facilmente observáveis na esfera da produção, mas também aquelas relacionadas à organização social e identidade cultural, só podem ser apreendidas de forma mais acabada, se consideradas dentro de um quadro de análise, que abarque as particularidades regionais.

Ancorado na Abordagem dos Sistemas Agrários, com a contribuição da noção de “Paisagem”, este capítulo, consiste em uma análise baseada em possíveis correlações existentes entre as distintas regiões gaúchas e as configurações dos perfis de pecuaristas. Assume-se neste estudo, que as regiões geográficas consideradas, possuem especificidades de caráter produtivo, econômico e socioculturais diferenciadas. Estas especificidades implicam em características regionais, em grande parte, também diferenciadas.

A hipótese que orienta esse capítulo é a de que as especificidades regionais influenciam as condições produtivas, econômicas e socioculturais dos pecuaristas. Entendido dessa maneira, as características biofísicas, o uso da terra e as formas de ocupação, em maior ou menor grau, possuem relações com os tipos de pecuaristas que prevalecem em cada região. Assim, as regiões que possuem uma dinâmica industrial e de serviços mais articuladas, possibilitam a inserção dos pecuaristas em atividades não-agrícolas, por exemplo. As regiões que possibilitam aos pecuaristas utilizar a terra para outras atividades, como o cultivo de lavouras, permite a diversificação das atividades “no contexto do agrícola”, seja pelo próprio pecuarista, ou através da disponibilização de áreas para terceiros. Assim, as particularidades regionais, de certa forma, influenciam as estratégias individuais dos pecuaristas, que se refletem na organização dos estabelecimentos agrícolas e na própria dinâmica regional.

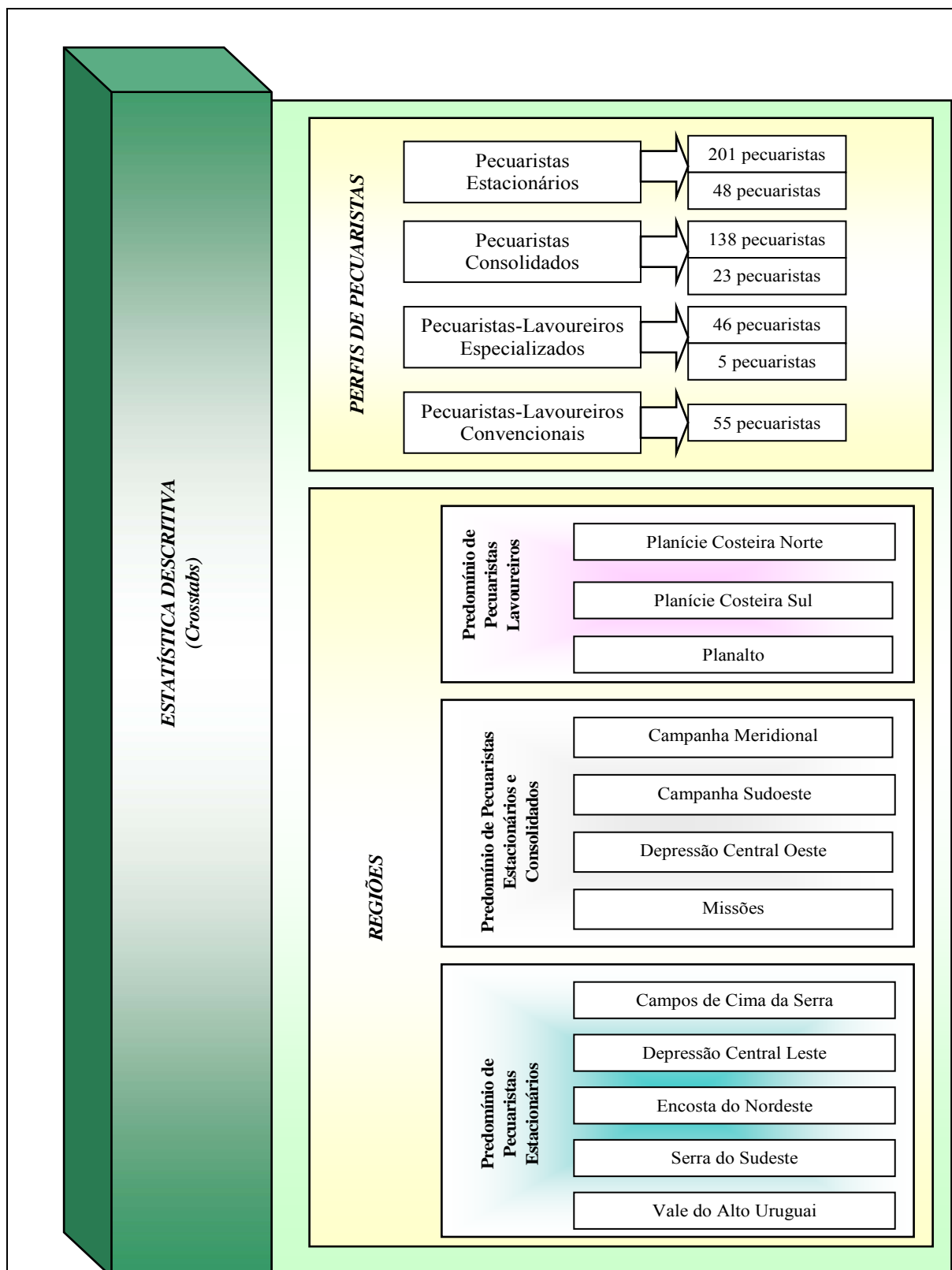


Figura 20 – Sistematização do sétimo capítulo

Fonte: Elaboração da autora.

7.1 Regionalização e distribuição de pecuaristas: procedimentos metodológicos

Uma vez identificados caracterizados e analisados os diferentes perfis de pecuaristas e seus respectivos estabelecimentos (CAP. 4, 5, 6), neste capítulo é realizada uma análise, relacionando os diferentes perfis de pecuaristas e estabelecimentos com as regiões geográficas. Esse procedimento se deu por intermédio de um cruzamento de variáveis que permitiram identificar a existência de uma possível concentração de perfis específicos, em determinadas regiões geográficas. Tal procedimento permitiu a realização de uma análise espacial, considerando a distribuição e/ou concentração de perfis em regiões determinadas.

A realização de uma “regionalização”, antes de tudo, pressupõe considerar os objetivos para a qual ela é realizada. Desta forma, convém ressaltar que está sendo utilizada a regionalização realizada para a execução do Diagnóstico de Sistemas de Produção de Bovinos de Corte do Rio Grande do Sul, no ano de 2004/2005. A regionalização que norteou o referido Diagnóstico consistiu em um mapeamento do Estado, subdividido em 12 regiões distintas, e primou por critérios que permitissem captar as especificidades regionais, principalmente no que se refere à bovinocultura de corte.

Conforme o exposto no capítulo metodológico, a regionalização foi constituída a partir do procedimento da leitura de paisagem e de uma sobreposição de mapas (mapas de paisagens, relevos e ocupação de território gaúcho); também foram consideradas informações obtidas a partir de painéis com informantes locais (pecuaristas, representantes de sindicatos, cooperativas, frigoríficos, Emater-RS, Inspetoria Veterinária), e debates entre especialistas de áreas multidisciplinares (agrônomos, geógrafos, sociólogos, economistas, zootecnistas e veterinários). Apesar de não seguir rigorosamente a delimitação de compartimentos e subunidades de paisagem, em larga medida, essa regionalização se aproxima da regionalização do Macrozoneamento Ambiental do Rio Grande do Sul, realizado em 2001 (ANEXO A). Desta forma, essas regionalizações consideram fortemente os elementos relacionados à paisagem agrária do Rio Grande do Sul.

Para efeitos de análise desse capítulo, essas regionalizações fornecem subsídios importantes no que se refere a potencialidades e uso dos solos, formas de ocupação e transformações recentes. Dessa maneira, optou-se por utilizá-las de forma integrada, pois ambas contribuem sobremaneira para compreender a distribuição espacial dos pecuaristas criadores de bovinos, considerados nesta pesquisa, no contexto agrário rio-grandense (TAB 7).

Tabela 7 – Macrozoneamento Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul e regionalização realizada no Diagnóstico de Sistemas de Produção da Bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul.

Unidade Geomorfológica	Loc.	Zonas de Cobertura Uso do Solo	Regiões identificadas no Diagnóstico da Bovinocultura de corte	Descrição
Planalto	11	Florestas Remanescentes	Vale do Alto Uruguai	Florestas típicas de Mata Atlântica.
	11	Florestas Remanescentes	Encosta do Nordeste	Florestas Subtropicais e Araucárias.
	12	Campos	Campos de Cima da Serra	Tapetes herbáceos baixos e densos.
	13	Campos Sujos	Missões	Campos subarbustivos de gramíneas e ciperáceas.
	14	Agrícola 1		Predominância do cultivo de arroz.
	15	Agrícola 2	Planalto	Predominância de milho e soja no verão; trigo no inverno.
Cuesta do Haedo	21	Campos	Campanha Sudoeste	Tapetes herbáceos baixos e densos.
	22	Campos Sujos		Campos subarbustivos de gramíneas e ciperáceas.
	23	Agrícola 1		Predominância do cultivo de arroz.
Depressão Central	31	Campos	Campanha Meridional	Tapetes herbáceos baixos e densos.
	32	Agrícola 1	Depressão Central Oeste	Predominância do cultivo arroz.
	33	Agrícola 3	Depressão Central Leste	Culturas diversificadas (feijão, milho, tabaco, hortifrutigranjeiros)
Escudo Sul Rio-Grandense	41	Campos Sujos	Serra do Sudeste	Campos subarbustivos de gramíneas e ciperáceas
	42	Campos Mistos		Campos herbáceos e subarbustivos com ocorrência de Matas-galeria
Planície Costeira	51	Agrícola 1	Planície Costeira Sul	Predominância do cultivo arroz.
	52	Agrícola 3	Planície Costeira Norte	Culturas diversificadas (feijão, milho, tabaco, hortifrutigranjeiros)
	53	Dunas	Planície Costeira Sul e Norte	Depósitos arenosos de origem eólica
	54	Lagoas	Planície Costeira Sul e Norte	Lagoas e lagunas do sistema litorâneo

Fonte: Adaptado pela autora com base em Ducati et al (2001); Suertegaray e Guasselli (2004) e SEBRAE; SENAR; FARSUL (2005).

Com o objetivo de identificar a existência de correlação entre as regiões e os tipos de pecuaristas considerados na amostra, que predominam em cada região, executou-se um “cruzamento” entre as variáveis nominais: Perfil dos Pecuaristas e Região de localização dos

mesmos. O procedimento estatístico utilizado (*crosstabs*), método de análise estatística descritiva disponível no SPSS, é amplamente utilizado para esse tipo de relação. O Teste do *Qui-Quadrado*, neste caso, o de *Pearson*, revelou um valor significativo (102.739 (a)) e indica existência de correlação entre as regiões geográficas e os perfis de pecuaristas (TAB 8).

Tabela 8 - Distribuição dos pecuaristas considerados na amostra, por Perfil e Região Geográfica

Região	Und	Perfil de Pecuaristas				% Total Região
		Pecuaristas Estacionários	Pecuaristas Consolidados	Pecuaristas Lavoureiros Especializados	Pecuaristas Lavoureiros Convencionais	
Campanha Meridional	%	44,23	34,62	9,62	11,54	100,00
Campanha Sudoeste	%	37,88	33,33	18,18	10,61	100,00
Missões	%	43,90	36,59	9,76	9,76	100,00
Depressão Central Oeste	%	48,28	34,48	-	17,24	100,00
Depressão Central Leste	%	75,00	25,00	-	-	100,00
Planície Costeira Norte	%	35,71	14,29	14,29	35,71	100,00
Serra do Sudeste	%	72,88	22,03	3,39	1,69	100,00
Planície Costeira Sul	%	22,00	34,00	22,00	22,00	100,00
Campos de Cima da Serra	%	60,00	27,27	7,27	5,45	100,00
Planalto	%	29,69	42,19	17,19	10,94	100,00
Encosta do Nordeste	%	70,00	30,00	-	-	100,00
Vale do Alto Uruguai	%	93,33	-	-	6,67	100,00
Total	%	48,26	31,20%	9,88	10,66	100,00

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

O ponto de partida desse capítulo se constitui em um agrupamento de regiões, que mesmo com características diferenciadas, se assemelham no que se refere à distribuição dos perfis dos pecuaristas (TAB 8). A observação deste critério resultou em três grandes agrupamentos de regiões. Convém lembrar que esses agrupamentos foram realizados a partir da amostra de 516 pecuaristas, aglutinados em quatro grandes tipos de pecuaristas, logo, as conclusões e análises refere-se a essa amostra considerada.

Feito essa ressalva, o primeiro agrupamento compreende as regiões do Planalto, Planície Costeira Norte e Planície Costeira Sul; nestas regiões predominam pecuaristas que configuram os perfis dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados, Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais e Pecuaristas Consolidados. Um segundo agrupamento compreende as regiões da Campanha Meridional, Campanha Sudoeste, Depressão Central Oeste e Missões; onde

ainda é superior o percentual dos Pecuaristas Estacionários, embora seja expressivo o percentual de pecuaristas aglutinados no perfil dos Pecuaristas Consolidados. O terceiro agrupamento agrega as regiões da Depressão Central Leste, Encosta do Nordeste, Campos de Cima da Serra, Serra do Sudeste e Vale do Alto Uruguai, agrupadas pela quantidade expressiva de pecuaristas reunidos no perfil dos Pecuaristas Estacionários (FIG. 21).

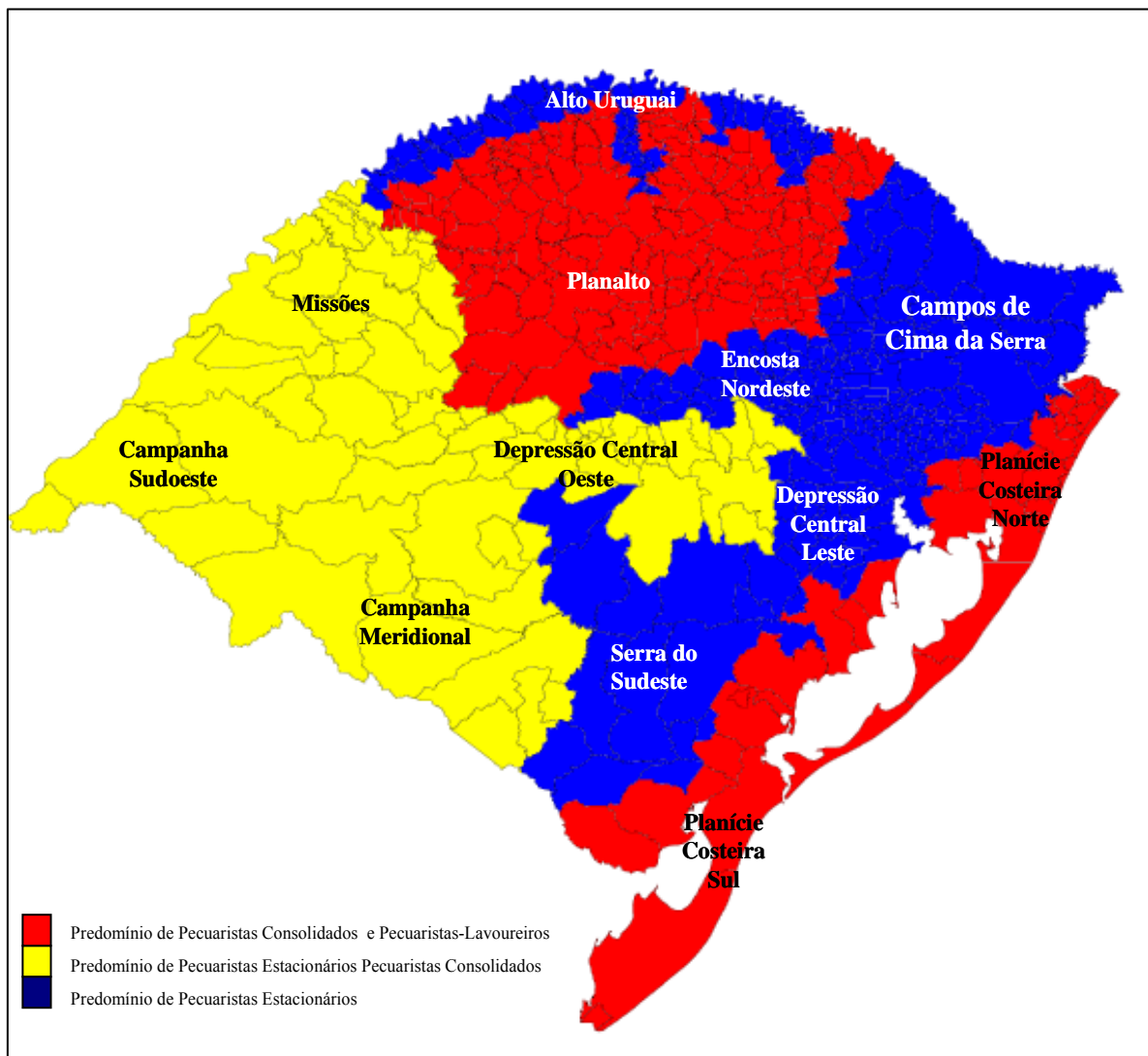


Figura 21 - Regionalização do estado do Rio Grande do Sul com base na distribuição dos pecuaristas no espaço agrário gaúcho

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Primeiramente, convém ressaltar que as regiões que possuem perfis de distribuição semelhante de pecuaristas estão dispostas em espaços agrários descontínuos. Desta forma, as unidades geomorfológicas, estrutura e uso de solos, e cobertura vegetal, em grande parte, são também diferenciadas. As regiões do primeiro agrupamento estão dispostas nas unidades

geomorfológicas da Planície Costeira (Planície Costeira Norte e Planície Costeira Sul) e Planalto Basáltico (Região do Planalto) (FIG. 1, Apêndice E). Das quatro regiões aglutinadas no segundo agrupamento, uma encontra-se na unidade geomorfológica da Cuesta do Haedo (Campanha Sudoeste), uma na Unidade do Planalto Basáltico (Missões) e duas na Depressão Central (Campanha Meridional e Depressão Central Oeste) (FIG. 2, Apêndice E). Das cinco regiões que constituem o terceiro agrupamento, três regiões estão sobre unidade geomorfológica do Planalto Basáltico (Regiões dos Campos de Cima da Serra, Encosta do Nordeste e Vale do Alto Uruguai); uma sobre a Depressão Central (Depressão Central Leste); e uma na unidade geomorfológica do Escudo Sul Rio-grandense (Serra do Sudeste) (FIG. 3, Apêndice E).

7.2 A distribuição dos pecuaristas e/ou estabelecimentos no espaço agrário gaúcho

De acordo com Suertegaray e Guasselli, 2004, na grande parte do imaginário da população, as paisagens do Rio Grande do Sul, se apresentam a partir de uma leitura simplificada, subdividida em duas grandes unidades: de um lado a “paisagem agrícola” referente ao norte do Estado e de outro, uma “paisagem pastoril”, referente ao Sul do Rio Grande do Sul (SUERTEGARAY; GUASSELLI, 2004).

Contudo, as transformações sociais e econômicas ocorridas no Rio Grande do Sul, ao longo dos últimos anos, dificultam muito uma divisão baseada unicamente nessa regionalização. As formas de exploração e as práticas sociais, principalmente após 1950, modificaram sobremaneira as unidades de paisagem e praticamente não permitem uma visualização das formas de sua utilização, sob uma perspectiva dessa dualidade histórica Norte-Sul.

No contexto agrícola, o aumento das lavouras de arroz, e nos últimos anos, a lavoura de soja, somados ao processo de florestamento com espécies exóticas, para fins comerciais, vêm modificando a paisagem da Pampa Gaúcha. Por outro lado, o Norte Agrícola também não está imune às modificações da paisagem, uma vez que, a floresta nativa que cobria vastas áreas do Norte e Noroeste do Estado, tem cedido espaço às grandes lavouras comerciais, principalmente de soja, milho e trigo. Convém ressaltar que em ambos os casos, muitas vezes, a exploração agrícola não leva em consideração a aptidão do clima e solos de cada região, causando impactos socioeconômicos e ambientais irreversíveis (SUERTEGARAY; GUASSELLI, 2004).

Portanto, a regionalização clássica do estado do Rio Grande do Sul do tipo “Norte com características agrícolas, de pequenos estabelecimentos e rico e Sul, de paisagem pastoril, pobre e de grandes estabelecimentos é muito simplificada frente à diversidade de situações passíveis de serem identificadas, em cada uma dessas regiões. Assim no “Norte Agrícola”, encontra-se uma região essencialmente pecuária, com estabelecimentos que desenvolvem bovinocultura, seja nos moldes tradicionais ou mesmo tecnificados, muito semelhantes àqueles encontrados na Região Sul. O inverso também é verdadeiro, ou seja, existem regiões e estabelecimentos localizados no “Sul Pastoril”, que possuem configurações fundiárias e agrícolas semelhantes às características de estabelecimentos do norte gaúcho. O mesmo pode ser identificado em termos de dinâmica econômica e social.

Na realidade, as múltiplas unidades de paisagem, múltiplas formas de ocupação e exploração do espaço agrário gaúcho, torna praticamente impossível de conceber o Estado a partir de duas grandes regiões homogêneas. Independentemente dos diferentes aportes teórico-metodológicos que possam ser usados para estudar o espaço geográfico gaúcho, o que tende a emergir dessas investigações são a existência de especificidades, derivadas das características de cada região. Estas especificidades afloram, a partir dos distintos perfis de relevo, solos, vegetação e das formas como os territórios foram ocupados. A interação entre os elementos naturais e dinâmicas econômicas, sociais e culturais influenciam, e ao mesmo tempo, são produtos das especificidades regionais.

7.2.1 Agrupamento de Regiões A (predomínio de pecuaristas Consolidados e Pecuaristas-Lavoureiros)

Conforme o exposto anteriormente, as regiões foram aglutinadas considerando a predominância de determinados perfis de pecuaristas. Neste sentido, o primeiro agrupamento de regiões considera o predomínio de pecuaristas reunidos no perfil dos Pecuaristas-Lavoureiros Especializados, Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais e Pecuaristas Consolidados.

Do ponto de vista geográfico, identifica-se uma região localizada mais ao Norte do Rio Grande do Sul (Região do Planalto) e duas, mais ao Sul (Planície Costeira Norte e Planície Costeira Sul). Essa distribuição revela características que vão prevalecer em praticamente todos os agrupamentos de regiões, tendo como base o perfil dos pecuaristas: a

descontinuidade territorial, diferenças significativas de unidades de paisagem e de trajetórias de ocupação, além de diferentes maneiras do uso da terra mais recentes.

A região do Planalto, em relação ao compartimento de Paisagem, está localizada no Planalto Basáltico¹, mais especificamente na subunidade de Paisagem Agrícola 2 (ANEXO A). Essa subunidade, do ponto de vista agrícola, é explorada predominantemente com lavouras de trigo no inverno; e soja e milho, no verão. Porém, a vegetação original desta unidade eram os campos e as florestas. Após a expulsão dos jesuítas pelos espanhóis e portugueses, a ocupação e colonização do Planalto do Estado do Rio Grande do Sul, se deu de modo diferenciado, e regido por duas sociedades tradicionais, ou seja, os criadores de gado, e mais tarde pelos colonos imigrantes (ROCHE, 1969).

As grandes transformações dessa região ocorreram, principalmente, a partir dos anos 1950. Esse período coincidiu com a crise das culturas diversificadas, em função do esgotamento dos solos e da crise da suinocultura, voltado à produção de banha, nas áreas coloniais. Nas áreas de Campo, a crise atingiu a bovinocultura extensiva (FRANTZ, 1982). Os fazendeiros do Planalto ficaram em desvantagem, em relação aos estancieiros fronteiriços, uma vez que estes últimos, além de possuírem solos e campos mais aptos, também estavam mais próximos das charqueadas, posteriormente dos frigoríficos, e do principal porto de exportação (RUCKERT, 1985). Assim a crise da bovinocultura se intensificou na década de 50, favorecendo a implantação da cultura de trigo, e posteriormente da soja, nas áreas de campo. Com a modernização da agricultura, as atividades vinculadas à lavoura foram impulsionadas pelo crédito abundante. A política de preços do trigo e o “boom” da soja foram favoráveis aos grandes produtores. Com isso, as terras de campo foram rapidamente incorporadas à agricultura mecanizada (FRANTZ, 1982).

A possibilidade do cultivo da soja, no período de verão, os fartos volumes de crédito, incentivo à produção especializada e em escala, a partir da modernização, incorporou à agricultura, municípios tradicionais na criação de bovinos, como Tupanciretã e Cruz Alta. Atualmente essa região é uma das principais regiões produtoras de grãos no Rio Grande do Sul, principalmente soja e milho. A bovinocultura de corte existente está relacionada não propriamente a um sistema específico de lavoura-pecuária, mas, fundamentalmente a terminação de gado é realizada sobre as áreas de lavouras de verão.

¹ A caracterização pormenorizada dessa unidade de paisagem está disponível em Suertegaray e Guasselli (2004).

As regiões da Planície Costeira Sul e Planície Costeira Norte localizam-se, predominantemente, na unidade de Paisagem da Planície Costeira². Além das Dunas e das Lagoas, duas formas de coberturas vegetais são típicas dessa unidade de paisagem. O uso dos solos para a agricultura ocorre a partir de uma Zona Agrícola 1, onde predominantemente se destacam os cultivos de arroz. Na Zona Agrícola 3, além do arroz, destaca-se a presença de cultivos diversificados (milho, tabaco e hortifrutigranjeiros).

Embora, para fins de análise no projeto de pesquisa SEBRAE, SENAR e FARSUL (2005), essa unidade de paisagem esteja subdividida em Planície Costeira Norte e Planície Costeira Sul, observa-se que em relação ao uso dos solos, ela obedece mais uma orientação Leste-Oeste. Mesmo assim, na Planície Costeira Sul o uso dos solos estão predominantemente relacionados ao cultivo do arroz, enquanto que na Planície Costeira Norte, além dos arrozais, também se destaca a presença de culturas diversificadas. A bovinocultura de corte, principal atividade no século XIX e início do século XX, atualmente divide espaço com outros cultivos.

A ocupação dessa faixa litorânea está inicialmente associada à divisão das terras no Sul do Rio Grande do Sul, via distribuição de Sesmarias. Essas duas regiões (Planície Costeira Sul e Planície Costeira Norte) se inserem no contexto da colonização de imigração portuguesa, que chegou ao litoral Sul a partir de 1752. As principais atividades estavam associadas à produção pecuária, que dinamizou essa região, devido à produção de charque, e, no início do século XX, com os frigoríficos. A partir da década de 1920, iniciou-se na região o cultivo do arroz mecanizado, e em escala. A primeira lavoura a modernizar-se no Rio Grande do Sul foi a do arroz, ainda no início do século XX (BRUM, 1988).

De acordo com Brum (1988) essa modernização insere-se em um contexto específico com características muito próprias e só poderia ser viabilizada mediante uma forte política protecionista do Governo Federal, à medida que elevou substancialmente as tarifas sobre o arroz importado. Atualmente essas Regiões detêm uma produção expressiva em lavouras e empreendimentos beneficiadores de arroz. No entanto, nessas regiões do Sul, pela natureza da ocupação e herança cultural, a identidade com a bovinocultura de corte tende a ser mais forte, se comparada com os pecuaristas da região do Planalto, por exemplo.

De um modo geral, essas regiões possuem diferenciações em relação ao relevo, perfil e uso dos solos e formas de ocupação mas, ao mesmo tempo, se constituem em áreas onde predominam a presença de Pecuaristas Consolidados e Pecuaristas-Lavoureiros. Assim, quais

² A caracterização pormenorizada dessa unidade de paisagem está disponível em Suertegaray e Guasselli,(2004).

as principais razões que condicionam essa configuração regional, baseada na distribuição espacial dos pecuaristas?

Convém lembrar que uma das características mais marcantes, entre os Pecuaristas Consolidados, por exemplo, é a presença significativa de recursos advindos de outras fontes de renda (rendas externas e rendas não-agrícolas). Entre os Pecuaristas-Lavoureiros, destaca-se a presença expressiva das Rendas Agrícolas na composição da renda total. Conforme o discutido anteriormente (CAP 5), as lavouras anuais tendem a serem responsáveis pelos resultados positivos, no que se refere ao desempenho agroeconômico desses estabelecimentos, no período considerado. Esses perfis manifestam, na grande maioria dos indicadores técnico-produtivos e econômicos, inclusive, as melhores performances médias, relacionadas à bovinocultura de corte.

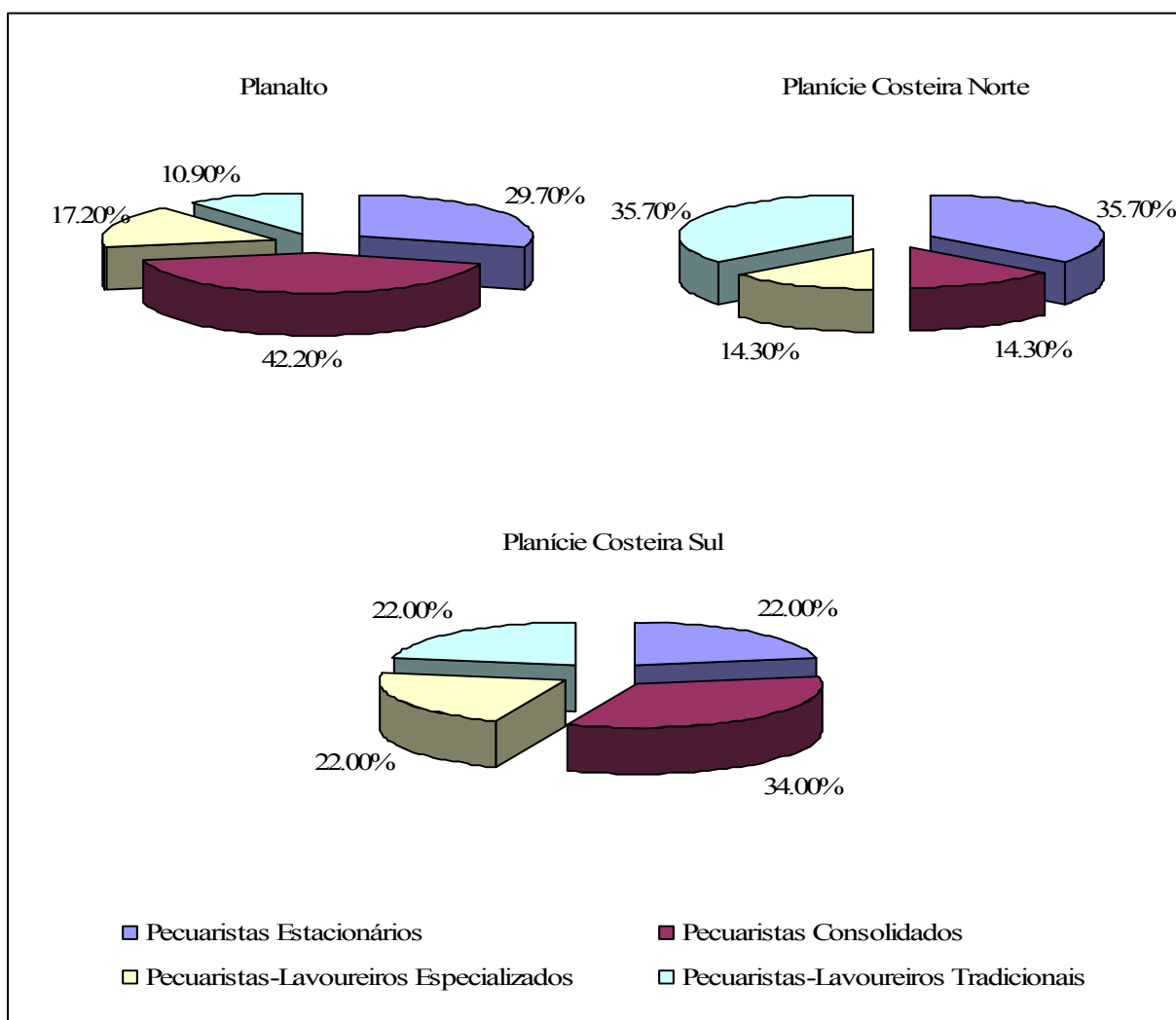


Figura 22 - Agrupamento de Regiões a partir do predomínio de Pecuaristas Consolidados e Pecuaristas-Lavoureiros

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Embora existam em praticamente todas as regiões, os Pecuaristas-Lavoureiros são mais facilmente encontrados nestas regiões (FIG. 22). A confluência dessas três regiões consideradas nesse agrupamento, no que se refere à semelhança do perfil dos pecuaristas tende a obedecer a uma lógica regida, entre outros aspectos, pelas configurações do relevo e as possibilidades no que se refere ao uso da terra. O acesso às tecnologias e os rendimentos de escala, embora não sejam exclusivamente determinantes, também contribuem para essa configuração.

No que se refere ao agrícola, observam-se duas regiões típicas e propícias para o cultivo do arroz, e uma para os cultivos de soja e milho, no período de verão. Assim a performance agroeconômica dos estabelecimentos dos Pecuaristas-Lavoureiros e a dos estabelecimentos dos Pecuaristas Consolidados, também está relacionada, de certa forma com as possibilidades de exploração de áreas com lavouras de verão, a constituição de pastagens cultivadas no período de inverno e os tipos de sistemas de criação.

Essa combinação de formas de utilização da terra, diante da conjuntura do período da pesquisa (ano agrícola 2003/2004), permitiu que os resultados de desempenho agroeconômicos desses estabelecimentos, na sua grande maioria, fossem os mais satisfatórios. Em primeiro lugar, as lavouras, em decorrência das condições de clima e preços, permitiram apurar resultados significativos. No que se refere à bovinocultura de corte, as áreas de lavouras de verão, em grande parte, se constituem em pastagens cultivadas de inverno. Essas pastagens, à medida que aumentam a oferta de forragem, no inverno, período crítico em que o campo nativo está com a capacidade de suporte mais baixa, devido as geadas, permitem um balanço nutricional adequado e suficiente para um desempenho satisfatório do rebanho bovino. Assim, a constituição de pastagens de inverno é um dos principais aspectos que diferenciam os Pecuaristas-Lavoureiros dos pecuaristas em que a atividade principal é a bovinocultura de corte,

Neste sentido, mais de 80% dos Pecuaristas-Lavoureiros considerados na amostra, implementam pastagens de inverno; entre esses pecuaristas, esse tipo de pastagem ocupa, em média, entre 55% e 70% da superfície agrícola útil do estabelecimento. Convém lembrar que entre os Pecuaristas Consolidados (bovinocultura de corte como a atividade principal) esse tipo de pastagem está presente em aproximadamente 79% dos estabelecimentos e ocupa em torno de 40% da superfície agrícola total (SAUtotal). Esse fator tende a ser uma questão importante na diferenciação destes pecuaristas, em relação aos Pecuaristas Estacionários, por exemplo.

Outro elemento diferenciador é o tipo de sistema de criação. Entre os Pecuaristas-Lavoureiros os principais sistemas de criação se constituem na bovinocultura de “ciclo completo”, mas principalmente do tipo “recria/terminação”. De acordo com Barcellos *et al.* (2004), o sistema de recria/terminação, frente à expansão da agricultura, são as etapas da criação que tem maior flexibilidade e, maior competitividade sobre o custo de oportunidade da terra, principalmente se comparado com o sistema de cria. Porém, o sistema recria/terminação demanda tecnologias mais intensivas como suplementação com grãos, pastagens cultivadas, e também elevado padrão genético, capaz de responder a esses tipos de manejo.

Ainda que os Pecuaristas-Lavoureiros possuam um rebanho com um “padrão genético” semelhante ao observado no perfil dos Pecuaristas Consolidados, e que a lotação na estação quente (1,89 UA/ha) seja muito elevada; na estação fria as áreas ocupadas com lavouras de verão, em larga medida, se transformam em áreas de pastejo. Na estação fria, cerca de 55% a 70% da área total do estabelecimento é ocupada com pastagens de inverno, a lotação média da área de pastejo reduz para 0,89UA/ha e se aproxima da lotação considerada adequada para este sistema de criação. Como os sistemas de criação são predominantemente do tipo recria/terminação, na estação fria, a “terminação do gado”, ocorre no período de maior disponibilidade e também de maior qualidade de forragem. Os Pecuaristas-Lavoureiros ainda podem contar com uma suplementação da “resteva” (principalmente nas áreas de arroz) e ainda, de resíduos provenientes da limpeza e beneficiamento do arroz e da soja.

Também nesses perfis, se percebe os maiores percentuais de áreas ocupadas com campo nativo melhorado e pastagem permanente. Nesse quesito, além das características dos solos, a disponibilidade de utilização de máquinas e equipamentos próprios, a utilização de fertilizantes e derivados da lavoura, são fatores que contribuem para essa configuração.

Na configuração da Renda Agrícola, uma questão relevante são os rendimentos de escala, uma vez que esses sistemas reúnem os estabelecimentos em que a média de área total e superfície agrícola útil são as mais elevadas. Neste contexto, ainda que pese a especialização em atividades e a exposição ao risco associado a esse tipo de exploração, sobretudo nas atividades relacionadas à lavoura, os rendimentos em escala tendem a atenuar esse problema. Não raro, entre estes pecuaristas, a produção pecuária consiste em uma atividade implementada entre outros fatores, pela segurança, à medida que pela natureza da atividade, a mesma pode ser utilizada como um mecanismo de redução de risco. Isso pode ser identificado na região do Planalto, uma vez que o cultivo do trigo, seja em decorrência dos aspectos

climáticos, custos de produção, problemas relacionados a preços e comercialização, se apresenta como uma atividade de risco, se comparado com a bovinocultura de corte.

Também convém lembrar que a inserção social, nível de escolaridade e as motivações dos Pecuaristas-Lavoureiros são mais expressivos, se comparada com os demais perfis de pecuaristas. Em relação à inserção social, a natureza das atividades lavoureiras, por si só, impulsionam uma relação mais estreita dos pecuaristas com as instituições. Em geral as lavouras tendem a demandar alta inversão em tecnologias, investimentos e crédito. Isso faz com que esses produtores dependam e se relacionem mais fortemente com o sistema bancário, cooperativas e empresas privadas. Como fontes financiadoras, esse conjunto de instituições, ao mesmo tempo em que exigem, também, de certa maneira, oferecem mais oportunidades de assistência técnica e interação entre produtores, e destes com técnicos e especialistas (dias de campo, palestras, gestão).

A interação desses fatores, mas principalmente dos aspectos relacionados ao perfil do relevo, as possibilidades no que concerne ao uso dos solos e a conjuntura econômica da época, favoreceram o desempenho agroeconômico desses estabelecimentos. Desta forma, pelas características da paisagem e formas de ocupação e evolução dessas regiões, fazem com que naturalmente, predominem esses tipos de pecuaristas.

7.2.2 Agrupamento de Regiões B (Predomínio de Pecuaristas Estacionários e Consolidados)

O principal critério de agrupamento dessas regiões está associado ao predomínio de estabelecimentos onde a bovinocultura se constitui na atividade agrícola principal. Assim, as regiões da Campanha Meridional, Campanha Sudoeste, Depressão Central Oeste e Missões podem ser caracterizadas pela presença expressiva de Pecuaristas Estacionários e Consolidados. De um modo geral, pode-se considerar essas regiões como aquelas em que a trajetória histórica, em larga escala, esteve associada à criação de gado, aos moldes extensivos.

A região das Missões localiza-se na parte do Planalto Basáltico onde o relevo predominante consiste em coxilhas e terras planas, principalmente na beira do Rio Uruguai. As subunidades de paisagem compreendem uma subárea do Planalto, denominada de Paisagem Agrícola 1, onde atualmente predomina o cultivo de arroz. Nos Campos Subarbustivos, também denominados Campos Sujos, predominam as atividades pecuárias (SUERTEGARAY; GUASSELLI, 2004).

As distintas zonas de cobertura e formas de ocupação dos solos, de certa forma, possuem uma relação com a ocupação territorial destas regiões. A ocupação da Região das Missões está diretamente relacionada com as reduções jesuíticas, fundadas a partir de 1626. As reduções se tornaram centros econômicos importantes, dedicando-se à produção de erva-mate, à extração de couro e atividades criatórias. Esse modelo de organização social, em terras sulinas, foi dizimado pelas constantes disputas entre os impérios Português e Espanhol. No entanto, o gado bovino existente nessa região se espalhou e configurou aquela que seria a principal atividade produtiva do Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX, e metade do século XX (BRUM, 1988; PESAVENTO, 1994).

As principais transformações dessa região ocorrem também a partir da política de modernização, com a inserção do arroz nas áreas mais baixas e planas na costa do Rio Uruguai (BRUM, 1988). Nos últimos anos, o compartimento de paisagem de Campos sujos, áreas típicas de pecuária de corte, vem sendo ocupadas, principalmente com as lavouras de milho e soja no verão; trigo, aveia e bovinocultura nas áreas de lavoura, no inverno. Ainda que as condições edafoclimáticas não sejam muito favoráveis a essas culturas, elas têm avançado para essas regiões, e tem mudado a paisagem regional.

A Região da Campanha Sudoeste está predominantemente associada à unidade de paisagem da Cuesta do Haedo³. De acordo com Suertegaray e Guasselli (2004), o uso dos solos dessa unidade, sempre foi predominantemente pastoril, mas, gradativamente, foi se transformando com a introdução da cultura do arroz. Essas mudanças permitiram a individualização em três subunidades de paisagem.

De acordo com os autores acima referidos, a subunidade de Campos Limpos é configurada por uma cobertura vegetal de gramíneas de pequeno porte, e recobrem os solos rasos, desenvolvidos a partir de rochas basálticas. A utilização dos solos, nessa subunidade de paisagem, ocorre partir de atividades que envolvem a criação de animais. A subunidade de paisagem de Campos Sujos é constituída por uma cobertura vegetação configurada por gramíneas de diversos portes, associadas à vegetação arbustiva de pequeno tamanho. Os solos dessa subunidade são poucos desenvolvidos, apresentam-se com um padrão diferenciado daqueles da Paisagem de Campos Limpos, estando também associada à pecuária, como principal atividade produtiva. A terceira subunidade é a Paisagem Agrícola, onde predominam as lavouras de arroz. Essa subunidade é típica de produção agrícola, localizada

³ A caracterização pormenorizada dessa unidade de paisagem está disponível em Suertegaray e Guasselli, (2004).

nas várzeas do rio Uruguai e seus afluentes (Ibirapuitã, Santa Maria). Essa região também é caracterizada por um conjunto de açudes e barragens, constituídos para a utilização da água na produção de arroz.

As regiões da Campanha Meridional e Depressão Central Oeste pertencem à unidade de Paisagem da Depressão Central⁴. A região da Campanha Meridional está relacionada com a subunidade de paisagem de Campos; este se caracteriza por uma vegetação baixa e densa e, é predominante na direção do Sudoeste do Estado. Essa paisagem caracteriza-se, originalmente, pela predominância de gramíneas, associadas às mata galeria ao longo dos cursos d'água. A Depressão Central Oeste está localizada em uma subunidade de Paisagem Agrícola, com predominância de cultivo de arroz, nas zonas Planas, com presença de cultivos diversificados na parte de floresta, no Rebordo da Serra Geral (SUERTEGARAY; GUASSELLI, 2004).

De um modo geral, essas regiões têm suas trajetórias de ocupações vinculadas à ocupação do Estado a partir da distribuição de Sesmarias, ainda no século XVIII. Compostas de grandes e médios estabelecimentos, até a metade do século XIX, desenvolveram-se nessas regiões mais ao sul, uma pecuária voltada à produção de charque, ciclo responsável pela prosperidade do sul e de suas cidades. Atualmente as dinâmicas agrícolas dessas regiões estão mais compartimentadas e variadas.

Assim, na Campanha Meridional, na parte constituída por campos limpos predomina a criação de bovinos. Atualmente essa região se constitui em um pólo importante da bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul. Constata-se a existência uma organização institucional articulada para esse setor, onde se localiza o maior frigorífico para abate, processamento e exportação de carne bovina do RS. Também se identifica a presença de uma articulação institucional em torno de Alianças Mercadológicas, produção de Carnes Certificadas e com Denominação de Origem (MALAFAIA, 2007). Em relação à presença de lavouras, predomina o cultivo de arroz, em menor intensidade a soja, e núcleos de cultivos diversificados. Tendência semelhante ocorre na Região da Campanha Sudoeste. Nas áreas de Campos predominam as atividades pastoris; na Região Agrícola, localizada majoritariamente às margens do Rio Uruguai, a exploração é agrícola é basicamente com o cultivo do arroz.

Na região da Depressão Central Oeste verifica-se uma dinâmica diferenciada. Parte da região insere-se no contexto acima descrito, com uma trajetória histórica vinculada à

⁴ A caracterização pormenorizada dessa unidade de paisagem está disponível em Suertegaray e Guasselli, (2004).

ocupação portuguesa. As áreas planas são exploradas com bovinocultura de corte extensiva. Nas Bacias dos Rios Jacuí, Santa Maria e Ibicuí, predominam áreas com cultivos de arroz.

No entanto, essa diferenciação é verificada nas partes de solos dobrados e predominância de florestas. A destinação de sesmarias não foi suficiente para ocupar todo o território dessa Região, uma vez que as imensas áreas de florestas não despertavam o interesse dos estancieiros pecuaristas. A ocupação das áreas de florestas se deu partir da implantação de duas colônias (Colônia Alemã de Santo Ângelo, região dos atuais municípios de Agudo e Paraíso do Sul), e a Colônia de Silveira Martins (Quarta Colônia Italiana). A criação de núcleos e também de colônias particulares contribuiu para povoamento do Rebordo da Serra Geral da Região (NEUMANN, 2003).

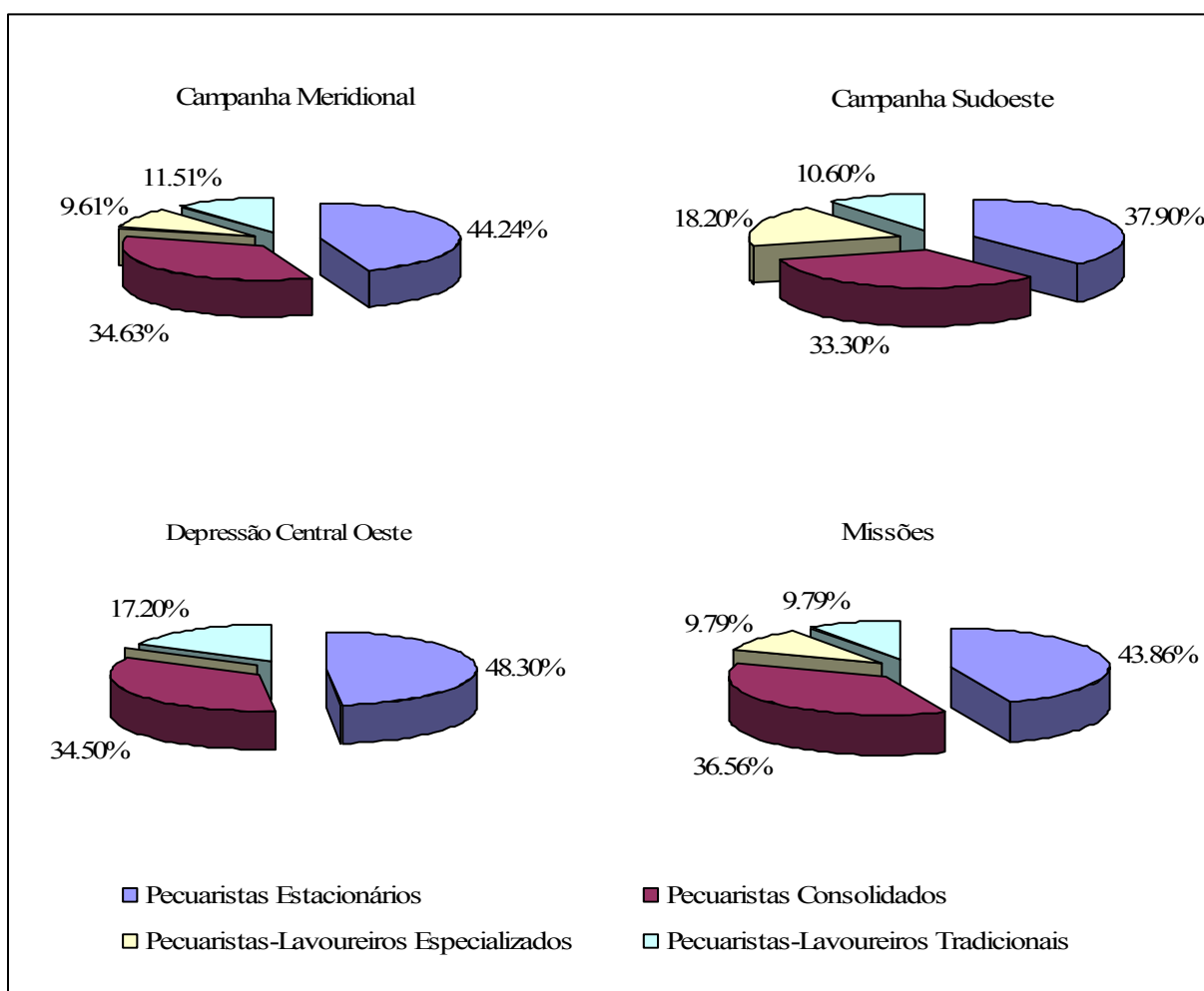


Figura 23 - Agrupamento de regiões a partir do predomínio de Pecuaristas Estacionários e Pecuaristas Consolidados

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Essa região de florestas era estratégica, pois representava uma “ligação” entre as regiões de Campos do Sul, aos Campos do Planalto Sul Rio-grandense, também ocupados por latifundiários (FRANTZ, 1982; NEUMANN, 2003). Do ponto de vista agrícola, nessa região, predominam os cultivos diversificados; entre estes, se destacam o feijão, tabaco, milho, entre outros.

Este agrupamento também é caracterizado pela descontinuidade das regiões, e também não obedece estritamente a regionalização Norte-Sul. Se considerado com os dois outros agrupamentos, nessas regiões existe um equilíbrio maior de distribuição, principalmente entre os perfis em que a bovinocultura de corte consiste na atividade principal. Dos pecuaristas considerados na amostra, nessas regiões se observa um percentual que varia entre 17% e 29% de Pecuaristas-Lavoueiros. Essa configuração, naturalmente denota heterogeneidade interna, principalmente no que se relaciona às formas de paisagens. Ainda que predomine um ou outro tipo de relevo e/ou cobertura vegetal, existem situações diferenciadas, relacionadas a esse aspecto, que tendem a se manifestar na distribuição dos pecuaristas.

Assim como uma paisagem heterogênea, também tende a ser mais heterogêneos os tipos sociais, embora as trajetórias de ocupação dessas regiões sejam semelhantes. Com excessão da colonização do Rebordo do Planalto. Neste sentido, identificam-se áreas típicas de criação de gado, como a região de campos limpos, identificáveis, principalmente na Campanha Meridional e Campanha Sudoeste; áreas propícias para o cultivo do arroz, em praticamente todas as regiões, e ainda áreas relacionadas aos cultivos diversificados. Além disso, também varia significativamente o tamanho dos estabelecimentos. Nessas regiões, identificam-se desde o pequeno estabelecimento de caráter familiar, ancorado nos pequenos cultivos; grandes estabelecimentos empresariais, voltados para a produção e beneficiamento de arroz; a estância, envolvida com a criação de gado aos moldes tradicionais e a pecuária do tipo empresarial.

No entanto, esse conjunto de regiões é a que mais tende a manifestar com mais intensidade o processo que Barcellos *et al.* (2004), denomina de “agriculturização do Sul do Brasil”. Mesmo que essas regiões apresentem limitações edafoclimáticas, principalmente para os cultivos de seco (principalmente, soja e milho), essas culturas têm se expandido por essas regiões. Nesse contexto, as terras que historicamente eram exploradas com pecuária passam, nos últimos anos, a serem sistematicamente ocupadas com lavouras. Segundo os autores acima referidos, a oportunidade de integração com a lavoura ocorre pelo próprio pecuarista que possui alguma vocação agrícola; com a ampliação de áreas cultivadas por aqueles que já praticavam cultivos de lavoura com terceiros; ou ainda, a partir da possibilidade de

arrendamentos de terras para agricultores que migraram para regiões marginais, com terras a preços mais acessíveis. Como a pecuária encontrava-se com seus preços deprimidos, e com dificuldades para competir com a agricultura, mesmo em solos com baixo potencial agriculturável as lavouras foram sendo implantadas.

Barcellos *et al.* (2004) realizam um cálculo que estabelece uma comparação de valores apurados a partir do arrendamento para soja e produção pecuária, no sistema de cria que ajuda a entender esse processo de “agriculturização”. Os autores expõem que para equiparar o rendimento obtido a partir do arrendamento de um hectare/por quatro sacas de soja, por exemplo, seriam necessários 125 kg de bezerro/ha; se o arrendamento fosse efetivado por seis sacas/ha, seriam necessários 188 kg de bezerro/ha; a 8 sacas de soja/ha, seriam necessários 250 kg bezerros/ha. Esse cálculo demonstra a fragilidade da competitividade da bovinocultura de cria, por exemplo, frente a possibilidade de arrendamentos para realização de lavouras.

Neste aspecto, dois exemplos reforçam essa tendência de agriculturização. A primeira está associada e vinculada a uma estimativa da Emater-RS (2005). Segundo a Instituição a área ocupada com lavouras, no período de 1999/2005, no Estado do Rio Grande do Sul, aumentou em torno de oitocentos mil hectares. Este aumento de áreas com cultivos de seco, principalmente a soja, ocorre inclusive, em regiões em que aptidão dos solos e de clima, é no mínimo discutível para o cultivo da oleaginosa. Esse movimento pode ser exemplificado a partir de um processo ocorrido no município de Santana do Livramento (Campanha Sudoeste), em que a área ocupada com o cultivo da soja, praticamente dobrou. Na safra 2003/2004 foram cultivados 4,7 mil hectares com a oleaginosa; na safra 2004/2005 a área cultivo variou entre 8 e 10 mil hectares (EMATER-RS, 2005).

Outro dado advém da pesquisa de Campo do Projeto SEBRAE, SENAR e FARSUL (2005). Do total de pecuaristas considerados na referida pesquisa, 30% deles manifestaram que disponibilizam para terceiros; via de regra, essa disponibilização de áreas se dá a partir do “arrendamento”, e essas áreas tendem a ser para implementação de lavouras. Esse mecanismo permite uma melhor rentabilidade da terra, se comparado com a bovinocultura. Logo, o percentual de pecuaristas, assim como o percentual de área disponibilizada para terceiros é mais expressiva entre os perfis em que a bovinocultura é a atividade principal, e ocorre, principalmente entre os pecuaristas reunidos no perfil dos Consolidados. Neste conjunto de regiões, entre os pecuaristas que realizam a disponibilização de áreas, a média de área disponibilizada é de 336 hectares, e representa aproximadamente 24% da área total dos estabelecimentos.

Conforme foi comentado no capítulo seis, essa possibilidade de transação se reflete na composição da renda e nos indicadores técnico-produtivos dos estabelecimentos em que a bovinocultura de corte consiste na atividade principal. Isso se constitui em um dos principais elementos que diferenciam os pecuaristas denominados de Consolidados dos Pecuaristas Estacionários.

Ainda de acordo com o capítulo seis, os Pecuaristas Consolidados, na média, demonstram indicadores agroeconômicos mais favoráveis, se comparados com os Pecuaristas Estacionários; assim como apuram renda agrícola suficiente para garantir a reprodução social da família. Contudo, quando se consideram os recursos advindos de outras fontes de renda, os valores dos indicadores de renda aumentam consideravelmente.

Além dos recursos advindos de outras fontes de renda (renda externa, que compreende o ingresso advindo da disponibilização de áreas para terceiros), eles também tendem a receber como parte de pagamento do arrendamento, as pastagens de inverno implantadas para serem utilizadas como áreas de pastejo, na estação fria. Essa pastagem cultivada, muitas vezes se constitui em um diferencial muito importante, uma vez que contribui para melhorar o desempenho da bovinocultura de corte.

Assim, considerando os pecuaristas da amostra dessas quatro regiões específicas, aproximadamente 50% dos Pecuaristas Consolidados, disponibilizam para terceiros, entre 18% e 29% da superfície total dos estabelecimentos. Considerando o mesmo perfil, os ingressos das rendas externas destes pecuaristas, representam em torno de 58% da renda total. Como as rendas externas, majoritariamente, derivam dessa disponibilização de áreas para terceiros, principalmente na forma de arrendamentos de parte do estabelecimento, isso tem sido um diferencial importante, nesse perfil de pecuaristas. Essa prática se verifica entre os pecuaristas denominados de Estacionários, porém, a área total destes últimos, assim como a disponibilizada para terceiros é de aproximadamente 50% inferior.

Dessa forma, estratégias ligadas à disponibilização de áreas para terceiros têm se tornado um mecanismo importante, diferenciado, que permite aos pecuaristas se apropriar de um ingresso de recursos que dificilmente obteriam da atividade pecuária, principalmente nos momentos de crise, como o do período considerado. Contudo, muitas vezes essa situação se verifica em regiões onde as condições de relevo, estrutura de solos e vegetação não são aptas para esse tipo de exploração, e tende a causar problemas ambientais irreversíveis.

Muitas vezes, o pouco conhecimento sobre a capacidade dos solos e das forrageiras de cada região faz com que muitos pecuaristas tomem medidas equivocadas, como a substituição do campo nativo por espécies exóticas, ou mesmo, por lavouras. Esse recurso, em muitas

partes do Estado, se constitui em um recurso forrageiro de muita potencialidade, desde que manejado corretamente. Essas reconversões, muitas vezes precipitadas, visando o curto prazo, tendem a comprometer a organização do estabelecimento, no longo prazo.

7.2.3 Agrupamento de Regiões C (Essencialmente caracterizadas pelo perfil de Pecuaristas Estacionários)

Esse agrupamento é constituído pelas regiões de Campos de Cima da Serra, Depressão Central Leste, Encosta do Noroeste, Serra do Sudeste e Vale do Alto Uruguai.

A região de Campos de Cima da Serra está localizada no compartimento de paisagem do Planalto Basáltico e corresponde, em grande parte, à subunidade de Campos, também conhecida como Campos Limpos. As altitudes alcançam em torno de 1000m e o relevo se constitui em colinas com cobertura predominantemente de campo nativo. No período de inverno, em função das baixas temperaturas, a capacidade nutricional dessa cobertura vegetal se reduz consideravelmente, e impõe dificuldades aos pecuaristas, principalmente devido à redução da qualidade dos recursos forrageiros.

A ocupação de forma mais sistemática da região está associada à população rio-grandense de origem lusa que se estabeleceu no Planalto, entre os anos de 1828 e 1850. Estas ocuparam basicamente os Campos de Cima da Serra, pois era a região de comunicação menos difícil. Como os campos cobriam as cristas e lombadas, era possível por em prática a criação de gado, nos mesmos moldes da pecuária da região da Campanha. De acordo com Roche (1969. p. 40), “houve no Planalto um segundo Rio Grande Pastoril, mas foi até o fim do século XIX, um parente pobre da Campanha”, porque os campos não possuíam a mesma qualidade, se comparado com os da Pampa sulina.

Até o final do século XIX, essa região era basicamente explorada com atividades pastoris, no entanto, a partir de 1875 inicia-se a colonização européia. Os colonos se estabelecem nessa região e ocupam as terras, principalmente entre o Rio Caí e Campos de Vacaria, ou seja, ocupam a região das encostas, onde passam a desenvolver uma agricultura de subsistência. Historicamente, as áreas de campo dessa região sempre estiveram vinculadas à produção pecuária, mas, principalmente a partir de 1960, uma série de transformações produtivas vem ocorrendo em algumas partes dessa região. Entre elas destacam-se a implantação de áreas de fruticultura, áreas expressivas de florestamento com espécies exóticas. Nas regiões de solos mais profundos, como Vacaria, Lagoa Vermelha e Campestre

da Serra, lavouras com trigo, soja, milho e aveia ocupam áreas que originalmente eram constituídas de pastagem natural (AMBROSINI, 2007).

A subunidade de Paisagem Florestal corresponde, em sua maior parte, às coberturas que caracterizam as escarpas erosivas do planalto e áreas de maior altitude. As coberturas identificadas como escarpas erosivas estão associadas às Florestas de Mata Atlântica e Florestas Subtropicais. O processo de ocupação das áreas de florestas do Estado ocorreu em dois momentos. Inicialmente, houve a formação de colônias também de origem européia. Essa fase iniciou por volta de 1824, com a vinda dos colonos alemães. A partir de 1875, chegaram os imigrantes italianos. Esses grupos étnicos ocuparam, respectivamente, as margens da Bacia do Rio Guaíba e a região Centro Nordeste do estado, formando as primeiras colônias conhecidas como Colônias Velhas (FRANTZ, 1979).

As coberturas localizadas nos topos de maior altitude correspondem às remanescentes Florestas Subtropicais e de Araucárias do Estado. Este perfil de florestas corresponde, predominantemente, à Região da Encosta do Nordeste. A base agrícola dessas colônias esteve, ao longo do tempo, vinculada à produção de cultivos e criações diversificadas, tendo sua história fundada na chegada dos colonos alemães (1824) e nos colonos italianos (1875).

A colonização dessa região é o ponto de partida para a ocupação das áreas de florestas e estava associada a uma estratégia do Governo brasileiro de povoar as terras devolutas e suprir a carência de mão-de-obra para o mercado de trabalho “livre” no Brasil (BRUM, 1988). Essa é uma região que passou por muitas transformações. Atualmente a dinâmica agropecuária está baseada não só nos cultivos diversificados, mas também em outras atividades, relacionadas à indústria e serviços. O turismo rural se constitui em uma das potencialidades dessa região e alternativa de obtenção de renda entre os estabelecimentos agrícolas. Essa articulação do rural com outras atividades, não necessariamente rurais ou agrícolas, imprime a essa região características, de certa maneira, diferenciadas (GIRON, 1980).

Na região do Vale do Alto Uruguai, a cobertura vegetal original se constitui em uma paisagem em que predomina a Mata Atlântica. Essa região se caracteriza por um relevo acidentado, com grande ocorrência de áreas em declives. Historicamente, essa região foi ocupada a partir do deslocamento de “colonos” vindos das Colônias Velhas para, no período de 1930/1940, ocupar esse que era o último reduto de matas pouco exploradas no Estado. Influenciados pela tradição dos colonos imigrantes, essa região se caracteriza pela tradição em cultivos diversificados (BRUM, 1988; FRANTZ, 1982).

No início da ocupação, o colono produzia cultivos e criações diversificadas para o autoconsumo. O excedente, via de regra, era comercializado ou trocado com comerciantes da região. Também era expressivo o número de fábricas e industrialização de produtos, basicamente de modo artesanal e em pequena escala. A suinocultura era a principal atividade comercial das regiões de colonização recentes, como foi o caso do Alto Uruguai. Essa atividade começou a perder o dinamismo devido à substituição da banha por culturas oleaginosas vegetais, entre outros fatores. Esse cenário abre espaço para a rápida disseminação da soja na lavoura gaúcha, desencadeando significativas alterações na agricultura, principalmente nessas regiões (GAZOLLA, 2004; SCHNEIDER, 1999).

Atualmente, verifica-se nessa região uma gama de situações. De um lado, agricultores familiares ligados à produção diversificada para o autoconsumo, comercializando o excedente em mercados locais e regionais; de outro, agricultores inseridos na lógica das lavouras de trigo e soja como na integração às cadeias agroindustriais suínica, avícola e, mais recentemente leiteira. Também se verifica uma retomada para o fomento de agroindústrias de caráter familiar nessa região (ZANELLA, 2004). A criação de bovinos nessa região é basicamente voltada para a produção de leite. Do ponto de vista social é proeminente a configuração e atuação dos movimentos sociais, assim como a existência de uma rede de cooperativas de pequeno e médio porte.

A região denominada de Serra do Sudeste está localizada na unidade de paisagem do Escudo Sul Rio-grandense. Em decorrência dessa diferenciação, essa unidade de paisagem foi individualizada em Campos do Sudeste e Campos Mistos. A subunidade de Campos do Sudeste predomina na porção Centro-Oeste da unidade do Escudo Sul Rio-grandense. A cobertura vegetal é constituída de gramíneas e gramíneas lenhosas. O relevo dessa subunidade não é homogêneo (SUERTEGARAY; GUASSELLI, 2004).

De um modo geral, as formas predominantes de relevo são as coxilhas, localizadas no extremo oeste do escudo, junto à depressão central, juntamente com as formas aplainadas, as cristas alinhadas e as áreas de relevo dissecadas, presentes na porção centro-leste do Escudo. A subunidade Paisagem de Campos Mistos ocupa a porção centro-leste da unidade de paisagem do Escudo Sul Rio-grandense. A cobertura vegetal é mais densa, se comparada com a subunidade dos Campos do Sudeste. Essa cobertura vegetal mais densa está associada à formação arbórea. Em grande parte da Serra do Sudeste, os afloramentos rochosos e a declividade limitam severamente a potencialidade agrícola dos solos. Do ponto de vista da produção agrícola, essa região é basicamente explorada com atividades pecuárias, com áreas de agricultura familiar e florestamento com espécies exóticas. A ocupação do território está

associada à formação das estâncias e fazendas, como forma de consolidar a colonização portuguesa. Posteriormente também segue a lógica da produção de gado para fomentar a indústria frigorífica. Essa região é caracterizada pela presença significativa de pecuaristas familiares (COTRIM, 2003; RIBEIRO, 2009; SANDRINI, 2005).

A região da Depressão Central Leste, se insere na Unidade de paisagem da Depressão Central. A subunidade correspondente é a paisagem Agrícola 3, com predomínio de cultivos diversificados. A forma de ocupação dessa região também faz parte do contexto da ocupação portuguesa, ainda no século XVIII e XIX. Nos municípios mais próximos a Porto Alegre, a dinâmica de ocupação também se deu com a participação dos colonos imigrantes. A exploração das sesmarias ocorria preferencialmente nas áreas planas, de vegetação menos densa. No entanto, as partes das estâncias que compreendia os terrenos dobrados e de vegetação densa, permaneciam pouco exploradas. Atualmente, nessa região, onde predominam as várzeas, a exploração predominante é a criação de gado e as lavouras de arroz. As áreas mais altas e dobradas caracterizam-se pelas atividades de cultivos, fruticultura e pequenas criações. Nas áreas mais altas, a partir da década de 1980, teve início o cultivo de florestas exóticas, principalmente para a produção de celulose (CALCANHOTTO, 2001).

A configuração desse terceiro agrupamento de regiões se diferencia das demais, e destaca-se pela quantidade expressiva de pecuaristas reunidos no perfil dos Pecuaristas Estacionários. Do ponto de vista do agrícola, uma das principais diferenciações está relacionada com o perfil do relevo, à cobertura vegetal e à potencialidade dos solos. Além do mais, pode-se considerar que existem diferenciações significativas no que se refere às formas de ocupação, dinâmicas populacionais e agrícolas recentes.

Neste contexto, ainda que as regiões de Campos de Cima da Serra, Serra do Sudeste e Depressão Central possam ser consideradas regiões tradicionais e com trajetória histórica de criação de bovinos de corte, é necessário destacar que partes dessas regiões abrigam colonizações relacionadas a colonos imigrantes. Esse tipo de colonização, em larga medida possui uma trajetória influenciada pela produção agrícola, basicamente vinculada aos cultivos diversificados e pequenas criações. Assim, a criação de bovinos, de forma mais expressiva, se destina à produção de leite. Já a bovinocultura de corte se configura como uma atividade secundária.

Na região de Campos de Cima da Serra e parte da Encosta do Nordeste, os solos, de um modo geral, são superficiais e com afloramentos de rochas, predominando uma vegetação de Campos Limpos. Essa cobertura vegetal, normalmente é de menos qualidade, se comparada com os campos do Sul do Estado é fortemente castigada no período de inverno,

em decorrência das temperaturas baixas e ocorrência de geadas. Além disso, o manejo dessas pastagens naturais muitas vezes, é realizado por meio de queimadas, prática proibida por Lei Federal, mas ainda muito tradicional e amplamente utilizada nessas Regiões (SUERTEGARAY; GUASSELLI, 2004).

Essa sistemática tende a comprometer ainda mais a estrutura e a capacidade de produção de forragem destes solos. Situação semelhante ocorre na região da Serra do Sudeste. Em linhas gerais, essas regiões se caracterizam por serem regiões de solos dobrados, onde aparecem muitos afloramentos de rochas e solos rasos. A cobertura vegetal de campos sujos e mistos tende a demandar um tratamento diferenciado, sobretudo no que consiste à capacidade de carga animal. Além disso, limitam significativamente a composição de pastagens cultivadas, assim como, a constituição de lavouras. Dessa forma, ainda que os pecuaristas desejassem realizar esses procedimentos, freqüentemente eles esbarram em uma limitação natural.

As regiões da Encosta do Nordeste, Vale do Alto Uruguai e parte da Depressão Central Leste são regiões de vegetação típicas de florestas, onde atualmente predominam pequenos e médios estabelecimentos, voltados basicamente para a agricultura familiar. A bovinocultura, nestes locais, está mais voltada para a produção de leite. O tamanho médio da área dos estabelecimentos considerados nessa pesquisa, nas Regiões da Encosta do Nordeste e Vale do Alto Uruguai, por exemplo, são de aproximadamente 130 hectares, respectivamente. A participação da produção para o autoconsumo na composição do Produto Bruto Total é a mais expressiva, se considerado com os demais perfis de pecuaristas (em torno de 10% do produto bruto total). E linhas gerais, estes estabelecimentos possuem características típicas de agricultura e/ou pecuária familiar. Nessas duas regiões, a bovinocultura representa entre 40 e 60% do produto bruto total, o que demonstra a existência de outras atividades agrícolas contribuindo na composição do produto bruto total, além da produção do autoconsumo.

A concentração de pecuaristas que configuram o perfil dos Pecuaristas Estacionários, considerando a amostra de cada região específica, varia entre 70% e 100%, com exceção da região de Campos de Cima da Serra (61% de pecuaristas estão no perfil dos Estacionários). No entanto, essas regiões possuem especificidades que, em larga medida, condicionam essa configuração. Considerando que as variáveis referentes ao uso da terra; de avaliação de desempenho técnico-produtivo da bovinocultura de corte e gerais; e ainda, aquelas relacionadas à renda explicam a configuração dos perfis de pecuaristas, essa distribuição regional é coerente (FIG. 24).

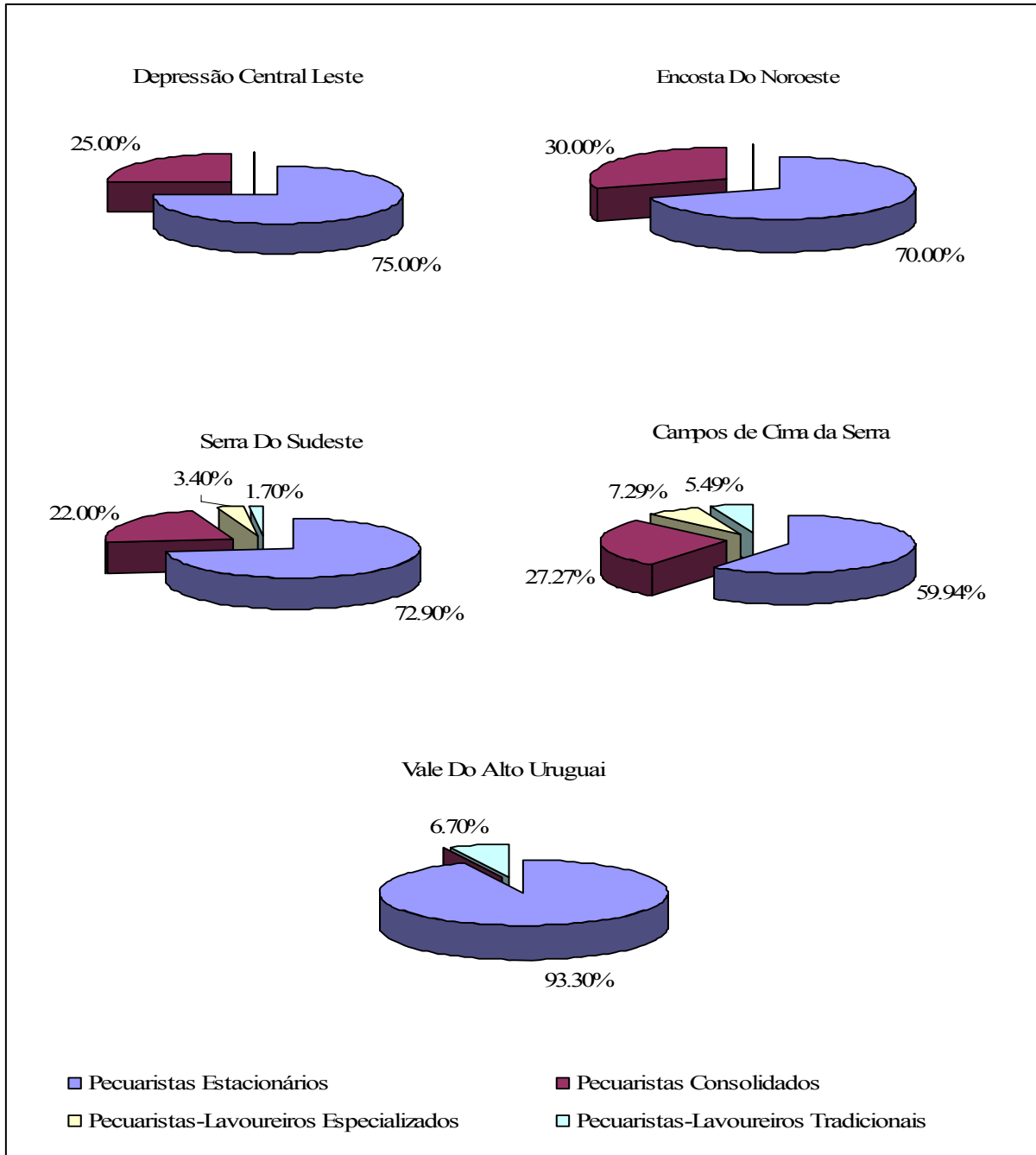


Figura 24 - Agrupamento de Regiões do predomínio de perfil de Pecuaristas Estacionários
 Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Do ponto de vista produtivo, essas regiões abarcam as áreas em que o relevo, a cobertura vegetal e o perfil de solos são pouco aptos às atividades relacionadas às lavouras, principalmente em escala. As limitações em relação ao uso dos solos, interferem nos indicadores de desempenho relacionados à bovinocultura, especificamente.

Nessas regiões, as áreas de campo nativo tendem a apresentar menor qualidade, se comparada com as demais regiões. As possibilidades de constituição de pastagens permanentes, campo nativo melhorado, e pastagens cultivadas esbarram, na maioria das

vezes, nas dificuldades técnicas para esse tipo de procedimento, e também nas dificuldades econômico-financeiras. Além disso, o principal recurso produtivo vinculado à bovinocultura de corte, o campo nativo, via de regra, é explorado de maneira inadequada. À medida que esses pecuaristas atribuem aos animais uma função de “reserva de valor” ou de “poupança”, a sobrecarga das áreas de pastejo é uma consequência natural.

Nas regiões em que predominam núcleos de agricultura e pecuária familiar, o tamanho das áreas de campo nativo varia entre 70 e 150 ha, e o sistema de criação predominante é a cria. Assim, a comercialização de terneiros acaba sendo em pequena escala, realizada quase sempre com vizinhos, mediante à necessidade de dinheiro para alguma eventualidade, ou para liberação do campo. Assim, nas regiões típicas de colônias, a bovinocultura de corte, muitas vezes se constitui em uma atividade secundária, e realizada como forma de potencializar áreas de difícil aproveitamento para outras atividades agrícolas, ou ainda, como uma alternativa à falta de mão-de-obra e à idade avançada dos proprietários do estabelecimento.

Essa mesma situação se percebe nas demais regiões, sobretudo na Serra do Sudeste, onde é observado um número significativo de pecuaristas que atuam na bovinocultura de maneira tradicional, sem primar por padrão genético, melhoramento das áreas de pastejo e índices de lotação adequados. Nessas regiões é expressivo o número de pecuaristas do tipo familiar.

Em regiões mais tradicionais na bovinocultura de corte, figuram entre as transformações recentes, a presença expressiva do florestamento com espécies exóticas, para a exploração comercial. Considerando o perfil dos Pecuaristas Estacionários, nas regiões da Encosta do Nordeste e Depressão Central Leste, entre 70% e 75% dos estabelecimentos apresentam cultivo de florestas exóticas. Em ambas as regiões, considerando o mesmo perfil, em torno de 15% da área dos estabelecimentos estão ocupadas com esse tipo de atividade.

De um modo geral, os pecuaristas localizados nessas regiões, enfrentam limitações produtivas pelas condições edafoclimáticas. Além do mais, somados a esses condicionantes, pode-se acrescentar ainda os aspectos socioculturais, como as diversas “vocações” dos produtores nessas regiões. A própria situação econômica instável relacionada às atividades agrícolas e que, muitas vezes, não asseguram a reprodução social, leva esses pecuaristas a buscarem alternativas fora do agrícola, como os empregos não-agrícolas. As aposentadorias também constituem uma alternativa de auferição de rendas para estes pecuaristas

Conforme já foi apresentado nos capítulos anteriores, os “fatores”⁵ que mais explicam a configuração dos perfis de pecuaristas estão relacionados com o uso da terra, aspectos técnico-produtivos e econômicos, muito embora, fatores relacionados aos aspectos não-econômicos contribuem para explicar essa estratificação. Dessa forma, o agrupamento de regiões obedece, considerando o perfil dos pecuaristas, em larga medida, às possibilidades do acesso e uso da terra, e todas as implicações relacionadas com esse importante fator de produção.

Ainda que não se tenha realizado uma discussão mais aprofundada sobre divisão clássica entre estabelecimentos pecuários tradicionais e empresariais, é possível inferir que o perfil dos Pecuaristas Estacionários, tende a caracterizar um típico pecuarista ou um estabelecimento de bovinocultura tradicional, praticada aos moldes extensivos. Aparte a discussão sobre preços e as variáveis que explicam a variância dos dados, talvez a “tradição”, seja um dos principais fatores que explica a presença significativa deste tipo de pecuaristas em todas as regiões do Estado. A tradição pode ajudar a explicar inclusive a existência deste tipo de pecuaristas em locais em que as particularidades de relevo e formas de ocupação permitem a diversificação das atividades agrícolas.

Neste contexto, os pecuaristas que reúnem essas características são menos sensíveis à variação de preços, dessa forma menos propensos a investimentos em tecnologias, ainda que isso implique em apurar produtividade e rendimentos muito baixos e até mesmo negativos, em períodos de crise, como o verificado no período de pesquisa. Essa renúncia à busca de alternativas e investimentos que permitam melhorar os indicadores de produção e produtividade é feito, buscando preservar um modo de vida muito particular, conforme identificou Ribeiro (2009).

Essa abdicação às tecnologias e ao uso de insumos, entendida como uma irracionalidade do ponto de vista técnico-produtivo pode ser entendida como uma racionalidade de longo prazo do pecuarista, que busca não praticar ações que possam comprometer o patrimônio. Nestes casos, a preservação do estabelecimento, para ser transmitida pelo menos a uma geração de sucessores, é um dos principais objetivos destes pecuaristas.

⁵ Conforme o exposto no apêndice A, os fatores que mais explicam a configuração dos perfis de pecuaristas são: rendimento e produtividade da terra; rendimentos e produtividade do trabalho; uso da terra, Rebanho e área de pastejo, e Rendas. Considerados conjuntamente, estes fatores são responsáveis por 47,114% da variância total (74,168%).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É incontestável a velocidade das mudanças econômicas, ambientais e político-institucionais que vêm ocorrendo nas últimas décadas, em nível mundial. Essas mudanças têm impactado sobremaneira o setor agrário e exigido dos agricultores, das instituições de pesquisa de fomento e governamentais, formas de articulação e um grande esforço de adaptação a essa conjuntura atual, marcada, sobretudo pela incerteza e problemas sociais, econômicos e ambientais.

Considerando o setor agrário, uma das principais mudanças, e vista como um grande avanço, é o reconhecimento de que o “rural” deixou de ser analisado apenas a partir do agrícola e das atividades que o conformam. A partir disso, se deu a incorporação de outros elementos à noção do rural. Variáveis relacionadas à família, a inserção social e as percepções dos pecuaristas foram agregadas aos tradicionais fatores técnico-produtivos, utilizados nos estudos sobre os agricultores e a organização dos estabelecimentos agrícolas.

Em uma perspectiva mais ampla, as discussões em torno da noção, políticas e programas de Desenvolvimento Rural, em larga medida, permitiram emergir outras formas de articulação dos agricultores, em nível de estabelecimento, e outras possibilidades relacionadas aos espaços rurais. Hoje é amplamente aceito, principalmente no meio acadêmico, que os espaços rurais são multifacetados, envolvem uma teia de relações complexas que se materializam em maneiras diferenciadas de uso da terra e formas de agricultura, que ultrapassam largamente a esfera da produção.

Neste sentido, o ponto de partida desse estudo está baseado no entendimento de que a organização do estabelecimento pressupõe a compreensão dos aspectos técnico-produtivos e as características dos pecuaristas. Também foram consideradas as relações que se estabelecem entre os pecuaristas e o entorno, e ainda, as particularidades regionais. Esses aspectos são de natureza, formas e intensidade diferenciadas. A maneira como estes aspectos se externalizam implicam em diferentes perfis de pecuaristas, assim como em formas diferenciadas de organização, não só no que se refere à bovinocultura de corte, mas também em relação a outras atividades agrícolas ou não-agrícolas. Entendido dessa forma, o objetivo dessa tese consistiu em compreender a configuração recente da bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul, a partir de uma análise dos pecuaristas e estabelecimentos envolvidos com a atividade.

As constatações mais gerais dão conta de que a dinâmica dos pecuaristas e estabelecimentos envolvidos com a criação de bovinos de corte está estreitamente relacionada

com fatores que ultrapassam a esfera dos aspectos técnico-produtivos e oportunidades de mercado. Assim, foi possível identificar que as relações ligadas à tradição familiar e modos de vida se constituem em objetivos e elementos suficientes para justificar a permanência da propriedade e a criação de bovinos, mesmo com uso de tecnologias e retorno financeiro baixos, e muitas vezes, negativo. De um modo geral, esses objetivos vão se refletir nas práticas de produção, nos indicadores de desempenho técnico-produtivos, enfim, nas formas como esses pecuaristas conduzem seus estabelecimentos.

Desta forma, aparte os problemas relacionados aos preços, baixos no período da pesquisa, a disponibilidade e uso dos recursos produtivos; o perfil socioeconômico; os objetivos e as percepções dos pecuaristas, e a interação destes aspectos, em larga medida, são responsáveis pela configuração da bovinocultura gaúcha, na escala da produção. Essas constatações emergiram, a partir da análise dos dados empíricos e as considerações teóricas, tratados de forma integrada, a partir de dimensões de análise, nos capítulos cinco e seis.

Em relação às considerações teóricas, foi realizada uma revisão que se apropriou da contribuição de autores e perspectivas diferenciadas. No entanto, essas perspectivas, nas suas interfaces, possuem elementos comuns, e contribuíram sobremaneira para a caracterização do perfil dos pecuaristas, assim como a compreensão das diferentes formas de organização dos estabelecimentos e o contexto regional. A percepção de que a organização dos estabelecimentos, envolvidos com a criação de bovinos, incorporam elementos relacionados às dinâmicas de ocupação do território, às formas de paisagem, e à evolução da agricultura ao longo do tempo, orientou uma análise regionalizada, onde se considerou particularmente, os elementos de paisagem. Entendido dessa maneira, a Abordagem dos Sistemas Agrários forneceu subsídios, principalmente para a análise da distribuição dos pecuaristas no espaço agrário rio-grandense.

Em relação à análise empírica, foram selecionadas variáveis que permitissem captar as especificidades relacionadas aos pecuaristas e seus respectivos estabelecimentos. A partir da utilização da Análise Fatorial e da Análise de *Clusters*, identificou-se quatro grandes perfis de pecuaristas. O primeiro, denominado de Pecuaristas Estacionários, representa 48,26% da amostra. O segundo, o dos Pecuaristas Consolidados, corresponde a 31,20% dos casos analisados. Nestes dois perfis, a principal atividade agrícola é a bovinocultura de corte e o sistema de criação predominante é o do tipo cria e ciclo completo. A participação das rendas advindas das aposentadorias, das rendas não-agrícolas, e das rendas externas (principalmente na forma de arrendamentos) é expressiva e contribuem significativamente na composição da renda total dos estabelecimentos. O terceiro e o quarto perfil, denominados de Pecuaristas-

Lavoureiros Especializados e Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais (9,88% e 10,66% da amostra) desenvolvem a bovinocultura de corte juntamente com o cultivo de lavouras anuais. O sistema de criação predominante é o do tipo ciclo completo e o de recria/terminação. Nestes dois perfis, as rendas são majoritariamente advindas das atividades agrícolas, principalmente das lavouras anuais.

A posterior retomada das variáveis, analisadas em uma perspectiva comparativa, organizadas em dimensões de análise, permitiu abarcar os aspectos técnico-produtivos assim como as características sociais e as percepções e motivações dos pecuaristas. Essa forma de sistematização forneceu subsídios para as análises mais específicas, principalmente no que se refere à identificação dos principais fatores que influenciam as práticas dos pecuaristas, assim como nas diferentes configurações de estabelecimentos, envolvidos com a criação de bovinos de corte, no Rio Grande do Sul.

Em função dessa sistematização, identificou-se uma variabilidade significativa no que se refere ao comportamento dos indicadores agroeconômicos, assim como naqueles relacionados com as percepções e características dos pecuaristas. Essa variabilidade é verificada, não somente em relação à organização dos estabelecimentos dos diferentes perfis de pecuaristas, mas também, no interior de cada perfil. Essas diferenciações permitem algumas constatações mais específicas, no que se refere às formas como se apresenta a bovinocultura de corte, a partir dos pecuaristas considerados na pesquisa, no período relacionado.

Convém lembrar que as variáveis utilizadas para a realização da Análise Fatorial e a constituição dos *clusters*, foram selecionadas de maneira que permitissem captar diferentes perfis de pecuaristas, formas de organização de estabelecimentos, não somente a partir dos aspectos técnico-produtivos, mas também considerando os elementos sociais e comportamentais relacionados. Essas variáveis foram trabalhadas de uma maneira que evitasse possíveis distorções, decorrentes dos rendimentos de escala.

Feita essa menção, constata-se que o tamanho da área disponível é determinante para auferir rendimentos em escala, mas, não necessariamente, implica em estabelecimentos com melhor eficiência técnico-produtiva e viabilidade econômica. Isso se verificou, a partir da existência, no interior de todos os perfis, de estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, operando com sérios problemas de ordem técnico-produtivos e econômicos, assim como estabelecimentos, operando de forma eficiente e com destacados índices de produtividade e rendimentos. Neste sentido, são parcialmente verdadeiras as afirmações de

que a bovinocultura, enquanto atividade produtiva, somente é viável em médios e grandes estabelecimentos.

Entendido desta forma, se o tamanho dos estabelecimentos tem pouco poder de explicação, que outros fatores estão relacionados com essa diferenciação de perfis de pecuaristas e organização de estabelecimentos? Ainda que esse trabalho seja um “panorama” da atividade, relacionado ao período 2003/2004, e, portanto não se tem elementos para comparações, em dois ou mais momentos no tempo, do ponto de vista técnico-produtivo, o perfil dos solos e as possibilidades relacionadas ao uso da terra, possuem uma influência significativa nessa configuração. Assim, os estabelecimentos que possuem áreas que reúnem as condições de realização de pastagens cultivadas e/ou lavouras anuais (sejam próprias ou arrendadas) demonstram um melhor desempenho técnico-produtivo e de remuneração do capital, no período considerado. Esse aspecto pode ser constatado à medida que se compara os valores relacionados aos indicadores de produtividade e rendimentos dos Pecuaristas Consolidados (da terra, trabalho e capital) e dos Pecuaristas-Lavoureiros. Os pecuaristas Consolidados, apesar de atuarem basicamente na bovinocultura, manifestam um percentual significativo de pastagens cultivadas de inverno e apuram rendas significativas com a disponibilização de áreas *para* terceiros; estas preponderantemente na forma de arrendamentos para a realização de lavouras. A partir dessas configurações de estabelecimentos, pode-se prever, como já vêm se confirmando a partir de estudos mais localizados, a existência de uma possível agriculturização das áreas de campo no Rio Grande do Sul.

Assim, sobretudo nos ciclos pecuários caracterizados por preços baixos e de crise, como o relacionado no período da pesquisa, a criação de bovinos acaba sendo desenvolvida em áreas que apresentam limitações edafoclimáticas e de mecanização, para a diversificação de atividades agrícolas. Dessa forma, pela baixa capacidade de remunerar o capital investido, se comparado com outras atividades, gradativamente a bovinocultura vai sendo “remetida” para as áreas pouco propícias, principalmente para a exploração com lavouras.

Também contribuem sobremaneira para essa configuração, situações relacionadas aos ingressos de recursos advindos de outras fontes de renda e as características e objetivos dos pecuaristas. Primeiramente é inegável a expressividade do ingresso de outros tipos de renda, uma vez que estão presentes em mais de 80% dos estabelecimentos considerados na amostra. Em muitos estabelecimentos essas rendas são a garantia da reprodução social, e ainda, muitas vezes, funcionam como financiadores das atividades agrícolas.

Visto de outro ângulo, o ingresso de recursos de outras fontes de rendas pode funcionar como um elemento “inibidor” de investimentos em genética animal, recursos forrageiros e técnicas de produção e gestão, que poderiam melhorar o desempenho agrônomo da bovinocultura, inclusive sem custos. Um indicador, historicamente presente no setor da bovinocultura, é o número significativo de profissionais liberais atuando na atividade. Somam-se a estes, o ingresso de recursos advindos das aposentadorias, e ainda, rendas externas, principalmente na forma de arrendamentos, são elementos que contribuem para a configuração da bovinocultura de corte. Assim, essas outras fontes de recursos, capazes de garantir a reprodução social da família e do próprio estabelecimento, uma vez que, não raro, subsidiam a atividade agrícola, em larga medida, induzem esses pecuaristas a manter a propriedade da terra e o rebanho, mais em função da tradição e da satisfação pessoal.

Desta forma, a configuração do estabelecimento e da atividade produtiva em si, respondem a outros objetivos, ou seja, a atividade se constitui em uma atividade lúdica, ou um estilo de vida. Considerando a importância sociocultural da bovinocultura de corte na formação histórica do Rio Grande do Sul, essas situações são recorrentes. Quando isso ocorre, tende a predominar os modos de produção tradicionais, ou seja, a atividade é conduzida aos moldes extensivos e fortemente dependentes das condições naturais. Sem uma preocupação mais apurada com a eficiência, produtividade e rendimentos, a atividade se mantém muito mais pelos laços de tradição, estilos e modos de vida, manutenção de um patrimônio, do que propriamente pela possibilidade de lucro. Nestes casos, o tamanho do estabelecimento é um elemento diferenciador, pois o que está em jogo é a renda total apurada e não a produtividade animal ou da terra.

Além desses fatores já elencados, contribuem para a diversidade de situações relacionada aos perfis de pecuaristas e organização de estabelecimentos, as características dos pecuaristas. Neste sentido, a idade, a escolaridade, a inserção social e as perspectivas de sucessão do estabelecimento, em larga medida, diferenciados nos perfis considerados, contribuem para a diferenciação. Tomado de forma isolada, essas dimensões mais relacionadas aos aspectos sociais e comportamentais são pouco explicativas. Contudo, analisadas de maneira integrada com outros indicadores, revelam elementos importantes no que se relaciona à organização dos estabelecimentos.

Em linhas gerais, constata-se que os estabelecimentos que revelam os melhores indicadores de desempenho agrônomo e de renda, são aqueles em que os chefes ou responsáveis, possuem nível de escolaridade mais elevado, maior inserção na comunidade local e regional e melhores perspectivas de possíveis sucessores. Neste sentido, os níveis de

escolaridade e a inserção social facilitam o acesso, a interpretação e a aplicação da informação, e tendem a atuar no sentido de melhorar as práticas de produção e administração em nível de estabelecimento. Além do mais, ampliam-se as possibilidades, no que se refere à inserção nos mercados e as transações com os agentes externos.

Assim, a configuração dos estabelecimentos e as formas que eles assumem ao longo do tempo, tende a ser a “materialização” de uma leitura que o pecuarista realiza, em determinado período, considerando as condições relacionadas aos recursos de produção disponíveis (terra, mão-de-obra, capital, tecnologia). No entanto, a forma e intensidade das relações que se estabelecem, tanto no interior do estabelecimento, como as estabelecidas com o entorno, enfim as práticas produtivas e administrativas, dependem das características, da inserção social e, sobretudo, dos objetivos dos pecuaristas. Essa teia de relações complexas somadas às particularidades locais e regionais forjam a diversidade de perfis de pecuaristas, de sistemas de produção e organização de estabelecimentos, existente no setor produtivo da bovinocultura de corte rio-grandense.

No âmbito dos estudos rurais, as particularidades regionais assumem um papel relevante e é um elemento importante na configuração dos estabelecimentos agrícola. Desta forma, a distribuição espacial dos pecuaristas considerados na pesquisa, demonstra que a tradicional regionalização do Estado em uma Metade Sul basicamente “pecuária” e uma Metade Norte “Agrícola” pouco se aplica para explicar a dinâmica atual, não só da pecuária, como das atividades de lavoura, no Rio Grande do Sul. Levando em consideração os pecuaristas entrevistados e o período de realização da pesquisa de campo, uma delimitação do Estado, considerando o dinamismo agrícola obedeceria mais um sentido Leste-Oeste.

Mas, muito mais que uma orientação, ou uma divisão Sul-Norte ou Leste-Oeste, neste estudo particularmente, a distribuição espacial dos pecuaristas nas respectivas regiões, está relacionada com as possibilidades que se apresentam em função do perfil do relevo, solos e clima. As possibilidades em relação ao uso da terra representam um elemento diferenciador significativo nesta distribuição regional. Em regiões de relevo menos dobrado, de perfil de solos mais férteis e aptos ao uso de mecanização, a diversificação de atividades produtivas permite ao pecuarista “dispor” os sistemas de criação ou de cultivo, visando adequá-los às tendências do mercado. Dessa forma, em períodos de crise pecuária, os recursos de um modo geral, se direcionam a outras atividades e vice-versa. No entanto, reforça-se essa idéia de “possibilidades” em relação ao uso da terra, porque não necessariamente todos os pecuaristas que reúnem as condições edafo-climáticas para a implantação de lavouras ou arrendamento de terras, efetivamente realizam esses procedimentos.

A configuração da base de dados utilizada foi determinante para a realização dessa análise. O número expressivo de observações (516 pecuaristas e/ou estabelecimentos) e variáveis relacionadas permitiu a aplicação de métodos de análise de dados multivariados. Neste sentido, a Análise Fatorial e Análise de *Clusters* se mostraram ferramentas importantes e se adequaram sobremaneira aos propósitos desse trabalho, baseado na identificação de perfis de pecuaristas e formas de organização de estabelecimentos.

Estas ferramentas possibilitaram a constituição de uma tipologia a partir de uma perspectiva multidimensional (aspectos técnico-produtivos, econômicos, sociais e comportamentais), relacionada aos pecuaristas e/ou estabelecimentos envolvidos com a criação de bovinos de corte, no Rio Grande do Sul, referente ao ano agrícola 2003/2004. Em virtude da participação na etapa de campo do projeto SEBRAE, SENAR, e FARSUL (2004/2005), foi possível estabelecer “reflexões” permanentes sobre os resultados obtidos a partir da análise estatística, e os apontamentos e as observações realizadas durante o levantamento de campo. Nesse sentido, foi muito importante a participação da autora no referido projeto, uma vez que permitiu, não só ampliar os conhecimentos relacionados ao tema de pesquisa, mas também para a realização de procedimento que demanda um estudo envolvendo tipologias: a percepção do pesquisador de que os “tipos”, obtidos através de técnicas estatísticas, resguardada as devidas proporções, se aproximam da realidade e a representam de forma minimamente adequada.

Logo, foi possível não somente identificar similaridades e diferenças entre tipos específicos de pecuaristas, estabelecimentos agrícolas, mas também entre as distintas regiões consideradas no trabalho. Com essa perspectiva de análise multidimensional avança-se em relação aos estudos tradicionais, que analisam a bovinocultura de corte basicamente a partir dos sistemas técnicos e econômicos. Estes estudos são de fundamental importância, em grande medida responsáveis pela projeção da bovinocultura de corte rio-grandense, em nível nacional e internacional. No entanto, a esses estudos voltados para critérios eminentemente técnico-produtivos, podem ser incorporados estudos relacionados que dêem conta de entender os pecuaristas, suas características socioculturais, suas percepções e objetivos. Esses estudos permitem ampliar a compreensão da conformação da bovinocultura de corte tal como ela é hoje, e as perspectivas que se apresentam, projetadas a partir de um quadro que considera os sistemas técnicos, o sistema de produção de maneira mais abrangente e o sistema social e de decisão.

No entanto, pela importância e a complexidade que envolve a bovinocultura de corte, este não é um estudo acabado, e não se esgota em si mesmo. Primeiro, em razão das

dificuldades de trabalhar com os prazos e formatos estabelecidos para a realização de uma tese. Neste sentido, lacunas ficaram a descoberto, perspectivas de análise foram apenas tangenciadas, sem, no entanto, serem trabalhadas de forma aprofundada.

Visto de outra forma, o Diagnóstico de Sistemas de Produção de Bovinocultura de Corte do Estado do Rio Grande do Sul, ou até mesmo o método de análise desta tese, ambos, podem ser tomados como um ponto de partida para outros trabalhos. Trabalhos esses, que ao partirem dos mesmos casos (pecuaristas) ou semelhantes, o mesmo instrumento de coleta de dados e de análises, e os mesmos cortes regionais, poderiam substanciar um banco de dados permanente. A partir disso, poder-se-á estabelecer análises comparadas, em nível de região e/ou Estado, que com certeza, captarão as mudanças e as dinâmicas dos estabelecimentos, entre um período e outro. A partir disso, avança-se em uma das limitações desse trabalho: uma análise de um período dado, ou seja, como já foi comentado, o que o referido Diagnóstico e este trabalho apresentam é uma “fotografia” ou um “panorama” do setor produtivo da bovinocultura de corte gaúcha, em um dado período de tempo.

Como já foi mencionado, o fato da constituição do banco dados utilizado ter sido conduzido a partir de uma “amostra dirigida”, não invalida o estudo realizado, pelo contrário, valoriza-o à medida que permitiu alcançar os diversos tipos de pecuaristas envolvidos com a bovinocultura. A partir desse tipo de amostra foi possível captar a diversidade de sistemas de produção, perfil de pecuaristas e organização de estabelecimentos considerados. Assim, os perfis de pecuaristas, as formas de organização e a distribuição regional refletem a dinâmica da atividade no período considerado, e, resguardada as devidas proporções, podem ser expandidas para o Rio Grande do Sul, como um todo.

Por fim, ainda que pese as mudanças recentes na bovinocultura de corte, sobretudo no que se relaciona aos preços, entende-se que poucas mudanças se observariam na distribuição dos pecuaristas considerados na pesquisa, além do mais, essas mudanças seriam transitórias. Provavelmente, em função do “peso” das variáveis relacionadas à produtividade e os rendimentos da terra e do trabalho, aplicados aos preços atuais do gado bovino, haveria uma “migração de pecuaristas do perfil denominado “Estacionário” para o perfil “Consolidado”.

No entanto, essa migração se daria basicamente por uma questão conjuntural, ou seja, em função das receitas auferidas, a partir da comercialização de bovinos. Assim, este perfil de pecuaristas, que representa praticamente 50% da amostra, em função de suas características, motivações, objetivos, e pela forma como atua na bovinocultura, tende a se mostrar pouco sensível às mudanças de preços.

Entendido dessa forma, constata-se que essas possíveis mudanças e o aumento da renda advinda da bovinocultura seriam decorrentes basicamente de um fator exógeno (preço), que influencia nos níveis de receita apuradas. Porém, essa mudança de preço e as “possibilidades” a ele relacionadas, não são suficientes para motivar a maioria desses pecuaristas a realizar investimentos significativos na produção (genética, melhoramento de pastagens ou ajustes no sistema de manejo), que visem melhorar os indicadores de produtividade e rendimentos no longo prazo.

Nestes casos, não se observam mudanças estruturais mais profundas. Assim, à medida que os preços caem, os níveis de renda agrícola deste conjunto de pecuaristas, tendem a reduzir-se novamente. Para fazer frente aos períodos de crise, estes se ajustam rapidamente a essa condição, procurando reduzir imediatamente os custos de produção, normalmente baixos, devido à baixa inversão em tecnologia. Desta forma, seguem atuando de maneira extensiva, aos moldes tradicionais, e dependendo basicamente dos recursos naturais. Nestes casos, aquilo que é visto como uma irracionalidade do ponto de vista técnico-produtivo se constitui em uma ação “racional” visando a permanência do estabelecimento, no longo prazo, ainda que isso incorra obter margens baixíssimas de rendas da terra e da mão-de-obra em períodos de crise.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ABREU, L. S. **A construção da relação social com o meio ambiente entre agricultores familiares da mata atlântica brasileira**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2005.

_____. **Impactos Sociais e Ambientais na Agricultura: uma abordagem histórica de um estudo de caso**. Jaguariúna: EMBRAPA-SPI, 1994.

AMBROSINI, L. B. **Sistema Agroalimentar do Queijo Serrano: reprodução social dos pecuaristas familiares de Campos de Cima da Serra - RS**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

ANDRADE, A. L. *et al.* **Pensamento Sistêmico: Cadernos de Campo: o desafio da mudança sustentada nas organizações e na sociedade**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA. **Indicadores da bovinocultura de corte**. São Paulo: Instituto FNP. 1999, 2007, 2008.

APOLLIN, F.; EBERHART, C. **Análisis y diagnóstico de los sistemas de producción en el medio Rural: Guía Metodológica**. Quito: CICDA-RURALTER; CAMAREN-IEDECA; CARE-IEDECA; CESA, 1999.

ASSOCIAÇÃO Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural; Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. **Preços do gado bovino** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por tanice.andreatta@ufrgs.br. em 20 jan. 2009.

_____. **Estatísticas sobre área plantada no ano 2005**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por tanice.andreatta@ufrgs.br. em 20 jan. 2009.

BARCELLOS, J. O. J. *et al.* A bovinocultura de corte frente à agriculturização no Sul do Brasil. In: CICLO DE ATUALIZAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA, 11, 2004, Lages, **Anais...** Lages: CAMEV-UDESC. 2004. p.13-30.

BASSO, D.; DELGADO, N. G.; SILVA NETO, B. O Estudo de Trajetórias de Desenvolvimento Rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 1, p. 73-105, 2003.

BEEDELL, J. D. C.; REHMAN, T. Explaining farmers' conservation behaviour: Why do farmers behave the way they do? **Journal of Environmental Management**, p. 165-176, 1999. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/B6WJ7-45FKNV2-3/2/3bb4a660efb2c19cff445926248fa322> >. Acesso em: 10 fev. 2008.

BELIK, W.; PAULILO, L. F. O Financiamento da Produção Agrícola Brasileira na década de 1990: ajuste e seletividade. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 95-120.

BERDEGUÉ, J.; ESCOBAR, G. **Tipificación de Sistemas de Producción Agrícola**. Santiago: Rede Internacional de Metodología de Investigación de Sistema de Producción, 1990.

BERTALANFFY, V. L. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

BEAUDEAU, F. *et al.* Relationships between culling criteria in dairy herds and farmers' management styles. **Preventive Veterinary Medicine**, Netherlands, v. 25, n. 3-4, p. 327-342, Jan. 1996.

BIERHALS, J. D.; FERRAZ, J. C. **Anuário da Pecuária Brasileira**. Instituto FNP. São Paulo: p. 34-40, 2008.

BILLAUD, J. P. Inventar Uma Ética Profissional: as regras de um jogo obrigatório. In: LAMARCHE, H. (Org.). **A agricultura Familiar: Comparação Internacional. Do Mito à Realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. p. 175-205.

BILLAUD, J. P.; LAMARCHE, H.; ABREU, L. S. D. Análise das formas sociais agrícolas de produção e sua relação com o meio ambiente no município de Guaíra (SP). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39. 1996, Aracaju, **Anais...** Aracaju: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. 1996. p. 219-235.

BILLAUD, J. P.; ABREU, L. S. A experiência do risco ecológico como fundamento da relação com o meio ambiente. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 16, n. 1, p. 43-66, jan/abril, 1999.

BIOLCHI, M.; SCHNEIDER, S. A Previdência Social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 27-42, 2003.

BONNEMAIRE, J. Farming Systems Research/Extension Approach and the European Context: INRA Experience in Creating a Research Structure for Agrarian Systems and Development in France. In: DENT, J. B. e MACGREGOR, M. (Org.). **Rural and Farming Systems Analysis**. Edinburgh: CAB International, 1994. p. 19-45.

BONNEVIALE, J. R.; JUSSIAU, R.; MARSHALL, E. L'aprocche globale de l'exploitation agricole: d'ou vient-elle? evolution des concepts et des methodes. Dijon: INRAP, 1989.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa de criação do Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos**. 2002. em: <http://extranet.agricultura.gov.br/primeira_pagina/extranet/SISBOV.htm>. Acesso em: 15 set. 2008.

BRAVO, G.; DORADO, G.; CHIA, E. Funcionamento de la explotación agraria y análisis de la diversidad en una perspectiva de desarrollo rural. In: BERDEGUÉ, J. A. e RAMIREZ, E. (Org.). **Investigación con Enfoque de Sistemas en la Agricultura y el Desarrollo Rural**. Santiago do Chile: Red Internacional de Metodología de Investigación de Sistemas de Producción (RIMISP), 1995. p. 49-60.

BRODT, S.; KLONSKY, K.; TOURTE, L. Farmer goals and management styles: Implications for advancing biologically based agriculture. **Agricultural Systems**, Great Britain, v. 89, n. 1, p. 90-105, Jul. 2006.

BROSSIER, J.; BONNEVAL, L. D.; LANDAIS, E. **Systems Studies in Agriculture and Rural Development**. Paris: Institut National de la Recherche Agronomique (INRA), 1993.

BROSSIER, J.; CHIA, E. Participatory Research; Water Quality and Changes in Farming Systems. In: DENT, J. B. e MACGREGOR, M. (Org.). **Rural and Farming Systems Analysis**. Edinburgh, CAB International, 1994. p. 292-304.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BURTON, R. J. F. An alternative to farmer age as an indicator of life-cycle stage: The case for a farm family age index. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v. 22, n. 4, p. 485-492, Oct. 2006.

_____. Seeing through the 'good farmer's' eyes: Towards developing an understanding of the social symbolic value of 'productivist' behaviour. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 44, n. 2, p. 195-215, Apr. 2004.

CALCANHOTTO, F. A. **Diagnóstico e Análise de Sistemas de Produção no Município de Guaíba/RS: uma abordagem agroeconômica**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2001.

CAPRA, F. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARBALLO, F. R. *et al.* **Modelos de desarrollo rural (procesos y esquemas)**. 2004. Disponível em: < www.ilides.org/media_files/download/desarrollorural.pdf >. Acesso em: 10 jan. 2007.

CARDOSO, J. L. Relações entre o crédito e as características da agropecuária nas unidades da federação. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 59 -74, mar/abr. 1994.

CARNEIRO, M. J. O desenvolvimento rural e o “Novo Rural”. In: SILVA, J. G. D. (Org.). **O Novo Rural Brasileiro: Políticas Públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA, v.4, 2000. p. 117-148.

CARRER, C. D. C. et al. Alguns Aspectos da política credíciária e o desenvolvimento da pecuária de corte no Brasil. **Ciência e Agrotecnologia**, Lavras, v. 31, n. 5, p. 1455 - 1461, 2007.

CARVALHO, L. L. C.; PEREIRA, P. R. D.; CUNHA, P. F. O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, L. R. P. (Org.). **Breve Inventário de Temas do Sul**. Porto Alegre: Lageado: UFRGS, FEE; UNIVATES, 1998. p. 89-146.

CARVALHO, P. C. F. et al. Produção Animal no Bioma Campos Sulinos. **Brazilian Journal of Animal Science**, João Pessoa, v. 35, n. Supl. Esp., p. 156-202, 2006.

CEZAR, I. M. **Participatory knowledge information system for beef farmers - a case applied to the state of Mato Grosso do Sul**. 1999. Thesis (Socioeconomy Doctorate) - Institute of Ecology and Resource Management, University of Edinburgh, Edinburgh. 1999.

CEZAR, I. M.; DENT, B.; SKERRAT, S. Sistema participativo de geração e transferência de tecnologia para pecuaristas: o caso aplicado à Embrapa Pecuária de Corte. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 135-159, mai/ago. 2000.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Atlas, 1997.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHIA, E.; RAMDAN, V. Como Estudiar el Comportamiento de los Productores Agrícolas en una Perspectiva de Desarrollo. **XXX Reunión Anual de la Asociación Argentina de Economía Agraria (AAEA)**, Bahia Blanca, 1999.

CHIA, E.; TESTUT, M. Mieux comprendre et dialoguer, pour mieux conseiller: Réflexions sur le conseil aux exploitations agricoles familiales à partir d'un travail en Uruguay. **Encuentro Internacional de Gerencia Agraria, Transferencia y Innovación Tecnológica - G A T I T**, v. 2, La Havana, Abr. 2001.

CHIA, E. et al. Comprender, dialogar, coproducir: reflexiones sobre el asesoramiento en el sector agropecuario. **Agrociencia**, Montevideo, v. 7, n. 1, p. 77-91, 2003.

COMMANDEUR, M. A. M. Diversity of pig farming styles: Understanding how it is structured. **NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences**, Wageningen, v. 54, n. 1, p. 111-127, 2006.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Estudo sobre a eficiência econômica e competitividade da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil**. Brasília: 2000. Disponível em:< <http://www.cna.org.br/cna/index.wsp>. >. Acesso em: 10 jul. 2006.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural e Estilos de Agricultura Familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

CORCORAN, K.; DENT, J. B. Education and Extension: a perpetuating Paradigm for Success. In: DENT, J. B. e MACGREGOR, M. (Org.). **Rural and Farming Systems Analysis**. Edinburgh: CAB International, 1994. p. 255-267.

COSTA, F. P. **Farmers' Objectives and their relationship with the phenomenon of pasture degradation in Central Brasil**. 1998. Thesis of Doctorate (Doctorate in Rural Planning) - Department of Agriculture, University of Reading, Reading. 1998.

COSTA, F. P.; REHMAN, T. Exploring the link between farmers' objectives and the phenomenon of pasture degradation in the beef production systems of Central Brazil. **Agricultural Systems**, Great Britain, v. 61, n. 2, p. 135-146, 1999.

COTRIM, M. Pecuarista Familiar na região da "Serra do Sudeste" do Rio grande do Sul: um estudo sobre a origem e socioagrônômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981–1995**. 1999. Tese (Doutorado em Economia Agrícola) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas. 1999.

DELGADO, G. **Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica**. Brasília: IPEA, (Texto para Discussão, 477). 1997.

DENT, J. B.; EDWARDS-JONES, G.; MCGREGOR, M. J. Simulation of ecological, social and economic factors in agricultural systems. **Agricultural Systems**, Great Britain, v. 49, n. 4, p. 337-351, 1995.

DOSSA, D. A compreensão do funcionamento técnico-econômico da propriedade rural: uma aplicação da Teoria do Comportamento Adaptativo dos Produtores (TCAP). In: CONGRESSO BRASILEIRO DA ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. 1997, Natal, **Anais...**Natal: Sociedade Brasileira de economia e Sociologia Rural. agosto. 1997. P. 640-652.

DUCATI, J. R.; WAGNER, A. P. L. Estudo de Florestas de Pinus no Nordeste do Estado do RioGrande do Sul com imagens do sensor ASTER. In: XII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 2005, Goiânia, **Anais...**Goiânia: 2005. p. 4361-4368.

DUCATI, J. R *et al.* Criação de um Sistema de Informações Sobre o Território do Rio Grande do Sul com Base em Técnicas de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento como Ferramenta para Formulação de Políticas Públicas. Porto Alegre: Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. (Relatório Técnico).

DUFUMIER, M. **Les projets de développement agricole.** Paris: KARTHALA – CTA, 1996.

DUFUMIER, M. Importancia de la tipología de unidades de producción agrícolas en el análisis de diagnóstico de realidades agrarias. In: ESCOBAR, G. e BERDEGUÉ, J. (Org.). **Tipificación de sistemas de producción agrícola.** Santiago de Chile: RIMISP, 1995. p. 11-20.

DUFUMIER, M. Sistema de Producción y Desarrollo Agrícola en el Tercer Mundo. Paris: INA-PG, 1986.

DUDERMEL, T.; BASSO, D.; SILVA NETO, B. Política Agrícola e Diferenciação da Agricultura na Região Noroeste do RS. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1995.

EDWARDS-JONES, G. Modelling farmer decision-making: concepts, progress and challenges. **Animal Science**, Cambridge, v. 82, p. 783-790, 2006.

EDWARDS-JONES, G.; MCGREGOR, M. J. The Necessity, Theory and Reality of Developing Models of Farm Households. In: DENT, J. B. e MACGREGOR, M. (Org.). **Rural and Farming Systems Analysis.** Edinburgh: CAB International, 1994. p. 338-352.

ELLIS, F. Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, N. E. *et al.* Pluriactivity, farm household socio-economics and the botanical characteristics of grass fields in the Grampian region of Scotland. **Agriculture Ecosystems & Environment**, Cumbria, UK, v. 14, p. 121-134, Nov. 1999.

ERRINGTON, A.; GASSON, R. Farming Systems and the Farm Family Business. In: DENT, J. B. e MACGREGOR, M. (Org.). **Rural and Farming Systems Analysis.** Edinburgh: CAB International, 1994. p. 181-192.

EUCLIDES FILHO, K. Supply chain approach to sustainable beef production from a Brazilian perspective. **Livestock Production Science**, Amsterdam, v. 90, p. 53-61, 2004.

FERREIRA, G. Un enfoque evolucionista del proceso de toma de decisiones. In: V SIMPOSIO INTERNACIONAL DE EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS E V SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2002, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2002. (CD ROOM).

FERREIRA, J. R. C. **Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários do Município de Camaquã-RS**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2001.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Base de dados sobre números-índices**, São Paulo, 2008. Disponível em: < http://fgvdados.fgv.br/dsp_gratuitas.asp >. Acesso em: 05 jan. 2008.

FIORELLI, C.; DEDIEU, B.; PAILLEUX, J.-Y. Explaining diversity of livestock-farming management strategies of multiple-job holders: importance of level of production objectives and role of farming in the household. **Animal**, England, v. 1, p. 1209-1218, 2007.

FONTOURA, L. F. M. **Macanudo Taurino: Uma Espécie em Extinção? Um Estudo Sobre o Processo de Modernização na Pecuária da Campanha Gaúcha**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2000.

FRANTZ, R. Herbert Simon: Artificial intelligence as a framework for understanding intuition. **Journal of Economic Psychology**, v. 24, p. 265–277, 2003.

FRANTZ, T. R. **Cooperativismo Empresarial e Desenvolvimento Agrícola: o caso da COTRIJUÍ**. Ijuí: FIDENE, 1982.

_____. **Evolução da Agropecuária no Planalto Gaúcho**. Ijuí: FIDENE, 1979.

FREITAS, R. E.; MENDONÇA, M. A. A. D.; LOPES, G. D. O. Expansão de área da agricultura brasileira: perfil e desigualdades. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51. 2008, Rio Branco, **Anais...**Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2008. CD ROOM.

GASSON, R. Goals and values of Farmers. **Journal of Agricultural and Resource Economics**, v. 24, p. 521-537, 1973.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The Farm Family Business**. Wallingford: CAB International, 1993.

GASSON, R. *et al.* The Farm as a Family Business: a review. **Journal of Agriculture Economics**, v. 39, p. 1-41, 1988.

GAZOLLA, M. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para o autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004.

GIBBON, D. Farming Systems Research/Extension: Background Concepts, Experience and Networking. In: DENT, J. B. e MACGREGOR, M. (Org.). **Rural and Farming Systems Analysis**. Edinburgh: CAB International, 1994. p. 3-18.

GIDARAKOU, I. E. A. Pluriactivity and sucession in small family farms: the case of two less favoured areas in Greece. In: Farming and rural systems research and extension: european farming and society in search of a new social contract: learning to manage change, 2004, Vila Real, **Anais...** Vila Real: Editora da UTAD. 2004. p.151-159.

GIRON, L. S. I. A Imigração italiano no Rio Grande do Sul: fatores determinantes. In: DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. (Org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

HAIR JR., J. F. *et al.* **Análise Multivariada de Dados**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR JR, J. F. *et al.* **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAMER, E.; SCHMITZ, J. G.; ORSOLIN, J. Rastreabilidade na bovinocultura de corte - aspectos facilitadores e limitadores sob a ótica do produtor rural. In: Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 45. 2007, Londrina, **Anais...** Londrina: Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural. 2007. CD ROOM.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. **Desenvolvimento Agrícola: Teorias e Experiências Internacionais**. Brasília: EMBRAPA, 1988.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 240-267.

_____. Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul. In: 1º COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1. 2005, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul -Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Grupo de Estudo Agricultura Familiar. 2005. CD ROOM.

_____. Os rurais e os agricultores de São Paulo no Censo de 2000. **Caderno de Ciência & Tecnologia**, v. 20, n. 3, p. 413-451, set./dez. 2003.

KEATING, B. A.; MCCOWN, R. L. Advances in farming systems analysis and intervention. **Agricultural Systems**, Great Britain, v. 70, n. 2-3, p. 555, 2001.

KOBRICH, C.; REHMAN, T.; KHAN, M. Typification of farming systems for constructing representative farm models: two illustrations of the application of multi-variate analyses in Chile and Pakistan. **Agricultural Systems**, Great Britain, v. 76, n. 1, p. 141-157, 2003.

KUHN, D. **Oportunidades, Ruralidade e Pobreza no Rio Grande do Sul**: as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Agropecuários 1970; 1975; 1980; 1980; 1995/96**, Rio de Janeiro, 1996.

INCRA/FAO. **Guia Metodológico: análise diagnóstico de sistemas agrários.** Convênio INCRA/FAO, Brasília: 1999.

LACÔRTE, A. J. F., As possibilidades de lucro com os novos preços da pecuária. **Anuário da Pecuária Brasileira.** São Paulo: Instituto FNP. p. 41-42, 2008.

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar: Comparação Internacional.** Uma Realidade Multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. As Lógicas Produtivas. In: LAMARCHE, H. (Org.). **A Agricultura Familiar: Comparação Internacional. Do Mito à Realidade.** Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 61-87.

LANDAIS, E. Modelling farm diversity: new approaches to typology building in France. **Agricultural Systems**, Great Britain, v. 58, n. 4, p. 505-527, 1998.

LAYTANO, D. **Origem da Propriedade Privada no Rio Grande do Sul: século XVIII e XIX.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LIMA, A. J. P. et al. **Administração da Unidade de Produção Familiar: modalidades de trabalho com agricultores.** Ijuí: Unijuí, 1995.

MIGUEL, L. A. *et al.* Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. **Estudo & Debate**, Lageado, v. 14, p. 95-123, 2007.

LUIZELLI, J. C. B. **Pecuária Familiar na Região de Santiago: caracterização, origem e situação atual.** 2001. Monografia - Especialização em Desenvolvimento Rural - Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2001.

MACHADO, J. A. D. **Análisis del sistema información-decisión en agricultores de regadio del valle medio del Gualdaquivir.** 1999. (Tesis Doctoral) - Departamento de Economía, Sociología y Políticas Agrarias, Universidad de Cordoba, Cordoba. 1999.

MACEDO, L. O. B. Modernização da pecuária de corte no Brasil e a importância do Crédito Rural. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 7, p. 83-95, jul. 2007.

MALAFAIA, G. C. **As convenções sociais de qualidade como suporte à configuração de sistemas agroalimentares locais competitivos: um estudo cross country na pecuária de corte.** 2007. Tese (Doutorado em Agronegócios) - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

MARQUES, A. F. **Episódios do ciclo do charque.** Porto Alegre: Edigal, 1987.

MANN, S. Tracing the process of becoming a farm successor on Swiss family farms. **Agriculture and Human Values**, Netherlands, v. 24, n. 4, p. 435-443, 2007.

MAUREL, M. C. Das Trajetórias às Estratégias Fundiárias. In: LAMARCHE, H. (Org.). **A Agricultura Familiar: comparação internacional. Do mito à realidade**. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 89-117.

MAZOYER, M. Ciência e Tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola: impasses e perspectivas. **Textos para Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 1-19, 1991.

MAZOYER, M. Defendiendo al campesinado en un contexto de globalización. **FAO**, Roma, 2001. Disponível em: < <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/521.pdf> >. Acesso em: 21 fev 2008. (Texto para discussão).

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MESQUITA, A. O Boi sumiu. **Panorama Rural**, São Paulo, v. 10, n. 115, p. 44-45, 2008.

MIELITZ NETTO, C. A. G. **Modernização e Diferenciação na Bovinocultura de Corte Brasileira**. 1994. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. 1994.

MIGUEL, L. D. A. et al. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. **Estudo & Debate**, Lageado, v. 14, p. 95-123, 2007.

NABINGER, C. Manejo e produtividade das pastagens nativas do subtropico brasileiro. DALL'AGNOL, M.; NABINGER, C. e ROSA, L. M., In: Simpósio de Forrageiras e Produção Animal, v. 2, 2006, Canoas, **Anais...Canoas**: Editora da ULBRA. 2006. 25-76.

NEUMANN, P. S. **O Impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção**. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) -, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

OCAÑA, A. R. Propuesta metodológica para el análisis de la toma decisiones de los agricultores: aplicación al caso del regadío extensivo cordobés. 1996. Tesis Doctoral - Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes, Universidad de Córdoba, Córdoba. 1996.

ONDERSTEIJN, C. J. M.; GIESEN, G. W. J.; HUIRNE, R. B. M. Identification of farmer characteristics and farm strategies explaining changes in environmental management and environmental and economic performance of dairy farms. **Agricultural Systems**, Great Britain, v. 78, n. 1, p. 31-55, 2003.

_____. Perceived environmental uncertainty in Dutch dairy farming: The effect of external farm context on strategic choice. **Agricultural Systems**, Great Britain, v. 88, n. 2-3, p. 205-226, Jun 2006.

PERKIN, P.; REHMAN, T. Farmers Objectives and their Interaction with Business and Life Styles: Evidence from Berkshire, England. In: DENT, J. B. e MACGREGOR, M. (Org.). **Rural and Farming Systems Analysis**. Edinburgh: CAB International, 1994. p. 193-212.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 7ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

_____. **Pecuária e Indústria**: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX. Porto Alegre: Movimento, 1986.

_____. **República Velha Gaúcha**: charqueadas, frigoríficos e criadores. Porto Alegre: Movimento, 1980.

PINHEIRO, S. L. G. O Enfoque Sistêmico na Pesquisa e Extensão Rural (FSR/E): Novos Rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de novos paradigmas de desenvolvimento? In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas, 1995, Londrina, **Anais...**Londrina: 1995.

PLOEG, J. D. The agricultural labour process and commoditization. In: LONG, N. *et al.* **The commoditization debate: labor process, strategy and social network**. Netherlands, Agricultural University of Wagening, 1986, p. 24-57.

_____. Heterogeneity and Styles of Farming. In: PLOEG, J. D. (Org.). **Labor, Markets and Agricultural Production**. Boulder, San Francisco and Oxford: Westview Press, 1990. p. 1-35.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S. e MOLINA, M. G. (Org.). **Ecología, Campesinado e História**. Madrid: La Piqueta, 1992. p. 153-195.

_____. O Modo de Produção Camponês Revisitado. In: SCHNEIDER, S. O. (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

QUEIROZ, M. I. P. Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 19, p. 55-78, 1977.

REHMAN, T.; ROMERO, C. Formulating generalised 'goal games' against nature: an illustration from decision-making under uncertainty in agriculture. **Applied Mathematics and Computation**, p. 486-496, 2006. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/B6TY8-4H392W4-6/2/379f2ebb7ee63e9874ffd359394da566>>. Acesso em: 20 out. 2007.

REVERBEL, C. **O gaúcho**: Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986.

REVERBEL, C. **Pedras Altas**: A vida no campo segundo Assis Brasil. Porto Alegre: L&PM, 1984.

REZENDE, G. Crescimento agrícola no período 1999/2004, explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43. 2005, Ribeirão Preto, **Anais...**Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. 2005. CD ROOM.

_____. Demanda "especulativa" de terra e reforma agrária no Brasil. In: REZENDE, G. C. D. (Org.). **Estado, Macroeconomia e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, IPEA, 2003. p. 241-246. (Coleção Estudos Rurais).

RIBEIRO, C. M. **Estudo dos modos de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

_____. Pecuária Familiar na Região da Campanha do Rio Grande do Sul. **Série Realidade Rural**, Porto Alegre, v. 34, p. 11-45, 2003.

ROCHE, J. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, A. A. Enfoque de Sistemas na Agricultura: As Diferentes Linhas de Atuação. In: (Org.). **Seminário sobre Sistemas de Produção: Conceitos, Metodologias e Aplicações**. Curitiba, 1999. p. 1-15.

ROSA, F. T. O que esperar do mercado do boi gordo em 2008. **Portal DBO**, 2008. Disponível em: < <http://www.portaldbo.com.br/noticias/DetalheNoticia.aspx?notid=24143> >. Acesso em: 20 mai. 2008.

_____. Mais um pouco sobre o câmbio e as exportações de carne bovina, Disponível em: Acesso. 2006. Disponível em: < www.scotconsultoria.com.br >. Acesso em: 20 jul. 2007.

RUCKERT, A. A. **As transformações da Agropecuária e a Produção do Espaço de um município Rural no Centro do Espaço Rio-Grandense**: o caso de Jóia-RS. 1985. Relatório Parcial de Pesquisa (Especialização) - Departamento de Planejamento Regional do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro. 1985.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Atlas Socioeconômico do RS**. Disponível em <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=545>>. Acesso em: 11 nov. 2008.

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SANDRINI, G. B. D. **Processo de Inserção dos Pecuaristas Familiares do Rio Grande do Sul na Cadeia Produtiva da Carne**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

SANTOS, M. A. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4 ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

SAYAD, J. Especulação com terras rurais, efeitos sobre a produção agrícola eo novo ITR. **Pesquisa e Planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, abr. 1982.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** In: (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. **Revista da Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 117-142, Jul./Set 2001.

_____. Desenvolvimento agrário e desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A. e SUERTEGARAY, D. M. N. (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 127-146.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SEBRAE; SENAR; FARSUL. **Diagnóstico de Sistemas de Produção de Bovinocultura de corte do Estado do Rio Grande do Sul.** 2005. Relatório de Pesquisa - Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

_____. **Diagnóstico de Sistemas de Produção de Bovinocultura de corte do Estado do Rio Grande do Sul.** 2005. Base de Dados - Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

SILVA, J. G. D. **O Novo Rural Brasileiro.** Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1999.

SILVA, J. G. D.; DEL GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA, C. Novo Rural Brasileiro: Uma atualização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43. 2005, Ribeirão Preto, **Anais...**Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. 2005. CD ROOM.

SILVA NETO, B. Estudo dos Sistemas de Produção Agropecuários da região de Três de Maio/RS. Ijuí: RS, Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997

SILVA NETO, B.; BASSO, D. Aplicação da Teoria dos Sistemas Agrários para a análise da agricultura do Rio Grande do Sul. In: (Org.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas:** Editora UNIJUI, 2005. p. 17-24.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas.** Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

SILVEIRA, V. C. P. **Farmer Integrated Decision Model: integration between beef cattle and rice production in Rio Grande do Sul, Brazil.** 1999. Thesis - Institute of Ecology and Resource Management, University of Edinburgh, Edinburgh. 1999.

SOLANO, C. *et al.* Characterising objective profiles of Costa Rican dairy farmers. **Agricultural Systems**, Great Britain, v. 67, n. 3, p. 153-179, Mar 2001.

_____. Using farmer decision-making profiles and managerial capacity as predictors of farm management and performance in Costa Rican dairy farms. **Agricultural Systems**, Great Britain, v. 88, n. 2-3, p. 395-428, Jun. 2006.

SPANVELLO, R. M. **A Dinâmica da Sucessão na Agricultura Familiar.** 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

STANEK. O. As Estratégias Familiares. In: LAMARCHE, H. (Org.). **A Agricultura Familiar: comparação internacional do mito à realidade.** Campinas: UNICAMP, 1998. p. 118-138.

SUERTEGARAY, D. M. N.; GUASSELLI, L. A. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A. e SUERTEGARAY, D. M. N. (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 27-38.

TELLLECHEA, F. R. C. B. **Análise dos Custos de Transação no Setor Industrial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina no Rio Grande do Sul.** 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2001.

TORRES, J. E. H.; MIGUEL, L. A. D. A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida: estudo de caso sobre a análise socioeconômica na pecuária familiar no município de Santana de Livramento/RS. **Série Realidade rural**, Porto Alegre, v. 34, p. 47-78, 2003.

VAYSSIERES, J. *et al.* Modelling farmers' action: decision rules capture methodology and formalisation structure: a case of biomass flow operations in dairy farms of a tropical island. **Animal**, England, v. 1, n. 5, p. 716-733, Jun 2007.

VERBURG, P. H. *et al.* From land cover change to land function dynamics: A major challenge to improve land characterization. **Journal of Environmental Management**, Oxford: p. 1327-1335, 2009. Disponível em: <
<http://www.sciencedirect.com/science/article/B6WJ7-4TGY46F-2/2/64a2c4b3bc0a0e484ff84c8f3e42297a>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

WALLACE, M. T.; MOSS, J. E. Farmer Decision-Making with Conflicting Goals: A Recursive Strategic Programming Analysis. **Journal of Agricultural Economics**, p. 82-100, 2002. Disponível em: < <http://www.blackwell-synergy.com/doi/abs/10.1111/j.1477-9552.2002.tb00007.x> >. Acesso em: 02 mar. 2008.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. 3.ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 21-55.

WILLOCK, J. *et al.* Farmers' Attitudes, Objectives, Behaviors, and Personality Traits: The Edinburgh Study of Decision Making on Farms. **Journal of Vocational Behavior**, v. 54, n. 1, p. 5-36, 1999.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ZANELLA, A. **A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937– 2003)**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2004.

APÊNDICE A - SÍNTESE DA ANÁLISE FATORIAL

Tabela 1 - Síntese da Análise Fatorial - Extração dos Fatores Rotacionados

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	9.847	23.446	23.446	9.847	23.446	23.446	4.851	11.550	11.550
2	4.524	10.771	34.217	4.524	10.771	34.217	4.458	10.615	22.166
3	3.295	7.846	42.063	3.295	7.846	42.063	3.889	9.260	31.426
4	2.850	6.785	48.848	2.850	6.785	48.848	3.505	8.346	39.772
5	2.632	6.266	55.114	2.632	6.266	55.114	3.084	7.342	47.114
6	2.327	5.540	60.654	2.327	5.540	60.654	2.679	6.379	53.493
7	1.821	4.335	64.989	1.821	4.335	64.989	2.426	5.777	59.270
8	1.370	3.262	68.251	1.370	3.262	68.251	2.169	5.164	64.433
9	1.302	3.099	71.350	1.302	3.099	71.350	2.141	5.098	69.531
10	1.183	2.818	74.168	1.183	2.818	74.168	1.947	4.637	74.168
11	.888	2.115	76.283						
12	.832	1.981	78.263						
13	.796	1.895	80.158						
14	.740	1.762	81.920						
15	.714	1.701	83.621						
16	.653	1.555	85.176						
17	.628	1.496	86.672						
18	.574	1.368	88.040						
19	.554	1.318	89.358						
20	.501	1.193	90.550						
21	.489	1.163	91.714						
22	.396	.943	92.657						
23	.362	.863	93.520						
24	.351	.836	94.356						
25	.326	.775	95.131						
26	.321	.765	95.896						
27	.282	.671	96.567						
28	.242	.577	97.145						
29	.209	.499	97.643						
30	.190	.452	98.095						
31	.178	.424	98.520						
32	.141	.335	98.854						
33	.127	.303	99.157						
34	.123	.293	99.450						
35	.094	.225	99.675						
36	.067	.158	99.833						
37	.032	.077	99.910						
38	.020	.048	99.958						
39	.013	.030	99.988						
40	.005	.012	100.000						
41	.000	.000	100.000						
42	.000	.000	100.000						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization. a Rotation converged in 10 iterations.

Tabela 2 - Síntese das variáveis e fatores construídos a partir da Análise fatorial

Fator	Variância Explicada pelo fator	Variáveis	Variância Individual
Rendimento e Produtividade da Terra	11.550%	Rendimento do Terra (R\$/ha)	.892
		Produtividade da Terra total (R\$/ha)	.871
		Renda Agrícola Líquida por Superfície Agrícola Útil (R\$/SAU)	.865
		Renda Total por Superfície Agrícola Útil Total (R\$/UTHt)	.800
		Taxa de Lucro Agrícola (%)	.685
Rendimento e Produtividade do trabalho	10.615 %	Produtividade do Trabalho total (R\$/UTH)	.828
		Renda Agrícola Líquida por Unidade Trabalho Homem (R\$/UTH)	.823
		Rendimento do Trabalho (R\$/UTH)	.819
		Renda Total por Unidade de Trabalho Homem Total (R\$/UTHt)	.762
		Produto Bruto Total por Unidade de Trabalho Total (R\$/UTHt)	.730
		Contribuição da Renda Agrícola na Formação da Renda Total (%)	.515
Uso da Terra	9.260%	Consumo Intermediário por Superfície Agrícola Útil (R\$/ha)	.810
		Produto bruto total por Superfície Agrícola Útil (R\$/ha)	.783
		Utilização da SAU com Lavouras Anuais (%)	.769
		Utilização da SAU de Pastagens com Campo Nativo (%)	-.725
		Utilização da SAU com Pastagens (%)	-.712
		Contribuição das Lavouras no PB total (%)	.557
Rebanho e área de pastejo	8.346%	Unidades-Animal Total	.949
		Unidades-Animal Bovinos	.896
		Área em Pastejo Média (ha)	.885
		Unidades-Animal Outros	.781
Rendas	7.342%	Contribuição das Rendas das Atividades Não-Agrícolas (%)	.903
		Contribuição das Rendas das Atividades Não-Agrícolas e das Aposentadorias (%)	.853
		Contribuição de todas Outras Rendas (exclui apenas renda agrícola) na Renda Total (%)	.715
		Contribuição da Renda não-agrícola no total de todas Outras Rendas (exclui apenas renda agrícola) (%)	.708
Eficiência da Bovinocultura de Corte	6.379%	Margem Bruta da Bov. de Corte por Área Média de Pastagem (R\$/ha)	.945
		Produtividade da Terra da Bovinocultura de Corte (R\$/ha)	.928
		Margem Bruta da Bov.Corte por Unidade Animal Bovina Total (R\$/UAbov)	.855

Continuação

Continuação

Fator	Variância Explicada pelo fator	Variáveis	Variância individual
Arrendamentos e Rendas Externas	5.777%	Contribuição da Renda Externa no total de todas Outras Rendas (exclui apenas renda agrícola) (%)	.805
		Disponibilização de Áreas para Terceiros em relação à Superfície Total	.772
		Ingresso de Rendas por Hectare Arrendado para Terceiros (R\$/ha)	.595
Estratégias de Comercialização	5.164%	Vender quando o preço está bom (3)	.674
		Regularidades dos pagamentos (8)	.660
		Pagamento diferenciado pela qualidade (6)	.643
		Constância no comprador	.588
		Contrato Prévio com o Comprador (1 #0)	.585
Unidade Familiar	5.098%	Participação da mão-de-obra familiar com relação à mão-de-obra total (%)	.858
		Produto Bruto do Autoconsumo por Superfície Agrícola Útil (R\$/ha)	.730
		Participação do Autoconsumo da família no PB total (%)	.656
Problemas Comercialização Mercados	4.637%	Falta de um padrão de acabamento	.840
		Falta de um padrão de raça	.828
		Inadimplência por parte dos compradores	.630
Total	74,198%	10 Fatores	

Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005)

APÊNDICE B - SÍNTESES DAS DIMENSÕES DE ANÁLISE, RELACIONADAS AOS PERFIS DE PECUARISTAS

Tabela 1 - Síntese de variáveis referentes à Estrutura Fundiária e Uso da Terra

Descrição	Unidade	Pecuaristas Estacionários			Pecuaristas Consolidados			Pecuaristas-Lavoureiros Especializados			Pecuaristas-Lavoureiros Tradicionais		
		Média	Desv. Pad.	Coef. Var.	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.
Superfície Total	ha	605,31	971,05	1,60	1.050,35	758,76	0,72	1.347,71	961,65	0,71	1.472,95	5	0,86
Ocupação da Superfície Total com SAU total	%	83,48	11,55	0,14	84,04	14,44	0,17	92,80	16,00	0,17	90,27	9,47	0,10
Utilização da SAU Florestas Plantadas	%	3,09	0,73	0,24	1,23	9,31	7,55	0,40	4,13	10,45	2,14	6,73	3,14
Utilização da Superfície ocupada com florestas naturais e capoeiras	%	10,36	4,61	0,45	7,51	11,37	1,51	3,37	9,34	2,77	6,23	7,70	1,24
Utilização da SAU com Lavouras Anuais	%	7,90	28,34	3,59	14,55	14,31	0,98	38,50	23,59	0,61	34,56	27,20	0,79
Utilização da SAU com Pastagens	%	86,18	23,38	0,27	82,71	16,39	0,20	63,60	20,18	0,32	64,85	21,76	0,34
Utilização da SAU de Pastagens com Campo Nativo	%	81,99	32,67	0,40	75,52	25,01	0,33	63,12	27,49	0,44	66,21	32,31	0,49
Utilização da SAU de Pastagens com Campo Nativo Melhorado	%	5,41	18,74	3,46	6,54	15,78	2,41	7,72	15,89	2,06	7,06	17,07	2,42
Utilização da SAU de Pastagens com Pastagens Anuais de Verão	%	2,07	6,74	3,26	1,29	7,77	6,02	2,58	4,46	1,73	2,41	7,52	3,12
Utilização da SAU de Pastagens com Pastagens Anuais de Inverno	%	17,28	69,99	4,05	33,72	26,00	0,77	56,73	48,39	0,85	46,86	65,16	1,39
Disponibilidade de áreas próprias em relação à Superfície Total	%	82,02	28,42	0,35	81,79	28,33	0,35	71,87	29,50	0,41	83,94	23,93	0,29
Disponibilidade de Áreas de Terceiros em relação à Superfície Total	%	18,30	28,69	1,57	17,90	28,52	1,59	27,53	29,56	1,07	16,03	23,95	1,49
Disponibilidade de Áreas para Terceiros em relação à Superfície Total	%	6,69	9,05	1,35	10,69	13,22	1,24	2,97	17,66	5,95	3,16	9,44	2,98

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Tabela 2 - Variáveis referentes à eficiência técnico-produtiva da bovinocultura de corte

Descrição	Unidade	Pecuaristas Estacionários			Pecuaristas Consolidados			Pecuaristas-Lavoureiros Especializados			Pecuaristas-Lavoureiros Tradicionais		
		Méd.	Des. Pad.	Coef. Var.	Méd.	Des. Pad.	Coef. Var.	Méd.	Des. Pad.	Coef. Var.	Méd.	Des. Pad.	Coef. Var.
Unidades-Animal Bovinos	UABov	358,92	429,08	1,20	654,24	751,61	1,15	760,55	733,87	0,96	813,49	702,61	0,86
Unidades-Animal Total	UAt	421,20	522,84	1,24	772,50	865,71	1,12	841,65	789,36	0,94	909,73	812,03	0,89
Área em Pastejo Média	ha	446,51	596,48	1,34	790,78	771,98	0,98	908,36	761,65	0,84	981,50	936,30	0,95
Lotação (UA) bovina por área em pastejo média	UA/ha	0,99	0,58	0,58	0,89	0,38	0,43	0,78	0,34	0,44	0,97	0,43	0,45
Lotação (UA) total por área de pastejo média	UA/ha	1,13	0,61	0,54	1,04	0,43	0,42	0,89	0,35	0,39	1,07	0,49	0,45
Contrib. da Bovinocultura de Corte no PB Total	%	67,23	28,59	0,43	62,28	33,67	0,54	27,77	32,72	1,18	29,26	30,30	1,04
Produtividade da Terra da Bovinocultura de Corte	R\$/ha	(32,19)	178,66	5,55	75,82	144,07	1,90	86,60	258,92	2,99	87,68	295,34	3,37
Margem Bruta da Bovinocultura de Corte	R\$/ano	12.782,01	48.950,36	3,83	66.271,64	111.221,34	1,68	95.487,71	157.390,58	1,65	88.993,68	163.041,08	1,83
Margem Bruta da Bov,Corte/UA Bov. Total	R\$/UAbov	33,47	141,81	4,24	113,94	167,47	1,47	226,37	625,16	2,76	112,88	232,49	2,06
Margem Bruta da Bov, de Corte/Área Média de Past.	R\$/ha	20,21	140,10	6,93	100,40	127,70	1,27	112,40	219,59	1,95	115,81	282,89	2,44
Receita da bov. de corte por UA bovina vendida	R\$/UAbov	650,38	157,53	0,24	752,87	188,44	0,25	851,71	258,85	0,30	808,31	177,81	0,22
Gastos em Insumos/UA Bovina Total	R\$/UAbov	132,47	178,20	1,35	173,97	291,91	1,68	489,86	992,58	2,03	218,27	215,67	0,99
Gastos em Insumos /UA Bovina Vendidas	R\$/UAboven	509,76	531,33	1,04	392,78	384,87	0,98	721,65	855,62	1,19	586,68	492,54	0,84

Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Tabela 3 - Variáveis referentes à Produtividade, Rendimentos e Renda

Descrição	Unidade	Pecuaristas Estacionários			Pecuaristas Consolidados			Pecuaristas-Lavoureiros Especializados			Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais		
		Méd.	Des. Pad.	Coef. Var.	Méd.	Des. Pad.	Coef. Var.	Méd.	Des. Pad.	Coef. Var.	Méd.	Des. Pad.	Coef. Var.
Produtividade da Terra total	R\$/ha	(103,33)	338,99	3,28	132,77	191,00	1,44	661,76	370,98	0,56	433,09	280,13	0,65
Rendimento do Terra	R\$/ha	(169,34)	373,74	2,21	55,98	175,99	3,14	537,81	325,30	0,60	319,09	253,64	0,79
Renda Total por SAU	R\$/UTHt	(10,37)	452,02	43,61	216,90	325,49	1,50	592,92	330,51	0,56	394,85	306,39	0,78
Produtividade do Trabalho total	R\$/UTH	(10,276,94)	19.397,81	1,89	17.419,40	15.263,37	0,88	109.599,25	36.438,75	0,33	51.867,93	13.682,82	0,26
Rendimento do Trabalho	R\$/UTH	(17.049,01)	22.179,98	1,30	5.463,56	14.466,09	2,65	87.695,62	34.825,49	0,40	37.909,19	13.799,91	0,36
Renda Total por UTHt	R\$/UTHt	(3.797,11)	21.914,60	5,77	33.615,61	42.137,00	1,25	104.342,39	5.674,57	0,57	46.119,23	16.389,54	0,36
Eficiência da mão-de-obra (SAU por UTH)	ha/UTH	138,53	128,16	0,93	227,66	201,73	0,89	259,81	263,59	1,01	152,90	75,62	0,49
Renda Agrícola	R\$/ano	(58.228,41)	96.024,46	1,65	37.254,76	80.642,94	2,16	637.294,09	564.686,80	0,89	382.015,05	411.057,33	1,08
Renda Total	R\$/ano	(18386,06)	89.385,93	4,86	116.796,89	129.286,63	1,11	669.953,70	556.287,82	0,83	454.934,15	468.309,33	1,03
Contribuição de todas Outras Rendas na RT	%	44,66	47,92	1,07	55,14	41,13	0,75	10,57	21,07	1,99	15,33	18,41	1,20
Contribuição da Renda Agrícola na Renda Total	%	9,16	25,50	2,78	38,65	39,86	1,03	89,43	21,07	0,24	84,67	18,41	0,22
Taxa de Lucro Agrícola	%	(2,83)	4,37	1,54	1,08	2,91	2,71	9,94	7,03	0,71	5,39	3,90	0,72
Capital Imobilizado por SAU Total	%	6.276,35	4.693,43	0,75	6.816,64	6.470,15	0,95	7.349,74	5.434,28	0,74	7.349,46	4.449,80	0,61
Nível de endividamento total em relação ao KI	(%)	0,83	2,68	3,21	0,95	2,12	2,24	1,92	2,22	1,16	1,33	2,35	1,77
Comprometimento do PBT com Amortização Dívidas	(%)	8,17	24,68	3,02	4,06	8,95	2,21	6,31	7,55	1,20	5,23	7,41	1,42

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Tabela 4 - Síntese de variáveis sobre os principais problemas em relação aos processos de comercialização de bovinos de corte

Descrição	Pecuaristas Estacionários			Pecuaristas Consolidados			Pecuaristas-Lavoureiros Especializados			Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais		
	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.
Baixo preço pago pelo gado	2.93	0.44	0.15	2.96	0.19	0.06	2.78	0.64	0.23	2.85	0.59	0.21
Inadimplência por parte dos compradores	2.03	1.34	0.66	2.22	1.22	0.55	2.14	1.23	0.58	2.18	1.28	0.59
Incerteza	2.78	0.70	0.25	2.75	0.72	0.26	2.90	0.50	0.17	2.76	0.84	0.30
Falta de alternativa de compradores	2.44	1.05	0.43	2.34	1.12	0.48	2.51	1.01	0.40	2.44	1.01	0.42
Distância com relação ao frigorífico/açougue	0.92	1.28	1.38	0.80	1.15	1.44	0.84	1.17	1.39	1.05	1.22	1.16
Falta de um padrão de acabamento	1.71	1.28	0.75	1.76	1.31	0.74	1.73	1.25	0.72	1.65	1.36	0.82
Falta de um padrão de raça	1.39	1.29	0.92	1.30	1.33	1.02	1.45	1.25	0.86	1.60	1.27	0.79

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Nota: Valores referentes a Graus de importância. Variação de 1 (Sem importância) e 5 (muito importante)

Tabela 5 - Fatores considerados no momento da comercialização de bovinos de corte

Descrição	Pecuaristas Estacionários			Pecuaristas Consolidados			Pecuaristas-Lavoureiros Especializados			Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais		
	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.
Vender quando o preço está bom	2.66	0.75	0.28	2.64	0.73	0.28	2.53	0.83	0.33	2.73	0.68	0.25
Vender quando necessita liberar campo	2.11	1.12	0.53	1.97	1.17	0.60	2.02	1.14	0.56	1.85	1.18	0.63
Vender quando necessita de dinheiro	1.92	1.25	0.65	1.62	1.23	0.76	1.31	1.26	0.96	1.45	1.30	0.90

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Nota: Valores referentes a Graus de importância. Variação de 1 (Sem importância) e 5 (muito importante).

Tabela 6 - Critérios a ser priorizados pelas indústrias processadoras e compradores de bovinos de corte

Especificação	Pecuaristas Estacionários			Pecuaristas Consolidados			Pecuaristas-Lavoureiros Especializados			Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais		
	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.	Média	Desv. Pad.	Coef. Var.
Regularidades dos pagamentos	2.83	0.61	0.22	2.82	0.56	0.20	2.80	0.60	0.22	2.87	0.47	0.16
Constância no comprador	2.06	1.20	0.58	2.08	1.21	0.58	2.21	1.16	0.52	2.25	1.08	0.48
Contrato Prévio com o Comprador	1.53	1.36	0.89	1.59	1.25	0.79	1.65	1.38	0.83	1.76	1.39	0.79
Pagamento diferenciado pela qualidade	2.51	0.99	0.39	2.82	0.56	0.20	2.65	0.87	0.33	2.65	0.87	0.33
Pagamento diferenciado por raça	1.72	1.28	0.74	1.78	1.27	0.71	1.70	1.31	0.77	2.00	1.20	0.60

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Nota: Valores referentes a Graus de importância. Variação de 1 (Sem importância) e 5 (muito importante).

APÊNDICE C - SÍNTESES DAS DIMENSÕES DE ANÁLISE RELACIONADA AOS PERFIS DE PECUARISTAS E ÀS SUBDIVISÕES INTERNAS DOS PERFIS

Tabela 1 - Síntese de variáveis referentes à Estrutura Fundiária e Uso da Terra

Descrição	Unidade	Pecuaristas Estacionários			Pecuaristas Consolidados			Pecuaristas-Lavoureiros Especializados			Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais
		Média Perfil	Sub-grupo A 201 pec.	Sub-grupo B 48 pec.	Média Perfil	Sub-grupo C 138 pec.	Sub-grupo D 23 pec.	Média Perfil	Sub-grupo E 46 pec.	Sub-grupo F 5 pec.	Média Perfil
Superfície Total	ha	605,31	563.21	781.63	1.050,35	1.102.28	738.79	1.347,71	1332.76	1.485.20	1.472,95
Ocupação da Superfície Total com SAU total	%	83,48	83.20	84.68	84,04	84.89	78.89	92,80	93.70	84.48	90,27
Utilização da SAU Florestas Plantadas	%	3,09	3.02	3.40	1,23	1.05	2.31	0,40	.37	.63	2,14
Utilização da Superfície ocupada com florestas naturais e capoeiras	%	10,36	11.12	7.15	7,51	7.35	8.41	3,37	3.54	1.80	6,23
Utilização da SAU com Lavouras Anuais	%	7,90	6.99	11.72	14,55	16.82	.99	38,50	39.91	25.52	34,56
Utilização da SAU com Pastagens	%	86,18	87.85	79.17	82,71	81.89	87.62	63,60	61.41	83.66	64,85
Utilização da SAU de Pastagens com Campo Nativo	%	81,99	83.16	77.13	75,52	73.53	87.46	63,12	63.07	63.51	66,21
Utilização da SAU de Pastagens com Campo Nativo Melhorado	%	5,41	4.87	7.71	6,54	7.35	1.69	7,72	7.97	5.42	7,06
Utilização da SAU de Pastagens com Pastagens Anuais de Verão	%	2,07	1.69	3.65	1,29	1.42	0.54	2,58	2.87	0.00	2,41
Utilização da SAU de Pastagens com Pastagens Anuais de Inverno	%	17,28	15.96	22.77	33,72	36.66	16.10	56,73	55.82	65.01	46,86
Disponibilidade de áreas próprias em relação à Superfície Total	%	82,02	83.78	74.63	81,79	81.58	83.07	71,87	70.01	89.03	83,94
Disponibilidade de Áreas de Terceiros em relação à Superfície Total	%	18,30	16.69	25.06	17,90	18.06	16.93	27,53	29.33	10.97	16,03
Disponibilidade de Áreas para Terceiros em relação à Superfície Total	%	6,69	5.93	9.88	10,69	9.52	17.68	2,97	2.64	6.03	3,16

Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Tabela 2 - Variáveis referentes à eficiência técnico-produtiva da bovinocultura de corte

Descrição	Unidade	Pecuaristas Estacionários			Pecuaristas Consolidados			Pecuaristas-Lavoureiros Especializados			Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais
		Média Perfil	Sub-grupo A 201 pec.	Sub-grupo B 48 pec.	Média Perfil	Sub-grupo C 138 pec.	Sub-grupo D 23 pec.	Média Perfil	Sub-grupo E 46 pec.	Sub-grupo F 5 pec.	Média Perfil
Unidades-Animal Bovinos	UABov	358,92	341.92	430.14	654,24	695.92	404.13	760,55	764.58	723.48	813,49
Unidades-Animal Total	UAt	421,20	402.62	499.00	772,50	824.81	458.65	841,65	839.64	860.17	909,73
Área em Pastejo Média	ha	446,51	423.37	543.44	790,78	831.54	546.17	908,36	875.54	1210.37	981,50
Lotação (UA) bovina por área em pastejo média	UA/ha	0,99	.98	1.02	0,89	.90	.83	0,78	.81	.55	0,97
Lotação (UA) total por área de pastejo média	UA/ha	1,13	1.14	1.11	1,04	1.05	.95	0,89	.92	.65	1,07
Contrib. da Bovinocultura de Corte no PB Total	%	67,23	66.90	68.63	62,28	59.00	81.91	27,77	26.34	40.91	29,26
Produtividade da Terra da Bovinocultura de Corte	R\$/ha	(32,19)	(11.34)	(119.50)	75,82	78.49	59.77	86,60	89.77	57.44	87,68
Margem Bruta da Bovinocultura de Corte	R\$/ano	12.782,01	18.859,61	(12.667,97)	66.271,64	71063.47	37.520.64	95.487,71	103.125.53	25.219.80	88.993,68
Margem Bruta da Bov,Corte/UA Bov. Total	R\$/UAbo v	33,47	53.72	(51.34)	113,94	117.09	94.99	226,37	224.39	244.56	112,88
Margem Bruta da Bov, de Corte/Área Média de Past.	R\$/ha	20,21	38.59	(56.74)	100,40	104.02	78.66	112,40	115.32	85.55	115,81
Gastos em Insumos/UA Bovina Total	R\$/UAbo v	132,47	98.12	276.29	173,97	185.34	105.69	489,86	394.95	1363.06	218,27
Gastos em Insumos /UA Bovina Vendidas	R\$/UAboven	509,76	445.78	777.70	392,78	407.05	307.11	721,65	698.93	930.70	586,68

Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Tabela 3 - Variáveis referentes à Produtividade, Rendimentos e Renda

Descrição	Unidade	Pecuaristas Estacionários			Pecuaristas Consolidados			Pecuaristas-Lavoureiros Especializados			Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais
		Média Perfil	Sub-grupo A 201 pec.	Sub-grupo B 48 pec.	Média Perfil	Sub-grupo C 138 pec.	Sub-grupo D 23 pec.	Média Perfil	Sub-grupo E 46 pec.	Sub-grupo F 5 pec.	Média Perfil
Produtividade da Terra total	R\$/ha	(103,33)	(54,92)	(306,09)	132,77	150,63	25,61	661,76	682,68	469,32	433,09
Rendimento do Terra	R\$/ha	(169,34)	113,42	(403,53)	55,98	71,18	-35,25	537,81	557,22	359,22	319,09
Renda Total por SAU	R\$/UTHt	(10,37)	45,94	(246,18)	216,90	164.408,56	531.837,12	592,92	607.596,31	457.848,94	394,85
Produtividade do Trabalho total	R\$/UTH	(10,276,94)	(3.624,31)	(38.134,84)	17.419,40	19.544,65	4.667,87	109.599,25	104.824,80	153.524,22	51.867,93
Rendimento do Trabalho	R\$/UTH	(17.049,01)	(8.520,60)	(52.761,74)	5.463,56	7.880,39	-9.037,44	87.695,62	84.256,68	119333,88	37.909,19
Renda Total por UTHt	R\$/UTHt	(3.797,11)	1.737,57	(26.973,58)	33.615,61	21.234,70	107.901,04	104.342,39	100.411,68	140.504,89	46.119,23
Eficiência da mão-de-obra (SAU por UTH)	ha/UTH	138,53	117,66	225,91	227,66	214,85	304,47	259,81	227,12	560,55	152,90
Contribuição da Mão-de-obra familiar na comp. da mão-obra total Renda Agrícola	%	51,76	59,73	18,38	24,77	26,89	12,05	8,14	8,35	6,15	20,60
Renda Total	R\$/ano	(58.228,41)	(31.092,33)	(171.860,69)	37.254,76	45.804,34	-14.042,73	637.294,09	66.4856,01	383.724,40	382.015,05
Contribuição de todas Outras Rendas na Renda Total	%	44,66	48,85	27,08	55,14	48,29	96,25	10,57	9,87	17,04	15,33
Contribuição da Renda Agrícola na Renda Total	%	9,16	11,34	0,00	38,65	44,46	3,75	89,43	90,13	82,96	84,67
Taxa de Lucro Agrícola	%	(2,83)	(2,01)	(6,27)	1,08	1,41	-0,91	9,94	10,50	4,82	5,39
Capital Imobilizado por SAU Total	%	6.276,35	6.130,14	6.888,60	6.816,64	6.811,00	6.850,47	7.349,74	7.198,53	8.740,88	7.349,46
Nível de endividamento total em relação ao KI	(%)	0,83	0,90	0,55	0,95	1,03	0,44	1,92	1,87	2,46	1,33
Comprometimento do PBT com Amortização Dívidas	(%)	8,17	7,37	11,52	4,06	4,27	2,77	6,31	6,32	6,28	5,23

Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Tabela 4 - Síntese de variáveis sobre os principais problemas em relação aos processos de comercialização de bovinos de corte

Descrição	Pecuaristas Estacionários			Pecuaristas Consolidados			Pecuaristas-Lavoureiros Especializados			Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais
	Média Perfil	Sub-grupo A 201 pec.	Sub-grupo B 48 pec.	Média Perfil	Sub-grupo C 138 pec.	Sub-grupo D 23 pec.	Média Perfil	Sub-grupo E 46 pec.	Sub-grupo F 5 pec.	Média Perfil
Baixo preço pago pelo gado	2.93	2.93	2.94	2.96	2.96	3.00	2.78	2.76	3.00	2.85
Inadimplência por parte dos compradores	2.03	2.03	2.02	2.22	2.16	2.61	2.14	2.13	2.20	2.18
Incerteza	2.78	2.48	2.29	2.75	2.34	2.35	2.90	2.54	2.20	2.76
Falta de alternativa de compradores	2.44	2.78	2.79	2.34	2.80	2.43	2.51	2.91	2.80	2.44
Distância com relação ao frigorífico/açougue	0.92	.93	.90	0.80	.76	1.04	0.84	.78	1.40	1.05
Falta de um padrão de acabamento	1.71	1.70	1.77	1.76	1.75	1.83	1.73	1.72	1.80	1.65
Falta de um padrão de raça	1.39	1.41	1.31	1.30	1.22	1.74	1.45	1.43	1.60	1.60

Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Nota: Valores referentes a Graus de importância. Variação de 1 (Sem importância) e 5 (muito importante).

Tabela 5 –Fatores considerados no momento da comercialização de bovinos de corte

Descrição	Pecuaristas Estacionários			Pecuaristas Consolidados			Pecuaristas-Lavoureiros Especializados			Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais
	Média Perfil	Sub-grupo A 201 pec.	Sub-grupo B 48 pec.	Média Perfil	Sub-grupo C 138 pec.	Sub-grupo D 23 pec.	Média Perfil	Sub-grupo E 46 pec.	Sub-grupo F 5 pec.	Média Perfil
Vender quando o preço está bom	2.66	2.69	2.56	2.64	2.65	2.57	2.53	2.50	2.80	2.73
Vender quando necessita liberar campo	2.11	2.17	1.83	1.97	1.99	1.83	2.02	2.04	1.80	1.85
Vender quando necessita de dinheiro	1.92	2.00	1.58	1.62	1.63	1.57	1.31	1.35	1.00	1.45

Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Nota: Valores referentes a Graus de importância. Variação de 1 (Sem importância) e 5 (muito importante).

Tabela 6 - Critérios a ser priorizados pelas indústrias processadoras e compradores de bovinos de corte

Descrição	Pecuaristas Estacionários			Pecuaristas Consolidados			Pecuaristas-Lavoureiros Especializados			Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais
	Média Perfil	Sub-grupo A 201 pec.	Sub-grupo B 48 pec.	Média Perfil	Sub-grupo C 138 pec.	Sub-grupo D 23 pec.	Média Perfil	Sub-grupo E 46 pec.	Sub-grupo F 5 pec.	Média Perfil
Regularidades dos pagamentos	2.83	2.83	2.83	2.82	2.81	2.70	2.80	2.85	2.60	2.87
Constância no comprador	2.06	2.07	2.04	2.08	2.19	2.35	2.21	2.04	2.40	2.25
Contrato Prévio com o comprador	1.53	1.56	1.42	1.59	1.60	1.96	1.65	1.59	1.60	1.76
Pagamento diferenciado pela qualidade	2.51	2.51	2.54	2.82	2.64	2.70	2.65	2.80	3.00	2.65
Pagamento diferenciado por raça	1.72	1.74	1.65	1.78	1.62	2.13	1.70	1.80	1.60	2.00

Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

Nota: Valores referentes a Graus de importância. Variação de 1 (Sem importância) e 5 (muito importante).

APÊNDICE D – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR ESTRATIFICAÇÃO DE ÁREA E PERFIL DE PECUARISTAS

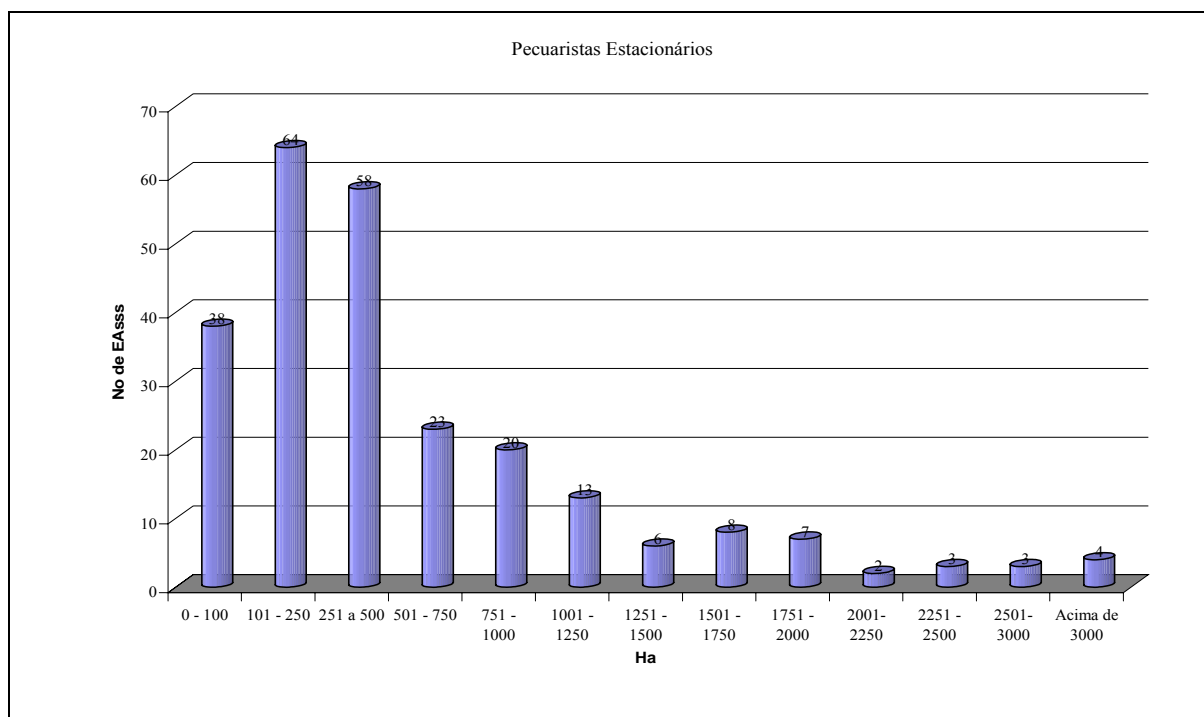


Gráfico 1 – Distribuição dos estabelecimentos agrícolas por estrato de área – Pecuaristas Estacionários

Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005)

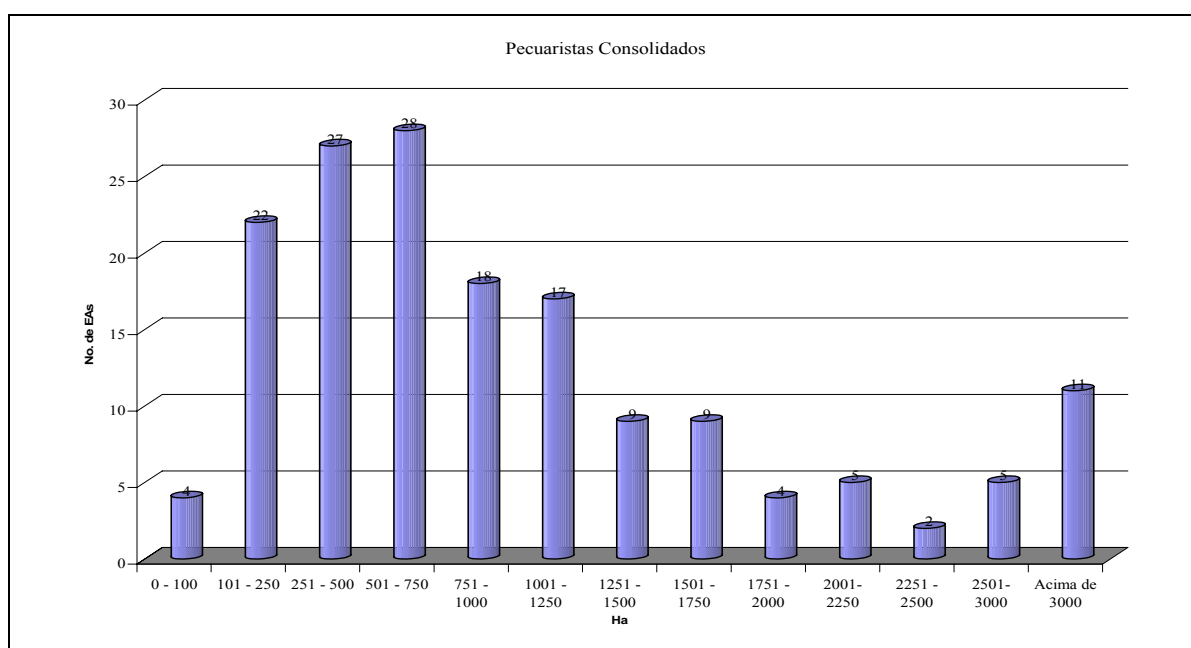


Gráfico 2 - Distribuição dos estabelecimentos agrícolas por estrato de área – Pecuaristas Consolidados

Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

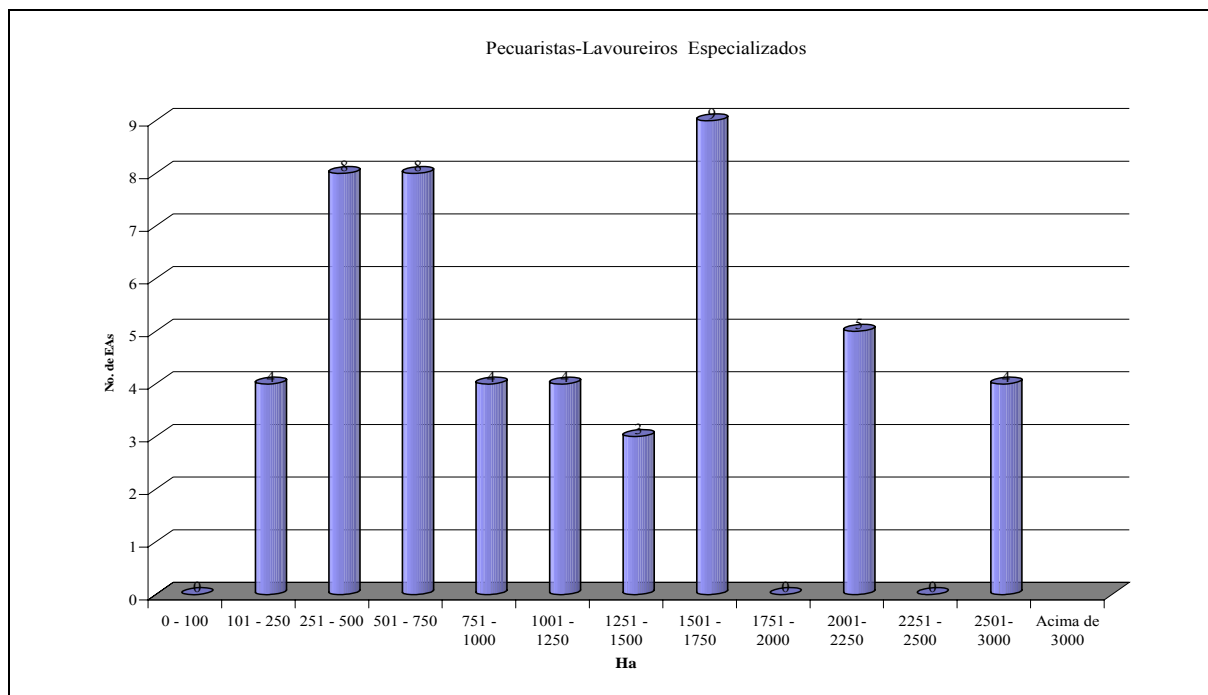


Gráfico 3 - Distribuição dos estabelecimentos agrícolas por estrato de área – Pecuaristas-Lavoureiros Especializados

Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

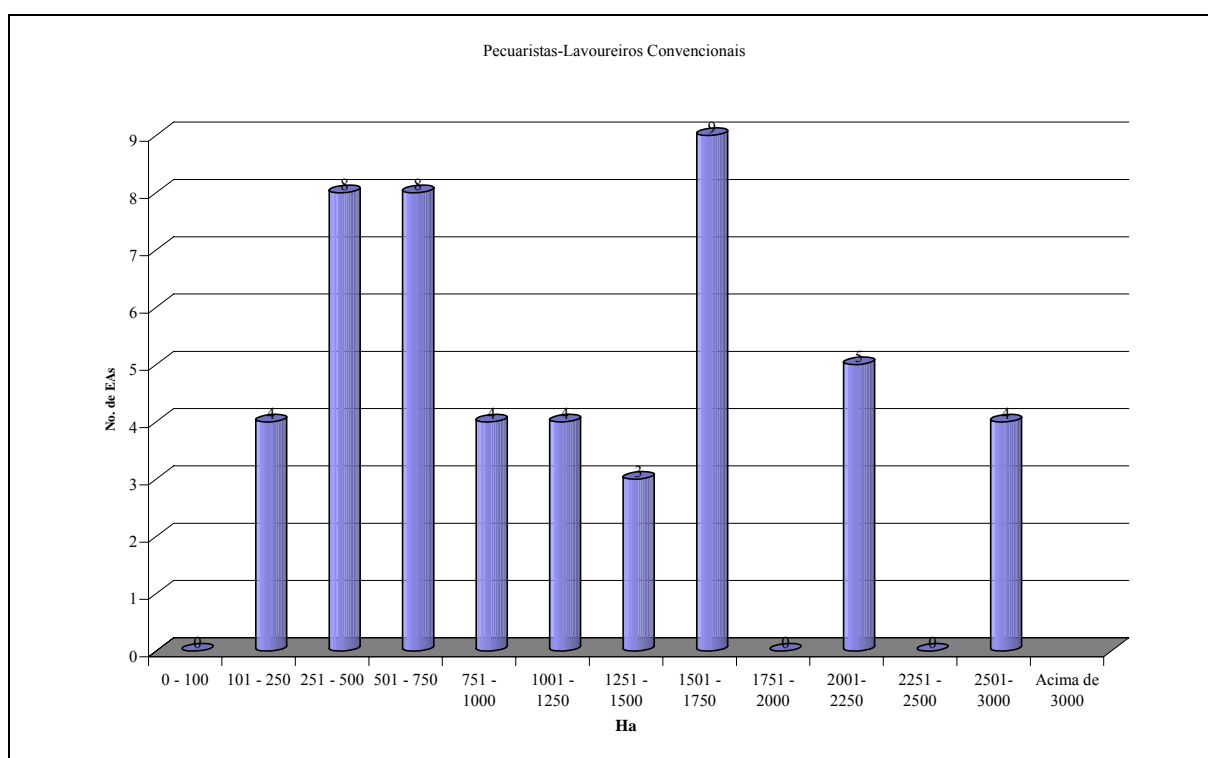


Gráfico 4 - Distribuição dos estabelecimentos agrícolas por estrato de área – Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais

Fonte: Dados trabalhados pela a autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

**APÊNDICE E - REGIONALIZAÇÃO A PARTIR DA DISTRIBUIÇÃO DOS
PECUARISTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO GAÚCHO**

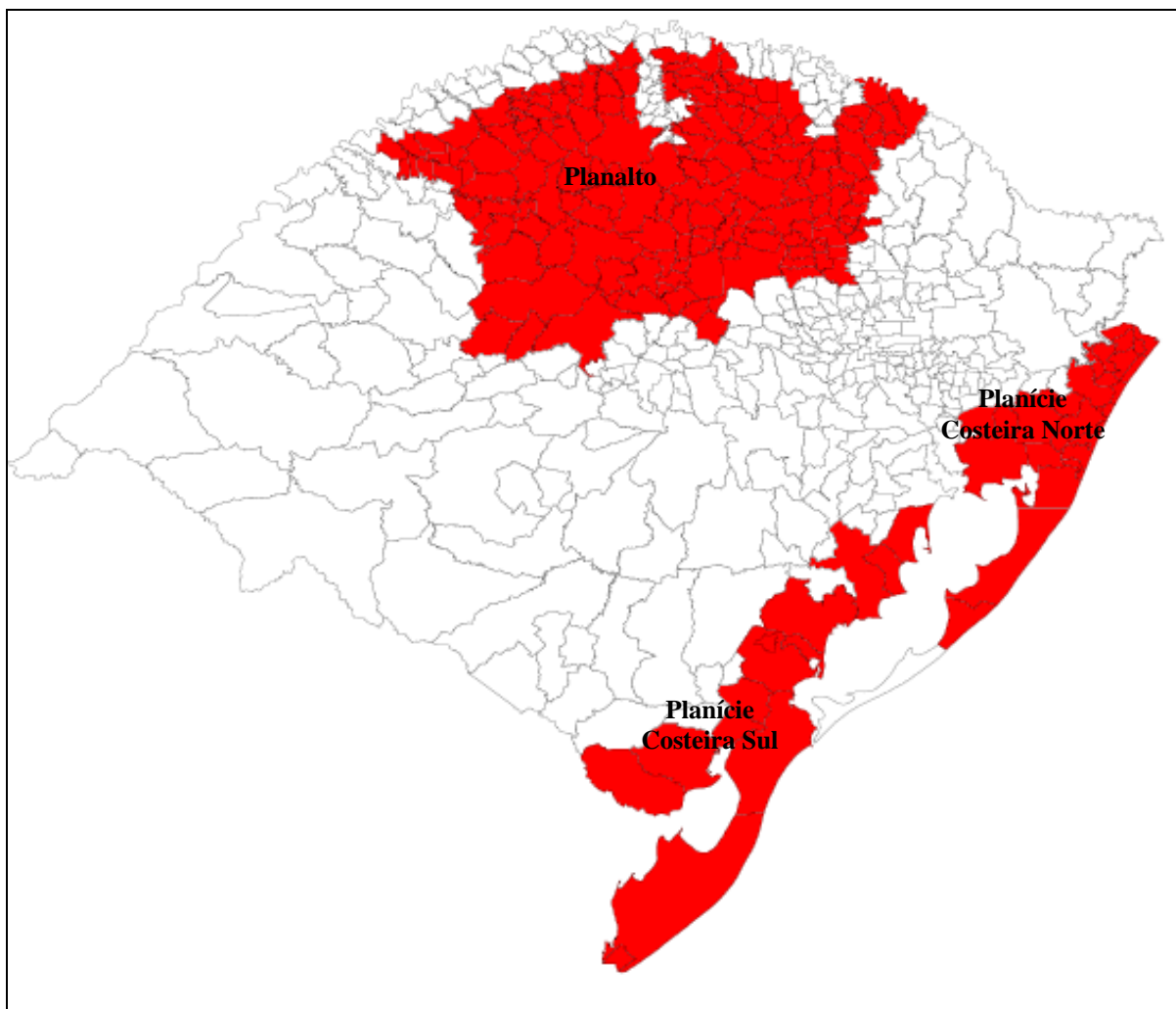


Figura 1 – Agrupamento de Regiões a partir do predomínio de pecuaristas Consolidados e Pecuaristas-Lavoureiros

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

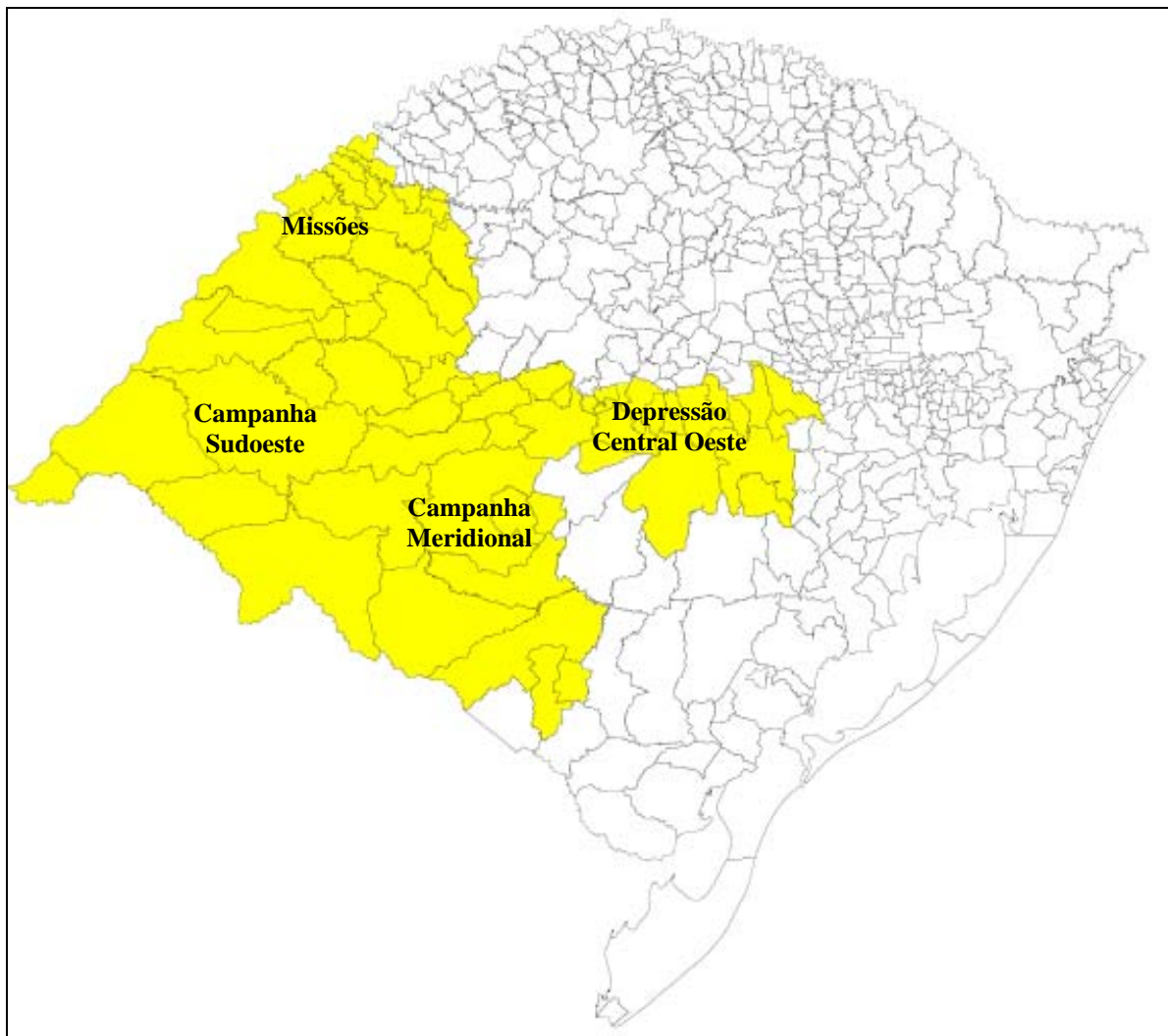


Figura 2 - Agrupamento de Regiões a partir do predomínio de Pecuáristas Estacionários e Consolidados

Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

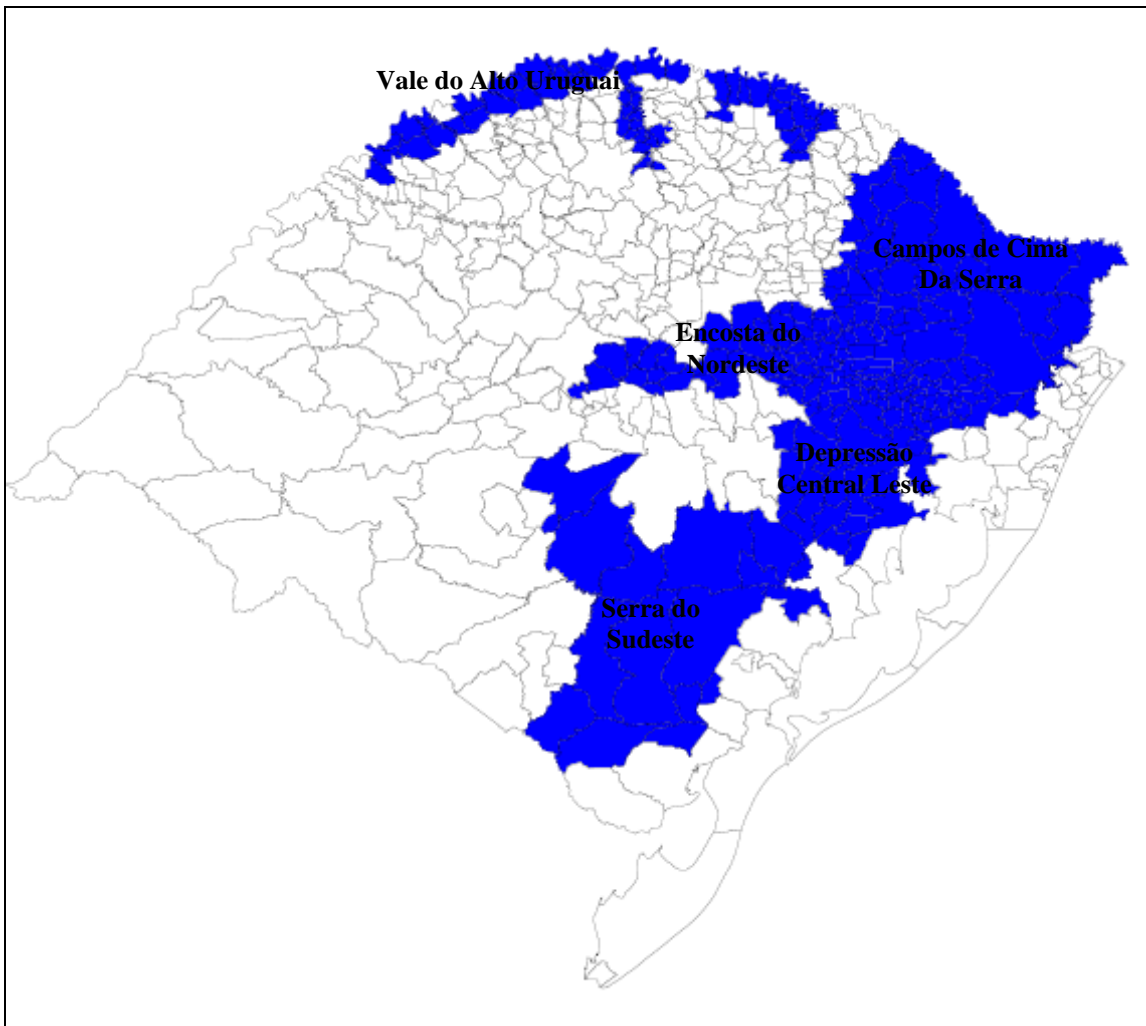


Figura 3 - Agrupamento de Regiões a partir do predomínio de Pecuaristas Estacionários
Fonte: Dados trabalhados pela autora com base em SEBRAE; SENAR, FARSUL (2005).

ANEXO A - MACROZONEAMENTO AMBIENTAL DO RIO GRANDE SUL

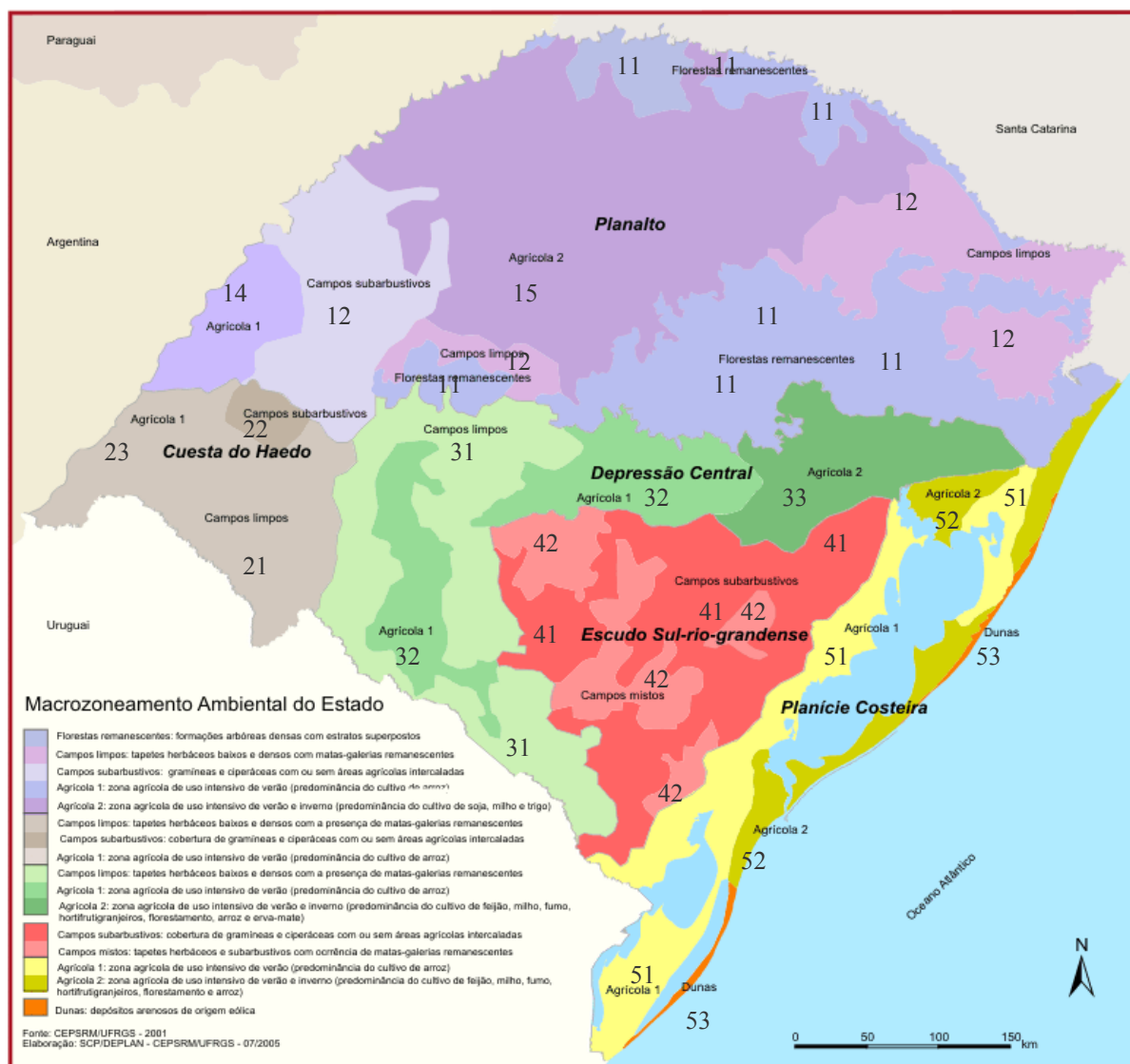


Figura 1 - Macrozoneamento Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Adaptado pela autora com base em Ducati et al. (2001).

ANEXO B - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO AGROECONÔMICOS

I INDICADORES GERAIS

Superfície Total [ST]

A Superfície Total (ST) corresponde à área (em hectares) do estabelecimento agrícola, independentemente do grau e da forma de utilização (com atividades agrícolas, inaproveitáveis, etc.) e da sua situação fundiária (propriedade titulada, posse, comodato, área arrendada, etc.). A Superfície Total (ST) inclui tanto áreas arrendadas de terceiros como as áreas arrendadas para terceiros.

Superfície Agrícola Útil [SAU]

A Superfície Agrícola Útil (SAU) corresponde à área (em hectares) do estabelecimento agrícola efetivamente explorada com atividades agrícolas, descontadas as áreas improdutivas, as áreas que não estejam sendo exploradas do ponto de vista agrícola e as áreas arrendadas ou cedidas para terceiros. As áreas arrendadas para terceiros somente parte do ano agrícola, são incluídas na SAU desde que ponderadas segundo o período de disponibilidade (restevas de lavouras anuais). Cabe salientar que a Superfície Agrícola Útil (SAU) deve ser sempre inferior a Superfície Total (ST) do estabelecimento.

Superfície Agrícola Útil Total (SAUt):

Corresponde à parte da Superfície Total (ST) explorada com atividades agrícolas (lavoura, florestamento/reflorestamento e pecuária);

Superfície Agrícola Útil com Pastagens (SAUpast):

Corresponde a parte da Superfície Agrícola Útil (SAU) ocupada com pastagens, não estando incluídas áreas de resteva eventualmente utilizadas pelos animais de criação.

Detalhamento:

Superfície Agrícola Útil com Campo Nativo (SAUpastCN):

Corresponde a parte da Superfície Agrícola Útil com pastagens (SAUpast) ocupada com campo nativo;

Superfície Agrícola Útil com Campo Nativo Melhorado (SAUpastCNM):

Corresponde a parte da Superfície Agrícola Útil com pastagens (SAUpast) ocupada com campo nativo melhorado;

Superfície Agrícola Útil Lavoura Anual (SAUla):

Corresponde à parte da Superfície Agrícola Útil (SAU) ocupada com lavouras anuais (não incluídas as áreas com pastagens).

Área em Pastejo Média [APastM]

Corresponde a estimativa de uma média de área (em hectares) disponibilizada na forma de pastagem ao longo do ano agrícola. Inclui áreas de resteva (ponderadas em relação ao período de utilização no ano) eventualmente disponíveis e nas quais os animais tenham acesso

Superfície Própria [Spro]

Corresponde área do estabelecimento agrícola (em hectares) regularizada do ponto de vista legal; pertencente ao(s) proprietário(s) e na qual a utilização no estabelecimento agrícola não incorre em desembolsos em dinheiro, trabalho ou produto.

Superfície Disponibilizada De Terceiros [SDDT]

Corresponde área do estabelecimento agrícola (em hectares) pertencentes a terceiros e que são disponibilizadas para uso no estabelecimento agrícola (por um curto ou longo período) mediante desembolsos em dinheiro,

trabalho ou produto. Esta relação independe da existência de vínculos legais ou da duração do vínculo (contratos, acordos, etc.).

Superfície Disponibilizada Para Terceiros [SDPT]

Corresponde área do estabelecimento agrícola (em hectares) que são disponibilizadas para uso agrícola (por curtos a longos períodos) em outro estabelecimento agrícola mediante o recebimento de dinheiro, trabalho ou produto. Esta relação independe da existência de vínculos legais ou da duração do vínculo (contratos, acordos, etc.).

Mão-de-obra Disponível [UTH]

O indicador Mão-de-obra Disponível estima a disponibilidade de mão-de-obra no estabelecimento agrícola. Medida em Unidade de Trabalho Homem (UTH), uma UTH corresponde à unidade de medida utilizada para mensurar a quantidade de trabalho. Uma UTH equivale a 300 dias de trabalho de 8 horas diárias.

Detalhamento:

Mão-de-obra Disponível Familiar (UTHf):

somatório da mão-de-obra familiar utilizada direta ou indiretamente no estabelecimento agrícola;

Mão-de-obra Disponível Total (UTHt):

somatório da mão-de-obra familiar e não familiar utilizada direta ou indiretamente no estabelecimento agrícola.

Produto Bruto [PB]

O Produto Bruto (PB) corresponde ao valor final dos produtos agrícolas e beneficiados (artesanato, agroindústria caseira, etc.) gerados no decorrer do ano no estabelecimento agrícola. Integra o Produto Bruto a produção vendida ou utilizada na forma de pagamento de serviços de terceiros, a produção consumida pela família, a produção estocada (produtos agrícolas e animais prontos para abate/ comercialização), a produção utilizada na alimentação de empregados.

$$PB = \sum (QPVi * PrVi) + \sum (QPEst * PrVi) + \sum (QPCe * PrVi) + \sum (QPCi * PrVi)$$

Onde:

QPVi é a quantidade vendida do produto “i”;

PrVi é o preço que foi vendido ou avaliado o produto “i”;

QPEst é a quantidade estocada do produto “i”;

QPCe é a quantidade consumida por empregados do produto “i”;

QPCi é a quantidade do produto “i” que foi consumido pela família.

Detalhamento:

■ **Produto Bruto Total (PBt):** somatório da produção vendida ou utilizada na forma de pagamento de serviços de terceiros, a produção consumida pela família, a produção estocada (produtos agrícolas e animais prontos para abate/ comercialização), a produção utilizada na alimentação de empregados;

■ **Produto Bruto bovinocultura de Corte (PBbc):** valor da produção decorrente da atividade de bovinocultura de corte (inclui autoconsumo da família e alimentação dos empregados produzidos no estabelecimento e não inclui produtos transformados originados na bovinocultura de corte);

■ **Produto Bruto Lavouras (PBlav):** valor da produção decorrente das atividades de lavoura anuais;

■ **Produto Bruto Autoconsumo (PBac):** valor da produção destinada ao consumo da família.

Receita da Bovinocultura de Corte [Recbc]

A Receita da Bovinocultura de Corte (Recbc) corresponde ao valor apurado com a comercialização de bovinos de corte em um ano agrícola.

$$\text{Recbc} = \sum (\text{QPVi} * \text{PrVi})$$

Onde:

QPVi é a quantidade vendida do produto “i”;

PrVi é o preço que foi vendido ou avaliado o produto “i”.

Consumo Intermediário [CI]

O Consumo Intermediário (CI) é o valor dos insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos e destinados ao processo de produção do estabelecimento agrícola, tanto agrícolas como utilizados na transformação da produção. São considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer do ciclo produtivo e, através do trabalho e dos demais meios de produção, transformados em produtos agrícolas. O Consumo Intermediário inclui despesas com insumos (combustíveis, vacinas, corretivos, energia, etc.), manutenção instalações e equipamentos e serviços terceirizados. Com relação ao custo de produção de lavouras de arroz em áreas arrendadas de terceiros, quando o custo do arrendamento incluir o fornecimento de água para irrigação, o mesmo não corresponde ao um Consumo Intermediário mas a um adicional do custo de arrendamento.

Detalhamento:

Consumo Intermediário Bovinocultura de Corte (CIBC):

Inclui as despesas com a aquisição de insumos, serviços de terceiros, manutenção de instalações e equipamentos diretamente envolvidos com a bovinocultura de corte além de despesas com animais não reprodutores (terneiros, vacas de descarte para engorde, bois de engorde, etc.)

Consumo Intermediário Total (CIT):

Inclui o somatório da totalidade de despesas com insumos, serviços de terceiros e manutenção de instalações e equipamentos realizados no estabelecimento agrícola.

Insumos para a Bovinocultura de Corte [INSBov]

Os Insumos para a Bovinocultura de corte (INSBov) correspondem ao conjunto de despesas realizadas ao longo de um ano agrícola para a aquisição de insumos específicos à bovinocultura de corte (sal, vacinas, etc.), gastos com aquisição de animais não reprodutores (terneiros, bois de engorda, etc.). Difere do Consumo Intermediário da bovinocultura de corte (CIBC) por não incluir gastos de manutenção de instalações e equipamentos

Margem Bruta Bovinocultura de Corte [MBbc]

A Margem Bruta da bovinocultura de corte (MBbc) corresponde a diferença apurada entre a Receita da Bovinocultura de Corte (Recbc) e os gastos em Consumo Intermediário da bovinocultura de Corte (CIBC) no decorrer de um ano agrícola.

$$\text{MBbc} = \text{Recbc} - \text{CIBC}$$

Valor Agregado Bruto [VAB]

O Valor Agregado Bruto (VAB) corresponde à riqueza bruta produzida no estabelecimento agrícola, ou seja, o Produto Bruto descontado do valor dos insumos e serviços de terceiros utilizados no decorrer de um ano agrícola.

$$\text{VAB} = \text{PB} - \text{CI}$$

Valor Agregado [VA]

O Valor Agregado (VA) corresponde à riqueza líquida produzida no estabelecimento agrícola, ou seja, o Valor Agregado Bruto descontado do valor correspondente à Depreciação (Dep) dos equipamentos e benfeitorias.

Custo de Arrendamento [Arr]

O Custo de Arrendamento (Arr) corresponde à despesa realizada no decorrer de um ano agrícola em decorrência de arrendamento ou aluguel de áreas agrícolas de terceiros com fins produtivos, independentemente da existência de contratos legais ou da forma de pagamento (em espécie ou em produto). Com relação ao custo de produção de lavouras de arroz em áreas arrendadas de terceiros, quando o custo do arrendamento incluir o fornecimento de água para irrigação, o mesmo corresponde a um adicional ao custo de arrendamento.

Renda Agrícola [RA]

A Renda Agrícola (RA) corresponde à parte da riqueza líquida que permanece no estabelecimento agrícola e que serve para remunerar o trabalho familiar e realizar investimentos, ou seja, o Valor Agregado descontado dos custos de Arrendamento (AR), de Despesas Financeiras (DF), de Impostos (I) e de Salários e encargos sociais (S).

$$RA = VA - AR - DF - I - S$$

Receita Agrícola Líquida [RAL]

A Receita Agrícola Líquida (RAL) corresponde a parte do Produto Bruto obtido no estabelecimento agrícola que tem como destino a comercialização e a venda para terceiros, excluída as despesas com Custos em Salários e Encargos Sociais (S/E), Custo de Arrendamento (Arr), Impostos e Taxas (Imp) e Despesas Financeiras (DF).

$$RecAL = PB - PBac - S/E - Imp - Arr - DF$$

Rendas não-agrícolas [RAÑA]

As Rendas das Atividades Não-Agrícolas (RAÑA) correspondem às rendas auferidas pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola que tenham como origem atividades realizadas fora do estabelecimento, independentemente de sua frequência ou intensidade (prestações de serviços, atividades assalariadas, empreitadas, etc.).

$$RAÑA = \sum (AÑA * Rem) + OB$$

Onde:

AÑA é a quantidade de dias ou meses de realização de determinada atividade não-agrícola por ano;

Rem é a remuneração auferida por dia ou mês com a atividade não-agrícola realizada;

Rendas de Aposentadorias [RAPOS]

As rendas de aposentadorias (RAPOS) correspondem As Rendas Decorrentes De Benefícios De Aposentadoria E Pensões Auferidos Pelo Chefe Ou Por Outros Membros Da Família Residentes No Estabelecimento Agrícola No Decorrer Do Ano Agrícola.

$$RAPOS = \sum (Temp * VBen)$$

Onde:

Temp é a quantidade (em meses) de recebimento do benefício de aposentadoria e pensões no ano;

VBen é o valor mensal em reais do benefício de aposentadoria e pensão.

Rendas de Outras Transferências Sociais [ROTS]

As rendas de outras transferências sociais (rots) correspondem as rendas decorrentes de transferências sociais de origem externa (bolsas, auxílios sociais, indenizações públicas, subsídios em dinheiro ou produtos, seguro agrícola, etc.) Auferidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola no decorrer do ano agrícola.

$$\text{ROTS} = \sum (\text{Temp} * \text{VBen})$$

Onde:

Temp é a quantidade de recebimento das transferências sociais no ano;

VBen é o valor unitário das transferências sociais em reais.

Rendas Externas [REx]

As Rendas Externas (REx) correspondem as rendas não-agrícolas decorrentes de receitas não agrícolas (arrendamentos recebidos, receitas de aluguel, rendimentos financeiros, doações, heranças, etc.) Auferidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola no decorrer do ano agrícola.

$$\text{REx} = \sum (\text{Temp} * \text{VBen})$$

Onde:

Temp é a quantidade de recebimento das rendas externas não-agrícolas no ano;

VBen é o valor unitário em reais das rendas externas.

Renda Total [RT]

A Renda Total (RT) corresponde à soma da totalidade de rendas agrícolas e não-agrícolas auferidas pelo chefe e pelos demais membros da família residentes na UPA, ou seja, o somatório da Renda Agrícola (RA) com as rendas oriundas de atividades não-agrícolas (RAÑA), com as rendas de aposentadoria (RAPOS), com as rendas de outras transferências sociais (ROTS) e com as rendas externas (REx).

$$\text{RT} = \text{RA} + \text{RAÑA} + \text{RAPOS} + \text{ROTS} + \text{REx}$$

► Saldo Devedor Total [Sdev]

Corresponde a uma estimativa do valor total das dívidas pendentes (em reais), decorrentes de operações de custeio, de investimento ou de securitização relacionados ao estabelecimento agrícola.

Saldo Devedor Excluindo Securitização [SdevExcSec]

Corresponde a uma estimativa do valor total das dívidas pendentes (em reais), tanto em nível de custeio como em investimento relacionados ao estabelecimento agrícola. Desembolsos com securitização não estão incluídos no Saldo Devedor (Sdev).

Valor Amortizado Anual [Vamor]

Corresponde a uma estimativa do valor total (em reais) do valor amortizado (principal e juros), em um ano agrícola, para o pagamento de dívidas de custeio, de investimento relacionados ao estabelecimento agrícola. Desembolsos com securitização não estão incluídos no Valor Amortizado Anual (Vamor).

► Capital Imobilizado [KI]

O Capital Imobilizado (KI) corresponde ao somatório do valor do patrimônio imobilizado para a atividade produtiva (terra, equipamentos, benfeitorias, efetivo dos rebanhos) assim como as despesas em Consumo Intermediário (CI), Despesas Financeiras (DF), Impostos e Taxas (Imp), Arrendamento (Arr) e Salários e Encargos (S/E) realizadas no decorrer do ano agrícola em questão.

$$KI = \sum (Q_i * BEN_i) + \sum (Q_i * EQU_i) + \sum (Q_t * Terra) + CI + DF + S/E + Arr + Imp$$

Onde:

Q_i é a quantidade de benfeitorias ou equipamentos “i”;

BEN_i é o valor atual das benfeitorias “i”;

EQU_i é o valor atual dos equipamentos “i”;

Q_t é a área em terra própria;

Terra é o valor da terra.

II INDICADORES COMBINADOS

[UTH_f / UTH_t]

Corresponde ao grau de participação da mão-de-obra familiar em relação as necessidades totais em mão-de-obra do estabelecimento agrícola. Busca avaliar a importância da participação da mão-de-obra familiar.

[SAU_t / UTH_t]

Corresponde a Superfície Agrícola Útil (SAU) que uma unidade de trabalho homem é capaz de se ocupar. Busca avaliar a eficiência da utilização da mão-de-obra no estabelecimento agrícola.

[SAU_{lav} / SAU_t]

Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil com lavouras. Busca avaliar a importância, em termos de ocupação da SAU, das lavouras no estabelecimento agrícola.

[SAU_{lavI} / SAU_{lav}]

Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil de lavouras com lavouras de sequeiro.

[SAU_{lavS} / SAU_{lav}]

Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil de lavouras com lavouras de sequeiro.

[SAU_{pas} / SAU_t]

Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil com pastagens. Busca avaliar a importância, em termos de ocupação da SAU, das pastagens no estabelecimento agrícola.

[SAU_{pasCN} / SAU_{pas}]

Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil com pastagens com campo nativo.

[SAU_{pasCNM} / SAU_{pas}]

Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil com pastagens com campo nativo melhorado.

[SAU_{pasPP} / SAU_{pas}]

Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil com pastagens com pastagens permanentes.

[SAU_{pasAV} / SAU_{pas}]

Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil com pastagens com pastagens anuais de verão.

[SAU_{pasAI} / SAU_{pas}]

Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil com pastagens com pastagens anuais de inverno.

[Spro / ST X 100]

Corresponde ao grau de disponibilidade de áreas próprias em relação à superfície total do estabelecimento agrícola. Busca avaliar a importância da superfície disponível própria.

[SADT / ST X 100]

Corresponde a uma avaliação da contribuição da prática do arrendamento para a constituição da superfície total do estabelecimento agrícola. Busca avaliar a importância do arrendamento de áreas de terceiros, em termos de superfície, para o estabelecimento agrícola.

[SAPT / ST X 100]

Corresponde a uma avaliação da importância da utilização da superfície total do estabelecimento por terceiros. Busca avaliar a importância do arrendamento de áreas para terceiros.

[PBbc/ BPt]

Corresponde a contribuição da bovinocultura de corte à geração de Produto Bruto. Busca avaliar a importância da atividade de bovinocultura de corte para a produção total do estabelecimento agrícola.

[PBac/ BPt]

Corresponde a contribuição da produção destinada ao autoconsumo da família a geração de Produto Bruto. Busca avaliar a importância das atividades de produção destinadas ao autoconsumo da família para a produção total do estabelecimento agrícola.

[PBla/ BPt]

Corresponde a contribuição da produção das lavouras a geração de Produto Bruto. Busca avaliar a importância das atividades de lavoura para a produção total do estabelecimento agrícola.

[MBbc / UAbov]

Corresponde a uma estimativa de geração de Margem Bruta com a bovinocultura de corte em relação ao rebanho bovino total (avaliado em termos de unidades animais). Avalia a capacidade de geração de Margem Bruta por unidade animal bovina existente no estabelecimento agrícola.

[MBbc / Ap]

Corresponde a uma estimativa de geração de Margem Bruta com a bovinocultura de corte em relação à área média com pastagens. Avalia a capacidade de geração de Margem Bruta por hectare de pastagem existente no estabelecimento agrícola.

[CIbc / Recbc]

Corresponde a uma estimativa das despesas em termos de Consumo Intermediário com a bovinocultura de corte em relação à Receita proporcionada pela bovinocultura de corte.

[CIbc / Recbc]

Corresponde a uma estimativa das despesas em termos de Consumo Intermediário com a bovinocultura de corte em relação à Receita proporcionada pela bovinocultura de corte.

[INSBov / UAbov]

Corresponde a uma estimativa das despesas em termos de insumos destinados à bovinocultura de corte em relação ao rebanho de bovinos de corte total (em termos de unidade animal bovina).

[INSBov / UAbovV]

Corresponde a uma estimativa das despesas em termos de insumos destinados à bovinocultura de corte em relação ao rebanho de bovinos de corte comercializados (em termos de unidade animal bovina).

[VAbc / UTHbc]

Corresponde a contribuição de cada unidade de trabalho homem para a atividade de bovinocultura de corte em termos de Valor Agregado. Busca avaliar a capacidade de geração de riqueza da mão-de-obra empregada na

bovinocultura de corte. Proporciona indicador que permite avaliar a Produtividade do Trabalho da bovinocultura de corte.

[VAbc / SAUbc]

Corresponde a contribuição de cada unidade de área utilizada para a bovinocultura de corte em termos de Valor Agregado. Busca avaliar a capacidade de geração de riqueza da área destinada a bovinocultura de corte. Proporciona indicador que permite avaliar a Produtividade da Terra da bovinocultura de corte.

[VA_t / UTH_t]

Corresponde a contribuição de cada unidade de trabalho homem em termos de Valor Agregado. Busca avaliar a capacidade de geração de riqueza da mão-de-obra empregada no estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar a Produtividade do Trabalho no estabelecimento agrícola.

[VA_t / SAU_t]

Corresponde a contribuição de cada unidade de área em termos de Valor Agregado. Busca avaliar a capacidade de geração de riqueza área em produção do estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar a Produtividade da Terra no estabelecimento agrícola.

[RA / UTH_t]

Corresponde a contribuição de cada unidade de trabalho homem em termos de Renda Agrícola. Busca avaliar a capacidade de geração de renda agrícola da mão-de-obra empregada no estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar o Rendimento do Trabalho no estabelecimento agrícola.

[RA / SAU_t]

Corresponde a contribuição de cada unidade de área em termos de Renda Agrícola. Busca avaliar a capacidade de geração de renda agrícola da área do estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar o Rendimento da Terra no estabelecimento agrícola.

[RNA / RT]

Corresponde a contribuição das Rendas Não-Agrícolas para a formação da Renda Total. Busca avaliar a contribuição das Rendas Não-Agrícolas a formação da Renda Total.

[RAPOS / RT]

Corresponde a contribuição das Rendas de Aposentadorias para a formação da Renda Total. Busca avaliar a contribuição das Rendas de Aposentadorias a formação da Renda Total.

[RNA + RAPOS / RT]

Corresponde a contribuição das Rendas Não-Agrícolas e das Rendas de Aposentadorias para a formação da Renda Total. Busca avaliar a contribuição das Rendas Não-Agrícolas e das Rendas de Aposentadorias a formação da Renda Total.

Taxa de Lucro [TL]

A Taxa de Lucro (TL) corresponde à uma avaliação da capacidade de geração de renda do sistema de produção (incluindo ou não as rendas ditas não agrícolas e de aposentadorias) em relação ao capital imobilizado total (KI_t). Permite avaliar o grau de eficiência da utilização dos recursos econômicos investidos na atividade agrícola.

$$TL = R_n / KI_t * 100$$

Onde:

R_n é a Renda obtida (Agrícola e Total);

KI_t é o Capital Imobilizado Total.

Detalhamento:

■ Taxa de Lucro Agrícola (TLa): avalia unicamente a renda agrícola em relação ao Capital Imobilizado total;

■ Taxa de Lucro Total (TLt): avalia a renda total (renda agrícola, renda não-agrícola e renda de aposentadorias) em relação ao Capital Imobilizado total.

[KI_t / SAU_t]

Corresponde a uma estimativa da totalidade de recursos investidos e imobilizados nos estabelecimentos agrícolas (Capital Imobilizado em terra) no decorrer de um ano agrícola em relação à área produtiva (Superfície Agrícola Útil total). Estima o grau de importância das imobilizações e investimentos anuais realizados em nível do estabelecimento agrícola.

[KI terra / SAU_t]

Corresponde a uma estimativa dos recursos investidos no fundiário nos estabelecimentos agrícolas (Capital Imobilizado em terra) em relação à área produtiva (Superfície Agrícola Útil total). Estima o grau de importância das imobilizações de recursos no fundiário.

[KI an / SAU_t]

Corresponde a uma estimativa dos recursos imobilizados em animais (a partir do inventário animal médio) nos estabelecimentos agrícolas em relação à área produtiva (Superfície Agrícola Útil total). Estima o grau de importância das imobilizações de recursos com animais.

[KI benf / SAU_t]

Corresponde a uma estimativa dos recursos imobilizados em benfeitorias nos estabelecimentos agrícolas em relação à área produtiva (Superfície Agrícola Útil total). Estima o grau de importância das imobilizações de recursos com benfeitorias.

[KI equip / SAU_t]

Corresponde a uma estimativa dos recursos imobilizados em equipamentos nos estabelecimentos agrícolas em relação à área produtiva (Superfície Agrícola Útil total). Estima o grau de importância das imobilizações de recursos com equipamentos.

[Sdev / KI_t x 100]

Corresponde a uma estimativa do nível de endividamento (a curto/ médio prazo) relacionado ao estabelecimento agrícola. Busca avaliar o grau de endividamento em relação ao capital total imobilizado total no estabelecimento agrícola.

[Vamor / RT x 100]

Corresponde a uma estimativa do comprometimento da renda total com dívidas (a curto/ médio prazo) relacionada ao estabelecimento agrícola. Busca avaliar o grau de comprometimento da renda total com o reembolso de dívidas relacionadas ao estabelecimento agrícola.

[Vamor / PBt x 100]

Corresponde a uma estimativa do comprometimento do Produto Bruto total anual com a amortização anual de dívidas (excluindo a securitização). Busca avaliar o grau de comprometimento do produto bruto com o reembolso de dívidas relacionadas ao estabelecimento agrícola.